UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

SABARÁ E PORTO ALEGRE NA FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL NO SÉCULO XIX

Luiz Paulo Ferreira Nogueról

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada – área de concentração: História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Jóbson de Andrade Arruda.

Campinas, 2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

N689s

Noguerol, Luiz Paulo Ferreira.
Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX / Luiz Paulo Ferreira Noguerol. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Jose Jobson de Andrade Arruda.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Escravidão – Minas Gerais. 2.Escravidão – Rio Grande do Sul. 3. Brasil – Mercado. 4. Brasil – Historia – Século XIX. I. Arruda, Jose Jobson de A. (Jose Jobson de Almeida), 1942- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

20/8/03

Dedicatória

Deixei Brasília em 1994 e foi traumática a adaptação à vida em grandes metrópoles. BH foi como um estágio, um aprendizado que compartilhei com minha esposa, Maria Teresa, e meu filho, Álvaro, que nasceu em 1995. O gosto que tomei por História e Economia devo ao meu pai e a alegria de estudar tais assuntos só me é quebrada pela memória de seu triste falecimento. Minha mãe, à época do vestibular na UnB, preferia que em vez de História e Economia, eu tivesse estudado música ou jornalismo. Apesar disto, sempre me incentivou a continuar na vida acadêmica, inclusive financeiramente. A casa de minha irmã, em São Paulo, sempre esteve aberta para mim e minhas esquisitices. Meus sobrinhos e filho, a quem conto “causos” de relativo sucesso, me trazem enorme alegria.

Como brasileiro que sou, tenho dificuldades para viver longe de minha família, cujas raízes se encontram no Piauí e no Maranhão, em Goiás e no Rio de Janeiro, na Espanha, em Portugal, no Equador e, embora não se admita, na África e nas florestas do Brasil. É a ela, cujas comoventes fotografias patriarcais tiradas nos séculos XIX e XX ainda alegram as casas de minhas tias em Goiânia, que dedico esta tese.

AGRADECIMENTOS

Longa foi a jornada até aqui e muitas foram as pessoas e instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a formulação desta tese. Entendo o presente trabalho como continuação daquele empreendido em Belo Horizonte, entre 1995 e 1997, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Não poderia deixar, portanto, de agradecer àqueles que contribuíram para que naquela instituição eu pudesse cursar, com muito gosto, meu mestrado. Por isto, quero agradecer aos professores Paulo Brígido de Macedo, Sueli Moro, Afonso Henriques Borges Ferreira e João Antônio de Paula, meu ex-orientador no mestrado, pelo muito que com eles aprendi, assim como pela convivência. Devo agradecer, ainda, ao professor Douglas Cole Libby, de quem tive a honra de ser aluno em uma das disciplinas oferecidas pelo programa de pós-graduação do Departamento de História da UFMG e onde entrei em contato com vasta bibliografia sobre escravidão nas Américas. É certo que eu nada teria feito sem os documentos a que tive acesso no Museu do Ouro em Sabará, que só se mantém pela teimosia de seus funcionários subalternos afrontando a incúria do Ministério da Cultura.

Em Campinas, tive o privilégio de ser aluno de sábios. Fernando Novais, João Manoel Cardoso de Mello, Luiz Felipe de Alencastro, meu ex-orientador no doutorado, e Luiz Gonzaga Belluzzo foram excelentes professores, a quem devo muito mais do que poderei retribuir. Devo agradecer, ainda, a José Jóbson de Andrade Arruda por ter aceitado me orientar em condições adversas: à distância e tendo já passado dois anos desde meu ingresso no doutorado em economia aplicada no Instituto de Economia da Universidade

Estadual de Campinas. Ainda devo agradecer aos colegas com quem compartilhei minhas dúvidas e meus problemas: Eduardo, Mário, Soo, Adão e Joaquim.

A pesquisa que levei adiante em Porto Alegre só ocorreu porque passei a residir nesta cidade em 2000. Com isto, tive a oportunidade de freqüentar o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, instituição que considero exemplar, e discutir a História do Rio Grande com mais ou menos suscetíveis e orgulhosos gaúchos.

A banca que examinou esta tese, composta pelos professores doutores José Jóbson de Andrade Arruda, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Hernani Maia Costa, Luiz Eugênio Vescio e João Ricardo Barbosa Gonçalves, foi de grande generosidade para com o que originalmente apresentei. Esta versão que agora apresento foi sensivelmente melhorada a partir das sugestões apresentadas por eles na ocasião da defesa de tese.

A CAPES e a FAPESP financiaram, respectivamente, minhas bolsas de mestrado e de doutorado. Mais uma vez, às pessoas e instituições mencionadas, meu muito obrigado.

Sumário

Introdução 1

Capítulo 1- Elementos teóricos para a compreensão da economia brasileira nos séculos XIX e XX. 9
1. 1 – Economias Periféricas e Economias Centrais 9
1. 2 – Investimentos e Exportações: diferenças nas dinâmicas econômicas do Centro e da Periferia 12
1. 3 – Diferenças Simbólicas das Inovações em Países Periféricos e Centrais – um parêntese 18
1. 4 – Deslocamento do Centro Dinâmico e Dinâmicas de Valorização do Capital – propostas diferentes para a periodização da história econômica brasileira 20

Capítulo 2 – Racionalidade e Irracionalidade na Escravidão 35
2. 1 – Elementos de uma certa racionalidade econômica não contemporânea 35
2. 2 – Elementos de irracionalidade escravista 44
2. 3– A racionalidade da escravidão por meio de uma visão neoclássica 47

Capítulo 3 – Produção Econômica em Sabará e Porto Alegre no Século XIX 69
3. 1 – Sabará e Porto Alegre, razões para a escolha 69
3. 2 – Um Mercado Nacional em um Estado Nacional 70
3. 3 – Rendas de Monopólio e Integração Mercantil 81
3. 4 – Preços de Escravos e Conjuntura Econômica 88

Capítulo 4 – Mercados de Escravos na Formação do Brasil no Século XIX 95
4. 1 – Escravo como coisa e objeto de afetos 95
4. 2 – Determinantes dos Preços dos Escravos – os atributos individuais 99
4. 3 – Obedecendo aos sinais: o comportamento dos preços dos escravos em Sabará e Porto Alegre e o sentido do tráfico interprovincial 114
4. 4 – A Questão da População Escrava Mineira no Século XIX – um debate inconcluso 125

Capítulo 5 - Produção de Mercadorias Usando Escravos em Duas Comarcas Brasileiras no Século XIX: os casos de Sabará e de Porto Alegre 135
5. 1: Estruturas Produtivas por Meio de Inventários em Porto Alegre e em Sabará no Século XIX 139
5. 2 – Produção de Mercadorias por Meio de Escravos – diferenças entre Porto Alegre e Sabará 146

Conclusões 221

Índice de Gráficos

Gráfico 1. 1 – Evolução dos Termos de Intercâmbio, das Exportações e do PIB brasileiro entre 1929 e 1939 (1929 = 100) 11
Gráfico 2. 1: Diferentes Formas de Acumulação de Capitais: juros simples e juros compostos 55
Gráfico 3. 1– Médias Móveis Trienais dos Preços dos Bois de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887. 84
Gráfico 3. 2– Médias Móveis Trienais dos Preços, em réis, dos Cavalos de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887. 85
Gráfico 3. 3 – Médias de Preços de Escravos Homens entre 1707 e 1888 em Minas Gerais, em mil-réis 89
Gráfico 4. 1– Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1800 e 1849 102
Gráfico 4. 2– Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Sabará entre 1800 e 1849 103
Gráfico 4. 3 – Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1850 e 1872. 103
Gráfico 4. 4 - Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Sabará, entre 1850 e 1872. 104
Gráfico 4. 5 – Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1873 e 1884. 104
Gráfico 4.6 - Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Sabará entre 1873 e 1887. 105
Gráfico 4. 7 – Número de Crianças de 0 a 13 anos Dividido pelo de Mulheres entre 14 e 45 anos, em Sabará e Porto Alegre, em Diferentes Períodos do Século XIX. 111
Gráfico 4. 8 – Números de Meninos e de Meninas em Relação ao Número de Mulheres em Sabará e Porto Alegre em Diferentes Períodos do Século XIX. 113
Gráfico 4. 9: Médias Móveis Trienais, em réis, para Preços de Escravos Sadios Contando de 20 a 29 anos de Idade em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Sabará ao longo do século XIX 115
Gráfico 4. 10 – Percentual de Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1887. 123
Gráfico 5. 1– Número Médio de Cabeças de Gado dos Rebanhos Eqüino e Bovino em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850, em função de diferentes dimensões das propriedades escravas. 147
Gráfico 5. 2– Número Médio de Cabeças de Gado dos Rebanhos Ovino, Suíno, Caprino e Asinino em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850, em função das diferentes dimensões das propriedades escravas. 147
Gráfico 5. 3 – Número Médio de Cabeças de Gado Bovino e Eqüino em Porto Alegre, entre 1851 e 1884, e em Sabará, entre 1851 e 1887, em Função das Diferentes Dimensões das Propriedades Escravas. 148
Gráfico 5. 4 – Número Médio de Cabeças de Gado Suíno, Ovino, Asinino e Caprino em Porto Alegre, entre 1851 e 1884, e em Sabará, entre 1851 e 1887, em Função das Diferentes Dimensões das Propriedades Escravas. 148
Gráfico 5. 5– Valores Médios, em réis, da Produção Agrícola Sabarense e Porto Alegrense em Função das Dimensões das Propriedades Escravas, entre 1800 e 1850 e entre 1851 e 1887. 153

Índice de Tabelas

Tabela 1. 1: Dados da Economia Norte-Americana Entre 1929 e 1940 13
Tabela 4. 1– Integrais das Funções de Preços Relativos em Função das Idades de Homens e de Mulheres Escravos Sadios em Diferentes Períodos do Século XIX. 106
Tabela 4. 2 – Significância Estatística dos Preços dos Recém-Nascidos Meninos e Meninas em Sabará e Porto Alegre em diferentes períodos do Século XIX. 110
Tabela 4. 3– Populações Cativas Brasileiras por Província no Século XIX 119
Tabela 4. 4 – Populações Escravas Brasileiras por Região entre 1819 e 1873 121
Tabela 4. 5: Relações entre as quantidades de escravos e de escravas sabarenses em diferentes períodos segundo o local de nascimento 126
Tabela 4. 6– Proporção de Representantes dos Gêneros Masculino e Feminino em Porto Alegre e em Sabará entre 1800 e 1887 132
Tabela 5. 1: Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, segundo a estrutura da propriedade de escravos. 140
Tabela 5. 2: Inventários de Sabará, entre 1800 e 1887, segundo as dimensões da propriedade de escravos 141
tabela 5. 3: Propriedade Média dos Maiores Escravistas (mais de 10 dez escravos por inventário) de Sabará e de Porto Alegre no Século XIX 142
tabela 5. 4: Número Médio de Escravos por Inventário em Porto Alegre e Sabará Segundo Diferentes Períodos do Século XIX 143
Tabela 5. 5: Índices de Gini para Posse de Escravos e Riqueza em Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1800 e o Fim da Escravidão em cada Comarca 144
tabela 5. 6: Diferenças Significativas entre as Médias de Cabeças de Gado, em Porto Alegre e Sabará ao longo do Século XIX, correlacionadas às dimensões da propriedade escrava 149
tabela 5. 7: Diferenças Significativas entre os Valores Médios dos Rebanhos, em Função das Dimensões das Propriedades Escravas, em Sabará e Porto Alegre no Século XIX. 149
tabela 5. 8– “Especialização Regional” na Produção Animal de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1850 em Função de Diferentes Faixas de Propriedades Escravas. 150
tabela 5. 9– “Especialização Regional” de Porto Alegre e de Sabará entre 1851 e 1884 quanto ao Número de Cabeças de Diferentes Tipos de Gado em Função de Diferentes Faixas de Propriedades Escravas. 151
tabela 5. 10: Significância das Diferenças de Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense em relação à Porto-Alegrense ao longo do Século XIX em função das Dimensões da Propriedade Escrava. 154
Tabela 5. 11: Significância das Diferenças de Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense e Porto-Alegrense em Função das Dimensões das Propriedades Escravas Declaradas nos Inventários, entre 1800 e 1850 e entre 1851 e o Término da Escravidão em Cada Comarca 155

Resumo

Esta tese procurou, a partir de dados coletados em fontes primárias relativas a duas distantes comarcas brasileiras no século XIX, testar algumas hipóteses explicativas para a economia do Brasil participando, desta maneira, do debate em torno do sentido da colonização entre 1800 e 1887.

Por meio da análise da integração de diferentes mercados então existentes (escravos, cavalos e bois), procurou analisar as relações existentes entre mercados internos e externos indicando a dominação do segundo sobre o primeiro.

Introdução

Esta tese pretende contribuir para o debate que se formou, em anos recentes, sobre a economia brasileira no século XIX. Não há porque negar que o ponto de partida resulta de uma determinada historiografia[1] que, procurando qualificar a compreensão anterior sobre o assunto, pôs em dúvida, de maneira veemente, alguns elementos do que havia sido afirmado por autores como Caio Prado Júnior, Fernando Novais, Celso Furtado e João Manoel Cardoso de Mello, dentre outros. Nestes termos, é uma tese que pretende resgatar alguns elementos do que foi por eles postulado, apresentando contra-argumentos às críticas que sofreram.

Para melhor compreender a crítica empreendida pelos expoentes da Escola do Rio, é necessário indicar os elementos fundamentais da mesma. Nestes termos, temos os argumentos de João Luís Fragoso em Homens de Grossa Aventura que demonstraram, dentre outras coisas, a relevância dos mercados internos do Centro-Sul brasileiro, assim como do tráfico de escravos com a África, para a formação de uma determinada elite mercantil sediada no porto do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830[2].

---

[1] Referimo-nos, aqui, a algumas das contribuições de Maria Yedda Leite Linhares, João Luís Fragoso e Manolo Florentino, expoentes do que se chama Escola do Rio.

[2] A crítica que pretendemos fazer não nega todos os argumentos apresentados pela escola do Rio. Pelo contrário, um de seus méritos foi contribuir para o debate em torno da existência de um mercado interno no Centro-Sul do Brasil, do que resultou uma menos apressada leitura da chamada historiografia tradicional. Esta releitura é importante na caracterização da economia do chamado setor de subsistência, que se definia em contraposição ao exportador. Abrigando um amplo leque de possibilidades no que respeita à produção de mercadorias para o mercado interno nos séculos XVIII e XIX, tais possibilidades dão conta tanto de uma certa produção camponesa, como a que havia nas colônias não-ibéricas do Rio Grande do Sul, quanto da produção escravista não-exportadora nesta província, em Minas Gerais, na província do Rio de Janeiro e mesmo no Vale do Paraíba de São Paulo, antes da cafeicultura. Cf. Alcir Lenharo – *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*, Rio de Janeiro, 1979; João Luís Fragoso – *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 - 1830*, Rio de Janeiro, 1998; Maria Yedda Leite Linhares – *História do Abastecimento: uma problemática em questão*, Brasília, 1979; Hernani Maia Costa – *O Triângulo das Barreiras – as barreiras do Vale do Paraíba Paulista 1835 – 1860*, São Paulo, 2001 (exemplar fotocopiado) e Robert Slenes "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX", Revista de Estudos Econômicos, vol. 18, número 3, págs. 449-495, dentre outros.

Apesar do período dizer respeito ao ocaso da dominação metropolitana sobre o Brasil, João Luís Fragoso o considera representativo do período colonial e, por isto, põe em dúvida algo fundamental para a historiografia econômica de mais longa data: a importância do exclusivo metropolitano para a extração de excedentes coloniais e, por este caminho, alguns elementos do próprio estatuto colonial brasileiro.

Para afirmá-lo, João Luís Fragoso apresenta argumentos da seguinte ordem:

1. o movimento geral de preços no Brasil no início do século XIX seria distinto do experimentado pela Europa no mesmo período[3];
2. o domínio fluminense sobre o tráfico de escravos acabaria por trazer para a órbita colonial uma importante fonte de extração de excedentes, representada pelas trocas desiguais estabelecidas pelo capital mercantil brasileiro entre o complexo exportador do Brasil, por um lado, e a África, por outro[4].
3. por fim, o próprio domínio sobre as trocas internas à colônia e ao país reforçariam a tendência para a acumulação de capitais nas mãos de residentes que, não obstante, ao menos no caso do Rio de Janeiro no período por eles estudado, tendiam a recriar as hierarquias sociais existentes[5].

Algumas das críticas a tais proposições, lançadas nos últimos anos, questionaram, dentre outras coisas, a extensão das conclusões obtidas a períodos anteriores ao ocaso da

---

[3] Cf. João Luís Fragoso – *op. cit.*, pág. 16.
[4] Cf. João Luís Fragoso – *op. cit.*, pág. 159.
[5] "Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante carioca em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais.(...)" Cf. João Luís Fragoso e Manolo Florentino – *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1840*, Rio de janeiro, 1998. Página 107.

dominação metropolitana[6]. Outros questionaram a validade dos métodos estatísticos empregados para afirmar, por exemplo, a independência dos ritmos de preços internos em relação aos europeus no início do século XIX[7].

Nesta tese, procuraremos aprofundar estes últimos questionamentos e oferecer argumentos contrários, defendendo as assertivas formuladas pela "historiografia tradicional" a partir do uso de dados obtidos por meio da leitura de inventários *post-mortem* em duas distantes localidades do Império Brasileiro: Sabará, no interior de Minas Gerais, e Porto Alegre, a capital da capitania e, posteriormente, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A escolha de tais locais se justifica tendo em vista serem suficientemente distantes um do outro para que os movimentos de preços de determinadas mercadorias, registradas nos inventários *post-mortem*, se coincidentes, fossem mais do que casuais, corroborando, portanto, uma das hipóteses lançadas pela própria Escola do Rio: a de que havia, efetivamente em funcionamento, um mercado interno no período. Por outro lado, não sendo coincidentes, a hipótese da existência de tal mercado ficaria prejudicada, indicando uma certa desarticulação das regiões brasileiras e, talvez, a inexistência de um mercado interno. Além disto, seria interessante contrastar as conclusões apresentadas pelos autores da mencionada escola, obtidos a partir da análise da economia da região mais dinâmica do Centro-Sul do Brasil, a do Rio de Janeiro, com informações oriundas das regiões que ela dominava.

---

[6] Cf. Stuart Schwartz - "Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil", in Latin America Research Review, vol. 31 (1), 1996.

[7] Cf. Eduardo Barros Mariutti, Luiz Paulo Ferreira Nogueról e Mário Danieli Neto - "Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino", in Estudos Econômicos, vol. 31, número 2, 2001.

A opção pela metodologia resumida no parágrafo anterior faz uso de estudos e argumentos apresentados por dois estrangeiros: Eli Heckscher e Emiliano Sereni. O segundo, estudando a formação do mercado nacional italiano, procurou verificar a existência de uma determinada integração mercantil por meio do comportamento de preços de diferentes localidades italianas, do que resultaram vetores de preços que continham os coeficientes de correlação das mencionadas localidades duas a duas. Colocados tais coeficientes em matrizes, calculava-se o determinante das mesmas[8]. No que respeita ao economista sueco, levou-se em consideração a análise que empregou para a localização, no espaço, dos fatores de produção. Afirmava ele que, em uma economia de mercado com livre movimentação dos fatores de produção, a localização dos mesmos é determinada pelas remunerações que recebem. Estas, por seu turno, dependem não apenas das relações quantitativas que os fatores de produção mantêm uns com os outros, mas também da existência de ambientes diferenciados, os quais são mais ou menos propícios para a produção de determinadas mercadorias.

A partir dos argumentos de Sereni e de Heckscher, procuramos entender o que houve com a economia brasileira ao longo do século XIX sob dois aspectos: a integração mercantil que a caracterizou e a localização dos escravos predominantemente nas regiões cafeicultoras, o que permitiu, seguindo os argumentos de Evaldo Cabral de Mello, que no Norte houvesse Abolição "com indenização" por efeito do tráfico interprovincial de escravos.[9]

[8] Em Física, o determinante de uma matriz pode ser empregado para conhecer o movimento esperado de uma determinada partícula submetida a forças com sentidos diferentes, resumindo-as.
[9] Cf. Evaldo Cabral de Mello – *O Norte Agrário e o Império 1871 – 1889.* capítulo 1: O norte, o sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos.

O uso de inventários se justifica pela uniformidade processual que os caracterizou no século XIX. Disto resultavam procedimentos comuns às duas comarcas que possibilitam ao historiador a análise de pontos distantes do território brasileiro a partir de um mesmo tipo de documento. Um inventário *post-mortem*, é necessário dizê-lo, era a peça jurídica fundamental para que legalizada fosse a passagem do patrimônio dos mortos para os vivos. Em sua confecção envolviam-se atores distintos: era necessário o escrivão para registrá-lo passo a passo; era necessário o juiz, que o julgava, o aprovava, o corrigia e ainda decidia sobre questões que os participantes levantassem; havia os herdeiros, em princípio os mais interessados na confecção do documento; havia os credores, não menos interessados do que estes últimos, dado que toda dívida tinha que ser reconhecida pelo juiz a partir de procedimentos específicos e paga, integralmente ou não, a depender do monte-mór[10] apurado, pois se o passivo fosse maior do que os ativos, estes últimos eram rateados entre os credores em função da proporção que cada qual detinha das dívidas do defunto; havia os louvados, a quem cabia a avaliação dos bens deixados; havia, também, os escravos que a tudo assistiam com atenção[11], pois o destino de cada um se ligava aos arranjos estabelecidos entre os herdeiros, no caso de partilha amigável, ou pelo juiz, em caso contrário; o próprio imperador poderia envolver-se, mais figuradamente do que na realidade, pois era às *reais justiças de sua majestade imperial* que os aflitos, em leito de morte, rogavam para que fossem cumpridas as disposições testamentárias[12], sendo em

[10] Este termo, tanto em Sabará quanto em Porto Alegre, designava o valor total dos bens inventariados.
[11] O destino das comunidades escravas formadas ao longo do tempo, sob o domínio de um mesmo senhor, ou de vários senhores, se encontrava ameaçada pelos mecanismos mercantis da própria escravidão, assim como pelas partilhas, razão pela qual, tanto quanto possível, os escravos deviam saber se fazerem ouvir quando a expectativa de separação se tornava maior.
[12] Um exemplo de suplica às imperiais justiças de Sua Majestade pode ser encontrado no testamento de Francisco Salles Rodrigues, no capítulo 3 desta tese.

nome dele que o Tribunal da Relação, no Rio de Janeiro, exarava sentenças quando convocado; etc.

Analisamos, ao longo dos anos de 1996 a 2001, 996 inventários, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e no Museu do Ouro, em Sabará, sendo 345 da primeira instituição e 651 da segunda. O período escolhido foi de 1800 a 1887 em razão da crença, inicial, de que nele teria a economia brasileira passado por dois momentos distintos: uma primeira fase de estagnação, iniciada ainda no século XVIII com a decadência da economia de mineração, e uma segunda, com o florescimento da cafeicultura e o reestabelecimento de uma dinâmica exportadora de peso[13]. Queríamos, pois, analisar duas conjunturas distintas, sendo o ano de 1887 escolhido como limite em virtude de ser o último em que encontramos inventários com escravos, cujos preços, adiantamos, são fundamentais para a periodização do ciclo econômico.

Esta tese se divide em cinco capítulos e em uma conclusão, além desta introdução. No primeiro capítulo procuramos desfazer alguns mal-entendidos acerca da "historiografia tradicional" em sua vertente econômica objetivando, tanto quanto possível, esclarecer alguns dos postulados apresentados por autores como João Manoel Cardoso de Mello, Celso Furtado e Fernando Novais indicando as escolas teóricas a que se filiavam as obras que produziram e contextualizando os argumentos por eles apresentados no âmbito dos conceitos de cada uma. No segundo capítulo abordamos um tema mais caro à historiografia

[13] A dinâmica exportadora aludida foi reforçada pelo advento da cafeicultura e não por ela criada. De fato, nas últimas décadas do século XVIII, como adiante argumentaremos de modo mais detalhado, a decadência da mineração foi compensada de maneira parcial, no âmbito da economia da América Portuguesa, por uma certa diversificação produtiva que tendeu a minimizá-la. Assim, diferentemente do que havíamos pensado, não há duas conjunturas econômicas diversas, mas apenas uma de contínuo crescimento econômico. Sobre a suposição de duas conjunturas de crescimento econômico, cf. Celso Furtado – Formação Econômica do Brasil, Brasília, 1962 – capítulo XXV; Sobre a existência de uma certa continuidade do crescimento iniciado no século XVIII, cf. José Jóbson de Andrade Arruda – *O Brasil no Comércio Colonial (1796 – 1808) – contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*, São Paulo, 1972 – capítulo Quinto (mimeo).

norte-americana[14] do que à brasileira: a questão da racionalidade econômica em uma sociedade escravista como a do Brasil. No terceiro capítulo procuramos caracterizar as economias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul em suas relações com o mercado interno. Procuramos, também, enfatizar as relações entre Estado Nacional e Mercado Nacional, tema caro ao já mencionado economista sueco Eli Heckscher. No quarto capítulo procuramos participar do debate iniciado por Roberto Borges Martins com sua tese de doutorado, intitulada *Growing in Silence*, acerca dos problemas demográficos de Minas Gerais no século XIX relacionando-os com a racionalidade escravista expressa nos preços dos cativos. No último, por fim, procuramos caracterizar a produção mercantil de Porto Alegre e de Sabará correlacionando-as com o mercado nacional brasileiro e com a economia de exportação que, defendemos, continuou, século XX adentro, sendo fundamental para explicar as oscilações da economia brasileira, conforme salientado por Caio Prado Júnior em sua interpretação brilhante acerca do sentido da colonização.

Para esta tese, são fundamentais os seguintes argumentos, os quais não são todos dela originários:

1. que havia um mercado interno ao Centro-Sul do Brasil, no século XIX;
2. que o advento da Independência eliminou nosso estatuto colonial, embora tenham sido mantidas as relações de produção erigidas no período anterior, reinserindo o país na periferia do mundo capitalista;
3. que tais relações possuíam uma determinada inteligibilidade, a qual pode ser apreendida por meio de diferentes fenômenos como, por exemplo: a) o aumento dos preços dos escravos em função da variação das receitas de exportação de café; b) a

[14] Em *Time On the Cross*, de Fogel e Engerman, e em *Without Consent or Contract*, de Robert Fogel, o problema da racionalidade econômica dos senhores de escravos é constantemente referido e contextualizado no âmbito do debate historiográfico dos Estados Unidos.

concentração da propriedade escrava nas mãos de poucos proprietários, assim como na concentração espacial da população cativa no Sudeste; c) um certo aumento geral de preços atestando uma certa vitalidade econômica da economia brasileira a partir de seu setor exportador[15].

No que diz respeito ao método empregado, é necessário frisar alguns pressupostos implícitos neste trabalho. Trata-se de uma tese em História Econômica, um campo de estudo que se encontra na fronteira entre História e Economia. Como tal, procurou fazer uso dos modelos econômicos sem, no entanto, confundi-los com a realidade. Desta maneira, até onde conseguimos, procuramos distinguir as abstrações necessárias ao entendimento da realidade da apreensão da mesma.

Por fim, quanto ao estilo da escrita, é necessário dizer que, sendo produto de um campo híbrido, como é o da História Econômica, foi necessário adaptar a linguagem para atender aos possíveis leitores formados ou em História ou em Economia, o que ocasionou perdas de concisão em benefício de uma maior clareza de nossos argumentos.

[15] Ainda que entre 1817 e 1852 tenha havido um movimento de queda dos preços na Europa, o mesmo não se processou no Brasil, o que sugeriu a João Luís Fragoso, em Homens de Grossa Aventura, a ocorrência da independência de ritmos entre o Brasil e o resto do mundo, atestando uma certa vitalidade da economia nacional. A partir deste raciocínio, este autor criticou Celso Furtado, que identifica fenômeno semelhante na década de 30 do século XX. Ocorre que um e outro evento tiveram significados completamente diferentes, conforme explicitado no capítulo 1 desta tese: a independência de ritmos a partir da Crise de 1929 quebrou um padrão de comportamento econômico que caracterizou a economia brasileira por séculos: a dependência do todo em relação ao setor externo. No século XIX, a inflação brasileira resultou, como detalhamos na conclusão desta tese, do desenvolvimento de um novo setor exportador.

Capítulo 1- Elementos teóricos para a compreensão da economia brasileira nos séculos XIX e XX.

1. 1 - Economias Periféricas e Economias Centrais

Celso Furtado, em depoimento registrado no livro Conversas com Economistas Brasileiros, afirmou que elemento fundamental em Formação econômica do Brasil foi a indicação da mudança do centro dinâmico da economia brasileira a partir da década de 30[16]. Tal mudança expressar-se-ia pela alteração do predomínio do mercado externo para o mercado interno na formação da renda nacional.

João Luís Fragoso, em Homens de Grossa Aventura, supôs ter identificado no século XIX sinais do descolamento de ritmos entre o mercado interno e o externo. Para ele, tal identificação alteraria profundamente a compreensão corrente sobre a história da economia brasileira porque, se verdadeira, diversos elementos fundamentais com os quais a historiografia anterior se acostumara, dentre estes o problema do momento da mudança do centro dinâmico aludido, estariam equivocados, sendo necessário, portanto, reescrever nossa história econômica a partir de elementos diversos daqueles predominantes até então.

De nosso ponto de vista, as suposições de Fragoso estão equivocadas e adiante procuraremos, por meio de dados estatísticos, prová-lo. Antes de fazê-lo, porém, entendemos que é necessário retomar alguns elementos teóricos da historiografia criticada de maneira a explicitá-los considerando o que compreendemos como fundamental para o entendimento de nossa história econômica.

---

[16]**"***...Consegui comparar, já naquela época, os dados do comportamento da economia brasileira com os da economia dos Estados Unidos, e mostrei como a economia norte-americana continuou afundando até 1933, e o Brasil, já desde 1932, estava crescendo. Portanto não crescia como economia reflexa,mas por dinâmica própria. Inventei o conceito de deslocamento do centro dinâmico. Isso fez com que muita gente compreendesse melhor o Brasil, o que considero o lado mais sedutor do livro."* Cf. C. Biderman,, L. F. Cozac e J. M. Rego(orgs) – *Conversas com Economistas Brasileiros,* São Paulo, 1996. Pág. 75.

Para parte considerável dos economistas e pensadores sociais brasileiros das décadas de 1940 em diante, a caracterização da economia brasileira passava pela constatação de que era ela subdesenvolvida, atrasada, não-industrializada e mesmo dependente. Os quatro termos foram usados ora como sinônimos, ora como desdobramentos uns dos outros, como explicado por Roberto Campos em entrevista sobre sua trajetória pessoal e intelectual[17]. Havia o consenso de que tal situação era transitória e que caminhávamos para a superação de nosso passado econômico e social[18].

Tal constatação, da parte de Celso Furtado, se expressou pela compreensão de que o centro dinâmico da economia brasileira se alterara a partir da Crise de 1929, pela adoção de políticas específicas de sustentação da renda que não apenas possibilitaram uma mais rápida saída da crise como, ao mesmo tempo, levaram ao crescimento do PIB sem aumentar a capacidade de importar, que era dada pelas exportações. Nestes termos, a economia brasileira teria passado por um crescimento considerável, entre 1929 e 1939, que resultara em um PIB 50% maior no final do período em relação ao seu início, tendo apenas metade

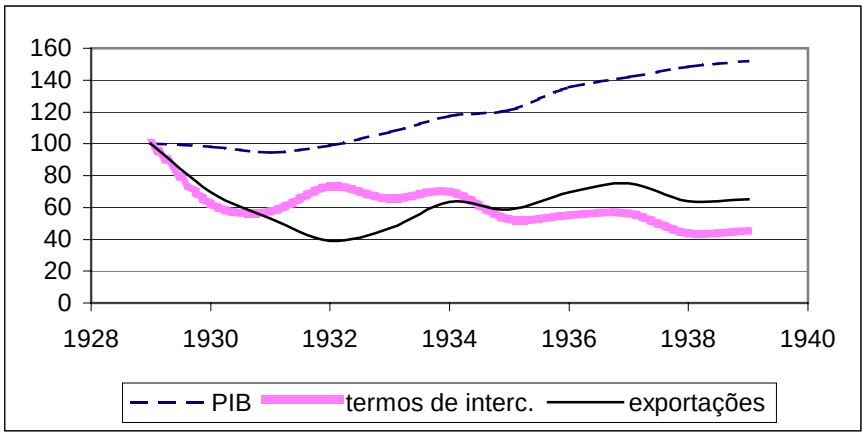
---

[17] *"Naquela ocasião(década de 40) não se usava, ainda, o termo subdesenvolvido, ou mesmo "país em desenvolvimento". Falava-se em países adiantados, países atrasados ou países ricos e países pobres. É curioso como esta semântica evoluiu. Quando eu estava na universidade, durante a Segunda Guerra Mundial, as expressões usadas eram: backward countries ou advanced countries. Ou então poor ou rich countries. Depois, quando se criou a ONU, com seus órgãos de cooperação internacional, as definições se tornaram um pouco menos pessimistas. A denominação backward countries dava impressão de atraso fatal e no pós-guerra vicejou a idéia de que a cooperação internacional seria um excelente instrumento de desenvolvimento econômico. Começou-se a pensar em termos mais dinâmicos. A terminologia mudou. Passou-se a usar a expressão enderdeveloped countries, com a idéia de que se tratava de uma situação temporária, uma fase do processo de desenvolvimento que eventualmente os transformaria em países desenvolvidos. Depois houve ainda um grau maior de otimismo. Em vez de underdeveloped, passou-se a falar de less developed countries. Num terceiro estágio a terminologia mudou para developing countries. Depois veio a expressão newly industrialized countries, para indicar aqueles que já tinham ascendido a um certo nível de industrialização.(...)"* Cf. C. Biderman, L.F. Cozac e J. M. Rego – *op. cit.*,1996. Pág 35.

[18] *"Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais novos podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna..."* Cf. João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novais – "Sociabilidade Moderna e Capitalismo Tardio", in História da Vida Cotidiana no Brasil, São Paulo, vol. IV, 1998. Pág. 560.

da capacidade importadora em razão da evolução desfavorável dos termos de intercâmbio[19] e das exportações, como pode ser ilustrado pelo gráfico 1.1:

Gráfico 1. 1 – Evolução dos Termos de Intercâmbio, das Exportações e do PIB brasileiro entre 1929 e 1939 (1929 = 100)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Abreu, 1990. Págs 396 a 411

Tal comportamento foi atípico considerando nosso passado: desde sempre, explicava Celso Furtado em Formação econômica do Brasil, as variações do crescimento econômico brasileiro se associaram com mecanismos relacionados às exportações e, deste modo, esta mudança de comportamento deveria ser analisada.

Furtado tipifica a economia brasileira a partir de considerações então em voga. Nestes termos, era uma economia que não poderia ser qualificada de desenvolvida, ou pertencente ao grupo dos países centrais em razão, dentre outras características, de seu caráter reflexo.

Nos termos da época, se chamava reflexa à economia que crescia ou se retraía em função das relações exteriores mantidas com outras economias. Um dos principais

[19] Termos de intercâmbio são as relações entre os índices de preços das mercadorias exportadas dividido pelos das mercadorias importadas.

elementos da demanda dos produtos nacionais era o consumo estrangeiro. A mudança do centro dinâmico, acima aludida, dava à economia brasileira motivos para euforia: havíamos perdido a marca maior da economia reflexa, mas ainda não tínhamos adquirido as marcas de uma economia desenvolvida.

1. 2 - Investimentos e Exportações: diferenças nas dinâmicas econômicas do Centro e da Periferia

A caracterização das economias periféricas e centrais repousa sobre considerações em torno da relevância dos investimentos e da balança comercial para a variação da renda nacional. Para melhor compreensão, optamos pelo uso da identidade da renda nacional, abaixo exposta:

$Y = C + I + G + (X – M)$, onde:

Y é a renda nacional;

C é o consumo;

I são os investimentos;

G são os gastos do Estado;

(X-M) é o resultado da balança comercial.

Para a macroeconomia que passou a se desenvolver ao longo da década de 30, a principal variável, dentre as mencionadas, que mais varia ao longo do tempo e, portanto, melhor explica as variações da renda nacional, é I. As razões para tanto são várias, sendo determinante para a compreensão dos fenômenos associados aos investimentos a identificação do que os determina: as taxas de juros e o estado das expectativas dos empresários. Nos países centrais, as possibilidades de manipulação das taxas de juros para

estimular os investimentos são relativamente mais amplas do que nos países periféricos que, como demonstraremos adiante, são financeiramente dependentes daqueles. De toda forma, tendo a macroeconomia se desenvolvido mais profundamente a partir do ambiente acadêmico e social dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, é proposta, como medida de compensação para a queda dos investimentos, quando a redução das taxas de juros é insuficiente para reaquecer a demanda agregada, uma ampliação dos gastos do Estado, o que nas economias periféricas nem sempre é possível fazer, dada a dependência financeira aludida.

Para ilustrar o que afirmamos no parágrafo anterior, fazemos uso dos dados apresentados por Mankiw para a economia norte-americana entre 1929 e 1940:

Tabela 1. 1: Dados da Economia Norte-Americana Entre 1929 e 1940

ANO	PIB	Taxa de Desemprego	C	I	G	r	M'	Inflação	Taxa de juros real
1929	203,6	3,2	139,6	40,4	22	5,9	26,6		
1930	183,5	8,9	130,4	27,4	24,3	3,6	25,8	-2,6	6,2
1931	169,5	16,3	126,1	16,8	25,4	2,6	24,1	-10,1	12,7
1932	144,2	24,1	114,8	4,7	24,2	2,7	21,1	-9,3	12
1933	141,5	25,2	112,8	5,3	23,3	1,7	19,9	-2,2	3,9
1934	154,3	22	118,1	9,4	26,6	1	21,9	7,4	-6,4
1935	169,5	20,3	125,5	18	27	0,8	25,9	0,9	-0,1
1936	193,2	17	138,4	24	31,8	0,8	29,6	0,2	0,6
1937	203,2	14,3	143,1	29,9	30,8	0,9	30,9	4,2	-3,3
1938	192,9	19,1	140,2	17	33,9	0,8	30,5	-1,3	2,1
1939	209,4	17,2	148,2	24,7	35,2	0,6	34,2	-1,6	2,2
1940	227,2	14,6	155,7	33	36,4	0,6	39,7	1,6	-1

Fonte: N. Gregory Mankiw – *Macroeconomics*, Nova York, 3ª edição, 1997. Págs 286 e 287. PIB, C, I e G são medidos em bilhões de dólares de 1958, r é medida em percentil, a taxa de juros é a *prime commercial paper* de 4 a 6 meses, a oferta monetária (M') é a soma dos depósitos bancários com o papel moeda em poder do público em bilhões de dólares, a inflação é a mudança percentual do deflator do PIB que tem o ano de 1958 como índice 100.

Por meio da tabela acima, verificamos que a variação do PIB norte-americano no início da Grande Depressão se deveu, em grande parte, à retração dos investimentos, que passaram de 40,4 bilhões de dólares, em 1929, para 4,7 em 1932, apesar da queda da taxa de juros nominal (r). O consumo não caiu de maneira proporcional à queda dos

investimentos. O desemprego, por outro lado, cresceu mais que proporcionalmente, passando de uma taxa de 3,2% da população economicamente ativa no ano da quebra da Bolsa de Nova York para 25,2% em 1933. Se os gastos do Estado (G) tivessem o comportamento tal como pregado pelo mais ortodoxo dos economistas, a recessão teria sido ainda mais profunda, pois sendo as receitas tributárias proporcionais ao PIB, os gastos deveriam ter variado em igual proporção para cumprir o dispositivo de défice público zerado, o que não ocorreu. Mesmo antes de iniciado o New Deal, o Estado gastava mais do que arrecadava financiando-se, provavelmente, por meio da dívida pública e não da oferta monetária (M), que tendeu a cair juntamente com o PIB. A partir de 1933, porém, o gasto público parece ter sido financiado mais pela emissão monetária do que pela contração de novas dívidas, o que não levou a uma inflação descontrolada como atualmente supõe o senso comum. De fato, a recuperação econômica norte-americana se inicia em tal ano, coincidindo com o aumento dos gastos públicos, os quais passam a estimular os investimentos.

A manipulação das taxas de juros nominal (r) combinadas à política monetária não foi das mais virtuosas considerando a variação negativa da inflação nos anos iniciais da Grande Depressão. Para a realização dos investimentos é necessário que a taxa de juros real (diferença entre a taxa de juros nominal e a inflação) seja atrativa para os empresários. Verifica-se que o comportamento inicial da taxa de juros real foi desfavorável a I em razão da deflação (inflação negativa) verificada no período.

A manipulação da taxa de juros de maneira autônoma pode ser feita por países que não têm problemas no balanço de pagamentos: não precisando atrair capitais estrangeiros, em moeda forte, para saldar os compromissos externos, tais países podem manipular autonomamente a taxa de juros nominal para adequá-la às expectativas dos empresários, o

que se verifica na tabela 1.1: a tendência de r é de queda, aproximando-se de zero ao longo da década. Além disto, podem aumentar os gastos públicos pela simples emissão monetária, sem sofrer retaliações financeiras internacionais. No caso dos Estados Unidos, como não estavam submetidos a um comitê de bancos credores estrangeiros, como o Brasil com no início da Velha República, tinham a soberania necessária para influenciar os índices de preços e, por esta via, evitar deflações, as quais tendem a anular a queda da taxa de juros nominal mantendo a taxa de juros real constante ou em elevação, como no início da Grande Depressão.

Nas economias periféricas, diferentemente das economias centrais, a variável de maior significado para a determinação dos investimentos são as exportações. São elas que respondem por parte considerável das variações do ciclo econômico e, a partir delas, se formam as expectativas dos empresários. Desta maneira, ainda que os governos dos países periféricos queiram, um aumento dos gastos públicos para reativar a demanda agregada não aumenta as exportações e, por esta via, não estimula os investimentos. Além disto, uma vez que as importações dependem das exportações, a queda destas associada à estabilidade econômica por meio de políticas compensatórias cria défices na balança comercial, o que cria diversos problemas.

De um modo geral, tais problemas associam-se, por um lado, à variação cambial decorrente do défice comercial, por outro, às maiores dificuldades de pagamento dos compromissos da dívida externa. Se possível, os bancos credores pressionarão em favor de uma taxa de juros mais elevada para atrair os capitais necessários para o pagamento dos compromissos externos. Tal atitude, supondo que os investimentos sejam realizados por meio de empréstimos bancários, tem o efeito de eliminar os esforços do Estado para evitar a recessão advinda da crise do setor exportador. Desta maneira, o destino das sociedades

periféricas em recessão seria aguardar a retomada da demanda pelas exportações, isto é, esperar que as economias centrais se recuperassem, caso a crise no setor exportador decorresse de uma recessão nos países centrais.

Um outro elemento a diferenciar a Periferia do Centro é o comportamento específico de cada qual em relação à balança de serviços e à de capitais. De fato, a Periferia tende a realizar remessas líquidas positivas para o exterior, correspondendo ao pagamento de juros, lucros, dividendos, salários e aluguéis, computados na balança de serviços. A razão para tanto são os investimentos dos países centrais no exterior. Os serviços da dívida externa da periferia, criados por estes investimentos, contribuem para a existência de pressões nos balanços de pagamentos dos países periféricos, a não ser que haja um constante fluxo de capitais que cubra os défices em conta corrente, o que nem sempre acontece.

A instabilidade política e a inadimplência dos governos periféricos, dado o comportamento errático dos fluxos internacionais de capitais, tendiam a ser evitadas por meio da busca de empréstimos com banqueiros dos países centrais que exigiam austeridade fiscal como pré-condição para emprestar. A austeridade fiscal é pró-cíclica em relação ao PIB, ou seja, tende a acentuar as características tanto da recessão quanto da expansão econômica. Com isto, a redução dos gastos do Estado, quando o país entrava em crise econômica, tenderia a reforçar a redução da demanda agregada e, por esta via, aprofundaria a recessão em curso[20].

[20] De fato, no caso brasileiro, o século XIX parece ser marcado, no plano financeiro, pela contínua fuga aos padrões aceitos de política econômica: enquanto teoricamente imperava o padrão-ouro, praticávamos a não conversibilidade, para espanto de muitos:

> " *A esse papel se prende toda a vida econômica e financeira do Brasil.*
>
> ***Teria sido ele, o regulador da circulação de todos os valores que representam a riqueza de nossa terra.***

A superação de um tal estado de coisas não poderia ser lograda, na visão de muitos economistas, pela reprodução constante do processo. Isto porque a dependência em relação ao consumo dos países centrais impunha restrições advindas da própria dinâmica envolvendo produtos primários, típicos da Periferia, e produtos industriais, produzidos no Centro.

Na medida em que os países periféricos aumentam a produção de matérias-primas e alimentos, os preços dos mesmos tendem a declinar. Tal declínio não é problemático se a resposta da demanda é mais do que proporcional à queda de preços[21], do que resulta um aumento das receitas das exportações. Uma situação como esta é verossímil quando o produto em questão é considerado bem de luxo e o caso do café, no mercado norte-americano e europeu, exemplifica o que estamos dizendo. Por força da oferta brasileira, os preços tenderam, no século XIX, a cair em tais mercados, permitindo a generalização de seu uso pelos trabalhadores, do que resultou deixar de ser produto de luxo[22]. A partir deste momento, a situação do país periférico, o Brasil no caso, se complica, pois os bens normais possuem comportamento diferente do experimentado pelos bens de luxo: à queda de preços nem sempre corresponde um aumento mais do que proporcional da demanda[23]. No longo prazo, a tendência para a queda das receitas de exportação ou, na melhor das hipóteses, sua

---

E no entanto, esse instrumento de permuta que tantas e tão poderosas vantagens tem produzido entre nós, em proporção das quais as desvantagens são mínimas, tem sido alvo de ataques, injúrias e até calúnias, que lhe não foram poupados mesmo por homens eminentes de nossa terra" Cf. Ganns, C. (organizador e prefaciador): Sousa, Irineu Evangelista de (Visconde de Mauá): *Autobiografia (exposição aos credores e ao público) e O Meio Circulante no Brasil*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde Editor, 1942.

[21] Tecnicamente se fala que, neste caso, a elasticidade-preço da demanda é maior do que um.

[22] *"(...)É preciso distinguir, muito claramente, dois períodos, o de generalização do consumo mundial e o de post-generalização. No primeiro, seria inevitável uma queda dos preços para que o café se integrasse ao consumo de amplas camadas da população dos países importadores, perdendo seu caráter de produto colonial. No segundo, não se delinearia qualquer tendência definida dos preços, mas se estabeleceria tão-somente um limite superior, acima do qual o café seria excluído do "consumo popular"".* Cf. João Manoel Cardoso de Mello – *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, Campinas, 1998. Página 68.

[23] Neste caso, a elasticidade-preço da demanda é menor do que um.

estagnação, se define a partir do momento em que ocorre a post-generalização mencionada por Mello. Dada a dependência do PIB em relação às receitas de exportação do "produto-rei", à queda ou estagnação das exportações corresponde igual movimento quanto à renda nacional.

Uma situação como a do parágrafo anterior não é típica de país central por diversas razões, das quais preferimos enfocar a capacidade de geração de inovações, por um lado, e a baixa dependência de tais países em relação às exportações, por outro. De fato, como anteriormente dito, nos países centrais a variável investimentos é responsável pela maior parte das variações do PIB. Os investimentos são realizados considerando a ampliação da oferta de produtos para o mercado interno, ainda que parte da produção possa vir a ser exportada. Além do mais, é nos países centrais, e não nos periféricos, que as inovações normalmente ocorrem, inclusive com o lançamento de novos produtos que possuem dinâmica específica e caracterizam a sociedade de consumo.

1. 3 - Diferenças Simbólicas das Inovações em Países Periféricos e Centrais – um parêntese

Nas sociedades de consumo, segundo Jean Baudrillard, as mercadorias têm função semelhante à que tiveram, outrora, determinados objetos em algumas sociedades tradicionais. Nestas, a cada indivíduo, pela condição de nascimento, são destinados determinados objetos que servem para conferir-lhe identidade, estando cada qual impedido de fazer uso dos objetos identificadores do grupo social a que não pertence. Na sociedade de consumo, embora todos possam adquirir qualquer objeto, desde que para tanto possuam renda suficiente, recria-se a identificação social dos grupos que acessam maiores ou menores porções de renda por meio da ostentação de mercadorias que, pela dinâmica da

própria sociedade, mudam de significado constantemente[24]: objetos relativamente caros são de uso exclusivo dos extratos mais elevados de renda, enquanto os mais baratos são de consumo generalizado. O que é típico das sociedades capitalistas mais avançadas, porém, é a passagem dos objetos de uma condição à outra: alguns deles, quando lançados são caros e, por isto, consumidos apenas pelos mais ricos, transformando-se em símbolos de condição social superior. Na medida em que a renda média da sociedade se eleva e em que se tornam mais baratos, por força dos ganhos de produtividade repassados aos preços, perdem o significado que tinham e passam a ser de consumo popular, por assim dizer. A transformação de significado abre espaço para que novos produtos sejam lançados no mercado e venham a ocupar as funções dos que se popularizaram.

Nos países centrais, a dinâmica acima indicada é aplicável. Na Periferia, porém, ela funciona de maneira restrita. Em primeiro lugar, dada a baixa renda per capita dos países periféricos, a velocidade da generalização do consumo é mais lenta. Por isto, apenas parte da população periférica tem acesso aos bens de consumo mais sofisticados, do que resulta uma certa permanência, no tempo, de símbolos de status social que, no Centro, já mudaram de significado. Em segundo lugar, ainda que as elites periféricas se sintam tentadas a consumir o que de mais avançado há, os problemas de balanço de pagamentos tendem a limitar a capacidade de consumo deste extrato da população.

---

[24] *"Confrontar o crescimento das necessidades e o aumento da produção equivale a pôr em evidência a variável da 'intermediária' decisiva, que é a diferenciação. A relação deve estabelecer-se, portanto, entre a diferenciação crescente dos produtos e a procura social de prestígio. Ora, a primeira é limitada, mas não a segunda. Não existem limites para as 'necessidades' do homem enquanto ser social (isto é, enquanto produto do sentido e enquanto relativo aos outros em valor). A absorção quantitativa de alimentos é limitada, o sistema digestivo é limitado, mas o sistema cultural de alimentação revela-se como indefinido. E, sem embargo, representa um sistema relativamente contingente. É precisamente aí que residem o valor estratégico e a astúcia da publicidade: atingir cada qual em função dos outros, nas suas veleidades de prestígio social reificado. Nunca se dirige apenas ao homem isolado; visa-o na relação diferencial e quando dá a impressão de retardar as suas motivações profundas, fá-lo sempre de modo espetacular, isto é, convoca sempre os vizinhos, o grupo, a sociedade inteiramente hierarquizada para o processo de leitura e de encarecimento que ela instaura."* Cf. Jean Baudrillard – *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, 1991. Página 64.

Tal limitação tende a se aprofundar em razão do seguinte fenômeno: enquanto a demanda pelos produtos da Periferia, por parte do Centro, pouco varia em função dos preços, o inverso acontece, na Periferia, com os produtos do Centro. Além disto, na medida em que as rendas de uma e de outra parte do mundo tendem a crescer, espera-se uma maior demanda dos países periféricos pelos produtos do Centro[25] do que o inverso[26]. Assim, no longo prazo, a tendência é o estrangulamento da balança comercial dos subdesenvolvidos em razão das diferenças de comportamento acima aludidas, dentre outras.

1. 4 - Deslocamento do Centro Dinâmico e Dinâmicas de Valorização do Capital – propostas diferentes para a periodização da história econômica brasileira

Identificar o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira significava a possibilidade de uma passagem para a sociedade brasileira, como fez Furtado. A partir desta constatação, supomos, tal autor procurou indicar as raízes da situação que aos poucos era deixada para trás, isto é, as raízes de nosso subdesenvolvimento e, para tanto, optou por analisar a dinâmica, ao longo do tempo, entre os dois setores em que a economia brasileira foi dividida na maior parte de sua história: o de subsistência e o exportador, o que faz o autor nas quatro primeiras partes de seu livro Formação econômica do Brasil.

O setor exportador brasileiro teria se formado ainda no período colonial por meio da própria colonização, que criou as condições necessárias para o estabelecimento das primeiras unidades produtivas voltadas para o atendimento de demandas estrangeiras. Assim, o açúcar teria sido o primeiro produto de exportação e as instituições que lhe foram

[25] Aqui estamos supondo que a elasticidade-renda da demanda da Periferia em relação aos bens produzidos pelos países industrializados é maior do que um, isto é, a um aumento da renda dos países periféricos, corresponde um aumento da demanda por tais bens de maneira mais do que proporcional.
[26] A elasticidade-renda da demanda dos países centrais por exportações dos países periféricos tende a ser inferior a um.

fundamentais moldaram, de certa maneira, o futuro: a escravidão e o latifúndio marcariam definitivamente o cenário social brasileiro.

A economia brasileira teria sido, ao longo de mais de três séculos, bissegmentada nos seguintes termos: o setor exportador teria altas rendas, seria voltado para o exterior, seria fortemente mercantilizado, teria por base a propriedade privada sobre a terra em grandes extensões e, por fim, empregaria escravos. Já o outro setor teria um baixo nível de mercantilização, se estabeleceria além da fronteira agrícola, teria baixos rendimentos e se caracterizaria por outras relações de produção que não a escravidão, embora não se possa excluí-la de antemão, a não ser idealmente.

As relações entre tais setores contariam com a seguinte dinâmica: o setor exportador, quando em crescimento, tenderia a se especializar na produção para exportação, tornando-se parcialmente dependente do fornecimento de mercadorias pelo setor de subsistência. Esta dependência garantiria a este último um maior grau de mercantilização e maiores rendas. Quando, porém, o setor exportador entrava em crise, o resultado era a perda dos vínculos mercantis com o de subsistência e a tendência para a autonomização, tanto quanto possível, das condições de reprodução das unidades produtivas exportadoras. A crise no setor exportador resultava, nestes termos, em queda do nível de renda e na regressão das unidades infra-marginais para a economia de subsistência. O setor de subsistência, dada a baixa dependência que tinha em relação à circulação de mercadorias, tendia a sobreviver a partir dos próprios recursos, consumindo-os e reproduzindo-os.

Um grave problema para o setor exportador era a questão da reprodução da mão-de-obra, que supostamente tinha taxas de crescimento vegetativo inferiores a zero: quando em crise, as condições para a importação de escravos tornavam-se piores, resultando disto a tendência para a supressão das unidades produtivas exportadoras se não obtivessem

rendimentos mínimos capazes de garantir a substituição dos mortos, dos estropiados, dos fugitivos e dos libertos.

A análise de Furtado sobre tais setores, ao longo do tempo, ainda que teça considerações que dizem respeito a cada situação efetivamente vivida pela economia brasileira, privilegia a dinâmica acima indicada. Assim, o Nordeste teria passado por um longo processo de decadência iniciado em meados do século XVII e momentaneamente revertido no início do século XIX, quando a Revolução Haitiana abriu espaço para uma melhora nos preços do açúcar, possibilitando um certo crescimento econômico. Entre um período e outro, o que se viu foi a manutenção da produção em níveis baixos em relação ao potencial existente, com conseqüências para o setor de subsistência nordestino. A economia de mineração, por outro lado, teria experimentado algo pior, ainda que dentro da dinâmica mencionada: com o esgotamento dos filões auríferos, as regiões antes caracterizadas por altas rendas passam a vegetar. Para Furtado, movidos pela ilusão de novas e compensadoras descobertas, teriam os mineiros exaurido os próprios capitais em buscas infrutíferas ao longo das últimas décadas do século XVIII. Ainda dentro da dinâmica mencionada, temos o caso da borracha, que após sofrer concorrência da Malásia leva a Amazônia a um profundo grau de estagnação econômica.

A quebra de um tal padrão de comportamento da economia brasileira se daria com o surgimento de um terceiro setor, o industrial, que se relacionaria com os outros dois da seguinte maneira: dependeria do exportador para obter as cambiais com as quais comprar máquinas e matérias-primas e, por outro lado, dependeria do setor de subsistência para obter mão-de-obra farta e barata.

O setor industrial seria o principal responsável pela mudança do núcleo dinâmico da economia brasileira, uma vez que, localizado nas cidades, tenderia a satisfazer as demandas

surgidas nos meios urbanos, substituindo as importações de outrora. Ainda assim, encontraria dificuldades para se desenvolver, as quais seriam maiores ou menores a depender da região em que se localizava.

Nestes termos, a periodização da economia brasileira, por Furtado em Formação econômica do Brasil, levaria em conta dois momentos, ainda que o primeiro se subdivida em razão do predomínio deste ou daquele produto de exportação: antes e depois da mudança do centro dinâmico. Esta obra de Furtado foi objeto de críticas ao longo do tempo. Consideraremos, para os objetivos desta tese, aquela que nos parece mais pertinente quanto à questão da periodização: O Capitalismo Tardio, de João Manoel Cardoso de Mello. Este autor, ainda que não negue o elemento fundamental da tese de Furtado (a mudança do centro dinâmico), opta por um enfoque diferente: as possibilidades de valorização do capital ao longo do tempo. Indicava cinco fases distintas para a história econômica brasileira: a colonial, a nacional-exportadora com mão-de-obra escrava, a nacional-exportadora com trabalho livre, a de industrialização restringida e, por fim, a de industrialização pesada. Os marcos que dividiriam as fases seriam o processo de Independência, a Abolição, a Crise de 1929 e, por fim, a viabilização, pelo Estado, de uma série de investimentos, complementares e concentrados no tempo, que permitiram a instalação da indústria pesada no Brasil. O último divisor, portanto, não é um evento político, como foram os dois primeiros, nem um evento econômico associado a um movimento político, como o terceiro, mas a consecução do Plano de Metas de JK[27].

[27] A respeito da diferenciação entre a industrialização restringida e a industrialização pesada: *"Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, as forças de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num só golpe, o*

As possibilidades de valorização do capital dizem respeito aos elementos dinâmicos de maior importância para a economia brasileira. Assim, no período colonial, está ausente o Estado Nacional e, portanto, as possibilidades de o capital local gerir as próprias instituições são precárias, o que se modifica a partir de 1822, quando se elimina, definitivamente, a exação fiscal portuguesa e se cria um espaço, um território nacional, onde haverá instituições específicas para a acumulação de capitais nacionais. Tal acumulação, porém, encontra-se dependente do comércio exterior e, internamente, a escravidão estabelece limites para o processo de acumulação de capitais, tais como a necessidade de pagar o preço do escravo integralmente, quando de sua compra, independentemente da produtividade que apresente ao longo do tempo; a impossibilidade de demitir a mão-de-obra quando nos momentos negativos do ciclo econômico e, mesmo, a resistência do cativo a qualquer refinamento do trabalho que executa, como sinal de resistência à própria escravidão[28]. Aos poucos, no entanto, se gesta a superação desta dinâmica na medida em que alguns centros urbanos ganham expressão e possibilitam a concentração das fábricas brasileiras a partir do aproveitamento da mão-de-obra imigrante, liberta e livre.

---

núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial." Cf. João Manuel Cardoso de Mello – *O Capitalismo Tardio*, Campinas, 1998 - página 117.

[28] A posição defendida por João Manuel Cardoso de Mello (1998 - pág78), quanto à reação do escravo a qualquer refinamento das tarefas que executava, contava com argumentos apresentados por Fernando Henrique Cardoso (1977 - capítulo IV). Uma das fontes para os dois foi Karl Marx (1988 - volume 1, página 221): "*Esta é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. O trabalhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, se distingue do animal, instrumento capaz de articular som, e do instrumento inanimado do trabalho, instrumento mudo, por ser instrumento dotado de linguagem. Mas o trabalhador faz o animal e os instrumentos sentirem que ele não é seu semelhante, mas um ser humano. Cria para si mesmo a consciência dessa diferença, maltratando-os e destruindo-os passionalmente. Constitui por isso princípio econômico só empregar, na produção escravista, os instrumentos de trabalho mais rudes, mais grosseiros, difíceis de serem estragados em virtude de sua rusticidade primária*". Esta posição vem sendo contemplada criticamente por historiadores como Robert Fogel e Stanley Engerman (1974) e Robert Fogel (1989 - páginas 72 a 80) que apontaram para a diversidade dos arranjos produtivos em torno do uso de trabalhadores cativos, dependendo a maior ou menor produtividade dos mesmos da existência, ou não, de um bem azeitado sistema de incentivos e punições.

A Abolição e a Imigração permitem que novos negócios se estabeleçam, favorecendo a diversificação dos investimentos capitalistas. É que o trabalhador assalariado se encontra, mais do que o escravo, submetido a uma mercantilização maior dos bens que consome, resultando disto a possibilidade de que os investimentos industriais avancem, substituindo as importações de bens salários. Ainda assim, predomina na economia o setor exportador, que também assalaria parte da mão-de-obra que emprega.

Com a Crise de 1929, o setor exportador colapsa e o setor industrial se expande, dando continuidade ao processo de substituição de importações anteriormente iniciado, por força das alterações nos preços relativos propiciadas pelas desvalorizações cambiais do início da década de 30, pela queda nos lucros do café e pela adoção de políticas industrializantes.

Para a expansão do setor industrial, produtor de bens salário, a restrição que se apresenta, periodicamente, é a impossibilidade de contar com cambiais suficientes para a expansão das próprias unidades produtivas, que têm que importar equipamentos e parte da matéria-prima, razão pela qual esta fase é chamada por João Manoel Cardoso de Mello de industrialização restringida.

Tais restrições são eliminadas, finalmente, com a introdução da indústria pesada. A partir dela, é possível contar com o setor produtor de bens de capital e a reprodução ampliada do capital se encontra desimpedida, já que não mais depende da importação de bens de capital. É verdade que o otimismo de Mello se veria frustrado posteriormente, em razão da inexistência a contento, no Brasil, de instituições responsáveis pela criação e

introdução de inovações bem como pelo financiamento das mesmas, as quais são necessárias para que o modo de produção especificamente capitalista seja dinâmico[29].

A compreensão dos argumentos presentes em O Capitalismo Tardio se torna mais fácil se considerarmos os pressupostos teóricos com os quais trabalha. Por meio da teoria marxista, torna-se compreensível a divisão proposta entre setor produtor de bens salário e setor produtor de bens de capital. Para que uma economia capitalista se constitua plenamente e possa crescer de maneira ampliada e desimpedida, é necessário que ambos os setores sejam internalizados no âmbito da economia nacional. Isto porque, se assim não for, as possibilidades de reprodução ampliada se encontram limitadas pela existência de saldos no balanço de pagamentos que permitam financiar as importações de matérias-primas, alimentos e máquinas. Ao longo da primeira metade do século XX, teria o Brasil logrado internalizar o setor produtor de bens salário, com o que se encontrava viabilizada a reprodução do capital variável, mas não a do capital constante, o que só seria possível a partir do final dos anos 50.

É que, ao longo do século XX, se apresenta a tendência para o predomínio do capital industrial sobre a economia brasileira, correspondendo isto à maturação do capital nacional, que aos poucos perde as características forjadas no período colonial e imperial. Explicamo-nos. Idealmente, podemos dividir o capital em três partes, de acordo com as funções que cada qual exerce: o capital industrial, o mercantil e o usurário, a cada um correspondendo uma dinâmica específica. Assim, o capital industrial teria a seguinte dinâmica:

[29] Cf. João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais – "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna", in *Coleção de História da Vida Privada no Brasi – Volume IVl,* São Paulo, Companhia das Letras, 1998 - página 646.

$$D - M - \frac{M.P.}{F.T.} ... P - M' - D'$$, onde

D corresponde ao capital na forma dinheiro;

M corresponde ao capital na forma mercadoria, sendo que o dinheiro, no ciclo industrial, compra duas mercadorias específicas: os meios de produção (M.P) e a força de trabalho (F.T);

P corresponde ao processo produtivo em que ambas as mercadorias anteriores são unidas, resultando disto uma mercadoria com valor acrescido (M');

D' corresponde ao capital dinheiro que se obtém com a venda da mercadoria M'.

É óbvio que um tal processo nem sempre ocorre do início ao fim, sem problemas. De fato, o capitalista nunca sabe, com certeza, se a mercadoria que produziu a um determinado preço esperado será vendida por ele. Se, porém, é bem sucedido no salto mortal da mercadoria, pode reinvestir o dinheiro conseguido na ampliação do processo produtivo, supondo que não seja ele obrigado, pelas leis de mercado, a compartilhar com outros capitalistas aquilo que obteve diretamente. Para que tal ampliação seja possível, é necessário contar com o aumento do fornecimento das mercadorias força de trabalho e meios de produção, o que nem sempre é possível se é necessário realizar importações para tanto.

Nos quadros da economia periférica em que fomos formados, as possibilidades de internalizar ambos os setores são relativamente pequenas, haja vista a própria experiência histórica até o momento, onde poucos países da periferia conseguiram se industrializar. Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faleto, no clássico Desenvolvimento e Dependência na América Latina, a industrialização depende de decisões políticas e da formação de um determinado consenso em torno do assunto, razão pela qual, embora a

crise de 1929 tenha produzido aproximadamente os mesmos efeitos em toda a América Latina, com substituição de importações por praticamente todos os países, poucos, passada a Segunda Guerra Mundial, avançaram no aprofundamento da diferenciação dos parques produtivos nacionais, denotando uma determinada opção política com profundos reflexos sobre as estruturas produtivas[30].

Para compreender a dinâmica dos capitais mercantil e usurário, o auxílio de Fernando Novais é providencial. Reafirmando as contribuições de Caio Prado Júnior, Novais, tal como Furtado, situa a expansão colonial portuguesa como algo que se insere em algo maior: a expansão geográfica do capital mercantil europeu.

Diferentemente do predomínio do capital industrial sobre a produção, o predomínio do capital mercantil segue movimentos próprios e pode ser resumido na fórmula:

$$D - M - D', \text{ onde } D' = D + \Delta D$$

De fato, o princípio mercantilista, de comprar barato e vender caro só é possível onde as condições de concorrência adquirem características especiais, isto é, onde a concorrência tende a ser pequena ou nula. Sob esta hipótese, é possível ao capital mercantil manipular preços e, desta maneira, obter lucros que guardarão proporção com o grau de monopólio.

---

30 "*Em outras palavras, se é verdade que as condições econômicas dos países mais prósperos da área* (referência à América Latina) *– por exemplo, a Argentina – apontavam para o desenvolvimento até a metade da década de 1950, seria possível manter a hipótese de que faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento, ou havia na realidade um erro de perspectiva que permitia crer possível um tipo de desenvolvimento que era irrealizável economicamente?*" Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, 1977 - página 12.

Associado ao capital mercantil, encontramos o capital usurário, que possui um ciclo formalmente ainda mais simples, representado por:

D – D’

A associação entre capital mercantil e capital usurário é muito antiga e se faz presente também no mercantilismo, sendo os comerciantes-financistas os responsáveis pela concessão de crédito, um dos principais elementos de dominação indireta do capital mercantil sobre a produção colonial.

O domínio do capital mercantil sobre a produção é feito de maneira indireta e, inicialmente, não abarca todo o interior do território europeu, como nos ensina Fernand Braudel(1996) onde se enfatiza a manutenção de estruturas sociais e mentais no tempo que correspondem, muitas vezes, a um modo de vida com baixo grau de produção de mercadorias. No caso brasileiro, como afirmaram Furtado, Caio Prado Júnior e Fernando Novais, a colonização somente adquire sentido se entendida dentro dos moldes da expansão mercantil européia. De igual maneira, as Independências corresponderiam não apenas à dinâmica social e econômica internas a cada sociedade americana, mas também à mudança da hegemonia das formas de acumulação de capitais, isto é, a passagem do predomínio do capital mercantil para o capital industrial nos países centrais.

Os processos de Independência se apresentam, dentro de um ponto de vista mais amplo, como reflexo das contestações ao Antigo Regime que tinham no mercantilismo sua expressão econômica e no absolutismo sua expressão política. Quando as Independências se processam, diferentes são as formas que adquirem, como enfatizado por Motta e Novais(1996). Nestes termos, se há o processo de continuidade da dominação política com

a supressão das características mercantilistas nas Índias Ocidentais Britânicas, temos a eliminação do domínio político e das anteriores relações sociais de produção em São Domingos. Por isto, não é, a nosso juízo, a quebra da subordinação política da colônia à metrópole a marca maior dos processos em questão, mas a eliminação dos mecanismos do exclusivo metropolitano, ainda que a modificação das relações econômicas e políticas façam parte de um mesmo fenômeno: as contestações ao Antigo Regime tanto na Europa quanto nas Américas.

No caso brasileiro, tal eliminação se fez lentamente, ao longo do século XVIII, com a redução do exclusivo metropolitano às suas dimensões mínimas[31]. Apesar de tudo, a intenção portuguesa era mantê-lo tanto quanto possível, sendo reconhecido seu caráter espúrio sobre a produção, uma vez que a metrópole incentiva a diversificação da produção colonial e reduz os controles de forma a que os próprios colonos encontrassem sucedâneo para a decadente economia de mineração, o que se faz com êxito, uma vez que a balança comercial portuguesa tende a ser cada vez mais dependente de reexportações de produtos brasileiros, no final do século XVIII[32]. Quando Junot invade Portugal, tal tendência não dava sinais de esgotamento, ainda que a colônia estivesse sendo suprida, de maneira crescente e às claras, por contrabando. Com a fuga da Família Real para o Rio de Janeiro, não mais foi possível manter os mecanismos de extração de excedentes por meio do capital mercantil metropolitano, razão pela qual são abertos os portos às nações amigas de maneira irreversível, como os próprios acontecimentos vieram a demonstrar em 1822, em reação às pretensões das Cortes que consistiam na recolonização do Brasil.

---

[31] Cf. Fernando A. Novais – *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*, São Paulo, 1995 – sexta edição, capítulo III.

[32] José Jóbson de Andrade Arruda – *O Brasil no Comércio Colonial – contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*, São Paulo, 1972 (mimeo) disseca as balanças comerciais portuguesas do período para chegar a tal conclusão.

Com a Independência, passamos de colônia a periferia. Esta transformação se mostra mais clara quando consideramos a contribuição de uma e de outra situação para a acumulação de capitais. Como colônia, éramos fornecedores de matérias-primas e alimentos baratos que eram, porém, vendidos caros na Europa. Como Periferia, eliminada a intermediação mercantil, o resultado seria o fornecimento de alimentos e matérias-primas baratos para a Europa e para os Estados Unidos.

A relevância de um tal papel não pode ser subestimada, pois é por meio de matérias-primas e alimentos baratos que o capital industrial poderá se reproduzir a uma taxa maior do que antes. Explicamo-nos: a produção industrial possui por característica a constante revolução tecnológica, sendo função dos administradores a introdução de inovações que objetivam, dentre outras coisas, a redução dos custos de produção. Tem-se, pois, com a industrialização, uma crescente racionalização dos métodos produtivos e um controle crescente do capital sobre todo o processo de produção, uma vez que a obtenção de ganhos de produtividade por capitalista, individualmente, gera a possibilidade de uma maior remuneração para o capital como um todo. Com isto, apesar da busca de ganhos se processar por unidade produtiva, produz-se um processo de crescentes ganhos de produtividade para toda a sociedade.

O fornecimento de alimentos e matérias-primas baratas serve ao processo acima descrito considerando as possibilidades de redução de custos para a reprodução do capital: os alimentos mais baratos possibilitam uma reprodução mais barata da mão-de-obra o que permite que ocorram reduções de salários sem haver diminuição da cesta de consumo dos trabalhadores. Por outro lado, matérias-primas mais baratas viabilizam menores custos de reprodução do capital constante.

Assim, não é de se estranhar o apoio dado pela Inglaterra aos processos de Independência da América Latina. Encontrava-se em andamento, como exemplifica Smith em A Riqueza das Nações, a formação de um determinado consenso interno à Grã-Bretanha quanto à necessidade de supressão das barreiras comerciais em benefício do próprio país e da humanidade em geral. Com isto, tem-se um lento caminhar rumo ao livre-cambismo que é coroado com a supressão da Lei do Trigo, atacada por David Ricardo desde o início do século XIX.

Com o livre-cambismo, o Brasil aprofunda, em princípio, seu caráter periférico, isto é, como economia reflexa, dependente dos humores dos consumidores dos países para onde exportava produtos agrícolas. O destino brasileiro não seria uma fatalidade para todas as ex-colônias. De fato, o Norte dos Estados Unidos tem comportamento específico, transformando-se em país central de crescente importância não apenas para o Brasil mas, também, para o mundo. Por outro lado, novos países periféricos surgem a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo industrial. É o caso da Argentina, que passa a fornecer produtos que, sem um determinado desenvolvimento técnico, dificilmente forneceria[33]. A região do pampa úmido é incorporada ao processo produtivo por meio da chamada "campanha do deserto", que consistiu no estabelecimento da propriedade privada sobre o solo, a partir de 1880, onde antes habitavam tribos indígenas de considerável poder de resistência. Para aniquilá-las, o governo argentino contraiu empréstimos em Londres com o fim de armar um exército e construir os principais ramais de estradas ligando Buenos Aires ao interior. Isto possibilitava, em um primeiro momento, o rápido deslocamento de tropas para acudir as conquistas mais recentes e viabilizava economicamente terras que, de

[33] A invenção do navio frigorífico permitiu que a Argentina passasse a fornecer carne resfriada e congelada à Europa, em substituição ao charque.

outra maneira, localizar-se-iam em pontos por demais distantes e, portanto, com custos de produção proibitivos em razão dos fretes.[34]

Com os exemplos argentino, norte-americano e brasileiro queremos contrastar as diferentes possibilidades de processos históricos efetivamente ocorridos, não havendo fatalidades, portanto. O caminho que trilhamos, porém, foi o da economia periférica, o que procuraremos explicar: ao contrário do pampa úmido e do Norte dos Estados Unidos, a sociedade brasileira possuía estruturas sociais bem consolidadas herdadas do período colonial, as quais jamais haviam sido desafiadas. Pelo contrário, elas seriam reproduzidas nos novos espaços ocupados pela expansão da fronteira agrícola. Teremos, portanto, a continuidade da escravidão e do latifúndio e da produção para a exportação, o que gerará hábitos mentais dos quais lentamente nos livramos ao longo do século XX, mas de maneira incompleta[35].

Ao longo deste capítulo procuramos explicitar os argumentos e bases teóricas que se encontram em obras fundamentais da historiografia brasileira acerca das características econômicas do país nos séculos XIX e XX. Autores como Celso Furtado, João Manoel Cardoso de Mello, Caio Prado Júnior e Fernando Novais concordaram quanto ao caráter reflexo da economia brasileira, o qual se explicava pelas estruturas econômicas e sociais que, criadas no século XVI, perpetuaram-se no século XIX, muitas delas adentrando mesmo o século XX.

---

[34] Cf. Mario Rapoport – *História económica,Política y Social de la Argentina*, Buenos Aires, 2000. Capítulo 1.

[35] Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mocambos e Ordem e Progresso, de Gilberto Freyre apontam para a gênese, ápice e declínio da sociedade patriarcal brasileira. Para este autor, estaria o patriarcalismo arriscado a perecer no século XX por força da supressão de seus elementos simbólicos e materiais: o imperador e a escravidão. Com isto, era previsível uma mudança de hábitos da sociedade brasileira, o que se daria lentamente, em razão das diferenças de tempo entre os eventos materiais e a correspondente mudança cultural que lhes é subseqüente. *"(...) As verdadeiras transformações se verificam num ritmo que não sendo nem cronológico nem sequer lógico é principalmente psicológico, além de sociológico."* Cf. Gilberto Freyre – *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, 1959 - página 387.

A contextualização da economia brasileira nos séculos XIX e XX foi apresentada, neste capítulo, sob diferentes enfoques: para Celso Furtado, trata-se de uma economia dependente dos humores dos países centrais mas que, a partir de 1929, passa a contar com uma dinâmica de investimentos mais autônoma. Para Mello, por seu turno, além da mudança da dinâmica, aludida por Furtado, é necessário considerar o comportamento do capital nacional, que passa por mutações oriundas não apenas do exterior.

O que autores como Fragoso e Florentino puseram em dúvida foi, precisamente, o caráter reflexo da economia brasileira: a existência de um mercado interno de dimensões não desprezíveis, no século XIX, “manipulado” pelas mesmas elites mercantis que controlavam o tráfico de escravos com a África, dava novas dimensões aos problemas abordados pela historiografia tradicional. Tal existência era suficiente para eliminar o caráter reflexo que possuíamos? De modo algum: o tráfico com a África e o mercado interno eram regidos por algo maior e que, nos termos de Caio Prado Júnior, davam sentido ao todo. No século XIX transformamo-nos nos maiores exportadores de café do mundo e os eventos a isto relacionados darão as partituras para os instrumentos da orquestra: comarcas tão distantes quanto as de Porto Alegre e de Sabará seguirão a batuta do maestro.

Capítulo 2 – Racionalidade e Irracionalidade na Escravidão

2. 1 – Elementos de uma certa racionalidade econômica não contemporânea

Um argumento fundamental para esta tese é que a escravidão moderna, apesar de suas desvantagens do ponto de vista econômico, em relação à economia com trabalho livre, possuía uma certa coerência e racionalidade. É importante que isto fique claro para que possamos apreender alguns de seus elementos basilares bem como alguns fenômenos da economia brasileira no século XIX.

O escravo era produtor de mercadorias, assim como o trabalhador moderno. As mercadorias possuíam preços[36] e havia, em funcionamento, um certo vetor de preços, isto é, uma ordenação dos valores das mercadorias que servia como sinalizadora para os produtores a respeito do que e de quanto deveriam produzir[37]. Muito embora houvesse práticas rotineiras e tradicionais na produção, o que diferenciaria as unidades produtivas escravistas das atuais, havia também a busca do lucro como um de seus objetivos, o que as tornava semelhantes.

Nos inventários que pesquisamos ao longo do tempo, acostumamo-nos com uma certa relação de valores entre mercadorias. Assim é que, ao longo da pesquisa, entendemos que um cavalo, seja em Porto Alegre, onde era mais barato, seja em Sabará, onde era mais caro, custava menos do que um escravo. Da mesma maneira, objetos como talheres de latão, pratos de cerâmica, copos e roupas, já no século XIX, como hoje, constituíam o

[36]Esta afirmação pretende enfatizar a relação entre mercadorias e preços e, por isto, é forçadamente óbvia.

[37] O seguinte depoimento, transcrito por Fernando Henrique Cardoso, da parte de um proprietário de escravos gaúcho, é esclarecedor a respeito dos mecanismos de mercado em funcionamento: "*Os proprietários de escravos e gente livre não dependem de carne seca em parte nenhuma do Brasil para sua manutenção, se não nos lugares onde os grandes preços do algodão, açúcar, tabaco e café e outros artigos conhecidos comumente por gêneros Coloniais, e que constituem o máximo das exportações do Brasil, desvia os homens de demandar à terra respectiva os comestíveis, de que carecem." Apud:* Fernando Henrique Cardoso – *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, 1977 – página 43.

grupo de bens inventariados de valor mais baixo[38] em relação aos demais, mas ainda assim eram herdados formalmente e, portanto, partilhados pelos herdeiros.

Não sabemos quando, na História, começaram a ser confeccionados inventários com o fito de partilhar heranças. No Brasil, a colonização começa como empresa colonial e, portanto, com o objetivo de acumular riquezas. Possivelmente, pois, são tão velhos quanto a presença portuguesa, uma vez que herdar a riqueza acumulada por alguém é problema que se estabelece quando seu proprietário morre[39].

O nível de detalhamento dos inventários do século XIX impressiona: neles são listados bens que, hoje, já não aparecem pelo valor ínfimo que possuem. Virtualmente, qualquer coisa passível de venda e, portanto, conversível em dinheiro era inventariada, sendo este, possivelmente, o critério para selecionar o que inventariar. Desta maneira, no inventário de Manoel José Gomes, cuja avaliação de bens se fez em primeiro de outubro de 1801, em Sabará, declarou-se: "Oito alqueires de feijão que sendo vistos e avaliados pelos ditos avaliadores acharam que não deveria ter valor por ser necessário para sustentação dos mesmos órfãos". No caso, como não seria objeto de venda, mas consumidos pelos órfãos do inventariado, os louvados (pessoas designadas para avaliarem os bens) optaram por não incluir o valor dos oito alqueires de feijão. Seguindo este raciocínio, ao contrário dos inventários do século XVIII analisados por Beatriz Ricardina de Magalhães[40],

---

[38] A. C. Metcalf – *Family and Frontier in Colonial Brazil – Santana do Parnaíba 1580 – 1822*, Los Angeles, 1992 – capítulo 1 apresenta o caso de um vestido, em Santana de Parnaíba, no século XVI, que de tão caro compunha metade do valor dos bens inventariados de um inventário.

[39] Alcântara Machado – *Vida e Morte do Bandeirante*, Belo Horizonte; São Paulo, 1980 – página 29 aponta para existência de inventários em São Paulo no século XVI. Já Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimento e a Economia Mundial*, Lisboa, 1991 – Segunda Edição – página 16, aponta para uma crescente precisão envolvendo os elementos do cotidiano na Baixa Idade Média. Supomos que os inventários começam a se tornar freqüentes no mesmo período porque a produção de mercadorias cresce aceleradamente e passa a fazer parte do cotidiano europeu.

[40] Beatriz Ricardina de Magalhães – *La Societé Ouropretaine Selon les Inventaires "Post-Mortem" (1740-1770)*, Paris, Ecole dês Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1985 (mimeo).

confeccionados em Minas Gerais na Comarca de Ouro Preto, os do Dezenove não mais inventariam aves. Certamente não deixaram de ser criadas e, dada sua importância na culinária mineira do século XX, não houve, de um século para o outro, seu desaparecimento. Imaginamos que a razão para a ausência e para a presença deva ser a abundância deste tipo de mercadoria em um momento e sua escassez, em outro, decorrendo disto que tivesse valor ínfimo no século XIX, quando sumiram dos registros que analisamos, e algum valor no século anterior, quando se fazem presentes.

Nos inventários há elementos de uma sociedade com produção mercantil em que a acumulação de riquezas é elemento recorrente e onde tal acumulação se faz por meio de objetos (raramente por meio de títulos de propriedade[41]) que possuem preços, os quais não são atribuídos aleatoriamente. Pelo contrário, em torno dos mesmos há expectativas tanto em relação aos rendimentos que podem gerar, como pela valorização que podem sofrer. É o que se depreende de inúmeros casos e que exemplificamos pela petição de João Gonçalves Lima, em 1824, incluída no inventário de Maria Vitória da Silva que, pela posição social que ocupava, era chamada dona:

> *"Diz João Gonçalves Lima, herdeiro da falecida Dona Maria Vitória da Silva, que há quase oito anos se procedeu a inventário nos bens desta por causa de um herdeiro demente e, tendo decorrido todo este tempo, nunca se tratou da partilha. Agora, porém, foi o suplicante citado a este fim, mas não pode por forma alguma que a mesma se faça com atenção ao valor dado aos escravos então, porque não só muitos destes hoje se acham com dobrado merecimento no crescimento e habilidades como porque hoje os escravos estão com dobrado valor no comércio deles, além do que, de então para cá, tem os mesmos merecido os jornais dos seus serviços que devem vir a carga do inventário atenta à fábrica da lavoura de que se compunha o casal da falecida (ilegível) a produção de uma vitela inventariada que*

[41] Zélia Maria Cardoso de Mello – *São Paulo, 1845 – 1895: Metamorfoses da Riqueza – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*, São Paulo, 1980 (mimeo) sugere que no final da escravidão, em São Paulo, houve uma certa transformação da riqueza inventariada. Ela teria passado de objetos tangíveis, especialmente os escravos, para títulos de companhias.

> *tudo deve ser descrito para se partilhar com igualdade com atenção somente de um boi que morreu dos inventariados. É por tudo isto que requer o suplicante a vossa senhoria para que se digne mandar se proceda a nova avaliação tanto dos escravos como da então vitela e suas produções que tudo tem crescido em mais estima sendo para isto notificado o inventariante em cujo poder se acham para os apresentar aos avaliadores do inventário para estes, com atenção ao referido, procederem a nova avaliação dirigindo a eles o escrivão cartas citatórias a este fim para (ilegível) inventariante com a pena de seqüestro não trazendo a cargo do inventário todos os rendimentos declarados."*

Pelo documento acima reproduzido verificamos a existência de uma certa racionalidade mercantil em ação em Sabará: era necessário fazer nova avaliação dos escravos pois vários anos haviam passado entre a primeira avaliação dos bens de Dona Maria Vitória da Silva, em 23 de setembro de 1816, e o momento em que João Gonçalves Lima havia sido intimado para finalizar o inventário concluindo-o com a partilha. Além disto, uma vitela deveria ser incluída no inventário e dever-se-ia excluir um boi, que morrera.

Como será demonstrado nos capítulos 3 e 4 desta tese, ao longo do século XIX houve um processo inflacionário de dimensões não desprezíveis, o que alterava os preços dos escravos ou, nas palavras do documento acima: "*hoje os escravos estão com dobrado valor no comércio deles*". Além disto, como eram 12 escravos contando de 1 a 70 anos de idade, sendo que um deles sequer teve a idade indicada, sendo genericamente afirmado que era muito velho, tornava-se necessário reavaliá-los em atenção ou ao aumento ou à diminuição de seus preços, conforme a idade e as habilidade adquiridas e perdidas ao longo do tempo, o que inferimos da expressão: "*muitos destes hoje se acham com dobrado merecimento no crescimento e habilidades"*.

O caso dos escravos acima indicado, assim como da vitela e do boi, apontam para um elemento da vida cotidiana que se considera próprio ao século XX. Os inventários pesquisados para esta tese indicam a existência de uma racionalidade mercantil que se expressa por meio do entendimento das coisas como ativos. Como tais, esperam-se rendimentos, além de variações de valor. É uma forma de ver o mundo própria a determinadas sociedades, mas não universal.

- Um mundo uno e indiviso: elementos arcaicos

O século XIX marca, no plano das idéias, ao menos, uma crescente separação, mesmo nas unidades produtivas brasileiras, entre a esfera da produção e as demais esferas de existência. É esta uma característica da sociedade moderna: a divisão do mundo em razão de suas funções, por assim dizer. Em sociedades primitivas as atividades produtivas integram-se em um ciclo de vida uno e indiviso. A organização do universo segue regras que não separam o sobrenatural do material e, coerente com isto, os métodos produtivos não têm por objetivo último a maximização dos rendimentos e a minimização dos esforços pela racionalização da produção. A racionalização da produção requer a idéia de domínio do ser humano sobre os objetos que emprega para produzir, não os encarando como mágicos, mas como utilidades[42].

[42] Cf. B. Malinowski – Los Argonautas del Pacífico Occidental – un studio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea Melanésica, Barcelona, 1973 – capítulo 2. Também como uma crítica à presunção da racionalidade capitalista como algo universal, cf: Karl Polanyi – "A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil" in Revista Trimestral de História e Idéias, número 1, 1978.

A tradição da *Oikonomia*, palavra grega de onde se origina a palavra economia, aponta ainda para uma certa mistura entre o mundo doméstico e o mundo da produção, mesmo que haja uma certa eliminação do caráter mágico da produção material[43].

Antonil, cujo "manual" foi editado no início do século XVIII, recomendava que as anotações da administração do engenho de açúcar estivessem resguardadas da possibilidade de que uma criança as encontrasse e fizesse delas brinquedo[44]. Recomendava, igualmente, que os filhos dos senhores de engenho freqüentassem e conhecessem a cidade, pois senão saberiam falar apenas dos bichos da fazenda e das rotinas produtivas, mantendo-se tabaréus[45]. Um "manual de administração" que trata, também, da educação das crianças. O quanto não causaria espanto se produzido nos dias que correm?

Nos inventários a que tivemos acesso, a separação entre patrimônio das "empresas" e patrimônio pessoal apenas lentamente se verifica. Tanto em Sabará quanto em Porto Alegre, a regra é que a avaliação dos bens siga uma ordem raramente alterada e que confunde objetos pessoais com os da produção: primeiro os de metais preciosos, depois os de outros metais. Em terceiro lugar, os objetos de madeira, de tecido e de peles. Seguem-se, então, os bens de carne, começando pelos animais e terminando com os escravos. Por fim,

---

[43] "A filiação à literatura grega, sobre o governo da casa, é inegável (no caso de Antonil). Basta tomar o exemplo dos *Oikonomika*, atribuídos durante muito tempo a Aristóteles, sendo na realidade um tratado à moda aristotélica que se baseou tanto no Livro I da *Política* de Aristóteles como no *Oikonomikos* de Xenofonte (...)" Cf. Rafael de Bivar Marquese – *Administração e Escravidão – idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, São Paulo, 1999 – página 55.

[44] "*...Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça, ao cupim, para que depois não seja necessário dizer muitas missas a Santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agradar; e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer brinquedos de papel, em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente, o vento fará que voem para fora da casa sem penas."* Cf. Andreoni, Antônio João - *Cultura e Opulência do Brasil* – texto da edição de 1711, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966. – pág 144.

[45] "Ter os filhos sempre consigo no engenho, é cria-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais que do cão, do cavalo e do boi." Cf. Andreoni, Antônio João - Cultura e Opulência do Brasil – texto da edição de 1711, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966 – página 165.

os bens de raiz, isto é, as propriedades imóveis. Seguindo-se esta ordem, temos os ornamentos sacros de ouro e prata, que no século XX seriam objetos de uma vida privada, e depois os instrumentos de trabalho, como formões, enxadas e alavancas, feitos de ferro e pertencentes à vida pública, no Novecentos, pois do mundo do trabalho. Temos, então, as panelas de cobre e os talheres de latão, que pertencem novamente ao privado. Seguem-se as caixas e caixões, que tanto serviam para armazenar objetos de uso pessoal, como roupas, e mercadorias, como farinhas. Marquesas, cômodas, camas, catres, roupas de uso pessoal e de cama, colchões, estão entre os mais comuns dos objetos. Depois destes se apresentam os animais. Em Sabará, os bois normalmente têm nome (almirante é um nome muito comum). Os escravos são identificados pelos nomes cristãos, passando pela origem, a idade, o estado de saúde quando adoentados e seus respectivos preços. Enfim, são indicadas as propriedades imóveis. As localizadas na cidade têm alguma indicação de endereço: o nome da rua se faz sempre presente, mas nem sempre o número do lote é indicado, dando-se por referência as propriedades vizinhas à inventariada. As localizadas fora da cidade são descritas de maneira genérica aos olhos de hoje: apontam-se os vizinhos, as qualidades das terras e, às vezes, suas dimensões. Os marcos são, quase sempre, acidentes geográficos naturais, como morros e rios, ou produzidos pela sociedade humana, como caminhos e estradas.

Na lista dos objetos inventariados, portanto, não se toma o cuidado, a não ser raramente e mais no final do século XIX, nos casos de Sabará e de Porto Alegre, de separar o que hoje designaríamos como pertences do proprietário e patrimônio das unidades produtivas[46] de que era dono. Em outros termos, vida pública e vida privada estão reunidas

[46] As boticas são das poucas “empresas” cujo patrimônio se encontra razoavelmente delimitado. Atribuímos tal fato à matéria que constituía a maior parte dos bens delas: vidro. Há vidros e mais vidros contendo as mais

revelando uma certa visão de mundo: a de que a unidade produtiva não possui existência própria, desligada de seu proprietário e de outros bens a ele pertencentes. Sem dúvida uma outra mentalidade pouco compatível com um capitalismo mais recente, onde a separação é tão profunda que é possível declarar a falência da empresa sem que isto afete o restante dos ativos de seus donos ou mesmo que haja a intensa negociação cotidiana dos títulos de propriedade, como nas bolsas de valores, não se sabendo, ao certo, em uma determinada hora do dia, quem é dono do quê.

Na mentalidade brasileira do século XIX, refletida nos inventários, está presente o arcaico, mas também o moderno no que tange à administração dos ativos: temos um sistema em que é possível estabelecer um vetor de preços, onde os mesmos mostram-se coerentes e em que se esperam rendimentos dos bens. Não temos, por outro lado, o que se pode chamar de profissionalização administrativa, em que se chega à separação das funções de propriedade das de administração.

Capital Mercantil e Capital Produtivo - trânsitos

Como apresentado no capítulo 1, explica-se a racionalização da administração das unidades produtivas a partir da penetração do capital na esfera diretamente produtiva. Como força relativamente autônoma tendente a promover a própria valorização, o capital requer a administração metódica, a constante introdução de novas técnicas produtivas, a contabilidade cuidadosa, etc. Enquanto esteve presente somente na esfera da circulação, argumenta-se, o capital contentou-se com a valorização por meio de trocas desiguais.

---

diversas substâncias químicas. A delimitação mencionada, portanto, não parece seguir um critério de racionalidade econômica contemporânea, mas o critério do século XIX: o da constituição do objeto.

Acontece, todavia, que não se deve supor uma estrita separação entre um e outro tipo de capitais. Trata-se de uma abstração que não se deve aplicar diretamente à realidade.

Era relativamente freqüente que houvesse um certo trânsito entre o capital mercantil e a produção, tornando-se os homens de grossa aventura, nos termos de Fragoso, donos de terras e homens, no final do século XIX no Rio de Janeiro em razão de um certo ideal aristocratizante. Em tempos mais remotos, esta associação já se verificava, seja na rebelde Pernambuco antes da Guerra dos Mascates[47], seja na mais apaziguada Bahia[48].

As razões pelas quais a associação entre capital produtivo e mercantil no Brasil, desde o início da colonização, não ter resultado em uma administração menos tradicionalista das unidades produtivas nos são desconhecidas. O fato é que as técnicas de produção raramente foram alteradas, não se caracterizando a procura de lucros pelos ganhos de produtividade.

Os conflitos entre os representantes do capital mercantil e os do setor produtivo, tão marcantes na história pernambucana, não se refletem, estritamente, nos inventários a que

---

[47] Referindo-se à Guerra dos Mascates, Evaldo Cabral de Mello afirma: "*Não se tratava apenas do conflito implacável entre credores urbanos e devedores rurais; também no período ante bellum, os senhores de engenho incorriam em pesadas dívidas com os mercadores de Olinda, sem que isto desembocasse numa guerra civil nem produzisse sequer a atmosfera de tensão que precedeu, durante muitos anos, os acontecimentos de 1710 – 1711. A coisa ia mais longe: enquanto o comércio da Nova Lusitânia, dominado pelos cristãos-novos, nomádico e cosmopolita, não chegou a constituir uma camada arraigada na capitania e quando se arraigou o fez sob a forma de aquisição de engenhos e de terras, os mascates, cristãos-velhos de origem social humilde, chegam do fundo de suas aldeias portuguesas do norte com o ânimo sedentário de estabelecer-se definitivamente em Pernambuco, onde se dedicam de corpo e alma a seus afazeres mercantis, só excepcionalmente nestes tempos de crise do preço do açúcar interessando-se pela atividade agrícola. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, estes homens se apresentarão como rivais políticos da açucarocracia, exigindo participar também da governação municipal."* Cf. Evaldo Cabral de Mello – *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, 1997 – segunda edição revista e aumentada, página 155.

[48] "*Já examinamos a estranha simbiose entre os comerciantes e os senhores de engenho, que resultava em uma relação de constante atração e repulsa. Nenhuma das partes podia viver com – ou sem – a outra. Embora houvesse interação social entre os dois grupos, o que tendia a impedir a formação de barreiras intransponíveis no relacionamento, ambos os lados entendiam admiravelmente bem a natureza de seus próprios interesses e objetivos em assuntos econômicos, e esses dois grupos relativamente pequenos – talvez duzentas famílias de senhores de engenho e cem comerciantes residentes – competitivamente perseguiam suas metas com vigor e discernimento"*. Cf. Stuart Schwartz – *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, 1988. Página 181.

tivemos acesso. De fato, não se verifica a existência, nem em Porto Alegre nem em Sabará, de grandes comerciantes, o que se explica pela fraca relevância de ambas as praças na intermediação mercantil e abre a possibilidade de que o capital mercantil de maiores dimensões tivesse por proprietários pessoas não-residentes em Sabará ou em Porto Alegre. De toda maneira, ao menos no caso da capital do Rio Grande do Sul, vai-se formando uma certa elite mercantil cujas lojas localizam-se na Rua da Praia e cujos terrenos atingem valores desconhecidos em Sabará.

A identificação de comerciantes e de produtores, por meio dos inventários, não é tarefa difícil. De fato, usando os termos que usualmente se empregam atualmente, é possível indicar quais pessoas eram donas de lojas e quais eram donas de escravos e terras. A partir de tais indicações, estabelecemos identidades. Verificamos, porém, que era raro um comerciante não possuir terras e escravos. De igual maneira, os produtores possuíam dívidas ativas referentes às mercadorias que haviam produzido e tinham vendido. Por isto, uma separação em compartimentos estanques das duas categorias sociais ainda que logicamente possível, não o é em termos reais, o que não nos surpreende: é que a separação entre capital mercantil e capital produtivo serve antes à apreensão de uma certa dinâmica social do que à sua fiel descrição.

2. 2 – Elementos de irracionalidade escravista

Na historiografia brasileira, os elementos irracionais da escravidão foram mais freqüentemente ressaltados do que os que apontavam para a racionalidade. Stanley Stein, estudando Vassouras, considerava que os efeitos daninhos do cultivo de café, no Vale do Paraíba fluminense, sobre o solo, poderiam ser atribuídos, em parte, à administração

escravista. De igual forma, Fernando Henrique Cardoso[49], acompanhado por Jacob Gorender[50], comparando a produção de charque gaúcha com a platina, atribui às diferenças de rendimentos entre o emprego do trabalhador escravo e o livre a explicação para as diferenças de preços e produtividade entre as regiões. Argumentam estes autores que a produção escravista, no caso, fazia uso de instrumentos de trabalho menos refinados e, portanto, menos produtivos, em razão da resistência do escravo a qualquer tipo de colaboração com o próprio proprietário. Seguindo Marx, João Manoel Cardoso de Mello afirma que, dentre outras desvantagens comparativamente ao trabalhador livre, o escravo não se sentia recompensado pelo trabalho que executava e exigia vigilância constante, decorrendo disto custos mais elevados em relação ao trabalhador livre[51].

As empresas atuam em ambientes que, em termos abstratos, podemos considerar dados e têm que se adaptar a eles. O desgaste do solo, os custos de vigilância e a impossibilidade de uma maior divisão de tarefas, com emprego de instrumentos de trabalho mais refinados, refletem, nas unidades produtivas, o ambiente em que atuam, o qual é construído, consciente e inconscientemente, pela sociedade.

A irracionalidade da escravidão pode ser analisada, também, em termos mais genéricos, isto é, a partir dos elementos que dizem respeito à acumulação de capital de um modo geral. Ela se expressa, no caso, em termos semelhantes àqueles existentes para a propriedade da terra improdutiva na sociedade capitalista moderna. Nesta, não se admite, normalmente, que haja terras férteis e improdutivas. Tal inadmissibilidade se deve, dentre outros motivos, à relação existente entre os salários e os preços dos alimentos. Onde estes

[49] Cf. Fernando Henrique Cardoso – *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, 1977 – capítulo IV.
[50] Cf. Jacob Gorender – *O Escravismo Colonial*, São Paulo, 1988. Páginas 226 a 236.
[51] Cf. João Manuel Cardoso de Mello – *O Capitalismo Tardio*, Campinas, 1998 – página 78.

são maiores, também o são aqueles. Ora, ainda que não seja a única via para a maximização dos lucros, a redução dos salários que paga é algo a que todo capitalista aspira, pois isto significa redução de custos. A redução dos preços dos alimentos pode ser alcançada, por exemplo, se a oferta dos mesmos crescer por meio do emprego pleno das terras passíveis de serem empregadas. Acontece que, dada a apropriação privada da terra, esta só seria empregada se a seu proprietário fosse paga uma determinada renda, cabendo a cada terratenente decidir sobre os usos de sua propriedade, a exemplo do que ocorre com todo industrial, com todo comerciante e com todo trabalhador livre. As sociedades capitalistas, seguindo este raciocínio, conferem a cada pessoa o direito de decidir o que fazer com os próprios ativos.

Ocorre, porém, que o direito de decidir quando fazer uso da propriedade é negado ao proprietário de terras em muitas sociedades capitalistas. Normalmente pela via fiscal, inviabiliza-se economicamente a existência de terras férteis e improdutivas, o que força o aumento da oferta de terras agricultáveis e reduz a renda da terra. Como o preço da propriedade rural depende da renda da terra, o resultado é a redução do preço da propriedade agrícola. Desta maneira, o custo da produção de alimentos se torna hipoteticamente menor a partir da realização de uma reforma agrária.

No que tange à propriedade escrava, podemos dizer o mesmo: enquanto há escravidão e não surge um mercado de força-de-trabalho, ao empresário interessado na produção de mercadorias se impõe o custo de compra do escravo ou mesmo seu aluguel. Como ativo que se compra, o escravo possui custos fixos, isto é, requer cuidados médicos, quando adoentado, e também uma parcela dos alimentos que consome e roupas. Acresça-se a isto a possibilidade de que, uma vez comprado, venha a falecer, e se torna evidente que há custos, para o capital, que tornam desvantajosa a produção de mercadorias em

sociedades escravistas quando comparadas com sociedades onde predomina o trabalho livre.

Nas sociedades em que predomina o trabalho livre, não é necessário comprar trabalhadores. Estes, por seu turno, oferecem-se para o trabalho por lhes haver sido retirada a possibilidade de sobrevivência sem empregarem-se. Com isto, semelhantemente ao que acontece na sociedade que faz reforma agrária, elimina-se a necessidade de pagar uma determinada renda em função da apropriação privada dos trabalhadores. Além disto, os riscos inerentes à vida e que antes eram assumidos, do ponto de vista do capital, pelo proprietário de escravos, passa a ser socializado quando se cria um sistema de previdência social. Quando este não é criado, os riscos passam a pertencer ao trabalhador e, na melhor das hipóteses, aos amigos e familiares.

Desta maneira, temos duas ordens de irracionalidades econômicas quanto à escravidão: temos aquelas que dizem respeito às unidades produtivas e afetam diretamente a produtividade do trabalho, cujos ganhos e perdas são hipoteticamente apropriadas pelos proprietários de escravos, e temos aquelas que se referem ao capital de um modo genérico. Às primeiras, mais comuns, foram contrapostos argumentos por autores como Fogel e Engerman, mas não às segundas.

2. 3– A racionalidade da escravidão por meio de uma visão neoclássica

No clássico *Time On The Cross*, afirma-se que a escravidão era instituição tão eficiente, e em alguns casos mais eficiente, do que o trabalho livre. Para Fogel e Engerman, apesar do maior custo fixo representado pelo escravo, a disponibilidade tirânica do proprietário sobre o cativo induzia este a trabalhar mais intensamente e por um período maior do que se fosse livre. Além disto, a população cativa incluía, na população

economicamente ativa, crianças a partir dos 4 anos de idade, ao menos nos Estados Unidos, e os velhos, que não se aposentavam. Por fim, à semelhança de um bem azeitado mercado de aluguéis de máquinas, podiam os escravos ser alugados, representando isto a ausência da necessidade de pagar o preço integral dos mesmos para sua utilização. Além do mais, fica resolvida a questão da necessidade de manutenção dos cativos mesmo quando estes não estão trabalhando: basta mudá-los de ofício por meio do mercado de aluguéis mencionado. No que tange ao pouco refinamento dos instrumentos de trabalho, Fogel e Engerman apontam para a existência, no Sul dos Estados Unidos, de um eficiente sistema de punições e recompensas que contornava a resistência do escravo ao trabalho.

Para provar a consistência dos contra-argumentos apresentados, Fogel e Engerman fazem uso de dados estatísticos e de modelos econométricos que não os refutam. Nestes termos, a eficiência econômica da escravidão seria refletida por uma renda per capita, no Sul dos EUA, levemente inferior à do Norte; por redes ferroviárias comparáveis e por uma guerra que por pouco não foi vencida pelos escravistas.

Ao contrário das interpretações feitas em torno de Time On The Cross, não acreditamos que este livro seja uma apologia da escravidão, mesmo quando se demonstra que o acesso a bens materiais por parte dos escravos do Sul era superior àquele que os trabalhadores livres de centros industriais respeitáveis na década de 40 do século XIX, como Manchester e Nova York, tinham. Pelo contrário, tratou-se, na década de 70, quando foi editado, de uma demonstração, ao menos para os EUA, de que era necessário encontrar outros argumentos, além da ineficiência econômica[52], para condenar a instituição servil.

[52] Fogel e Engerman delimitam o trabalho que realizaram: trata-se do Sul dos EUA. As conclusões a que chegam para esta região do mundo escravista não são estendidas para o resto das Américas.

Não pretendemos, aqui, fazer a réplica a Fogel e Engerman. Acreditamos que muitos de seus argumentos estavam corretos e assim foram considerados ao longo do tempo, no entanto, há que se considerar que alguns deles, como a questão do mercado de aluguéis de escravos, representam uma aproximação, e não um distanciamento, do mercado de trabalho livre. Além disto, a excelente performance da economia sulista norte-americana no início do século XIX parecia estar ligada a algo mais amplo e que dizia respeito às sociedades periféricas de um modo geral: os benefícios colhidos pela aceitação de um "produto rei" em regiões centrais do capitalismo. O algodão era fartamente demandado pela Revolução Industrial e a oferta parece ter seguido, com alguma defasagem, a demanda pelo produto, do que decorriam preços elevados permitindo, tal como no Brasil da segunda metade do século XIX com o café, a formação de uma renda da escravidão relativamente elevada.

Acreditamos, por fim, que um mercado de trabalho livre permite uma mais ampliada reprodução do capital, dado que se obtém o uso da mão-de-obra sem ter que comprar o próprio trabalhador e sem incorrer nos riscos que são inerentes a este tipo de propriedade.

- a equação dos preços e o problema do custo de oportunidade

Hilferding, tratando dos preços das ações nas sociedades capitalistas avançadas, apresentou implicitamente a seguinte equação[53]:

[53] *"...Na sociedade capitalista, como já sabemos, todo rendimento periódico é, porém, considerado rendimento cuja magnitude é igual ao rendimento capitalizado pela taxa de juros dominante."* Cf. R. Hilferding – *O Capital Financeiro*, São Paulo, Abril, 1985 – página 135.

(1) $P_j = \sum_{n=1}^{k} \frac{R_n}{(1+i)^n}$, onde

Pj é o preço da ação da companhia j;

Rn é o rendimento esperado da ação da companhia j no ano n e;

i representa o custo de oportunidade.

Para os que são versados em economia, a explicação da equação (1) é ociosa. No entanto, achamos necessário determo-nos aqui para fazer as devidas mediações necessárias para comentar a equação dos preços dos escravos (2), em tudo semelhante a 1, a não ser pelo termo ψ.

(2) $P_j = \sum_{n=1}^{k} \frac{\psi_n R_n}{(1+i)^n}$.

O termo ψ responde pela expectativa de vida do escravo, isto é, para Fogel e Engerman, os rendimentos esperados do escravo deveriam ser ponderados por um termo que refletisse a probabilidade de recebê-los. Tal termo se modificaria ao longo do tempo pelo fato de que, a expectativa de vida do escravo se modificava e, por isto, a expectativa de receber os rendimentos também se modificaria.

A semelhança entre as equações (1) e (2) são muitas: ambas consideram que os preços dos ativos correspondem à atualização dos valores futuros gerados pelo próprio ativo, descontados por um determinado custo de oportunidade. A diferença reside na expectativa de recebimento dos rendimentos[54].

O raciocínio exposto parece sugerir algo irreal: um *homo economicus* escravista, que realizava investimentos em escravos em virtude de considerações econômicas,

[54] No apêndice deste capítulo apresentamos um breve desenvolvimento da equação (1) e a racionalidade capitalista no que tange à decisão de investir.

atentando, portanto, para os rendimentos que cada tipo de investimento poderia gerar e optando pela propriedade escravista não por tradição, mas por rendimentos superiores aos que poderiam ser ganhos caso fossem feitas outras aplicações.

Apesar da aparente irrealidade, Fogel e Engerman sustentam, em Time On The Cross, e Fogel, em Without Consent or Contract, precisamente isto: não era por tradição, apenas, que os proprietários de escravos nos Estados Unidos tinham escravos, mas pela obtenção de ganhos econômicos, os quais não se encontravam em queda no momento em que foi abolida a escravidão, com o término da Guerra de Secessão. A expectativa dos senhores de escravos do Sul dos Estados Unidos, refletida nos preços dos escravos, era que a guerra seria ganha e a escravidão mantida. De fato, se os preços dos cativos se encontrassem em queda, isto poderia refletir duas coisas: 1) que os ganhos esperados se encontravam em queda, o que daria razão aos que apontavam para a autofagia da escravidão em razão de sua suposta ineficiência ou; 2) que a expectativa de vida dos escravos, como escravos, se encontrava em queda, o que indicaria o convencimento, pelos escravistas, de que a guerra estava perdida para os sulistas. Dizem-nos Fogel e Engerman que nem uma coisa, nem a outra, se verificou: os preços dos escravos encontravam-se em ascensão em 1860 em relação ao início do século XIX nos Estados Unidos.

Aplicando a equação (1) para os escravos do Rio de Janeiro entre 1872 e 1888, Pedro Carvalho de Mello[55] verificou que os preços dos escravos anteciparam a Abolição pela redução da expectativa de vida dos escravos como escravos, isto é, na medida em que o movimento abolicionista ganhava popularidade, verificava-se a queda dos preços dos cativos para compra e venda, mas não dos aluguéis. O valor dos aluguéis representaria, na

[55] Cf. Pedro Carvalho de Mello – "Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850 – 1888", *Revista Brasileira de Economia*, 32(1):19-67, 1978.

equação (2), os rendimentos obtidos com a propriedade escrava. Supondo um custo de oportunidade constante (i), a variável restante que poderia explicar a queda dos preços seria ψ. Em 1887, o mercado de escravos havia previsto a Lei Áurea para 1888: é que naquele ano o preço do aluguel pelo período de um ano se encontrava igual ao preço de um cativo, indicando que os proprietários de escravos contavam receber os rendimentos da propriedade (R) por apenas mais um ano.

- O Problema do Custo de Oportunidade em Sabará e Porto Alegre

Sabará e Porto Alegre não eram centros comerciais de relevo e as opções de investimentos, apresentadas pelos inventários que analisamos, não pareciam ser amplas e variadas. Com isto, apresenta-se o seguinte problema para os custos de oportunidade representados pela taxa de desconto i tanto na equação (1) quanto na (2): se não é possível movimentar o capital, passando-o de uma atividade à outra em busca da maior rentabilidade, i tende a zero.

A regra de bolso do *homo economicus* é: ter os ativos cujos rendimentos sejam superiores à taxa de juros paga pelos títulos públicos, ponderada pelo risco associado a cada tipo de papel. Na hipótese de haver ativos deste gênero, os agentes tenderiam a ser credores do erário público. A dívida pública é, assim, o metro empregado para a avaliação de investimentos. Se ela rende pouco em comparação com outros investimentos, há a tendência para que se vendam os títulos da dívida para aplicação naqueles.

A atitude de maximização dos rendimentos é chamada, pelos manuais de microeconomia, de racional. Fogel e Engerman, em Time On the Cross, consideraram

racionais os escravistas do Sul dos EUA porque a propriedade escrava obtinha rendimentos superiores aos pagos pelo tesouro norte-americano, para os títulos públicos, na mesma época.

Na economia norte-americana do século XIX, não duvidamos da aplicabilidade da equação (2). As variáveis ali representadas, isto é, os preços dos escravos, os rendimentos deles esperados, a taxa de desconto (representada pelos títulos do governo norte-americano) e a esperança de vida foram encontrados por Fogel e Engerman ou inferidas a partir de bases e métodos seguros.

Nos casos de Porto Alegre e de Sabará temos dúvidas quanto à aplicabilidade da equação (2). De fato, há claras indicações de que, dos escravos, eram esperados rendimentos, coisa explicitamente mencionada em alguns dos documentos que pesquisamos. De modo muito mais abundante, temos os preços dos escravos, assunto sobre o qual nos debruçaremos no capítulo 4 desta tese; temos, ainda, indícios de uma certa expectativa de vida estimada pelos escravistas. A ausência, por fim, se apresenta no que tange aos custos de oportunidade ou, em outras palavras, à taxa de desconto.

Nos documentos de dívidas passivas que encontramos, os quais ou eram incluídos nos inventários para satisfação dos credores ou o eram em benefício dos herdeiros, alguns incluíam taxas de juros. O fato de que, em diversos casos, não houvesse cobrança de juros causa admiração, talvez, aos brasileiros dos dias que correm, quando o problema do endividamento e dos juros é crucial para a vida cotidiana. Para os habitantes de Sabará e de Porto Alegre, a normalidade era a ausência de cobrança de juros nos contratos de dívidas celebrados. De fato, a maior parte das dívidas que tomamos conhecimento era feita pela população em geral, escravos inclusive, junto a comerciantes para a compra de bens a crédito, o que se registrava em “caderninhos, assentos e borradores”.

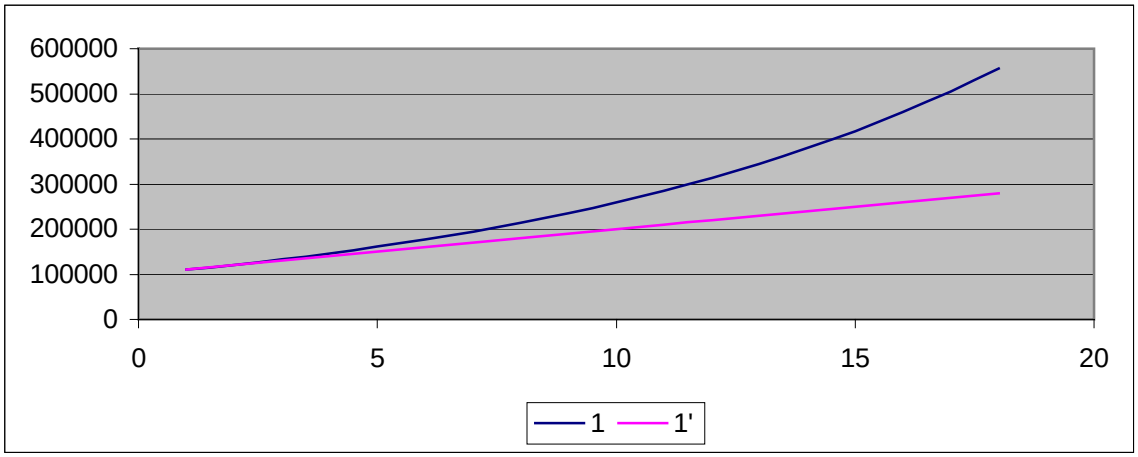
Raras eram as dívidas com cobrança de juros. Curiosamente, nestas, os juros não são compostos, isto é, não são somados ao principal quando, no momento aprazado, o devedor não satisfazia a "prestação vencida", para usar termo mais recente. Havia, pois, uma rígida separação entre o principal e os juros, relembrando as origens da própria palavra capital, tal como descrita por Braudel[56]. Esta separação tinha o seguinte efeito prático: uma dívida de 100$000 réis contraída a juros de 10% ao ano resultaria no pagamento de 10$000 réis a cada período até o resgate do principal. Caso, em determinado momento, os juros não fossem pagos, implicaria somar o que não fora pago ao principal e, assim, no ano seguinte, este seria constituído de 110$000 réis e os juros correspondentes seriam de 11$000. Tanto em Sabará quanto em Porto Alegre, no século XIX, continuava-se pagando 10$000 réis.

O significado social de tal diferença, entre a composição de juros por meio da inclusão do que não foi pago ao principal e a sua não inclusão, é: um valor que se valoriza mais lentamente por força das convenções sociais existentes. Em outros termos, é um processo de acumulação de capital mais lento do que o existente nos dias de hoje, quando não se discute a convenção de composição de juros estabelecida.

Em termos práticos, a diferença entre uma e outra forma pode ser percebida por meio do gráfico abaixo, em que se representam os processos de valorização de capital por meio das equações (1) e (1'), esta última explicitada adiante:

[56] A palavra capital vem do baixo latim, segundo Braudel, *caput*, que significava cabeça. Designava, no século XIII, na Itália, dentre outras coisas, a parte da dívida sobre a qual incidiam juros. Cf. Fernand Braudel - *Civilización Material, economía y capitalismo – siglos XV – XVIII. Lo juego del intercambio*, Madrid, 1984. Capítulo III.

Gráfico 2. 1: Diferentes Formas de Acumulação de Capitais: juros simples e juros compostos



A ausência da capitalização dos juros resulta em uma evolução da dívida mais favorável ao devedor do que ao credor. Em termos algébricos, a avaliação dos ativos também se modifica: em vez da equação (1), antes definida, temos a equação (1'):

(1') $$P_j = \sum_{n=1}^{k} \frac{R_n}{(1+ni)}.$$

A mudança aludida revela a existência de custos de oportunidade menores ou, em outras palavras, ausência de opções de investimentos ou, ainda, uma rentabilidade das aplicações do capital menor em razão de práticas sociais arcaicas.

Poder-se-iam alegar vários motivos de ordem técnica e jurídica para tais práticas sociais reveladas pelos inventários, os quais não aceitariam documentos de dívidas formulados em termos mais favoráveis à acumulação de capitais ou mesmo teria dificuldades para fazer cálculos pela ausência de tábuas de logaritmos, indispensáveis para a determinação dos juros compostos. Aceitando o argumento jurídico, estaria revelado o arcaísmo desta sociedade, que não admite práticas comezinhas do capital usurário. No que

tange ao problema matemático, apontaria para uma certa regressão do próprio conhecimento humano no interior de Minas e na capital do Rio Grande do Sul, posto que as referidas tábuas eram empregadas para a determinação das rotas marítimas e dos cálculos de distâncias havia séculos.

Tanto para Sabará quanto para Porto Alegre, enfim, a ausência de juros compostos revela baixos custos de oportunidade, no mínimo, ou, em outros termos, falta de opções para investimentos locais, o que era coerente com a economia brasileira nas comarcas distantes dos grandes fluxos comerciais, como eram Salvador, o Recife e o Rio de Janeiro. Explica, também, em parte, a persistência dos proprietários de terras e gente em realizar investimentos nestes tipos de ativos, o que não os fazia irracionais, mas apenas praticantes de valores e atitudes diferentes das atuais.

- *Homo economicus* escravista em Sabará e em Porto Alegre – os casos de Eusébia Crioula, Florinda e Florentino e de Dona Feliciana de Sousa Feijó e seus escravos.

Dona Feliciana de Sousa Feijó teve, cada um a seu tempo, ao menos dois maridos, os senhores José Inácio Ribeiro e Desidério de Sousa Feijó. Quando do falecimento do segundo, decidiu-se pela realização do inventário também do primeiro[57]. No processo consta a seguinte petição, dirigida ao juiz de órfãos:

> *"Diz Dona Feliciana de Sousa Feijó, testamenteira, aliás, inventariante dos bens deixados por seus finados maridos – José Inácio Ribeiro e Desidério de Sousa Feijó, e também o Tenente Coronel Francisco Ramires de Sousa Feijó, por si, e como cabeça de sua mulher, que estando a herança onerada das dívidas constantes*

[57] Ambos estão contidos no processo de número 50, do maço 5 do Cartório do Segundo Ofício de Órfãos de Porto Alegre guardado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul .

> *dos documentos entranhados no Inventário, a suplicante e ele, como herdeiro e procurador de outros interessados, concordaram, à custa do monte mór, satisfazer as dívidas do primeiro e segundo consórcio, isto porque, vencendo elas excessivos prêmios, em pouco tempo absorviam a herança, privando, assim, os órfãos de suas legítimas, que por certo não as teriam se não fosse o expediente tomado por todos, e com a singularidade de não existirem já os escravos de que lançaram mão para esses pagamentos, pois que todos, à exceção da crioula Joaquina morreram por conta de seus compradores, e se assim não houvesse praticado, continuaria a herança a suportar a dívida e prêmios vencidos, e o prejuízo desses mesmos escravos de que lançaram mão sem autorização deste juízo. Em conseqüência da requisição dos curadores ad citem, e curador geral, o antecessor de Vossa Senhoria, em 11 de outubro de 1856, ordenou que as partes se louvassem em partidores, e que nas partilhas fossem desatendidos os pagamentos declarados às folhas 38 e 39 por ilegais. Porém, como fossem eles na melhor boa fé, e em proveito da herança, não sendo também possível a louvação ali determinada, por existirem partidores nomeados, os suplicantes requerem a V.S. que mande subir o inventário a conclusão para revogar aquele despacho e protestam, se assim exigir-se, juntar a certidão de óbito dos escravos vendidos.*
>
> *Porto Alegre, 31 de agosto de 1858."*

No caso em questão, tem-se o seguinte fato: as heranças dos dois maridos de Dona Feliciana encontravam-se endividadas. Tais dívidas, possivelmente não todas, haviam sido contraídas sob a obrigação de pagar juros. Dada a demora existente para a conclusão dos inventários, a não liquidação imediata das dívidas resultaria em um montante crescente. Assim, Dona Feliciana e o Tenente Coronel Francisco Ramires de Sousa Feijó cometeram a seguinte ilegalidade: venderam os escravos das heranças sem solicitar a permissão do juízo de órfãos. Com o produto da venda, pagaram o que deviam os defuntos e, assim, livraram-se das dívidas. Por coincidência, todos os escravos vendidos, à exceção da crioula Joaquina, faleceram sob propriedade de seus novos donos. Para prová-lo, os peticionários se dispunham a apresentar as devidas certidões de óbito, então emitidas pela igreja, o que supunha algum serviço fúnebre prestado aos escravos porto-alegrenses.

Para fugir às penalidades possivelmente previstas para quem dispusesse dos bens de heranças, antes da partilha, sem o consentimento do juiz responsável pelo processo, os peticionários alegaram ter evitado algo típico da propriedade escrava: a perda dos ativos pela morte das pessoas escravizadas. De fato, tal alegação não faria sentido se não fosse o falecimento dos escravizados inesperadamente. É óbvio que os compradores não os comprariam se soubessem que morreriam logo em seguida e os vendedores não tinham como adivinhar a ocorrência de tal evento.

Há uma certa racionalidade econômica por trás dos atos de Dona Feliciana e do Tenente-Coronel, possivelmente um de seus filhos: optou-se pela liquidação das dívidas às custas dos escravos. A venda destes últimos talvez tenha sido motivada por apresentarem rendimentos inferiores aos juros devidos, o que não compensaria a posse dos ativos em questão. Temos, pois, no século XIX, em Porto Alegre, exemplo da racionalidade do *homo economicus*, o qual se caracteriza, dentre outras coisas, pela constante avaliação dos ativos de que dispõe e pela troca dos mesmos a depender dos rendimentos apresentados.

O caso de Eusébia Crioula, de sua filha, Florinda (de seis meses de idade), e do proprietário desta última, o menor Florentino – o que revela, dentre as várias trágicas possibilidades da escravidão, a de que uma criança fosse propriedade de outra criança – é ainda mais eloqüentemente revelador das possibilidades de racionalidade econômica escravista:

> *"Diz o senhor Francisco da Costa Bruno, que sendo-lhe devedor José Alves Moreira de 200 e tantos mil réis, lhos pagou com uma escrava por nome Eusébia crioula, que lhe foi dada em partilha por herança de seu pai falecido, Luís Moreira Barbosa, obrigando-se o suplicante a inteirar o resto de seu preço ao outro interessado, o que cumpriu, e se meteu de posse da dita escrava. Mas trazendo ela consigo uma filha de nome Florinda de seis meses, pertencente ao herdeiro menor Florentino, pensiona-se com a criação dela em prejuízo do suplicante, que assim perde os serviços de sua escrava,*

> *ao mesmo tempo que parece desumano separar-se a criança dos peitos de sua mãe, por isso que o tutor repugna essa ação desculpando-se com a impossibilidade de achar ama de leite para amamentá-la. Nesta perplexidade, o único meio que resta é o suplicante sacrificar-se e pagar o preço de avaliação da menina para continuar na criação dela por sua conta, ao que não ocorre prejuízo algum ao órfão, ou porque é estilo dar vendas públicas não se arrematarem as mães separadas dos filhos que ainda se amamentam, ou porque a lei manda vender os bens (ilegível). Portanto, requer que a Vossa Senhoria seja servido mandar que sobre este objeto responda o curador e não duvidando, se tome ao suplicante depósito do preço da menina para lhe ficar pertencendo o risco, ou proveito dela, vindo ter o mesmo de fazê-la criar*.
>
> *Sabará, 19 de junho de 1838*."

No caso acima, temos outra possibilidade constante do período escravista: a de se separar, por razões econômicas, uma criança de seis meses de sua mãe. José Alves Moreira e Florentino, este último de menor idade, eram herdeiros de Luís Moreira Barbosa que possuía, dentre outros bens, duas escravas: Eusébia e Florinda. O herdeiro mais velho devia uma quantia imprecisa (duzentos e tantos mil-réis) a Francisco da Costa Bruno, que aceitou a mãe em pagamento pela dívida. Feito o negócio, criou-se o seguinte problema: o que seria de Florinda? Havia a possibilidade de contratar uma ama-de-leite para amamentá-la, dada a necessidade de separação que se impunha, mas o tutor de Florentino, herdeiro a quem caberiam as despesas por tal contratação, alegava não ser possível encontrar uma. Provisoriamente, a situação se solucionara nos seguintes termos: ficava a mãe cuidando da filha, ainda que a primeira pertencesse a Francisco da Costa Bruno e a segunda a Florentino. Ora, crianças, para usar uma expressão atual, dão trabalho e isto era sabido economicamente pela sociedade sabarense: o tempo dedicado pela mãe à filha representava redução de sua capacidade de trabalho e, aos olhos da sociedade de então, prejuízo ao proprietário. Poderia, no entanto, representar tal redução um investimento, desde que a

propriedade sobre a menina passasse de um escravista a outro: do herdeiro de menor idade ao antigo credor do outro herdeiro.

O investimento mencionado era um investimento de risco, o que era reconhecido pela própria petição, pois era "*para lhe ficar pertencendo o risco, ou proveito dela, vindo ter o mesmo de fazê-la criar"*. Afirmamos que se tratava de um investimento sob os seguintes argumentos: uma criança de 6 meses nada produz. É necessário esperar alcançar uma determinada idade para que possa começar a trabalhar regularmente[58]. Começar a trabalhar, porém, não é o mesmo que obter rendimentos positivos. Uma criança de três anos de idade, ainda que trabalhasse como escrava, rendia menos do que consumia e, segundo Fogel e Engerman, tal situação persistia, em média nos Estados Unidos, até os oito anos de idade[59].

Em termos econômicos, o período em que a criança produzia mais do que consumia representava gastos de seu proprietário, os quais eram posteriormente recuperados ao longo do tempo. Para que esta recuperação se fizesse de maneira lucrativa, era necessário que a expectativa de vida ao nascer fosse tal que a permitisse. Se a expectativa de vida ao nascer fosse inferior ao necessário para a recuperação do investimento a se realizar, então não valia à pena sustentar a criança escrava.

Deve-se atentar, todavia, para o seguinte: quanto maior a taxa de desconto (i na equação 1), maior a expectativa de vida requerida para que valesse à pena a realização do investimento. De igual maneira, quanto maior i, mais explorados deveriam ser os cativos. Sob tais argumentos, o escravo comportar-se-ia como criatura inteiramente passiva,

---

[58] "*…approximately one third of the slaves on cotton plantation were children under ten who were generally exempt from regular labor tasks."*Cf. Robert Fogel e Stanley Engerman – *Time On the Cross*, Nova York, 1989. Página 42.

[59] "*…Net earnings were negative until age eight."* Cf. Robert Fogel e Stanley Engerman – *Time On the Cross*, Nova York, 1989. Página 74.

desprovida de vontade própria, conformando-se com a ficção expressa na expressão latina "*instrumentum vocale*" que o definia. Não cremos que este fosse, precisamente, o caso.

Para compreender as atitudes dos senhores em geral, os inventários são fonte limitada, pois a norma jurídica que formalmente se respeita não reflete, exatamente, o que fazem e o que pensam os atores envolvidos no processo judicial. Para compreender as atitudes dos escravos, os inventários são ainda mais limitados, pois juridicamente o escravo não tinha a possibilidade de se representar, sendo necessário que o fizesse por intermédio de outrem, e este tipo de documento serve aos objetivos a que se propõe: viabilizar a passagem dos bens dos mortos aos vivos, isto é, dos defuntos a seus herdeiros. Ora, os escravos, em princípio, não tinham bens e não podiam herdar coisa alguma, razão pela qual se apresentam apenas como ativos a serem partilhados, vendidos, seqüestrados, apreendidos, etc...

A partilha era momento de tensão para os escravos e, possivelmente, para seus senhores, pois esta era uma das ocasiões em que os vínculos afetivos formados pelos cativos poderiam ser alterados de maneira traumática. A divisão dos bens e dos escravos entre os herdeiros, assim como a venda dos ativos do morto para o pagamento das dívidas passivas, representavam, pois, situações em que senhores e escravos poderiam "negociar" os destinos de cada um. Os termos da negociação são-nos incógnitos, pois dependiam, por hipótese, das convenções sociais estabelecidas não só pelas pessoas diretamente envolvidas, mas também pela sociedade em que estavam inseridos.

No caso de Florinda, Eusébia, Florentino, Francisco da Costa Bruno, José Alves Moreira e, por que não dizer, de Sabará, houve uma convenção explicitada na petição: "é do estilo das vendas públicas não se arrematarem as mães separadas dos filhos", o que não pressupunha, ao que parece, lei , mas apenas o costume. Uma outra convenção, talvez mais

fraca que a primeira: “parece desumano separar-se a criança dos peitos de sua mãe”. Pode-se argumentar que a petição foi elaborada de maneira a convencer o juiz da justiça da pretensão do peticionário que, no caso, pretexta “razões humanitárias” para comprar Florinda, as quais não seriam, por assim dizer, fidedignas. É possível. Porém, há que se considerar que a pessoa que iria julgar a petição não seria, por hipótese, um néscio e, portanto, não se poderia alegar, para a efetivação da operação, absurdos. Assim, ainda que o interesse de quem assinou a petição comprometa a veracidade das afirmações aqui destacadas, elas não poderiam estar muito longe do razoável.

Admitindo-se, pois, que o interesse humanitário de Francisco da Costa Bruno tivesse algo de real, havia também razões menos humanitárias não mencionadas: a separação entre mãe e filha seria aceita pela sociedade sabarense? O que pensariam senhores e escravos a respeito de Francisco da Costa Bruno e mesmo do tutor de Florentino, afinal este último poderia ser socialmente condenado por não providenciar amamentação, mesmo que por meio de uma ama-de-leite para Florinda, tal como o primeiro teria sido por inviabilizar a convivência entre elas pelo interesse que tinha nos rendimentos que poderia obter e que, então, perdia: “*pensiona-se com a criação dela em prejuízo do suplicante, que assim perde os serviços de sua escrava*”.

O que estamos procurando afirmar aqui é que, além da racionalidade econômica existente na petição e presente em diferentes aspectos das sociedades sabarense e porto-alegrense, havia também limites para o exercício da mesma, os quais teriam por origem convenções sociais em torno do justo tratamento que se deveria dispensar aos escravos[60]. É estranho imaginar que atos humanos estejam além do julgamento moral da sociedade local.

[60] Antonil e Benci, mais no campo das idéias do que na prática, indicavam o que seria o justo tratamento dado aos escravos. As pregações que faziam procuravam comover audiência e leitores, o que indicava que as

Conjecturamos que parte do fundamento moral da pretensão do peticionário houvesse surgido em meio à decadência da economia de mineração em Minas Gerais. Argumentamos que nas sociedades escravistas decadentes, a possibilidade de substituição dos cativos por meio do tráfico transatlântico se torna menor, pois as unidades produtivas em dificuldade econômica teriam menores receitas para repor, via compra, os escravos mortos e estropiados. Nas sociedades escravistas ascendentes, por outro lado, a reposição se faz mais facilmente. Ora, as condições de vida dos escravos relacionam-se diretamente com a forma com que são tratados. Em sociedades que se enriquecem rapidamente, os escravos deviam trabalhar mais e, por isto, ter condições de vida inferiores àquelas verificadas nas sociedades decadentes.

No século XIX, como argumentaremos no capítulo 3, a economia brasileira, em geral, e a de Sabará e a de Porto Alegre, em particular, passaram por um longo processo de crescimento que, por hipótese, tenderia a tornar piores as duras condições de vida dos escravos. Na primeira metade do século XVIII, o ouro de Minas Gerais deve ter provocado grande sofrimento aos cativos para lá deslocados, mas de meados do século em diante, em razão da decadência e dos interesses econômicos dos próprios senhores, deve ter havido um certo abrandamento dos rigores da escravidão o que, ao longo do tempo, deve ter permitido a sedimentação de um padrão moral novo, algo distinto daquele existente no auge da extração aurífera. Dado que os padrões morais variam mais lentamente do que a conjuntura econômica, a recuperação havida no século XIX, em contraposição à decadência de meados do Dezoito, teria levado à piora do tratamento da população cativa de Minas, o que pode

---

práticas sociais eram diferentes das propostas pelos dois padres. Na petição em análise, não se trata da proposição de um tratamento distinto do que existia, mas da afirmação da existência de determinados princípios que, coadjuvados por razões econômicas, limitavam a plena disponibilidade do escravo como coisa.

não ter ocorrido por força das convenções sociais estabelecidas anteriormente e sedimentadas ao longo do tempo.

Ao longo deste capítulo, procuramos evidenciar o debate existente em torno da racionalidade e da irracionalidade da escravidão a partir de alguns textos que consideramos clássicos da historiografia brasileira e norte-americana. Procuramos, ainda, analisar a presença de elementos de uma determinada racionalidade econômica semelhante à atual, para a avaliação de ativos, em alguns dos documentos a que tivemos acesso por meio de nossa pesquisa e verificamos que a acumulação de capitais se fazia, formalmente, de maneira distinta da atual, não havendo, dentre outras coisas a capitalização dos juros não pagos. Por fim, verificamos que, para além da racionalidade e da irracionalidade da posse de escravos como ativos, havia determinados valores e práticas sociais que impediam a racionalização completa dos procedimentos administrativos dos senhores pela formação de limites ao exercício da vontade escravista, os quais são distintos dos vigentes hoje para a valorização do capital.

Abordados alguns tópicos da acumulação de capitais na sociedade escravista brasileira, cabe analisar os papéis do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais na economia do Brasil no século XIX.

Apêndice do Capítulo 2

Elementos de uma certa racionalidade Capitalista na Decisão de Investir

Para tornar mais acessível nosso raciocínio, daremos abaixo alguns exemplos para explicar o raciocínio presente nas equações de atualização de rendimentos futuros. Quando se contrai um determinado empréstimo, pactua-se uma determinada taxa de juros, a qual incidirá sobre o montante emprestado. Digamos que tal taxa corresponda a 10% ao ano e que o empréstimo contraído foi de R$1000,00. Se a operação em questão for liquidada no prazo de um ano, o devedor pagará ao credor R$1100,00, valor a que chegamos a partir do seguinte:

$R = 1000 + (0{,}1).1000 = 1100,$ em que 1000 é o valor contraído e 0,1 corresponde à taxa de 10%.

Podemos expressar a operação acima por meio de uma equação que usa letras em lugar dos números, com o que obtemos uma expressão que nos permite calcular o valor devido em qualquer ponto no tempo. Assim, fazemos:

(3) $R = P\left(1+i\right)^{n}$, onde:

P é o valor do empréstimo inicialmente contraído;

R é o valor devido;

i é a taxa de juros e;

n é o momento em que se pretenderá liquidar a operação.

Nestes termos, se o empréstimo é pago no ano seguinte à sua contração, teremos:

$R = 1000\left(1+0{,}1\right)^{1} = 1100.$

Se o empréstimo é pago no segundo ano, teremos:

$$R = 1000(1+01)^2 = 1000(1{,}21) = 1210.$$

Por simples transposição algébrica, podemos modificar a equação (3) de maneira a resultar em (4):

$$(4)\ P = \frac{R}{(1+i)^n}.$$

Com a equação (4), apenas atualizamos o valor do montante devido R, no ano n. Estamos a dizer, com a equação acima, que o valor atual do valor R no ano n é P. A isto se chama atualização de valores futuros. Se temos uma seqüência de valores futuros, podemos atualizá-los todos por meio da equação (1), que reproduzimos abaixo:

$$P_j = \sum_{n=1}^{k} \frac{R_n}{(1+i)^n}.$$

A letra grega Σ representa, convencionalmente, o somatório, isto é, eliminando-a, representaríamos (1) da seguinte maneira:

$$P_j = \frac{R_1}{(1+i)^1} + \frac{R_2}{(1+i)^2} + \ldots + \frac{R_k}{(1+i)^k}.$$

A atualização de valores futuros (Rn) resultará em um valor P. Aos acionistas, no caso de Hilferding, se coloca a seguinte questão: vale à pena ter a ação da companhia j? Valerá se o preço da ação na bolsa de valores for inferior ao somatório dos valores futuros esperados. Se o preço estiver acima dos mesmos, então é melhor vender a ação ou não comprá-la. O raciocínio acima pode ser estendido, na sociedade capitalista, a qualquer tipo de ativo. A posse dos mesmos, do ponto de vista da racionalidade econômica, só valerá à pena se satisfizer os requisitos de rentabilidade postos.

É necessário chamar a atenção, porém, para a incerteza, termo de origem keynesiana cuja utilização se fez no capítulo 1 desta tese para explicar as diferenças de dinâmica das sociedades periféricas e centrais, isto é, nas sociedades ditas centrais, como explicamos páginas atrás, as variações do ciclo econômico são dadas por variações nos investimentos. Os investimentos, por seu turno, são realizados seguindo o raciocínio do parágrafo anterior: ocorrem se os empresários avaliarem que os rendimentos futuros serão superiores à taxa de juros de longo-prazo. Em um cenário depressivo, os investimentos se reduzem porque se avalia que o cenário presente não será radicalmente distinto no futuro, o que leva à realização de uma profecia auto-realizadora: uma vez que não se realizam investimentos no presente, não se foge da depressão e o futuro acaba sendo confirmado pelas expectativas anteriores.

Dada a impossibilidade de prever as probabilidades de recebimento dos rendimentos futuros[61], os empresários realizam investimentos de maneira irracional, isto é, por instinto. No caso da equação (1) proposta por Fogel e Engerman, mantém-se o instinto do escravista e se acresce a expectativa de vida dos escravos (ψ). Teoricamente, é como se os escravistas norte-americanos, coletivamente, reconhecessem a existência de uma função de distribuição de probabilidades associada à expectativa de vida dos cativos.

[61] Podemos dizer o mesmo por meios técnicos: dada a impossibilidade de se criar uma função de distribuição de probabilidades.

Capítulo 3 – Produção Econômica em Sabará e Porto Alegre no Século XIX

3. 1 – Sabará e Porto Alegre, razões para a escolha

Esta tese se propôs a analisar, dentre outras coisas, as economias de duas comarcas distantes uma da outra e, de certo modo, distantes dos centros econômicos de maior envergadura do Brasil no século XIX. A opção por estudá-las reside no seguinte: sendo distantes geograficamente, quão próximas seriam social e economicamente?

Alega-se que a escravidão do Rio Grande do Sul[62] teria um caráter algo distinto daquele presente nas áreas de plantation o que, de resto, sequer podem ser encontradas na província meridional. Além disto, caracteriza-se a unidade produtiva agropecuária sul-rio-grandense pela presença de outras relações de produção que não a escravidão, o que não significa, ainda segundo tal visão, que escravidão não houvesse. Pelo contrário, ressalta-se o papel secundário do cativo nas lides campeiras, nas quais o trabalho escravo seria inaplicável em virtude, dentre outras, das possibilidades de fuga e de proibitivos custos de vigilância. Admite-se, no entanto, que havia uso intensivo de escravos nas charquedas, as quais seriam semelhantes às plantations por reunirem grande número de escravizados e estarem voltadas para a produção de mercadorias exportáveis. No entanto, a produção de charque seria feita em centros urbanos, o que diferenciaria a unidade produtiva charqueadora das plantations tradicionais, estabelecidas no meio rural.

No caso de Minas Gerais, não se propõe, ao que parece, a existência de uma escravidão atípica, ainda que a escravidão voltada para a mineração não tivesse as mesmas

[62] *"Durante o século 19, o Brasil como um todo foi marcado – dos pontos de vista social e de apropriação do excedente econômico – pela apogeu, o declínio e a abolição da escravidão, assim como pelo crescimento da produção e das exportações de café. A escravidão e suas seqüelas marcaram profundamente o Brasil do século 19: afirmamos, neste artigo, que foram construídas duas sociedades escravistas distintas nas províncias do Rio Grande do Sul e na de São Paulo."* Cf. Luiz Roberto Pecoits Targa – "A Originalidade do RioGrande do Sul no Século 19" in Anais do Primeiro Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2001.

características daquela voltada para a produção de açúcar, por exemplo. De fato, a enorme população cativa de Minas no século XIX, reputada a terceira maior das Américas[63] possui características algo incógnitas, suscitando mais indagações do que explicações para suas peculiaridades.

Comparar as economias de Porto Alegre e de Sabará, por meio dos dados fornecidos pelos inventários, permitiria analisar, dentre outras coisas, as sociedades erigidas localmente e, argumentamos, o que era fundamental para toda a sociedade brasileira em todas as províncias no século XIX: a escravidão. Este pilar sobre o qual se erigiu a sociedade brasileira, acreditamos, era compartilhado por quase todo o território que comporia o Brasil, ainda que nem todas as regiões tivessem condições para o emprego dos escravos segundo os moldes classicamente estabelecidos das plantations.

Ainda uma razão para o estudo das duas comarcas: dentre as afirmações feitas por João Luís Fragoso e Manolo Florentino[64], havia a de que a elite comercial do Rio de Janeiro haveria estabelecido relações de trocas desiguais com o Centro-Sul do Brasil. Optamos, então, por estudar a produção econômica de duas comarcas supostamente submetidas ao capital mercantil carioca.

3. 2 – Um Mercado Nacional em um Estado Nacional

O que era produzido em Porto Alegre e em Sabará ao longo do século XIX? Haveria alguma especialização produtiva diferenciando uma da outra? Responder a estas questões objetiva contemplar a hipótese de que, ao longo do século XIX, em meio à formação do

---

[63] Cf. Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho – "Slavery in a non-export Economy: Nineteenth – Century Minas Gerais Revisited" in HAHR, 63(3), 1983, 557-568.

[64] *"Designado pelas fontes coevas por "praça mercantil do Rio de Janeiro", o espaço formado pela capital e por sua periferia imediata representava o núcleo dinâmico da economia sul-sudeste"*. Cf. João Luís Fragoso e Manolo Florentino – *O Arcaísmo como Projeto*, Rio de Janeiro, 1998 – página 37.

Estado Nacional, formou-se um mercado nacional, o qual, por hipótese, ensejaria a especialização produtiva por força das vantagens comparativas particulares a cada região do Brasil.

A teoria econômica, desde Smith, supõe que, na ausência de impedimentos ao comércio, a concorrência levaria à sobrevivência das unidades produtivas que conseguissem vender sua produção pelos melhores preços. A especialização regional decorre, em parte, deste fato: determinante para os custos das unidades produtivas é a dotação de fatores que cada região possui caracteristicamente. No século XIX, quando as tecnologias empregadas eram relativamente simples em comparação com os dias de hoje, um elemento de grande importância para a determinação dos custos era o meio-ambiente em que as atividades produtivas eram desenvolvidas, o que os economistas chamam de dotação natural de fatores de produção. Um segundo elemento, ainda relevante nos dias de hoje, seriam os custos de transporte.

No caso de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, no século XIX, não devemos supor que entre tais províncias houvesse trocas com a relevância do século XVIII, ainda que haja exceções, como a apresentada pelo testamento de Francisco Salles Rodrigres, falecido em Porto Alegre no ano de 1833:

> *"Em nome de Deus. Digo eu, Francisco Salles Rodrigues, natural da Província de Minas, da Vila da Campanha, filho legítimo de Antônio Luís Cardoso e de Escolástica Vitória Rodrigues da Silveira (ambos falecidos) que estando enfermo de cama, mas em meu perfeito juízo, faço o meu testamento de minha última vontade pelo modo e maneira seguinte.*
>
> *Declaro que sou solteiro, e que não tenho herdeiro algum forçado, só aqueles a quem eu instituir, pois igualmente não tenho filho algum natural que possa chamar-se meu herdeiro.*
>
> *Declaro que sou negociante, e que muito pouco devo, mas que me devem bastante, e que tudo consta de meus borradores e assentos particulares.*

Declaro que tenho negócio com Luís Antônio da Costa, o qual me é devedor de dezessete a dezoito contos de réis, proveniente de uma embarcação que lhe vendi, e de um armazém de molhados, que sobre estas quantias tem a carregar o câmbio de sessenta por cento que faz a sobredita quantia de dezessete a dezoito contos de réis, além disto, ainda me deve o dispêndio nesta cidade, o que tudo consta de papéis e clareza que se há de achar em meus papéis.

Declaro que mandei para Minas, por meu mano Antônio Luís Cardoso, trinta escravos para serem vendidos interessado tão somente nos lucros com o sobredito meu mano.

Declaro que possuo aqui sete escravos, e umas casas no Beco do Quebra Costa, e uns terrenos no Alto da Bronze, e umas casas térreas na Rua da Bandeira, e uns terrenos perto da caridade, que tudo a quem nomear meu primeiro testamenteiro não ignora e está ao fato e dou por bem feito tudo quanto ele fizer, pois confio em sua probidade, honra e zelo.

Declaro que trago uma demanda com Maria Úrsula Viana sobre uma parda que me vendeu, e depois a fez forra com uma carta falsa cuja demanda corre no Cartório de Vilas Boas, cuja demanda meu testamenteiro a sustentará até última decisão pela razão que me assiste e a falsidade em que labora de querer enganar o Direito.

Declaro que trago outra demanda com Antônio Manoel, o que meu testamenteiro seguirá por diante até final sentença.

Declaro que por meu falecimento deixo forros os escravos seguintes: João e Cândido, ambos mulatos, os quais meu testamenteiro lhes passará a Carta assim como à mãe dos mesmos, de nome Petronilha.

Declaro que meu testamenteiro logo dará à Santa Casa da Misericórdia desta cidade a quantia de duzentos mil réis, que deixo de esmolas para os enfermos.

Declaro que eu falecendo, meu testamenteiro fará meu enterro e sufrágios a sua satisfação, e como entender e lhe parecer.

Declaro que instituo por meus herdeiros a minha mana Bernardina Rodrigues, e a minha mana Escolástica Rodrigues, e a meu mano José Luís, a saber, deverá-se dividir meus bens em três partes iguais, uma delas ficará a meu mano José Luís, e depois das outras duas herdará em igual parte com as minhas manas acima referidas que as instituo por herdeiras.

Declaro que nomeio por meus testamenteiros e procuradores gerais de todos os meus bens, com ampla e geral administração, em primeiro lugar ao meu amigo Domingos José da Silva Flores, em segundo Dionísio da Fonseca Reis, em terceiro José Luís de Azevedo, a quem deixo ao testamenteiro que aceitar o testamento dois anos para o cumprimento do mesmo, e prestar contas no juízo competente, e lhe deixo duzentos mil réis.

Declaro mais que deixo aos dois mulatinhos, que deixo forros, duzentos mil réis a cada um, que meu testamenteiro tomará conta dos

> *mesmos, e lhes irá dando para suas subsistências e mandando-os educar, e ensinar-lhes a ler.*
>
> *E por esta forma tenho feito meu testamento, e minha última vontade. E peço e rogo às Justiças de Sua Majestade Imperial dêem toda a força e vigor e façam muito inteiramente cumprir e guardar como nele se contém e declaro o que mandei escrever por Antônio Peixoto do Prado, e me assino tão somente de meu próprio punho.*
>
> *Porto Alegre, 7 de março do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1833 anos.*
>
> *Francisco de Salles Rodrigues*"

O testamento do comerciante mineiro foi o único indício que encontramos da existência de trocas diretas entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Supomos que a atipicidade do mesmo não se encerra nisto. De fato, a mercadoria transacionada é gente, o que devia ser igualmente raro pelos seguintes motivos: em primeiro lugar porque a província meridional era importadora de escravos na primeira metade do século XIX, vindo a ser uma das que mais escravos comprou dentre as províncias do Império[65]. Além disto, Minas Gerais era, por assim dizer, cliente dos traficantes cariocas. O porto do Rio de Janeiro era, no século XIX, um dos que mais participava do tráfico transatlântico. A distância entre tal porto e Minas era, obviamente, muito menor do que a existente entre ela e o Rio Grande do Sul. Possivelmente, aliás, a rota da transação comercial dos 30 escravos mencionados no testamento deve ter sido: Porto Alegre – Rio Grande – Rio de Janeiro – Minas Gerais.

A transação comercial, portanto, contaria com um frete avultado, o qual oneraria os lucros resultantes da venda dos 30 escravos. É claro que, se os preços dos cativos gaúchos fossem inferiores aos mineiros, poderia ser compensadora tal venda. No entanto, como

[65] Segundo Martins (1994, página 10), o Rio Grande do Sul teria sido uma das províncias brasileiras que mais importou escravos africanos entre 1800 e 1852. Teriam sido trazidos algo como 68 mil cativos. Cf. Roberto Borges Martins – "Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez" – texto para discussão número 70 UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1994.

demonstraremos no capítulo 4, na primeira metade do Oitocentos as diferenças de preços entre os escravizados em Sabará e Porto Alegre não eram significativas, passando a ser apenas depois de extinto o tráfico transatlântico.

Haveria trocas mercantis entre Minas e o Rio grande do Sul no século XIX? Dificilmente. Ambas eram produtoras, dentre outras coisas, de alimentos. Embora a razão de ser, econômica, do Rio Grande do Sul houvesse sido, no século XVIII, o fornecimento de bestas para as minas que, por seu turno, especializaram-se na extração aurífera, no Dezenove ter-se-ia verificado, nas decadentes regiões da economia de mineração e adjacências, uma transformação produtiva que levaria a uma modificação das relações entre o Sul e o Sudeste do país[66]. Passou-se da produção de metais preciosos, como principal atividade, para a produção agropecuária.

Minas transformou-se e o mesmo ocorre com o Rio Grande do Sul, que passa a independer daquela, reduzindo-se a importância das exportações de bestas e avultando as exportações de uma atividade econômica antes inexistente no território meridional: o charque. Nestes termos, passaram de complementares, no século XVIII, a parcialmente concorrentes, no século XIX: a segunda província fornece carne processada, ainda que rudimentarmente, e a primeira carne verde, dentre outras mercadorias, para o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, além de centro consumidor, era intermediador das trocas mercantis entre as regiões do Centro-Sul do Império. A capital transforma-se, na medida em que cresce, em grande consumidora dos produtos de Minas Gerais. Tal tendência entre o interior e o litoral é reforçada pelo desenvolvimento da cafeicultura. Saint-Hilaire, que

[66] Curiosamente, hoje em dia, quando no Rio Grande do Sul se faz referência ao centro do Brasil, não se está falando de Goiás ou de Brasília, ou mesmo da Região Centro-Oeste, mas de Rio de Janeiro, São Paulo e parte de Minas Gerais.

conheceu tanto Minas quanto o Rio Grande do Sul nos anos que precederam a Independência, deixou o seguinte depoimento sobre o porto de Estrela, justamente aquele por onde chegavam os produtos mineiros e de onde partiam as tropas de burros para o interior:

> *"Desde que comecei a viajar no Brasil, lugar nenhum me apresentou tanto movimento como Porto da Estrela. Há dificuldade em nos encontrarmos uns aos outros no meio das bestas que partem ou chegam, dos fardos, dos almocreves, das mercadorias de todo gênero que se acumulam nesta povoação. Lojas bem sortidas fornecem aos numerosos viajantes aquilo de que carecem. Aliás, não existe, em volta do Porto de Estrela, nenhuma habitação digna de nota; mas cultiva-se um pouco de café nos arredores. A primeira casa que se apresenta é o rancho destinado a abrigar as caravanas; é uma construção bastante longa, dividida em espécies de células por paredes de barro, e na frente da qual o teto prolongado forma uma vasta galeria cujos pilares são de tijolos. Cada caravana se abriga numa das células do rancho, aí arruma sua bagagem e faz a cozinha; nenhuma espécie de conforto, nem mesmo uma mesa, ou um banco, e, quando da minha passagem, via-se o céu através das divisões mal conservadas."* Cf. August de Saint-Hilaire – *Viagem às Nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*, São Paulo,1937 - página 12.

O Rio de Janeiro era importante, ainda, para a produção de alimentos que se fazia no Vale do Paraíba paulista antes que a cafeicultura o alcançasse. Hernani Maia Costa, Robert Slenes e Alcir Lenharo encontram-se dentre aqueles que demonstraram a relevância do Rio de Janeiro para as economias de Minas Gerais e de São Paulo. As barreiras paulistas, estabelecidas para a cobrança de pedágios com os quais se queria equipar as estradas de São Paulo, tinham considerável arrecadação na região do Vale do Paraíba paulista, justamente a que se usava para enviar mercadorias para o Rio de Janeiro. Apesar disto, a barreira de Cubatão possuía arrecadação maior por concentrar no porto de Santos as

exportações do restante da província[67]. Robert Slenes, por seu turno, levantou a hipótese de que Minas Gerais, no século XIX, não seria uma economia decadente em razão do fornecimento de alimentos para o Rio e de diamantes para o mundo. Para este autor, o resultado econômico e social de tais operações não poderia ser resumido às vendas finais dos produtos mineiros. Para além disto, haveria ligações do setor diamantífero e do agropecuário de Minas com o resto da economia provincial, justificando, por esta via, as dimensões adquiridas pela população cativa mineira no século em questão. Por fim, para Lenharo, os interesses mercantis formados em torno do complexo abastecedor da Corte seriam importantes para o movimento de Independência, denotando já uma certa expressão de interesses por parte de um dos grupos que participará da construção do próprio Estado Nacional[68].

Clotilde Andrade Paiva, em tese de doutorado, verificou a existência de uma certa teia mercantil em Minas que tinha por vértice a região de São João D´El Rey. Tipificando as regiões mineiras segundo dados do século XIX, e não do século XX, concluiu que aquelas de maior desenvolvimento ou estavam diretamente envolvidas com a produção de diamantes e metais preciosos, como Diamantina, ou, além da produção aurífera, dedicavam-se à produção de alimentos, como a Região Mineradora Central Oeste, em que se incluía Sabará. Por fim, um terceiro tipo de atividade econômica que permitia elevado

---

[67] *"(...) Do montante realizado, 68:200$000 rs. eram provenientes da arrecadação das taxas de barreiras, e desse total, excetuando-se os 36:000$000 rs. gerados pela barreira de Cubatão, no caminho do principal porto de São Paulo, e por onde se escoava a produção de todo o restante da província, 22:000$000 rs. eram da arrecadação das barreiras do Vale do Paraíba. (...)"* Cf. Hernani Maia Costa – *O Triângulo das Barreiras*, São Paulo, 2001 - página 57. (fotocopiado).

[68] *"(...) Geralmente, a historiografia, sob ângulo jurídico, detém-se na idéia do Estado importado, marcado apenas por traços de permanência do que imigrou da Metrópole, tendendo à imobilidade. O movimento social aqui apresentado mostra um outro lado da questão, mais rico e esclarecedor, apresentando o Estado em formação de face materializada, isto é, classista, em transformação determinada pela expansão sócio-econômica do pólo dinâmico do país, o Centro-Sul."* Cf. Alcir Lenharo – *As Tropas da Moderação*, Rio de Janeiro, 1979 - página 31.

grau de desenvolvimento era a intermediação mercantil, o que caracterizava a região sudeste de Minas[69].

Por fim, João Luís Fragoso aponta para a relevância do Rio Grande do Sul para o fornecimento de farinha de mandioca e charque para o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.[70]

Desta maneira, após a decadência da economia de mineração, houve um certo deslocamento do centro dinâmico interno à economia brasileira que deixou de ser Minas Gerais e passou a ser o porto de Minas: o Rio de Janeiro.

As origens das relações mercantis entre o Rio de Janeiro e Minas foram estudadas, na década de 50 do século XX, por Mafalda Zemella, que apresentou tese de doutorado sobre o abastecimento das minas. De fato, a capital do Império fora, no século XVIII, o porto de Minas, local por onde saía o metal por determinação do Reino e por onde entravam escravos e mercadorias de todo o mundo. Foi, possivelmente, um dos portos por onde entraram os imigrantes que sofriam da febre do ouro. Pelos caminhos para Minas transportavam-se as "bugiarias" de França, que Antonil mencionou, as quais serviriam para a distinção de seus possíveis compradores, descritos em termos pouco lisonjeiros, assim como tudo mais na sociedade mineira, pelo autor do Discurso Histórico e Político sobre a

---

69 "*O Sudeste* (de Minas Gerais) *possuía vigorosa atividade comercial, exportava para o Rio de Janeiro vários tipos de produtos sendo os mais importantes os agropecuários: toucinho, bovinos, tabaco, suínos e queijos. Paralelamente à criação de bovinos se desenvolveram atividades associadas, como a criação de carneiros que chegou a ter razoável importância a nível provincial.*

Era importante região de entreposto. Ao lado de seu setor exportador especializado em gêneros de abastecimento (queijos, bovinos, etc.), havia um pequeno comércio intra-regional de víveres, vindos dos arredores para atender a demanda da vila de São João Del Rei. A aquisição de víveres provenientes da região Intermediária Pitangui-Tamanduá e de Minas Novas por parte unicamente da vila de São João Del Rei, sugere que parte desse produto era enviado para o Rio de Janeiro". Cf. Clotilde Andrade Paiva – *População e Economia nas Minas Gerais no Século XIX*, São Paulo, 1996 – página 114. (mimeo)

70 *"...Em 1816, a soma dos valores do charque e do trigo do Sul brasileiro desembarcados no Rio é cerca de 49% maior do que a quantidade de açúcar branco e mascavo descarregada no mesmo porto."* Cf. João Luís Fragoso – *Homens de Grossa Aventura*, Rio de Janeiro, 1998 – página 21.

Sublevação que nas Minas Houve no ano de 1720, possivelmente o governador que a reprimiu, o Conde de Assumar:

> "*E eu conheço neste país um homem honrado, o qual com outros mais não entra nesta universal dos mineiros, que (desde uma varanda das suas casas, que ficam onde o ribeiro dos Raposos entra no rio das Velhas) gracejando ao passar das carregações do Rio de Janeiro, que todas por ali vêm ter, com alguns pobres reinóis que, com seu saco às costas, vinham atrás tocando cavalos, apontava para eles, e contando dizia: ali vão três coronéis, acolá cinco mestres de campo.*
>
> *E com efeito chegou a ver alguns (que ainda não tinham acabado o tirocínio de três anos de taverna, que é onde fazem suas caravanas e adquirem mantimentos para, como os veteranos – que todos tiveram o mesmo exercício – conseguirem profissão de grandes e poderosos) servir na república a tais ocupações, que a experiência o ensinara a prognosticar-lhes. Em conclusão, não se lêem em muitos séculos na Metamorfose de Ovídio, tantas mudanças, como destas transformações se admiram em cada dia nas Minas. E se os homens assim andam trocados, não é possível que deixe de andar tudo às avessas, e fora de seu lugar."* Cf. Discurso Histórico e Político, Belo Horizonte, 1994 – página 152.

A história dos caminhos que levavam para o interior é conhecida e merece, aqui, ser relembrada. Havia, basicamente, dois caminhos para Minas Gerais: o que vinha pelo interior da Bahia e pelo rio São Francisco, acessando Minas pelo norte, e o que era usado pelos paulistas, pelo sul, o que incluía a passagem por Parati. Quando se buscava o Mato Grosso, partia-se de Porto Feliz, pelo Tietê. Havia, ainda, aquele que demandava Goiás atravessando o que hoje se chama Triângulo Mineiro.

Caminhos ásperos, todos eles. Para Minas foi estabelecida, por decisão metropolitana, uma única rota: a do Caminho Novo, que partia do fundo da Baía da Guanabara e substituía o que passava por Parati. Queria-se, com isto, evitar os descaminhos do metal precioso.

As condições de transporte são relatadas por Mafalda Zemella: as mercadorias, nos primeiros tempos, eram transportadas nas costas dos escravos, passando ao lombo dos burros anos mais tarde. O uso de carroças manteve-se bastante restrito e o que era típico do

comércio, no século XIX, entre Minas e o Rio de Janeiro, eram as tropas de bestas, as quais serviam Sabará.

No caso do Rio Grande do Sul, as tropas e manadas seguiam a pé até o interior de São Paulo, até Sorocaba, de onde eram divididas seguindo para Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais por diferentes caminhos, no século XVIII. A cidade próxima a Campinas se manteve fiel às feiras de gado século XIX adentro, agora incluindo o Rio de Janeiro, e não mais as províncias interioranas, como principal cliente.

Os caminhos traçados nos século XVIII, levando "bugiarias" de França e escravos da África para Minas Gerais e bestas do Rio Grande do Sul para as províncias interioranas, permitiram a formação de uma certa infra-estrutura representada por umas poucas vendas, campos de engorda e mesmo cidades que se formaram em torno de feiras e delas sobreviveram por dois séculos. Permitiu que, uma vez reduzida a produção aurífera, fosse o ouro parcialmente substituído por produtos agro-pecuários, viabilizando a sobrevivência de populações de dimensões consideráveis, como a mineira que, no século XIX, possuía os maiores contingentes brasileiros tanto de escravos quanto de livres e libertos.

Os caminhos, por hipótese, serviram para a realização de trocas, as quais foram sendo controladas por comerciantes que, no âmbito do pacto colonial, conseguiam se enriquecer e formar interesses específicos. Para Lenharo, esta gente será importante para a Independência e para a construção do Estado Nacional, o qual terá o Rio de Janeiro como base não somente porque foi a cidade escolhida para ser capital colonial no século XVIII, sede provisória do Império Português no início do século XIX e capital do Brasil até 1960, mas também porque lá residiam os maiores comerciantes do Brasil, conformando uma elite econômica algo distinta daquela a que nos acostumamos imaginar. Nela incluíam-se os maiores traficantes de escravos, até 1850, as principais casas comissárias e bancárias, os

maiores acionistas da bolsa de valores e os que controlavam o Banco do Brasil, órgão fundamental para a administração das finanças do Império[71].

Queremos, pois, enfatizar o seguinte: tem-se no século XVIII a criação de uma série de trocas internas ao território que comporia, no século seguinte, o Brasil. Há, portanto, um mercado interno que se forma antes do Estado Nacional e antes, por razões óbvias, da formação do Mercado Nacional. De certo modo, é de se supor que os interesses econômicos em torno das trocas internas à colônia, assim como desta com a África, tiveram considerável influência na Independência.

Heckscher, estudando a Europa, aponta para a relevância do Estado para o estabelecimento dos mercados. Para este autor, há uma certa associação entre o crescimento do poder real e o fortalecimento das trocas. O soberano seria indispensável para a unificação, dentre outras coisas, das leis, da moeda e dos pesos e medidas, por exemplo. Por outro lado, exigiria tributos, os quais seriam indispensáveis para a solidificação do poder real e do Estado. Com os Estados Nacionais europeus, desfazem-se os particularismos feudais e criam-se mercados nacionais[72].

Característica dos mercados nacionais é a presença de uma certa ordem tributária tendente à satisfação dos interesses dos comerciantes nacionais, a qual faz parte de algo maior: da política econômica do Antigo Regime, a que se deu o nome de mercantilismo.

---

[71] É ilustrativo deste domínio o estudo feito por Evaldo Cabral de Mello sobre a constituição dos engenhos centrais no Nordeste. Este historiador afirma que o principal articulador deste malfadado negócio, posto que os mencionados engenhos, apesar da subvenção imperial, não foram significativos na alteração da estrutura produtiva açucareira no Império, foi a elite financeira fluminense, em associação com determinados *brokers* londrinos. A República, a juízo deste historiador, teria significado um golpe sobre as formas de extração de excedentes pelos financistas cortesãos, pois facultou aos governos estaduais maior liberdade de movimento no que respeita à constituição de dívidas, comparativamente aos governos provinciais. Por meio de tais dívidas, o governo pernambucano teria logrado instalar os engenhos centrais atendendo aos interesses dos proprietários rurais de Pernambuco, com um projeto distinto daquele proposto no período imperial. Cf. Evaldo Cabral de Mello – *O Norte Agrário e o Império*, Rio de Janeiro, 1999 – capítulo "As Províncias do Norte e os melhoramentos materiais".

[72] Cf. Eli Heckscher – *La Epoca Mercantilista*, Cidade do México, 1983 – parte I.

Smith a tomará como daninha ao enriquecimento privado e, por extensão, à riqueza das nações, pois geraria desvios de recursos para a produção e consumo de artigos que, não houvesse as disposições legais, ou não seriam produzidos e consumidos, ou o seriam em quantidades menores.

No século XIX, no Brasil, o Estado Nacional não se forma eliminando particularismos feudais. Pelo contrário, já existia, como legado da colonização portuguesa, uma extensa legislação regulando as trocas e tributando-as em favor do soberano, das municipalidades, das capitanias/províncias, etc. Já existia um padrão monetário comum e mesmo um sistema de pesos e medidas. O Estado Nacional e o Mercado Nacional se formam a partir de instituições pré-existentes, o que não exclui inovações e nem modificações nos arranjos de então: no tratado de Independência, dada a intensidade das trocas com a África, estipula-se que o território do país independente ficaria restrito a uma das margens do Atlântico e se providencia a supressão da atividade econômica que poderia unir, politicamente, os dois lados do Oceano: o tráfico[73].

3. 3 – Rendas de Monopólio e Integração Mercantil

A existência de um certo mercado interno que precede a formação de um mercado nacional abre a possibilidade de exercício do domínio mercantil sobre determinados tipos de transação em pleno período colonial. Como apontado no capítulo 1 desta tese, o capital, ao longo do tempo, pode ser caracterizado pela sua forma predominante de acumulação.

[73] *"(...)En conséquence de la bipolarité de l´économie des plantations, des mouvements visant à intégrer les zones de traite à l´Empire du Brésil éclatent en Guinée, en Angola et en Mozambique.(...) En 1829, Strangford, le plénipotentiaire britannique au Brésil, entreprend une double démarche. Il avertit le gouvernement brésilien que toute intervention dans les possessions portugaises en Afrique serait entravée par la Navy et communique ensuite à Lisbonne la teneur de l´ultimatum adressé à Rio de Janeiro.*" Cf. Luiz Felipe de Alencastro, Paris, 1985 - páginas. 470 e 471. (mimeo).

Assim, se é verdade que no século XIX, na Inglaterra, passa-se do domínio do capital mercantil para o do capital industrial, resultando disto diversas modificações institucionais tendentes à supressão das rendas de monopólio, no Brasil temos um movimento mais lento: o capital industrial passa a ser predominante apenas no século XX.

Dada esta diferença cronológica entre a industrialização do Brasil e a da Inglaterra, por exemplo, há que se perguntar que meios de acumulação de capitais predominaram em nosso século XIX. A resposta, embora aceite considerações diversas, incluindo diferenciações regionais, aponta para o predomínio do capital mercantil nacional.

Sereni, estudando a formação do mercado nacional italiano, propõe uma maneira de averiguar o grau de integração dos mercados, o que seria indispensável para a compreensão da atuação do capital mercantil: correlações de preços[74]. No caso do autor italiano, estudou-se o mercado de trigo e verificou-se que a unificação italiana tendeu a aumentar as correlações entre os preços praticados por diferentes regiões. Tal fenômeno levou a uma reorganização da produção agrícola italiana ensejando a especialização produtiva regional e a formação de uma mão-de-obra "desempregada", a qual se deslocará, parcialmente, para as Américas.

A unificação italiana, portanto, tendeu a reduzir as rendas de monopólio anteriormente existentes naquela península. Além disto, ampliou o espaço em que o capital industrial anteriormente existente atuava, o qual se beneficiou da redução das rendas de monopólio sobre os preços dos alimentos por esta viabilizar uma certa redução dos custos de reprodução da mão-de-obra. Além disto, dada a abundância relativa que se criou com as modificações no meio rural italiano, permitiu a redução dos salários pela presença de uma grande oferta de trabalhadores.

[74] No apêndice deste capítulo apresentamos brevemente o que queremos dizer com correlações de variáveis.

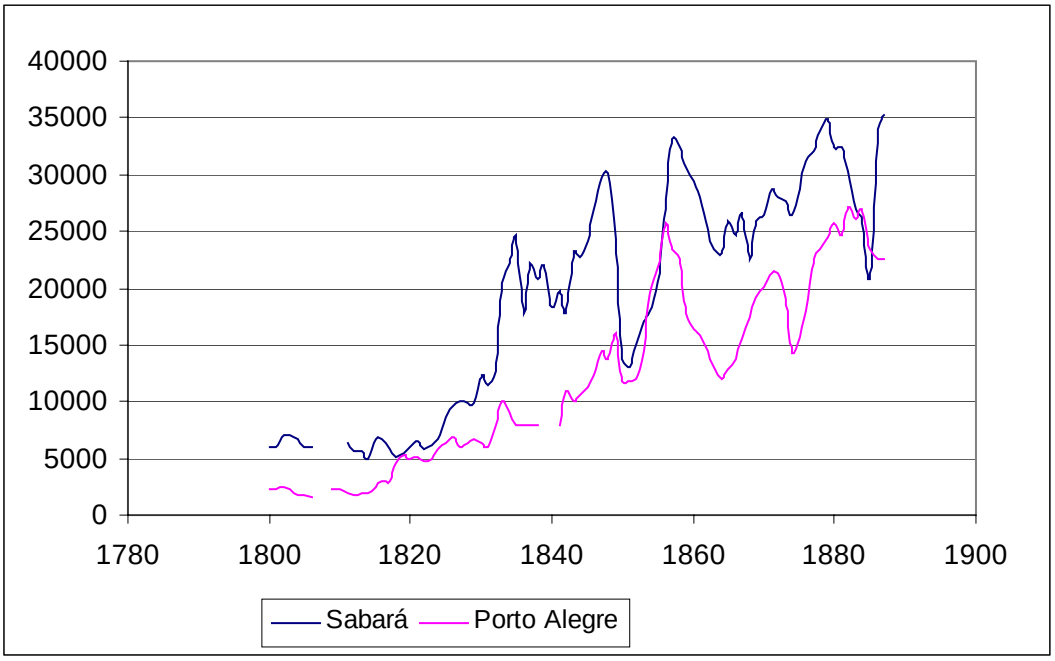
- Bois e cavalos – o comportamento dos preços de duas mercadorias

Os inventários, como dissemos, elencam uma quantidade impressionante de mercadorias, atribuindo, a cada uma, um determinado preço que se encontra relacionado com os demais por uma questão de coerência: não havia aleatoriedade na determinação dos mesmos e, desta maneira, havia um certo vetor de preços refletido nas decisões dos louvados.

Dentre as mercadorias comuns aos inventários porto-alegrenses e sabarenses, há duas que merecem atenção especial: bois e cavalos. Achamos que merecem considerando a ubiqüidade que lhes é característica no Centro-Sul do Brasil. Além disto, são relativamente homogêneas e se apresentam em grande quantidade em ambas as comarcas, o que permite a construção de séries de preços. O mesmo não pudemos fazer, por exemplo, para os relicários, uma vez que, supomos, havia grandes diferenças entre eles, além de se apresentarem em número relativamente pequeno nos inventários pesquisados.

Com relação aos bois, os preços podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 3. 1– Médias Móveis Trienais dos Preços dos Bois de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887.



Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e Porto Alegre, entre 1800 e 1887.

Por quase todo o século XIX, os preços dos bois de Porto Alegre foram inferiores aos de Sabará, confirmando o que a historiografia tradicionalmente aponta: a facilidade para a produção deste tipo de mercadoria no Rio Grande do Sul. De fato, a relação entre os preços de uma e outra localida passou, considerando 1850 como divisor, de 1/2 para 2/3. Os coeficientes de correlação que encontramos foi: para o período de 1800 a 1849, r = 0,90, e, para o período de 1850 a 1887, r = 0,62.

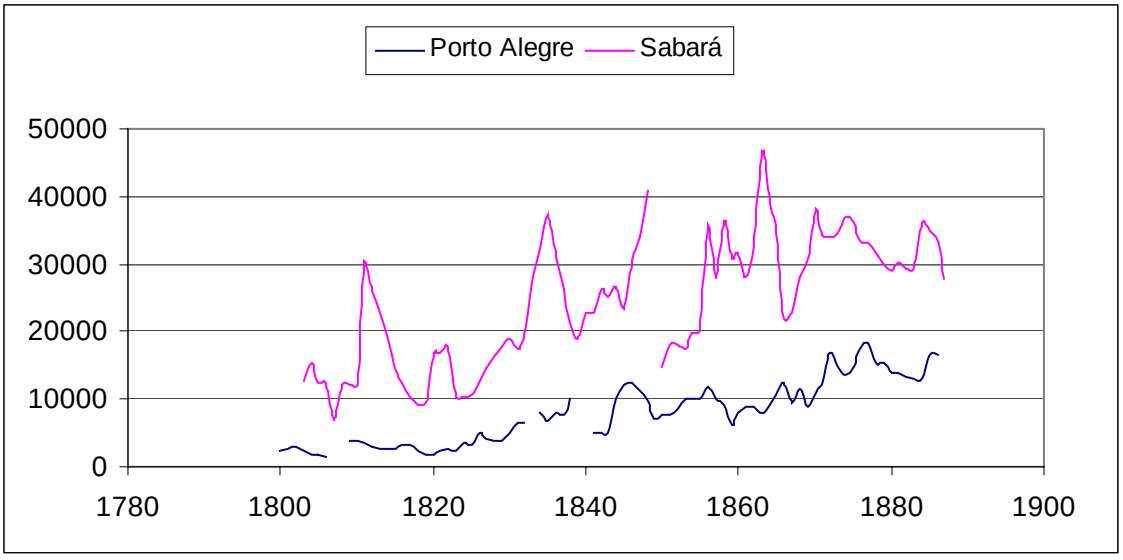
Os resultados obtidos para o mercado de bois indicam a existência de uma certa integração mercantil entre Sabará e Porto Alegre. Os bois porto-alegrenses chegavam ao interior de Minas Gerais? É possível, mas achamos pouco provável, afinal Minas Gerais era, ela mesma, fornecedora de carne verde para o Rio de Janeiro e o boiadeiro é personagem tão freqüente em Minas e Goiás quanto é o gaúcho no Sul. A mencionada

integração se dava por meio, imaginamos, de uma região intermediária entre as duas províncias, onde os preços do gado de uma e os da outra eram confrontados.

A mudança de valores do coeficiente de correlação (de 0,90 para 0,62), por outro lado, possibilita várias hipóteses, sendo a de perda de integração e o aumento da atuação do capital mercantil apenas uma delas. Uma outra hipótese refere-se à qualidade dos dados. Apesar de haver uma grande quantidade de animais em análise, é possível que os coeficientes sejam fortemente alterados em virtude da má representatividade dos mesmos. Por fim, o crescimento econômico verificado ao longo do século XIX tanto pode ter favorecido a atuação do capital mercantil quanto dificultado.

Passemos aos cavalos. O gráfico abaixo representa a série dos preços praticados ao longo do século XIX:

Gráfico 3. 2– Médias Móveis Trienais dos Preços, em réis, dos Cavalos de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887.



Fonte dos Dados Brutos: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

Tal como no caso dos bois, verifica-se que os cavalos de Porto Alegre custam menos. A diferença de preços entre a capital do Rio Grande do Sul e o interior de Minas Gerais, em média, foi de 1/4, entre 1800 e 1850, e passou para 2/3 depois da extinção do tráfico transatlântico de escravos. O Rio Grande do Sul foi, segundo Saint-Hilaire, o local por ele conhecido onde os cavalos eram mais baratos, sendo usados mesmo por escravos para se locomoverem.

O botânico francês fez, no Rio Grande do Sul e Uruguai, o seguinte roteiro: entrou por Torres, passou a Porto Alegre e de lá seguiu pela restinga entre a Lagoa dos Patos e o Oceano, chegando a São José do Norte. Foi a Rio Grande e Pelotas, onde conheceu as charqueadas e, seguindo rumo ao sul, foi para o Uruguai, tendo chegado a Montevidéu. Retornou ao Brasil subindo o rio Uruguai pelas margens. Penetrou, então, no Rio Grande do Sul chegando a Porto Alegre, novamente, pelo rio Jacuí.

Em Viamão, quando se preparava para entrar na restinga que separa o Oceano da Lagoa dos Patos, Saint-Hilaire registrou o seguinte:

> "*Havendo eu me perdido, dirigi-me a uma casa que avistei ao longe; aí uma mulher trabalhava acocorada sobre um pequeno estrado. Recebeu-me com delicadeza, mas sem levantar-se, e deu-me um negro para me ensinar o caminho. Ao ficarmos sozinhos, apressou-se em demonstrar sua admiração por ver-me a pé, pois nesta região, toda gente, mesmo pobre, inclusive os escravos, não dão um passo sem ser a cavalo."* Saint-Hilaire (1987, página 52).

Sendo tão baratos, os cavalos eram usados mesmo por escravos. Da mesma maneira, sendo os bois relativamente mais baratos do que no resto do Brasil, eram consumidos também pelos escravos.

A correlação de preços entre os cavalos de Porto Alegre e os de Sabará é, também, elevada. Entre 1800 e 1850, r = 0,67, passando a 0,24 no período seguinte, o que sugere,

mais uma vez, a desintegração dos circuitos mercantis anteriormente existentes e a ampliação do domínio do capital mercantil sobre a realização das trocas. Pode refletir, também, problemas com os dados que obtivemos.

De toda forma, tanto para os cavalos quanto para os bois, confirma-se aquilo que a historiografia sempre apontou: a economia gaúcha tinha maior facilidade para a produção destes tipos de mercadoria, razão pela qual integra-se ao restante da América Portuguesa, no século XVIII, como fornecedora de bestas. Posteriormente, com a alteração do centro dinâmico do mercado interno ao Centro-Sul do Brasil, com a decadência da economia de mineração, nova serventia encontrou-se para os bois, que passaram a ter a carne transformada em charque.

Apesar da nova serventia, deve ter sido mantido algum fluxo do antigo trânsito de animais que saía do Rio Grande do Sul com destino a Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais passando por São Paulo. Assim revelam os dados que coletamos, dada a existência de uma certa correlação dos preços praticados em Sabará e Porto Alegre.

- Uma certa inflação no século XIX

Um outro elemento a apontar para uma certa integração dos circuitos mercantis do Centro-Sul é a inflação verificada no período: tanto os preços dos bois quanto os dos cavalos, nos gráficos acima, seguem uma trajetória ascendente. Não cremos que se tratasse de um fenômeno estritamente monetário, decorrente de uma maior oferta de moeda por parte das autoridades monetárias. De fato, como argumentaremos nos capítulos 4 e 5, o século XIX brasileiro é marcado pela recuperação econômica em face da retração econômica vivida com o fim da economia de mineração, fenômeno que se refletiu nos preços.

Aos brasileiros que viveram as décadas de 80 e 90 do século XX, pode soar estranha a seguinte afirmação: a inflação pode estar correlacionada com o crescimento econômico. É que tais décadas foram caracterizadas pela estagnação e por grandes variações positivas de preços, ao contrário das décadas de 60 e 70, quando o PIB crescia mais rapidamente e a escalada de preços era menor.

Devemos deixar de lado, em parte, a experiência sensível que tivemos e considerar o seguinte: quando há crescimento econômico, faz-se uso dos recursos produtivos existentes, tanto dos que já se encontravam ocupados quanto daqueles de que não se lançava mão. Na medida em que a utilização se intensifica, ocorre uma certa disputa pelos fatores de produção, do que decorre um certo aumento de preços das remunerações, isto é, dos salários, dos aluguéis e da taxa de lucros. Devemos considerar que a elevação dos rendimentos altera os custos de produção, do que decorrem inúmeras conseqüências, como a realocação dos fatores de produção, a mudança da titularidade das propriedades[75], etc.

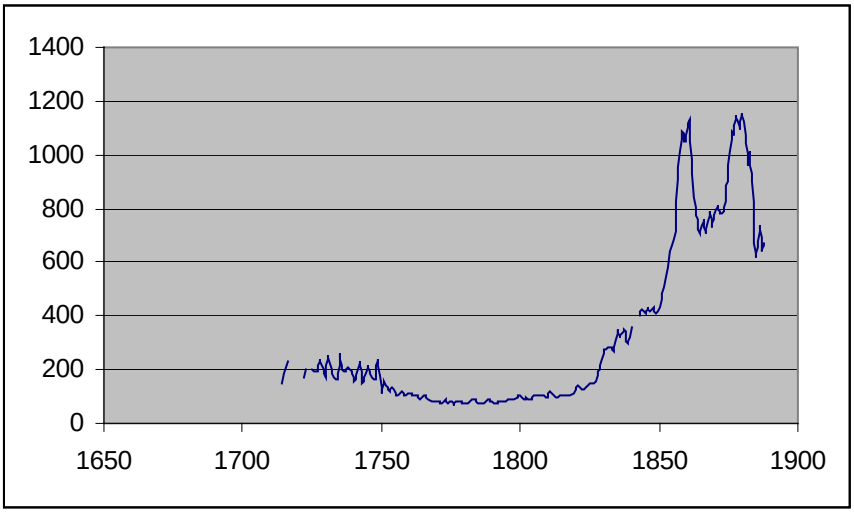
3. 4 - Preços de Escravos e Conjuntura Econômica

Como argumentamos no capítulo 2 desta tese, há uma estreita correlação entre os preços dos escravos e os rendimentos que deles se espera. Desta maneira, se há crescimento econômico ao longo do século XIX, tendo o mesmo se iniciado em fins do século XVIII, após um certo período de estagnação verificado em meados do mesmo século, tudo deve estar refletido nos preços dos cativos. Além disto, os preços dos escravos acabam gerando reflexos nos preços de outras mercadorias, levando a que estas também aumentem.

[75] Abordaremos tal mudança no próximo capítulo.

Nossas pesquisas não foram tão longe, uma vez que se ocuparam somente do período, no século XIX, em que houve escravidão. Cremos ser possível, no entanto, fazer uso dos dados apresentados por Bergard[76], os quais foram recolhidos nas três outras comarcas originais de Minas que não a de Sabará.

Gráfico 3. 3 – Médias de Preços de Escravos Homens entre 1707 e 1888 em Minas Gerais, em mil-réis



Fonte de Dados Brutos: L. W. Bergad – *op. cit.*, 1999 - páginas 262 a 265.

A série de preços de escravos que resumimos no gráfico acima indica como eles variaram ao longo dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais em três das quatro comarcas em que foi dividido o território mineiro originalmente. Confiamos nos dados do autor norte-americano pela grande semelhança que, no século XIX, há com os que obtivemos por meio de nossas pesquisas.

[76] Cf. L. W. Bergad – *Slave and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720 – 1888*, Cambridge, 1999.

Os preços dos escravos refletem a produtividade esperada dos mesmos, como explicamos no capítulo 2 desta tese. As variações dos preços apontam para as diferentes conjunturas econômicas vividas pela economia brasileira ao longo dos séculos XVIII e XIX. A decadência da economia de mineração pode ser apreendida se considerarmos que eram os escravos os principais produtores de mercadorias no Brasil enquanto houve escravidão, refletindo seus preços a percepção dos escravistas quanto ao futuro a partir de resultados econômicos recentes. Noutros termos, afirmamos que os preços dos cativos podem ser tomados, no longo-prazo, como índice de expectativas de determinados agentes econômicos e dos movimentos recentes da economia da época.

Localizamos o período de decadência da economia de mineração entre 1750 e 1829, quando os preços dos cativos estiveram abaixo dos patamares alcançados na primeira metade do século XVIII, refletindo um menor aproveitamento econômico dos cativos em particular. Dividindo a decadência em três fases: início, estabilização e recuperação, podemos dizer que a década de 50 corresponde ao primeiro. De 1760 ao final do Dezoito, temos a segunda fase. Por fim, de 1795 em diante temos a terceira.

No início do século XVIII, os preços dos cativos são relativamente elevados, conforme as afirmações de Antonil[77], e situam-se em torno dos 200$000 réis. Em meados do século, com a decadência da economia de mineração, os preços caem e se estabilizam em torno de 80$000 réis, mantendo-se neste patamar até 1795. Verifica-se, então, uma tendência de ascensão que em 1829 atinge, novamente, os 200$000 réis, ultrapassando-os

[77] "*E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornecidos muitos engenhos de açúcar das* **peças** *necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro*." Antonil – *Cultura e Opulência do Brasil*, São Paulo,1966 - página 269.

de maneira veemente e se estabilizando, após o término do tráfico transatlântico de escravos, em torno de 1:000$000 de réis, como ilustrado pelo gráfico 3.3.

Como recomenda a economia neoclássica, deve-se sempre considerar as duas lâminas da tesoura para compreender o que se passa com os preços de qualquer mercadoria, isto é, deve-se considerar oferta e demanda. Ora, ao que parece, o século XIX foi aquele em que mais escravos africanos chegaram ao Brasil, revelando uma grande capacidade de resposta dos traficantes, isto é, da oferta de cativos. Pelo lado da demanda, o aumento dos preços parece indicar um aproveitamento mais intenso dos escravos, o que significava maior produtividade dos mesmos. Supomos que a maior produtividade dos escravos, refletida em seus preços, é resposta aos estímulos que a economia brasileira deu no ocaso do período colonial e que continuou século XIX adentro.

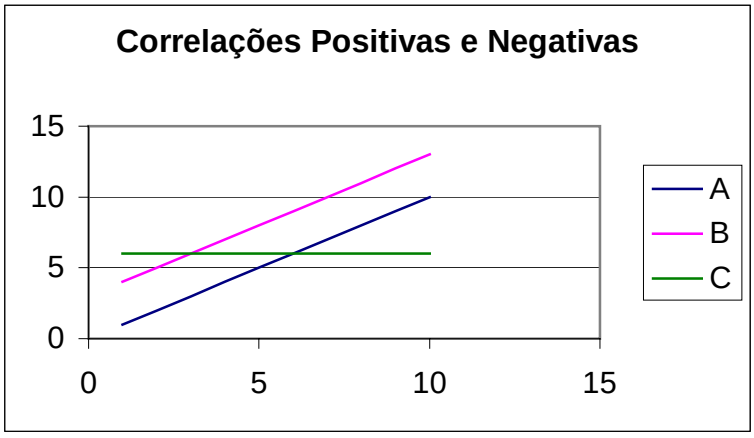
Com tais afirmações, chegamos ao principal ponto deste capítulo: indicar que há uma certa recuperação econômica brasileira a partir do final do século XVIII, a qual se manterá por todo o século XIX em razão do aumento das atividades exportadoras. Tal recuperação gerou uma certa inflação, dentre outros efeitos, refletida nos preços de bois e cavalos de Sabará e de Porto Alegre. As elevadas correlações dos preços praticados em duas localidades tão distantes uma da outra, no Império, indicam uma certa integração econômica que não se deve desprezar, pois apontam para os limites da atuação do capital mercantil carioca que, supostamente, por meio de trocas desiguais, lograria extrair excedentes de um determinado território: o Centro-Sul do Brasil.

Feitas as análises de mercadorias como bois e cavalos, cabe aprofundar a análise que superficialmente fizemos ao longo deste capítulo: a do mercado de escravos, o que faremos no capítulo 4, a seguir.

Apêndice do Capítulo 3.

3.A – Correlações de preços e integração mercantil

Para exemplificar o raciocínio de Sereni, fazemos uso do gráfico abaixo, onde se representam as séries de preços de uma mesma mercadoria em três diferentes regiões:



Para medir a correlação existente entre os dados de duas diferentes variáveis, faz-se uso do coeficiente de correlação (r). Quando, como entre A e B, a correlação é perfeita e as retas são paralelas, diz-se que r = 1. Se, por outro lado, em vez de paralelas, as retas são perpendiculares e se cruzam formando um ângulo de 90^{O}, então r = -1, indicando que há uma correlação inversa entre elas. Por fim, quando não há correlação, como entre A e C, ou B e C, r = 0.

As regiões A e B (r=1) estariam bem integradas e o capital mercantil, embora pudesse estar intermediando as trocas, teria dificuldades para controlar os preços. Isto se revela pelo paralelismo entre as duas mencionadas retas, as quais podem ser interpretadas nos seguintes termos: as variações de preços, ao longo do tempo, refletem mudanças nos custos de produção. Uma vez que os preços não são controlados pelo capital mercantil, mas estabelecidos por meio da concorrência entre diferentes ofertantes e demandantes, os

fenômenos que atingem uma região atingem também à outra. Já a região C parece nada sofrer. É que, nela, o capital mercantil atua de maneira ideal: estabelece os preços de acordo com a sua vontade e, por isto, o que se cobra do comprador final em nada se relaciona com os custos de produção.

Idealmente, as transformações tendentes ao enfraquecimento do capital mercantil levariam à seguinte situação, considerando o gráfico acima: o comportamento dos preços de duas regiões deixaria a situação representada pelas retas A e C, por exemplo, passando para as retas A e B. Se a História fosse unidirecional, poderíamos contar com evolucionismos onde as novas situações sepultassem as passadas definitivamente. Ainda que a tendência, com a constituição do capital industrial, seja a de supressão das rendas de monopólio, devemos verificar se tal fenômeno se observou no Brasil.

Capítulo 4 – Mercados de Escravos na Formação do Brasil no Século XIX

"-Well, it´s all right, anyway, Jim, long as you are going to be rich again some time or other.
-yes – en I´s rich now, come to look at it. I Owns myself, en I's wuth eight hund´d dollars. I wisht I had the money, I wouldn´ want no mo'."
Diálogo entre o escravo fujão Jim e o órfão fugitivo Huck, em The Adventures of Huckleberry Finn, de Mark Twain.

4. 1 – Escravo como coisa e objeto de afetos

Como apontado no capítulo 2 desta tese, a partir do documento referente a Florinda, Eusébia, Florentino, etc. a pessoa escravizada era tratada como coisa por poder ser vendida, usada como ativo para o pagamento de uma dívida e vista como um investimento, com seus riscos e compensações. Vimos, também, que havia limites para a racionalidade mercantil, posto que Florinda não poderia ser separada dos peitos de sua mãe por uma questão de humanidade (*parece desumano separar-se a criança dos peitos de sua mãe*, nos termos da petição do capítulo 2), o que interpretamos como resultante da formação de um padrão cultural desenvolvido no período de decadência da mineração e que teria abrandado alguns aspectos da escravidão do tempo dos primeiros achados auríferos de Minas.

Como objeto de afeto, temos o documento encontrado no inventário de Esbela da Silva Boeiras, cujas avaliações dos bens foram feitas em 13 de abril de 1862, em Porto Alegre[78]:

"*Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de Órfãos,*

> *diz Antônio José Bernardes, tutor do órfão Antônio da Silva Boeiras, filho dos finados Esbella da Silva Boeiras e seu marido, Manoel da Silva Boeiras, que pertencendo ao dito órfão os escravos Antônio,*

[78] O documento em questão não possuía data e julgamos que tenha sido redigido depois de 1862, uma vez que a partilha fora realizada em 21 de novembro de 1862.

> *João, José, Zeferino, Manoel e Astolfo, os cinco primeiros de nação, e o último crioulo, desta província, de idade de 12 anos mais ou menos, estando também o órfão com 11 para 12 anos, e sendo preciso aqueles bens, vem o suplicante, conforme manda a lei e para segurança de seu tutelado, requerer a V.S. se digne mandar sejam vendidos em praça os ditos escravos e seu produto recolhido ao cofre dos órfãos para de lá passar ao da Tesouraria, afim de render o respectivo juro, deixando porém de vender-se o crioulo Astolfo que por ser quase da mesma idade do órfão, está este muito acostumado com ele, e mesmo para ter quem o sirva, podendo ainda para o futuro tirar dele um bom escravo.*

O tutor do órfão solicitava a venda de 6 dos 5 escravos pertencentes à herança deixada pelos pais de uma criança de 11 para 12 anos de nome Antônio da Silva Boeiras. A razão para a venda parece ser um certo cálculo econômico: o produto da transação seria depositado no cofre dos órfãos, de responsabilidade da tesouraria, possivelmente um órgão provincial. Por algum motivo, o tutor achava melhor ter os juros da aplicação mencionada do que a administração dos cinco escravos de nação, isto é, africanos. O sexto escravo, também uma criança, não seria vendido por estar o órfão acostumado com ele, isto é, por estar habituado com sua convivência, a qual não seria aconselhável suprimir, a juízo do tutor. Entre escravos e senhores, de todas as idades, era comum o estabelecimento de relações cordiais[79].

Apesar da presença dos afetos, os escravos eram mercadorias e, mais do que isto, eram tidos como ativos que geravam rendimentos, o que se depreende do documento anterior e do que segue abaixo:

> " *Ilmo Senhor Doutor Juiz de Órfãos, Primeiro Suplente*
>
> *Diz Bibiano Leite da Silva, na qualidade de herdeiro e inventariante dos bens de seu finado sogro, Francisco José Correia, que*

[79] Referimo-nos à cordialidade tal como apresentada por Sérgio Buarque de Hollanda em Raízes do Brasil, isto é, relações em que os sentimentos – o coração – têm grande relevância. No mesmo sentido, temos o texto do padre da Companhia de Jesus: "*... E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente, levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitiçam de tal maneira, que alguns tudo sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus.*" Cf. Antonil – *op. cit.*, página 160.

> *achando-se nesta cidade um escravo da herança de nome Antônio Crioulo, com ofício de campeiro, alugado a seu arbítrio a um Fulano Santa Anna, que mora na várzea, a seu arbítrio, disse a suplicante, por que este escravo, bem como os outros, com a morte de seu finado sogro, tomou deles conta o testamenteiro que então era o Doutor Cunha. Com o falecimento deste, o dito escravo saiu do sítio em que moram os herdeiros e veio apresentar-se, aqui, à herdeira da terça, Inocência Maria da Conceição, mãe dos menores filhos naturais e reconhecidos pelo mesmo finado, sogro da suplicante, com o fim de ganhar jornal para ela e seus filhos. Deste modo iludindo-a, se tem conservado ganhando jornal para si, sem mais se ter a ela apresentado, tornando-se até desobediente à suplicante, com a proteção do dito Santa Anna, com quem está alugado, dizendo que não acompanha o suplicante para o sítio; por isto, e para que amigavelmente não lhe tenha o referido Santa Anna querido entrega-lo, ao suplicante, e a bem do dever que tem de arrecadá-lo, não pode consentir em tal precedente, requer a Vossa Senhoria sirva mandar passar mandato para ser, por qualquer oficial de justiça, apreendido o mesmo escravo, e entregar ao suplicante; e intimado o mesmo Santa Anna para, incontinente, fazer entrega da importância dos jornais, que os tiver devendo com a pena da lei.*
>
> *Por ser justo o que vem de requerer.*
>
> *Porto Alegre, 6 de julho de 1865."*

Trata-se de uma disputa em torno dos rendimentos gerados pelo escravo Antônio Crioulo, declarado campeiro. Pertencendo aos herdeiros de Francisco José Correia, ficou com o testamenteiro até que este faleceu. O escravo, segundo o documento, teria, então, se apresentado à mãe dos filhos naturais de Francisco propondo-se a ganhar jornais para ela, empregando-se sob as ordens de um Santa Anna. O escravo é acusado de não entregar o que devia, assim como se acusa o Santa Anna de dele fazer uso, sem pagar por isto. A petição requer, então, que o juiz determine a apreensão do escravo e a cobrança do que devia aquele que o alugara.

O escravo neste documento é um ativo que gera rendimentos e que, ao contrário dos demais ativos, tinha vontades, podendo ser compensador submetê-lo por meios violentos, ou não, a depender, talvez, do nível de colaboração que dele se pretendia. Nestes termos, às

vezes era melhor vendê-lo a submetê-lo, como ocorreu com Benvinda Luísa da Conceição e sua escrava Maria, em Porto Alegre, em 1828.

> *"Termo de Declaração como abaixo se declara*
>
> *Aos quatorze dias do mês de junho de 1831 anos nesta Cidade de Porto Alegre, em meu cartório, compareceram presente Benvinda Luísa da Conceição, viúva do finado Joaquim Francisco, que reconheço pela própria que dou fé, e sendo aí, por ela me foi dito que com observância ao venerando despacho que manda satisfazer a requisição do curador nomeado no inventário do dito finado, vinha fazer as seguintes declarações a saber:*
> *- Declarou ela, inventariante, que procedendo a nova avaliação do escravo Marcelino, pertencente ao seu casal, sendo este apresentado aos avaliadores nomeados, acharam valer a quantia de quatrocentos mil-réis.*
> *- Declarou mais que não pode cumprir a requisição do mesmo curador enquanto à nova avaliação da escrava Maria, descrita neste inventário, porque tornando-se esta viciosa e perversa sem querer prestar serviços, servindo só de inquietar não só a ela inventariante como a muitas outras pessoas, chegando a tentar contra sua vida, se viu na preciosa necessidade de a vender a Victorino José Marques, digo, a José Machado pelo preço de cem mil-réis, da qual pagou a presente sisa em doze de abril de mil oitocentos e vinte e oito como consta do livro quarto, a folhas duzentas e trinta e quatro, verso, número onze.*
>
> *E por esta forma houve ela as suas declarações por feitas a bem do inventário seguir em seus devidos termos, e de como assim o desse para constar, fiz este termo em que assinou a seu rogo, por ela não saber escrever, Luiz José Baião da Rocha com as testemunhas abaixo assinadas e eu, João Antunes da Cunha, escrivão de órfãos que o escrevi."*

No documento acima, o ativo, ao que parece, procurou assassinar sua proprietária que, em vez de submetê-lo castigando-o, optou pela venda, o que não exclui o castigo. Há que se considerar, todavia, que castigar um escravo fisicamente poderia ter o efeito de torná-lo defeituoso e, portanto, menos valioso, razão pela qual o castigo deveria ser feito com método, como ensinava Antonil[80].

[80] "*Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e*

Ainda no documento acima, percebe-se a presença de uma nova avaliação do escravo Marcelino. A primeira avaliação havia sido feita em 1828. Em 1831 o inventário ainda não se encontrava concluído. Nos três anos entre a primeira e a segunda avaliação houve uma evolução favorável dos preços dos escravos, como demonstrado no capítulo anterior. Além disto, Marcelino crescera, passando dos 10 aos 13 anos de idade.

O documento acima, portanto, apresenta, quanto ao escravo Marcelino, mais um elemento da racionalidade escravista, a qual será detalhada adiante: a cada idade do escravo correspondiam preços específicos. Quando tinha 10 anos, em 9 de outubro de 1828, fora avaliado por 64$000 réis. Em 28 de maio de 1831, com 13 anos, passara a valer 400$000 réis.

4. 2 – Determinantes dos Preços dos Escravos – os atributos individuais

É impressionante a uniformidade processual que envolve os inventários de Sabará e de Porto Alegre. Tirando o local e alguns objetos, como as cuias e bombas para mate, na capital do Rio Grande do Sul, e as espreguiceiras do interior de Minas Gerais, poucas coisas mais distinguiriam uns dos outros. A maioria dos inventários era iniciada com uma petição em que um parente, ou o inventariante nomeado em testamento, comunicava ao juiz o falecimento de uma determinada pessoa. Na mesma petição eram listados, quando havia, os filhos legítimos, herdeiros forçados, na seguinte ordem: primeiro os mais velhos, os quais tinham sobrenome se atingida determinada idade, e depois os mais novos, que não tinham sobrenome declarado quando crianças. Estabelecidas estas formalidades, nomeavam-se os louvados que, então, eram enviados ao local onde estavam os bens a

---

pode ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro e perde-lo. Repreende-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino." Cf. Antonil – *op. cit., página 152.*

partilhar. Feita a avaliação dos bens, passava-se às pendências de todo tipo: dívidas, dúvidas quanto à correção das avaliações, testamento, os gastos funerários, etc. Fazia-se a partilha, sempre de um modo muito curioso: abatia-se do monte-mór as dívidas passivas e dividia-se-o em duas partes: uma que era de propriedade do cônjuge sobrevivente, se havia, e a outra que seria partilhada pelos herdeiros legítimos e nomeados. Estabelecido o valor que cabia a cada um, o escrivão tinha o trabalho de nomear todos os bens que ficariam com cada herdeiro e o valor de cada qual, um trabalho que devia ser muito entediante. Por fim, se havia órfãos de menor idade, periodicamente se incluía no processo de testamento as contas prestadas por cada tutor, assim como um breve depoimento sobre a forma com que o tutelado fazia uso dos bens que herdara até que atingisse a maioridade, no caso dos meninos, ou que se casasse, no caso das meninas.

A grande distância geográfica entre Porto Alegre e Sabará não estabeleceu, até onde revelam os inventários, procedimentos judiciais próprios a cada comarca. Imaginamos que, em que pese uma alegada menor relevância dos escravos gaúchos para a reprodução da sociedade gaúcha[81], em comparação com o resto do Brasil, os escravos do Rio Grande do Sul eram tratados de maneira muito semelhante àquela praticada em Sabará. A ausência de plantations não é característica somente da província meridional, não sendo as mesmas encontradas em Sabará, como dissemos.

A semelhança entre os inventários de Porto Alegre e de Sabará também se dá no que respeita à avaliação dos escravos, os quais tinham nome, idade e estado de saúde declarados. Às vezes declarava-se, também, a especialidade produtiva de cada cativo. No

[81] Cf. Luiz Roberto Targa – "A Originalidade do Rio Grande do Sul no Século 19" in *Anais do Primeiro Encontro de Economia gaúcha*, Porto Alegre, 2001.

nome do escravo estava implícito seu gênero. Idade, estado de saúde e gênero eram, a nosso juízo, as variáveis fundamentais para a atribuição de preços às pessoas.

A partir de tais variáveis construímos curvas polinomiais que descrevem, em média, os preços dos escravos ao longo da vida dos mesmos. Este procedimento é idêntico ao empregado por Fogel e Engerman (1973), para o Sul dos Estados Unidos, Engerman, Fraginals e Klein (1983), para Cuba, Pedro Carvalho de Mello (1978), para o Rio de Janeiro e Zélia Maria Cardoso de Mello (1980), para São Paulo.

Um polinômio é uma equação com os seguintes elementos:

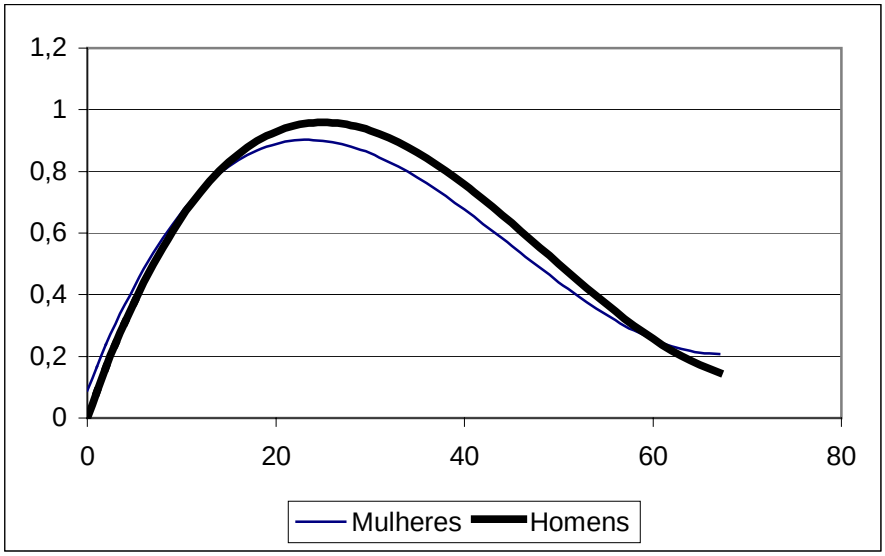
(4.1) $Y = \beta_0 X_0^0 + \beta_1 X_1^1 + \beta_2 X_2^2 + ... + \beta_n X_n^n$, em que X é a idade do escravo e β é um coeficiente atribuído à equação por meio do método de mínimo quadrados ordinários, o qual procura minimizar a diferença entre a equação estimada e os dados realmente existentes. A determinação do grau do polinômio, por fim, considera o melhor ajuste obtido entre a curva estimada e os dados respeitando a existência dos polínômios de menor grau.

Nosso objetivo, a partir deste procedimento, foi estabelecer comparações entre os preços de homens e de mulheres, ao longo da vida dos mesmos, em três diferentes períodos: entre 1800 e 1849, entre 1850 e 1872 e, por fim, entre 1873 e o término da escravidão, que se deu em 1887 em Sabará e em 1884, em Porto Alegre[82]. A divisão em tais períodos procurou considerar as diferentes avaliações feitas para as mulheres em razão da supressão do tráfico, em 1850 , e da Lei do Ventre Livre, em 1872.

Obtivemos, então, as seguintes curvas, representadas nos gráficos abaixo:

[82] Os inventários de 1884, de Porto Alegre, e os de 1887, em Sabará, foram os últimos em que constava a propriedade escrava.

Gráfico 4. 1– Preços Relativos[83] de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1800 e 1849



[83] O preço relativo de um escravo se define nos seguintes termos:

$$Pri = \frac{P\,ja}{\sum_{d=-1}^{1}\sum_{w=1}^{n}\frac{P\,w_{(a+d)}(20-29)}{\sum_{d=-1}^{1}\sum_{w=1}^{n} w_{(a+d)}}}$$

O numerador (Pja) é o preço do escravo " j ", tal como nos é apresentado no inventário de seu proprietário, avaliado no ano "a".

O denominador é a média móvel trienal dos preços dos escravos inventariados, contando de 20 a 29 anos de idade, no ano em que o escravo Pja é avaliado, assim como no anterior e no posterior.

Gráfico 4. 2– Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Sabará entre 1800 e 1849

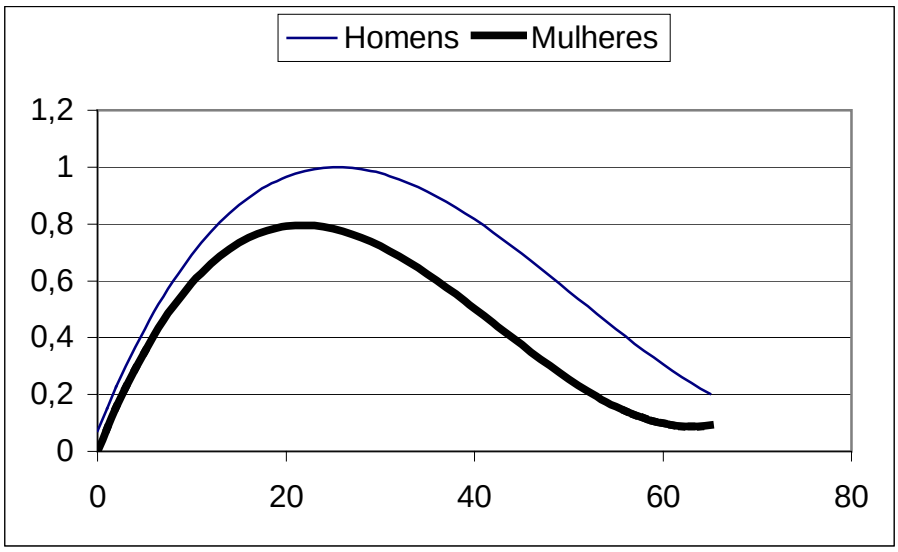


Gráfico 4. 3 – Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravos Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1850 e 1872.

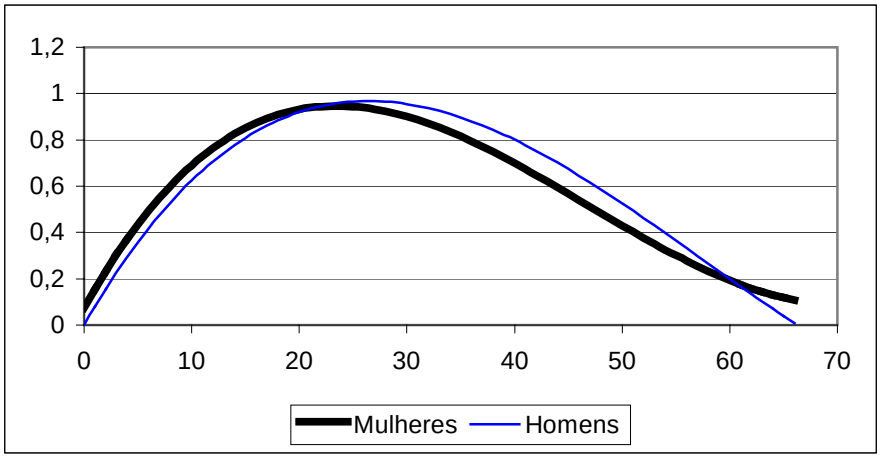


Gráfico 4. 4 - Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Sabará, entre 1850 e 1872.

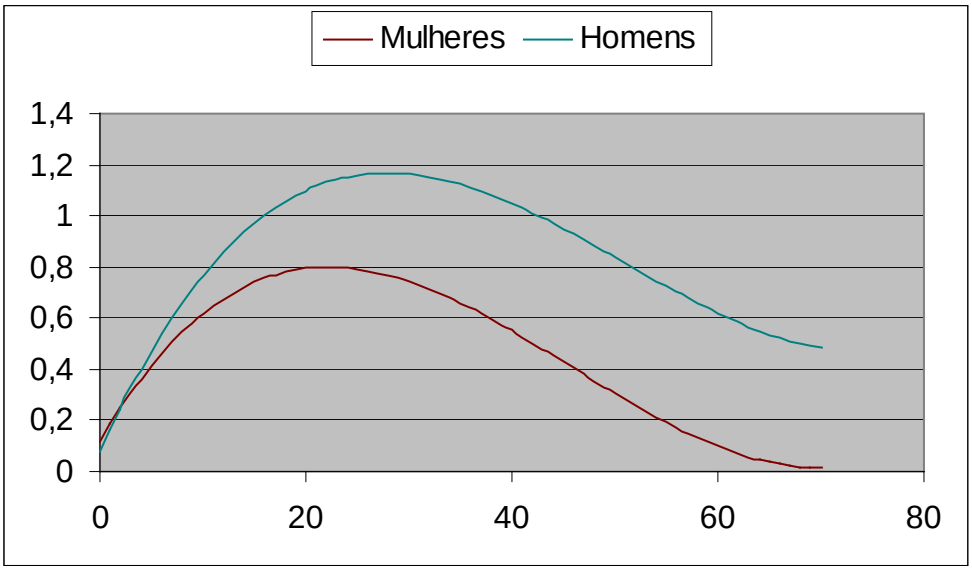


Gráfico 4. 5 – Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Porto Alegre entre 1873 e 1884.

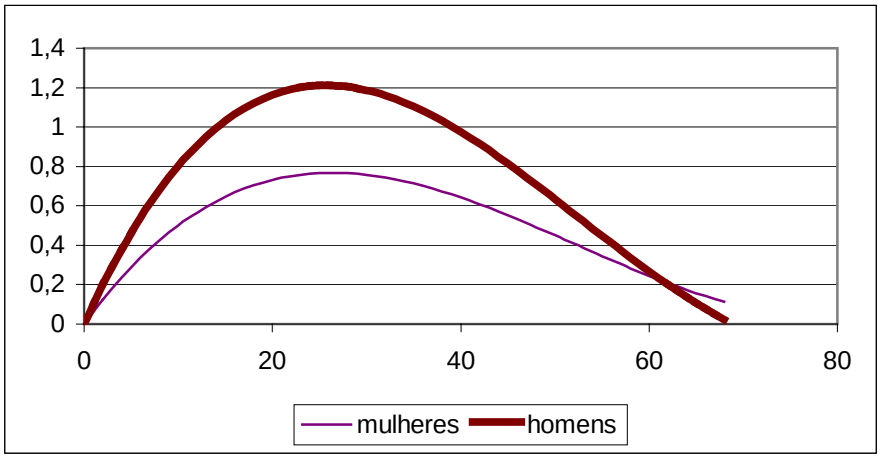
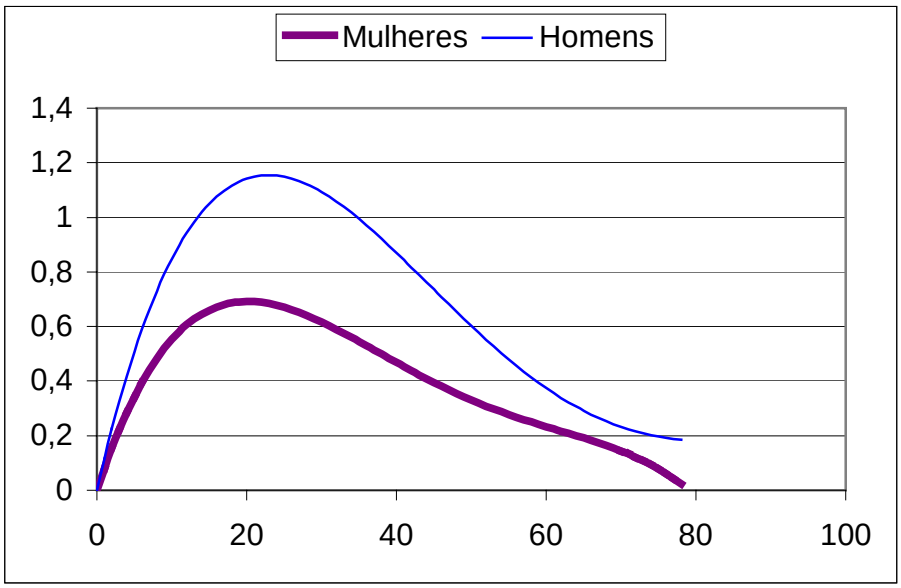


Gráfico 4.6 - Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Sabará entre 1873 e 1887.



Realizamos, para os gráficos acima, alguns cálculos para a determinação da área existente entre o eixo que representa as idades e as curvas. Para tanto, calculamos as integrais dos polinômios que as determinaram, com o que se torna possível comparar as diferenças de preços entre homens e mulheres ao longo do tempo dentro de cada período e entre períodos diferentes. Os resultados encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 4. 1– Integrais das Funções de Preços Relativos em Função das Idades de Homens e de Mulheres Escravos Sadios em Diferentes Períodos do Século XIX.

Períodos/idades	0 a 14	14 a 45	45 a 60	0 a 60
Homens de Sabará entre 1800 e 1849	7,22	28,23	7,47	42,92
Mulheres de Sabará entre 1800 e 1849	5,96	20,80	3,42	30,19
Homens de Porto Alegre entre 1800 e 1849	7,34	25,96	6,56	39,86
Mulheres de Porto Alegre entre 1800 e 1849	7,85	24,05	5,90	37,81
Homens de Sabará entre 1850 e 1872	7,37	28,35	7,00	42,71
Mulheres de Sabará entre 1850 e 1872	6,66	21,45	3,80	31,92
Homens de Porto Alegre entre 1850 e 1872	7,04	26,51	6,65	40,20
Mulheres de Porto Alegre entre 1850 e 1872	8,06	25,10	5,53	38,69
Homens de Sabará entre 1873 e 1887	6,34	26,94	5,78	39,06
Mulheres de Sabará entre 1873 e 1887	4,29	15,36	3,18	22,84
Homens de Porto Alegre entre 1873 e 1884	9,05	32,97	8,12	50,14
Mulheres de Porto Alegre entre 1873 e 1884	5,65	21,14	5,96	32,76

Pela tabela acima verificamos que as maiores avaliações eram atribuídas às pessoas que contavam entre 14 e 45 anos, período em que a capacidade de trabalho seria a maior, uma vez que os trabalhos executados pelos escravos dependem de força física, antes de mais nada. Na faixa etária mencionada, os homens são constantemente avaliados com preços maiores do que os atribuídos às mulheres e, ao longo da vida, em média, os escravos são mais valiosos do que as mulheres, o que não é necessariamente verdadeiro para Porto Alegre do nascimento aos 14 anos de idade entre 1800 e 1849 e entre 1850 e 1872. Além disto, em Sabará as diferenças de preços entre homens e mulheres são mais acentuadas, o que talvez indique um mais intensivo uso das mulheres nas unidades produtivas gaúchas do que nas sabarenses.

Uma das razões para levantar tal hipótese relaciona-se com as diferenças de avaliações de recém-nascidos em uma e outra comarca. O preço de um recém-nascido escravo revela a expectativa que a sociedade local tinha a respeito da rentabilidade esperada de um bebê. Recordando a equação 2.1, temos:

Equação 4. 1 $P_j = \sum_{n=1}^{k} \frac{\psi_n R_n}{(1+i)^n}$ **, onde:**

Rn são os rendimentos esperados no ano n;

ψ representa a expectativa de que o escravo esteja vivo no ano n e;

i é a taxa de desconto.

Do nascimento até uma determinada idade, a criança escrava mais consumia do que produzia, razão pela qual, neste período, os rendimento alcançados são negativos. Ao longo do tempo, os rendimentos positivos tenderiam a compensá-los. O preço do recém-nascido refletia a hipótese de que tal compensação ocorreria, ou não. Os motivos para que não ocorresse seriam dados por uma expectativa de vida insuficiente para a reposição dos gastos dos primeiros anos de vida e por uma elevada taxa de desconto, assim como pela combinação de ambas as variáveis. De fato, se a percepção das sociedades escravistas brasileiras era de que havia uma probabilidade muito grande de o recém-nascido escravo falecer antes de compensar o que gastou, então o preço desta pequena mercadoria seria igual a zero, uma vez que não existem preços negativos. Se a taxa de desconto fosse muito elevada, a atualização dos rendimentos positivos, os quais ocorreriam após o escravo completar 8 anos de idade, não compensariam os rendimentos negativos resultantes do nascimento até o momento em que passava a produzir mais do que consumir.

Ainda um outro fator, que não foi mencionado explicitamente até o momento, e está incluído na taxa de desconto: a possibilidade de comprar um africano já em idade de produzir. Na realidade, o tráfico tinha a peculiaridade de transportar pessoas com mais de 13 anos de idade. Fosse pelas dificuldades de sobrevivência nos tumbeiros ou pelas preferências dos escravistas brasileiros, o fato é que os africanos escravizados que aqui chegavam raramente tinha idade inferior à mencionada.

Desconsiderando limitações culturais, como as que envolveram Florinda, ao escravista eram postas opções do seguinte gênero: 1) pagar o preço de uma pessoa já constituída e apta a obter rendimentos positivos; 2) incorrer nos gastos necessários para que uma criança viesse a se tornar apta para obter rendimentos positivos e esperar que estes últimos compensassem os primeiros. Os rendimentos esperados de um e de outro tipo de "investimento" influenciavam, em princípio, a taxa de desconto que incidia em cada tipo de ativo em questão.

De fato, o raciocínio acima exposto não foi encontrado explicitamente em nenhum documento por nós pesquisado. No entanto, inferimos que ele existia a partir dos cálculos das integrais, expostos na tabela 4.1. Verificamos que os preços das mulheres, em relação aos homens, no período pós-Lei do Ventre Livre, tenderam a variar negativamente tanto em Sabará quanto em Porto Alegre. É que no preço das mulheres se incluíam os rendimentos, positivos ou negativos, que os filhos das mesmas gerariam.

Fazendo uso da tabela 4.1, verifica-se que as áreas entre as curvas e o eixo horizontal dos gráficos referentes ao período de 1873 à Abolição, no caso das mulheres, distancia-se da dos homens, tendo por termo de comparação o período de 1850 a 1872. No caso de Porto Alegre, a integral dos preços relativos das mulheres representa, entre 1850 e 1872, 96,24% da integral dos preços relativos dos homens (38,69/40,20). Em Sabará, no mesmo período, representa 74,73% (31,92/42,71). Já para o período seguinte à Lei do Ventre Livre, tem-se, respectivamente, 65,33% e 58,47%, o que corrobora a hipótese de que ela causou prejuízo aos escravistas pela impossibilidade de recuperação ou

minimização, ao longo da vida dos escravos, dos gastos havidos com os ingênuos[84] enquanto estes consumiam mais do que produziam.

O fim do tráfico também alterou as relações entre os preços de homens e de mulheres escravizados. De fato, uma vez eliminada a fonte africana, restava apenas a reprodução natural como via para o crescimento e manutenção da população escrava brasileira. Neste caso, era de se esperar que os preços das mulheres tendessem a se aproximar dos preços dos homens e foi o observado. Fazendo uso da tabela 4.1, verificamos que a diferença na relação entre os preços de escravos de gêneros diferentes tendeu a se reduzir. Em Porto Alegre, entre 1800 e 1849, considerando do nascimento aos 60 anos de idade, as mulheres valiam, em média, 94,85% do preço dos homens. Já entre 1850 e 1872, passaram a valer 96,24%. Em Sabará, por outro lado, valiam 70,34% no primeiro período e passaram a valer 74,73%.

Parece-nos que a variação das diferenças entre os preços das mulheres e dos homens resultou de mudanças institucionais, como a supressão do tráfico transatlântico e a Lei do Ventre Livre. Tais mudanças, por seu turno, afetaram os preços dos recém-nascidos como exposto na tabela abaixo:

[84] Ingênuo era o termo empregado para designar o filho de escrava, com menos de 21 anos de idade, nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Ao contrário do que normalmente se pensa, a lei previa a libertação do ingênuo apenas depois de 21 anos de idade. Até lá, ele era tratado como escravo, ainda que não pudesse ser negociado separadamente da mãe. A intenção da lei era abolir a escravidão de maneira lenta e gradual, com a morte ou libertação do último escravo brasileiro.

Tabela 4. 2 – Significância Estatística dos Preços dos Recém-Nascidos Meninos e Meninas em Sabará e Porto Alegre em diferentes períodos do Século XIX.

	1800 a 1849	1850 a 1872	1873 a 1887
Meninos em Sabará	Sim	Sim	Não
Meninas em Sabará	Não	Sim	Não
Meninos em Porto Alegre	Não	Não	Não
Meninas em Porto Alegre	Sim	Sim	Não

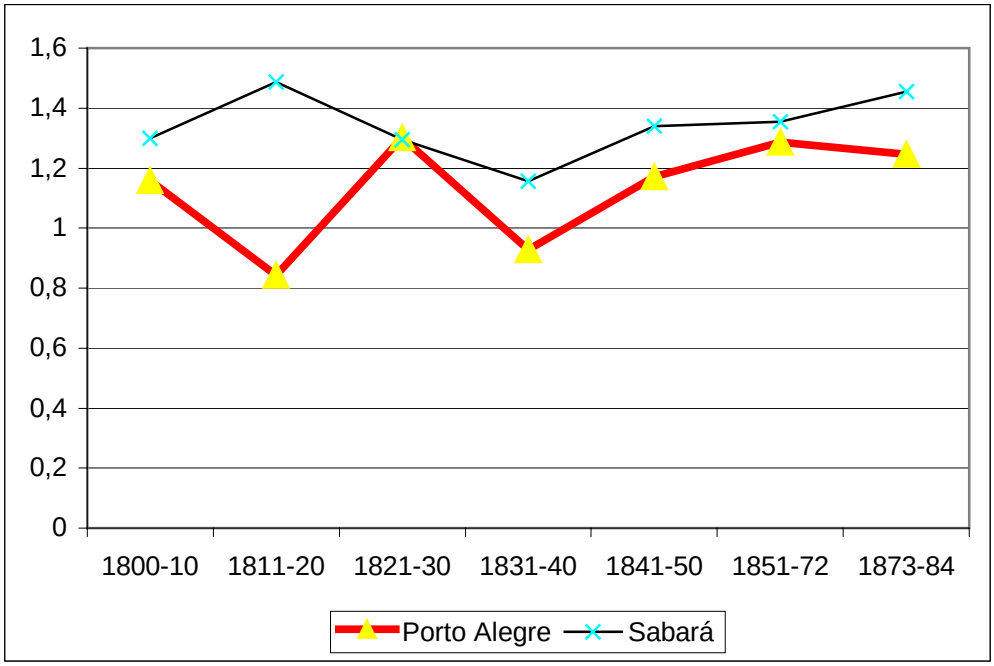
A partir da Lei do Ventre Livre, nenhum recém-nascido obteve estimativa de preço significativamente diferente de zero, refletindo a percepção da sociedade brasileira, por meio do mercado de escravos, que os 21 anos previstos para a condição escrava do ingênuo seriam insuficientes para compensar o investimento nele realizado. Já para o período entre a extinção do tráfico e a Lei Rio Branco, apenas os meninos de Porto Alegre não tinham preços significativamente[85] diferentes de zero. No que respeita ao período anterior, isto é, entre 1800 e 1849, as meninas de Sabará e os meninos de Porto Alegre não tinham preços significativamente diferentes de zero.

As variações nos preços dos recém-nascidos refletem avaliações econômicas em torno de um determinado tipo de ativo que tinha a particularidade de contar com a solidariedade de outros ativos da mesma espécie[86]. Há uma certa diferença, no tempo, entre as mudanças nas avaliações econômicas em torno dos escravos e as modificações na maneira de tratá-los. Diferentes esferas de existência possuem diferentes ritmos, os quais não são constantes. A cultura, na qual se insere a maneira pela qual os escravos eram tratados, não deve ter se modificado tão rapidamente quanto as avaliações econômicas em função das normas que regiam o mercado de escravos. Por este motivo, ainda que haja, não detectamos alterações significativas na relação entre o número de crianças com menos de

[85] Infelizmente, não conheço sinônimos para o termo "significativamente diferente de zero". É uma expressão empregada em métodos estatísticos.
[86] Apesar de ser visto como um investimento pelo escravista, quem cuidava diretamente das crianças escravas eram os escravos adultos, por hipótese.

13 anos e o número de mulheres contanto de 14 a 45 anos de idade, tanto em Sabará quanto em Porto Alegre, como apontado no gráfico abaixo:

Gráfico 4. 7 – Número de Crianças de 0 a 13 anos Dividido pelo de Mulheres entre 14 e 45 anos, em Sabará e Porto Alegre, em Diferentes Períodos do Século XIX.



Fonte de Dados Brutos: Inventários *post-mortem* guardados pelo Museu do Ouro, em Sabará, e pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Consideramos que os escravistas não lograram, se tentaram, modificar a sobrevivência das crianças em razão das mudanças institucionais aludidas, isto é, positivamente com a extinção do tráfico e negativamente com a Lei do Ventre Livre. Talvez fosse necessário um período de tempo maior para que se consolidassem padrões de tratamento diferenciados: foram apenas 22 anos entre uma e outra alteração no mercado de escravos.

Ainda com relação ao gráfico acima, é interessante observar que, apesar de não ter sofrido alterações visíveis em função das leis Rio Branco e Euzébio de Queirós, havia

diferenças significativas, entre Sabará e Porto Alegre, quanto ao número de crianças por mulher. A relação na comarca mineira é sempre superior à gaúcha[87].

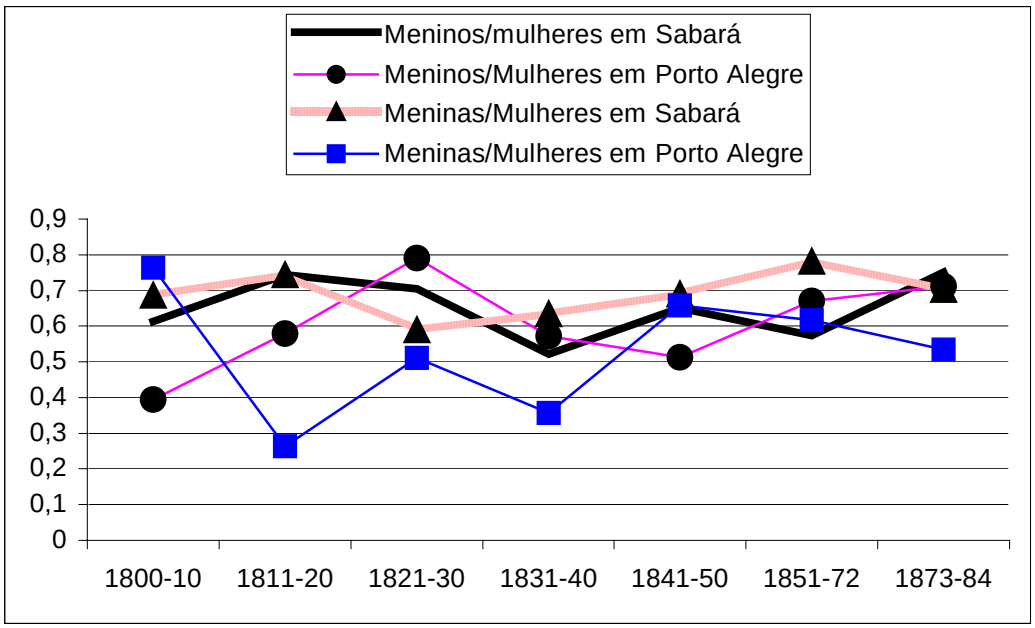
Para verificar se houve, ao longo do tempo, mudanças que discriminassem um dos gêneros de recém-nascido em razão das diferenças de avaliações apontadas na tabela 4.2, optamos por separar meninos de meninas e relacioná-los com o número de mulheres entre 14 e 45 anos de idade em Sabará e em Porto Alegre[88]. Os resultados obtidos podem ser analisados a partir do gráfico abaixo:

[87]Para verificar se as diferenças são significativas, optamos pela realização de um teste t para diferença de médias entre duas amostras.

	Porto Alegre	sabará
Média do número de crianças com até 13 anos dividido pelo número de mulheres contando de 14 a 45 anos de idade	1,133417	1,340966
Variância	0,032224	0,012053
Observações	7	7
Graus de liberdade	6	
Estatística t	-2,62196	
P(T<=t) uni-caudal	0,019741	
T crítico uni-caudal	1,943181	
P(T<=t) bi-caudal	0,039482	
t crítico bi-caudal	2,446914	

[88] Quando o preço de um ativo é igual a zero, pela racionalidade econômica dos dias de hoje, ou ele não traz qualquer ganho para seu proprietário ou traz prejuízos, sendo melhor, para a maximização dos lucros, suprimi-lo. Os meninos escravos de Porto Alegre, em todo o século XIX, não lograram obter preços significativamente diferentes de zero ao nascerem. Se os escravistas atuassem considerando somente a obtenção de lucros ativo a ativo, isoladamente, tenderiam a discriminar os meninos dificultando-lhes sobreviver. Neste caso, seria de se esperar que a relação entre o número de meninos e o número de mulheres adultas e a relação entre o número de meninas e o número de mulheres adultas fossem significativamente diferentes uma da outra, em Porto Alegre, o que não verificamos. Supomos, mais uma vez, que aqui atuavam os limites culturais criados pela sociedade escravista sobre o arbítrio dos escravistas.

Gráfico 4. 8 – Números de Meninos e de Meninas em Relação ao Número de Mulheres em Sabará e Porto Alegre em Diferentes Períodos do Século XIX.



Fonte de Dados Brutos: Inventários *post-mortem* guardados pelo Museu do Ouro em Sabará e pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Entre 1800 e 1872, conforme a tabela 4.2, os meninos recém-nascidos jamais obtiveram preços significativamente diferentes de zero em Porto Alegre, ao contrário de Sabará. Por outro lado, as meninas recém-nascidas porto-alegrenses sempre obtiveram, no mesmo período, preços positivos, não ocorrendo o mesmo com as sabarenses. Se a economia fosse a única dimensão da realidade considerada pelas sociedades de uma e de outra comarca, seria de se esperar que houvesse um número significativamente maior de meninos em Sabará do que em Porto Alegre e, de modo inverso, um número significativamente maior de crianças do sexo feminino na capital do Rio Grande do Sul do que no interior de Minas. O entrecruzar de linhas aponta para os limites da racionalidade econômica presentes na sociedade escravista brasileira[89]: haveria outros elementos a

[89] [89] Uma análise de variância, considerando os casos de meninos e de meninas de Porto Alegre e de Sabará ao longo do século XIX, aponta para a indistinção das médias e, portanto, para a não discriminação dos gêneros.

influenciar a sobrevivência dos escravinhos do Brasil que não os interesses imediatos dos escravistas, refletidos nos preços dos escravos.

4. 3 – Obedecendo aos sinais: o comportamento dos preços dos escravos em Sabará e Porto Alegre e o sentido do tráfico interprovincial

Vimos, na sessão anterior que, apesar de ser um ativo, a propriedade escrava possuía determinadas particularidades que a diferenciavam, como mercadoria, das demais. Veremos agora que, apesar disto, houve um certo comportamento ditado pelo mercado no que respeita à localização dos escravos entre as províncias brasileiras.

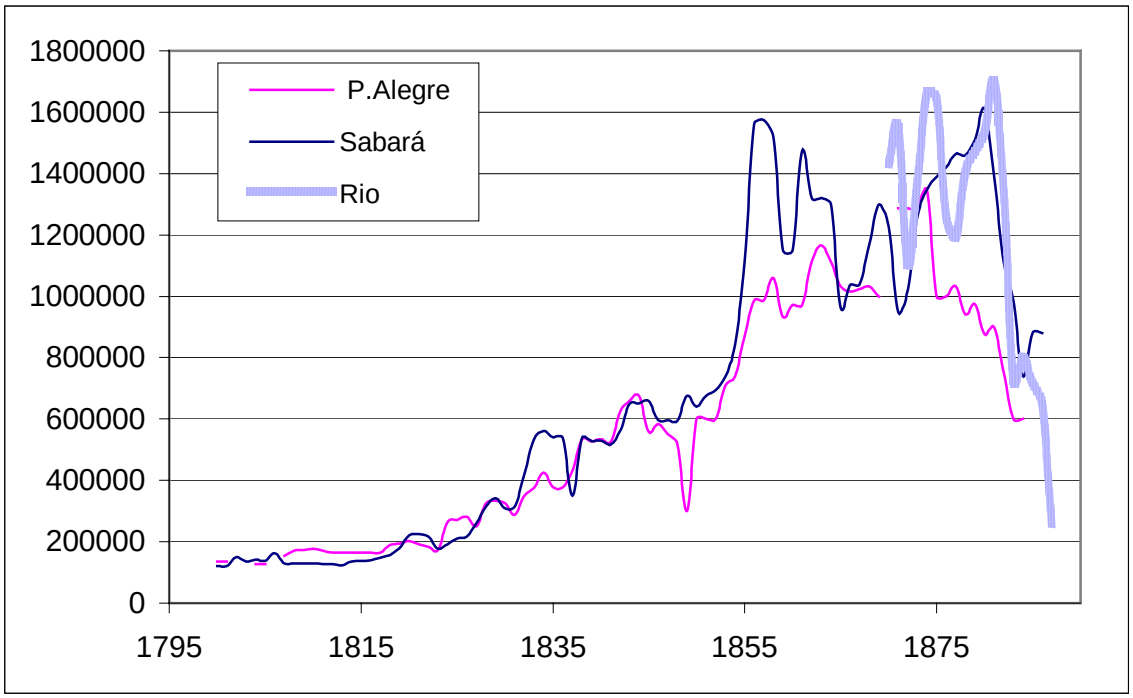
Em termos abstratos, podemos dizer que a localização de fatores de produção móveis no espaço responde à seguinte regra: tendem a migrar para os lugares onde melhor são remunerados. É esta uma das razões pelas quais capital e mão-de-obra movimentam-se entre regiões. No caso dos escravos brasileiros ao longo do século XIX, é precisamente isto que se processa: as remunerações alcançadas onde havia cafeicultura para exportação eram superiores às do restante do país e, por isto, processa-se, especialmente após o término do tráfico transatlântico, um certo tráfico interprovincial.

Grupo	Média	Variância
Meninos de Sabará	0,648571	0,007581
Meninas de Sabará	0,687143	0,004057
Meninos de Porto Alegre	0,607143	0,018557
Meninas de Porto Alegre	0,527143	0,03059

Fonte da variação	SQ	Graus de liberdade	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	0,098611	3	0,03287	2,163024	0,118686	3,008786
Dentro dos grupos	0,364714	24	0,015196			
Total	0,463325	27				

Dentre as mercadorias que pesquisamos, foram os escravos aquelas que se mostraram melhor integradas a um mercado nacional, como se demonstra pelo gráfico abaixo:

Gráfico 4. 9: Médias Móveis Trienais, em réis, para Preços de Escravos Sadios Contando de 20 a 29 anos de Idade em Porto Alegre, Rio de Janeiro[90] e Sabará ao longo do século XIX



Fontes: Inventários do século XIX guardados no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Entre 1800 e 1850, a integração é tão profunda que sequer há diferenças significativas entre os preços praticados em Sabará e Porto Alegre. A partir do fim do tráfico, a diferença nos preços se torna evidente e dá sentido ao tráfico: o Rio Grande do Sul se transforma em exportador de escravos. Ainda assim, a correlação entre os preços de uma e de outra comarca, para a mercadoria em questão, se mantém elevada. Por fim, com a Lei do Ventre Livre, este mercado se desintegra: nem os preços, nem a correlação entre

[90] Para o Rio de Janeiro fizemos uso dos dados apresentados por Mello, P.C.:1978.

eles são significativos[91]. No entanto, Sabará continua integrada ao mercado do Rio de Janeiro. É como um polvo que recolhe os tentáculos e a área que ocupa se torna menor. Embora não tenhamos dados referentes à Corte antes de 1872, imaginamos que fosse ela a intermediadora das trocas entre Sabará e Porto Alegre. Os preços nas pontas dos tentáculos possuem comportamento tão semelhante entre o início do século XIX e a Lei do Ventre Livre, que imaginamos haver entre elas e a cabeça um comportamento similar.

Uma vez que, entre 1850 e 1873, havia diferenças significativas de preços entre os escravos porto-alegrenses e os sabarenses, é simples determinar, neste período de grande atividade do tráfico interprovincial, qual o sentido do comércio: do Sul para o Sudeste. O fato não deixou de ser percebido pelos parlamentares gaúchos. Na Assembléia Provincial

[91] A média de preços do escravo de primeira linha em Sabará, entre 1801 e 1850, é de 316$108, enquanto em Porto Alegre se pagava 320$149. A correlação de preços, medida pelo coeficiente de correlação é, para este período, 0,82. A estatística t para a diferença de preços é 0,10. Entre 1851 e 1872 pagava-se, em média, 963$936 por um escravo de primeira linha em Porto Alegre. Em Sabará, um escravo do mesmo tipo era negociado, em média, por 1:198$037. A estatística t, em um teste de duas amostras para médias, resultou ser 3,95. A correlação de preços, medida pelo coeficiente de correlação é: 0,63. Comparando os preços dos escravos mineiros e gaúchos com os fluminenses, a partir de 1873, verifica-se que a correlação existente entre Sabará e o Rio de Janeiro é bastante alta (r = 0,79), sendo menor a que se apurou entre esta província e Porto Alegre (r = 0,49). As médias entre as três localidades são diferentes entre si, sendo a da capital do Rio Grande do Sul a que se afastou das demais.

Médias e Variâncias de Preços de Escravos de Primeira Linha, de 1873 em diante, em Porto Alegre, Sabará e Rio de Janeiro

Local	Média dos Preços	Variância dos Preços
Porto Alegre	942152,8	5,23E+10
Rio de Janeiro	1330908	3,91E+10
Sabará	1342083	9,86E+10

Análise de Variância dos Preços dos Escravos Sadios, de sexo masculino, e contando de 20 a 29 anos de idade quando inventariados em Porto Alegre e Sabará, assim como no Rio de Janeiro.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,24E+12	2	6,22E+11	9,830428	0,000448	3,284924
Dentro dos grupos	2,09E+12	33	6,33E+10			
Total	3,33E+12	35				

A tabela 2.A.1, do apêndice deste capítulo contém as médias móveis trienais dos escravos de Porto Alegre e de Sabará no período em questão.

foi proposto, e rejeitado, um imposto para exportação de escravos. O deputado de Rio Grande é suficientemente claro:

> "...*Nessa época, senhores,* (antes de 1850) *a introdução de escravos no Brasil, principalmente nas províncias do norte, era extraordinária e fazia superabundar os braços escravos nessas Províncias, resultando daí a remessa deles para o Rio Grande; e muitas vezes só pela idéia da barateza do preço que custavam esses escravos, íamos comprá-los, íamos buscar braços, que nos eram desvantajosos, alguns dos quais se tornavam ociosos na Província, braços muito imorais, e que não vinham de maneira alguma concorrer para o nosso aumento e prosperidade. Mas estas circunstâncias, Senhor Presidente, desapareceram pelas enérgicas providências tomadas pelo Governo imperial, que fizeram reprimir e cessar a introdução de escravos e que deram o resultado de não haver hoje essa superabundância de braços escravos nas Províncias do norte; havendo, pelo contrário, uma busca imensa, uma demanda excessiva, o que tem feito com que muitos especuladores tenham vindo a esta Província com grandes capitais comprar escravos por todo o preço. Ora, perguntarei eu, será conveniente que se permita a saída desses braços que estão empregados na agricultura, e uma saída rápida sem que se tenha tratado da devida substituição? Decerto que não; a exportação de tais braços, nas atuais circunstâncias; que não são as mesmas, que eram naquele tempo, daria em resultado o maior definhamento da nossa indústria.*" Cf. Piccolo, (1998 - páginas 512 a 519).

Jacintho de Mendonça, o deputado rio-grandense, faz algumas afirmações exatas e outras que são injustas. De fato, pelo gráfico acima, percebe-se que havia vantagens a obter na compra, no Rio Grande do Sul, e a venda dos escravos em Sabará, entre 1850 e 1872. Tal vantagem deveria ser ainda maior se fossem os cativos vendidos no Rio de Janeiro ou em São Paulo, pois para atingir a comarca mineira se fazia necessário, antes, passar pela capital do Império. Para São Paulo o caminho poderia ser ainda mais curto.

Os escravos que foram parar no Rio Grande do Sul não o foram simplesmente por serem baratos e seria espantoso aceitar literalmente as palavras do deputado, pois se eram comprados era justamente por serem úteis e para aumentarem a riqueza daqueles que os

possuíam, ainda mais nas proximidades de Rio Grande e Pelotas, onde eram fartamente empregados nas charqueadas. Tanta era a utilidade do emprego do trabalho escravo que o deputado pretendia impedir que continuasse a haver a exportação dos cativos gaúchos enquanto não houvesse quem os substituísse.

A origem dos traficantes de escravos não é claramente indicada nos argumentos do deputado, apenas afirmando-se que não são gaúchos. Imaginamos que fossem fluminenses, dada a preeminência do porto do Rio neste tipo de negócio e a demanda da cafeicultura, mas nada impede que tivessem diferentes procedências.

A relevância da escravidão para o Rio Grande do Sul não pode ser subestimada. No censo de 1872, 22 anos depois de iniciado o refluxo da população cativa para as províncias cafeeiras, era ainda a sexta maior do Brasil e, se confiarmos nos dados apresentados por Roberto Borges Martins, foi das que mais cresceu ao longo do século XIX, como indicado na tabela abaixo:

Tabela 4. 3– Populações Cativas Brasileiras por Província no Século XIX

Províncias	1819	% da população cativa brasileira	1873	% da população cativa brasileira	Crescimento absoluto entre 1873 e 1819	Ganho relativo %	tx percentual de crescimento anual*
AM	6040	0,545554	979	0,063337	-5061	-83,7913907	-3,313539448
GO	26800	2,420671	10652	0,689142	-16148	-60,2537313	-1,694104813
MT	14180	1,280788	6667	0,431328	-7513	-52,9830748	-1,387803194
AL	69094	6,240815	35741	2,312301	-33353	-48,2719194	-1,213263962
MA	133334	12,0432	75572	4,889208	-57762	-43,3212834	-1,045920357
CE	55439	5,007447	31913	2,064644	-23526	-42,4358304	-1,017509958
PA	33000	2,980677	27458	1,776423	-5542	-16,7939394	-0,339884039
CORTE	55090	4,975924	48939	3,166159	-6151	-11,1653658	-0,219007212
PE	97633	8,818559	89028	5,759758	-8605	-8,81361835	-0,170714532
PR	10191	0,920487	10560	0,68319	369	3,620841919	0,06588892
ES	20272	1,831039	22259	1,440069	1987	9,801696922	0,173308891
BA	147263	13,30132	167824	10,85755	20561	13,96209503	0,242322215
SE	26213	2,367651	30119	1,94858	3906	14,90100332	0,257554679
PB	16723	1,510481	21526	1,392647	4803	28,72092328	0,468643771
RN	9109	0,822757	13020	0,842342	3911	42,93555824	0,663718284
SC	9172	0,828448	14894	0,963583	5722	62,38552115	0,901825649
PI	12045	1,087947	23924	1,547788	11879	98,62183479	1,27890992
SP	77667	7,015159	156612	10,13217	78945	101,6454865	1,307250315
MG	168543	15,2234	381893	24,70696	213350	126,5849071	1,526251444
RS	28253	2,551911	69685	4,508343	41432	146,6463738	1,685878087
RJ	91070	8,225766	306425	19,82448	215355	236,4719447	2,272368125
BRASIL	1107131	100	1545690	100	438559	39,61220488	0,619873364

Fonte: reelaborada pelo autor a partir de Martins (1980, página 170).

*As taxas de crescimento percentuais anuais apresentadas na última coluna da tabela devem ser tomadas com cautela. O censo de 1872 foi o primeiro digno deste nome. Antes, há apenas estimativas com bases mais ou menos seguras.

Pelos dados acima, percebe-se que o Rio Grande do Sul deixa a 12ª posição para ocupar a 6ª. Deve-se ponderar que tal crescimento se fez a partir de uma população cativa, para os termos brasileiros, relativamente pequena. Ainda assim, encontra-se no grupo das províncias cuja taxa de crescimento anual se mostrou superior à média brasileira e, se os dados estiverem corretos, comparável ao comportamento das províncias cafeeiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A tabela acima divide as províncias em três grupos segundo as taxas de crescimento das populações escravas: as de crescimento negativo, as de crescimento positivo e inferior à média brasileira e as de crescimento positivo e superior à média brasileira. O que se apresenta acima se coaduna com os movimentos econômicos apontados pela historiografia até o momento, isto é, dado que a produção econômica brasileira se manteve estreitamente ligada à escravidão no século XIX, o crescimento das populações escravas reflete crescimento econômico, enquanto a redução reflete menor dinamismo das províncias.

A forte correlação entre população escrava e dinâmica econômica é, no século XIX, enfraquecida pela lenta introdução de imigrantes e pelo crescimento, mais do que suficiente para fins de substituição dos cativos, da população livre. Assim, Amazonas, Mato Grosso e Goiás, pela tabela acima, teriam experimentado forte decadência, porém, tal como para Minas, podemos imaginar que, no Dezenove, participaram da recuperação econômica que caracterizou o século em contraposição à decadência da segunda metade do Dezoito. O Amazonas, em particular, está, quando é realizado o censo de 1872, prestes a iniciar o ciclo da borracha, assim como o Pará, o qual contou com mão-de-obra nordestina e, especialmente, cearense, expulsa pela seca da década de 70.

Na outra ponta, temos as províncias cafeeiras e o Rio Grande do Sul. O café foi plantado e colhido por escravos e assim se manteve até que viessem os imigrantes não ibéricos para substituí-los. A província meridional, a partir de 1850, se apresenta como exportadora de cativos, como acima indicamos, e a maior parte da população cativa mineira não se encontrava, segundo Roberto Borges Martins, na região cafeeira. Desta maneira, a tabela acima deve ser qualificada: indica não necessariamente a decadência e a ascendência absolutas, por meio das populações escravas brasileiras, mas a realocação dos cativos em função da ausência e da presença de quem os substituísse.

Considerando, agora, a divisão regional brasileira do século XX[92], temos a tabela abaixo:

Tabela 4. 4 – Populações Escravas Brasileiras por Região entre 1819 e 1873

Regiões	1819	%	1873	%	1873 - 1879	Crescimento Relativo %	taxa percentual de crescimento anual*
CO	40980	3,701459	17319	1,12047	-23661	-57,73	-1,58
NO	39040	3,526231	28437	1,839761	-10603	-27,16	-0,58
NE	566853	51,20017	488667	31,61481	-78186	-13,79	-0,27
SUL	47616	4,300846	95139	6,155115	47523	99,80	1,29
SE	412642	37,27129	916128	59,26984	503486	122,01	1,49
BRASIL	1107131	100	1545690	100	438559	39,61	0,62

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Martins (1980, página 170).

*Tal como no caso da tabela 2.1, devemos tomar as taxas acima apresentadas com cautela, dada a ausência de bases seguras para estimar as populações brasileiras no início do século XIX.

Verifica-se, por ela, que algumas regiões perderam escravos (Norte, Centro Oeste e Nordeste) enquanto outras ganharam (Sul e Sudeste). Parte deste ganho resultou da ação do tráfico interprovincial, o qual respondia aos preços alcançados pelos escravos em cada local. O Sudeste, ao que parece, era onde alcançavam os maiores preços, razão pela qual eram vendidos para lá.

As razões para as diferenças de preços alcançados pelos escravos podem ser compreendidas por meio da equação 2.1. Mais uma vez: os preços dos escravos eram dados pelos rendimentos esperados que poderiam produzir. Ora, os rendimentos alcançados em cada região dependiam das atividades econômicas que cada uma desenvolvia, razão pela qual as mais ricas eram aquelas que pagavam os maiores preços. É verdade que nem todos os escravos alocados em São Paulo e na província do Rio de Janeiro eram empregados na cafeicultura, direta ou indiretamente. Da mesma maneira, além da cafeicultura, outras atividades eram desenvolvidas nas regiões cafeeiras. Ao mercado de escravos, porém,

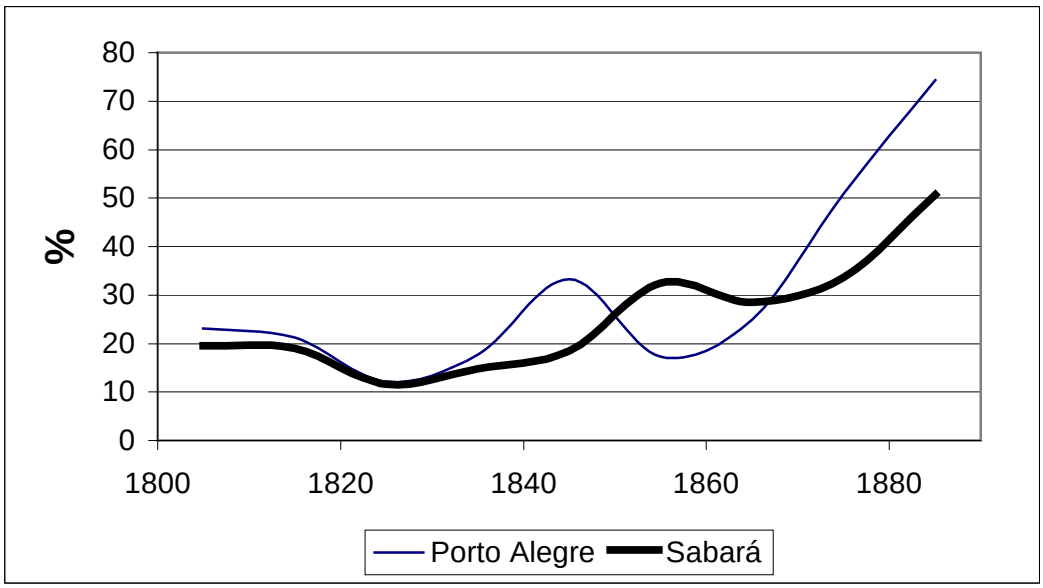
[92] Uma região não é algo permanente e imutável no tempo. No século XIX, a percepção da regionalização do Brasil era diversa da atual. Cf. Evaldo Cabral de Mello – *O Norte Agrário e o Império*, Rio de Janeiro, 1999. Para uma regionalização de Minas Gerais no século XIX, a tese de Clotilde Andrade Paiva é excelente.

interessava a possibilidade de que fossem empregados nos cafezais, razão pela qual, em média, os escravos de Sabará e do Rio de Janeiro custavam mais do que os de Porto Alegre. Ainda uma qualificação a mais: é razoável supor que no Rio Grande do Sul houvesse atividades em que os cativos fossem empregados de maneira mais rentável do que no Sudeste, mas estas não correspondiam à média dos rendimentos esperados na província meridional.

Em termos abstratos, por fim, podemos supor a seguinte situação: dado o surgimento de uma atividade mais rentável do que as costumeiramente exercidas e a localização da mesma, forma-se um pólo atrator que permite o funcionamento do tráfico interprovincial de escravos. Ao longo do tempo, portanto, os escravos tendem a escassear nas regiões além do pólo e a abundar no mesmo. Em função da escassez, os escravos que restam nas regiões marginais passam a ser empregados em atividades selecionadas, compatíveis com a manutenção da população escrava restante, que deve se tornar, no limite, tão rentável quanto a empregada no pólo atrator.

Tanto dentro quanto fora do pólo, portanto, produz-se o seguinte fenômeno: há a tendência para a concentração da propriedade escrava. Isto pode ser explicado pela não ubiqüidade de atividades tão rentáveis quanto a que caracteriza o pólo atrator, o que pode ser ilustrado por meio do gráfico abaixo:

Gráfico 4. 10 – Percentual de Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1887.



Fonte de Dados Brutos: Inventários *post-mortem*, entre 1800 e 1887, guardados no Museu do Ouro em Sabará e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O gráfico acima revela quão espraiada e socialmente aceita era a escravidão entre os sabarenses e os porto-alegrenses: em 1830, algo como 12% dos inventários que analisamos não contavam com escravos. É verdade que os inventários não representam fielmente a população, pois os cativos não eram contemplados com este serviço judicial, assim como os mais pobres e os que moravam nas regiões mais distantes da sedes da comarca, por hipótese. De toda forma, a coincidência dos resultados confirma os argumentos de Robert Conrad: a de que a escravidão contava com amplo apoio entre os brasileiros[93].

Ao longo do Dezenove, verifica-se tanto em Sabará quanto em Porto Alegre, a tendência para a concentração da propriedade escrava, ainda que a ritmos diferenciados: na década de 80, 50% dos inventários a que tivemos acesso, em Sabará, não contavam com

[93] "*Mesmo sem o café, contudo, a escravatura teria sobrevivido por mais tempo no Brasil do que no resto da América Latina, já que era de extraordinária importância econômica e social até mesmo onde não havia café. Uma das características importantes da escravatura brasileira em grande parte do século XIX foi sua onipresença.*" Cf. Robert Conrad - *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, 1978 - página 6.

escravos, enquanto em Porto Alegre a cifra era de 75%. Tal diferença responde por algumas das particularidades que diferenciam o movimento abolicionista na capital do Rio Grande do Sul e em Minas: em 1884, o município porto-alegrense se declara emancipado. Não temos notícias de que algo semelhante tenha se produzido em Minas Gerais.

Acreditamos que, ainda responsável pelo fenômeno ilustrado pelo gráfico acima, tenha sido a diferença de ritmos, entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, para a formação de um mercado de trabalho livre. Há, no estado meridional, um certo orgulho pela imigração não-ibérica que nele houve. Tal imigração se inicia prematuramente, em 1824, com a vinda de súditos do Império Austro-Húngaro, país de origem da própria imperatriz que, ao que parece, foi fundamental para que se iniciasse este tipo de imigração. Considerou-se a experiência austro-húngara de fixação, na fronteira com o país inimigo, o Império Otomano, de pequenos proprietários por meio da doação de terras. Agradecidos, tais minifundiários se constituiriam em elemento de resistência a invasões e rebeliões separatistas. No Brasil, ao que parece, o Império procurou reproduzir no sul tal experiência austro-húngara. Além dos imigrantes, o Rio Grande do Sul contou com vasta população indígena proveniente da região das missões, incorporada à capitania antes da Independência.

Minas Gerais, ao contrário do Rio Grande do Sul, recebeu poucos imigrantes não-ibéricos e, desta maneira, viu-se sem substitutos para os escravos. Dada a existência de atividades econômicas de vulto, não pôde se desfazer dos cativos que usava no mesmo ritmo da província meridional.

4. 4 – A Questão da População Escrava Mineira no Século XIX – um debate inconcluso

O tráfico de escravos interno ao Brasil não se iniciou, certamente, no século XIX, uma vez suprimido o tráfico transatlântico. No período colonial, dada a diferença de rendimentos entre o trabalho escravo de diferentes regiões, deve ter-se processado, entre o Nordeste açucareiro e as capitanias mineradoras, uma certa realocação dos cativos, por exemplo. De igual maneira, com a decadência da economia de mineração e o surgimento da cafeicultura, movimento análogo deve ter ocorrido entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

A suposição de que Minas se transformou, no século XIX, em exportadora de escravos, foi rechaçada por Roberto Borges Martins em tese de doutorado defendida em 1980. Os argumentos deste autor foram convincentes: a população cativa mineira teve um comportamento diferente do esperado. Em vez de se reduzir, por efeito do tráfico e pela taxa de crescimento vegetativo negativa, característica deste tipo de população à exceção da norte-americana[94], cresceu a taxas elevadas. A explicação dada por Martins, para o fenômeno, foi a presença de atividades econômicas de vulto, não consideradas pela historiografia tradicional. Tais atividades se fariam objetivando a satisfação das demandas do mercado interno mineiro. Para tanto, teriam ocorrido fortes importações de africanos enquanto houve tráfico transatlântico de escravos, as quais se fariam por meio do porto do Rio, reforçando os argumentos apresentados por João Luiz Fragoso quanto ao domínio das elites mercantis fluminenses sobre o mercado interno à região Centro-Sul do Brasil.

Procuramos, ao longo da pesquisa que desenvolvemos para esta tese de doutorado, assim como para nossa dissertação de mestrado, encontrar evidências da atividade

[94] "*Since the rate of natural increase of US blacks became positive c. 1710.*" Cf. Fogel (1989, página 124).

traficante suposta por Martins. Por meio dos inventários seria possível fazê-lo tendo em conta as características das populações transportadas pelos tumbeiros. Tais populações seriam predominantemente masculinas (3 a 4 homens por mulher) e adultas.

Por meio de nossas pesquisas nos inventários de Sabará, encontramos o seguinte resultado:

Tabela 4. 5: Relações entre as quantidades de escravos e de escravas sabarenses em diferentes períodos segundo o local de nascimento

Períodos	Homens/mulheres	africanos/africanas	Brasileiros/brasileiras	Brasileiros/africanos
1800-1810	1.38	2.46	0.97	1,40
1811-1821	1.75	3.71	1.17	1,64
1821-1830	1.41	3.04	0.99	1,95
1831-1840	1.78	3.26	1.33	1,60
1841-1849	1.52	6.28	1.09	3,15
1850-1872	1.34	4.62	1.12	4,14
1873-1887	1.17	3	1.11	13,15

Fonte de Dados Brutos: Inventários do Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Pela tabela acima, podemos verificar que a proporção entre africanos e africanas é aquela prevista pela literatura a respeito do tráfico negreiro: 3 a 4 homens por mulher, ainda que na década de 40, aquela em que o tráfico foi mais intenso, tenha havido um acréscimo, ao menos no caso de Sabará, do número de representantes do sexo masculino em relação ao feminino, no que tange à população africana. Imaginamos que, para este fenômeno, tenha contribuído a perspectiva crescente de aplicação das normas previstas no Tratado de Independência do Brasil: a extinção do tráfico, do que resultou uma demanda anormal e voltada especialmente para os homens.

No que respeita à população cativa nascida no Brasil, chamada crioula, e presente nos inventários que pesquisamos, a desproporção entre homens e mulheres não é tão aguda quanto aquela verificada entre os africanos: gravita em torno de 1 escrava para 1,05 escravos. A diferença numérica entre os representantes dos gêneros masculino e feminino

pode ter várias explicações: o favorecimento, no caso das alforrias, das mulheres em detrimento dos homens e a morte mais prematura destas em relação a eles.

No que tange à proporção entre africanos e brasileiros, verifica-se que os primeiros encontram-se em número bastante inferior aos segundos, o que supõe uma certa ausência de dinâmica econômica pelos motivos explicados adiante:

- áreas superdotadas, membro efetivo da cadeia e residuais e rendas monetárias e naturais: uma tipologia da dinâmica econômica e demográfica em regiões escravistas

Em termos abstratos, podemos tentar correlacionar as oscilações econômicas aos movimentos demográficos experimentados pelas regiões escravistas do Novo Mundo. De fato, não podemos ignorar o fato de que, dentre as regiões escravistas, havia aquelas de maior e as de menor rentabilidade. Determinante para tanto seria a adequação das condições naturais às necessidades de produção e transporte das mercadorias coloniais. Desta maneira, por exemplo, temos uma certa marcha, de leste para o oeste, no Vale do Paraíba, da produção de café. Tal marcha seria impulsionada pela diferenças de fertilidade que os solos apresentariam naturalmente, assim como pelas diferenças de produtividade que a cafeicultura escravista gerava ao longo do tempo, isto é, o pouco cuidado tido pelos cafeicultores com a preservação da fertilidade da terra gerava o fenômeno descrito por Stanley Stein nos estudos que desenvolveu sobre Vassouras: com o passar dos anos, regiões de intensa prosperidade tendiam a se empobrecer pela incapacidade de renovação dos cafezais. Um outro exemplo, este em espaço geográfico mais amplo: a produção de açúcar, ao longo dos séculos XV e XVI também fez sua marcha para o oeste: deixou as ilhas mediterrânicas e o sul da Península Ibérica para inaugurar a produção escravista típica da colonização moderna nas ilhas atlânticas portuguesas. Depois, com a criação da empresa

açucareira no Brasil, a cana-de-açúcar é plantada intensamente no Nordeste para, no século XVII, ser introduzida no Caribe. Mais uma vez, diferenças de fertilidade, dentre outras coisas, teriam levado ao deslocamento da produção de açúcar.

Antônio Barros de Castro (1983) apresenta uma tipologia para o fenômeno. Segundo este autor, poderíamos chamar de superdotadas as áreas de maior produtividade e de residuais as de menor. Situam-se entre os extremos as regiões chamadas por ele de membro-efetivo da cadeia. Desta maneira, as terras paulistas no Vale do Paraíba seriam consideradas superdotadas em relação às fluminenses, no mesmo vale, quando umas e outras eram empregadas para a produção de café. Da mesma forma, o litoral do Nordeste seria uma região superdotada para a produção de açúcar em relação à Ilha da Madeira, no século XVI.

A situação de superdotada, residual e membro-efetivo da cadeia é, sempre, relativa: estabelece-se a condição de uma região em comparação com outras, havendo uma certa dinâmica que pode levar uma região superdotada, como o Nordeste do Brasil no século XVI, a ser considerada residual ou membro-efetivo da cadeia, no século XVIII, em razão da produtividade alcançada por São Domingos.

Considerando as contribuições de Castro, podemos levar em conta as de Gorender (1988, página 155) em torno das rendas naturais e monetárias obtidas com o emprego do trabalho escravo. Segundo este autor, e isto nos parece muito provável, as unidades produtivas brasileiras poderiam gerar, em maior ou menor proporção, dois tipos de rendas: as naturais e as monetárias. A geração de uma ou outra dependia da realização do salto mortal da mercadoria, isto é, da obtenção da venda do produto do trabalho escravo. Quando este era vendido, seu proprietário lograva obter rendas monetárias, obtendo rendas naturais se não lograva fazê-lo. Ao longo do tempo, as unidades escravistas poderiam se acostumar

com um ou outro tipo de rendimento, sendo possível supor que nas mais eficientes predominava a renda monetária e nas menos eficientes, a renda natural.

Ora, é possível supor que as rendas naturais fossem obtidas predominantemente nas regiões residuais, onde as unidades produtivas teriam menor capacidade de atuação no mercado em razão da concorrência promovida pelas regiões superdotadas. De forma inversa, é nestas que predomina a renda monetária.

Com as contribuições de Gorender e Castro estamos tentando abordar o problema demográfico de Minas Gerais no século XIX de um ângulo diferente e a partir de pressupostos diversos daqueles apresentados por Martins. Para este autor, a presença de uma extensa população escrava se justifica em determinada região se há produção de mercadorias. Dado que Minas, no século XIX, não se notabilizou pela presença de um forte setor exportador, levantou-se a hipótese de que a produção local se destinava a um dinâmico mercado interno mineiro, tendo o produto das poucas exportações mineiras, para o Rio de Janeiro ou para o exterior do Brasil, sido empregadas na importação de uma grande quantidade de cativos, uma vez suposta que a taxa de crescimento vegetativo da população cativa de Minas Gerais continuou negativa ao longo do século XIX.

A partir das contribuições de Castro e Gorender, propomos outra explicação para a presença de tão extensa população cativa em Minas. Imaginamos que, justamente por não ser superdotada, mas composta por regiões residuais e membro-efetivo da cadeia, tinha uma menor capacidade de geração de rendas monetárias. Supomos que a geração de rendas naturais possibilita aos escravos um ritmo de trabalho menos intenso comparativamente àquele experimentado pelos cativos das regiões superdotadas, pois o destino das não-mercadorias é o auto-consumo da unidade produtiva e não o mercado. A exploração do trabalho escravo admite, pois, diferentes intensidades e estamos supondo, aqui, que nas

regiões de menor lucratividade os escravos são menos explorados. Ora, determinante da expectativa de vida do cativo é o grau de exploração a que está submetido. Por isto, nas regiões menos afortunadas, do ponto de vista econômico, os escravos devem alcançar uma maior expectativa de vida.

De um ponto de vista abstrato, a exploração do escravo se fazia segundo um ritmo específico que procurava maximizar os rendimentos do mesmo ao longo de sua "vida útil". A promoção de um desgaste maior em menor período de tempo era economicamente racional quando a unidade produtiva que o empregava estava apta a substituí-lo facilmente, via tráfico transatlântico. Irracional seria explorá-lo intensamente para a produção de bens que não logravam ser transformados em mercadorias. Com isto, as unidades produtivas localizadas em regiões residuais procuravam estender a expectativa de vida do cativo de maneira a maximizar as receitas monetárias obtidas com uma menor produção de mercadorias por unidade de tempo.

A partir dos raciocínios acima expostos, imaginamos encontrar em regiões superdotadas uma maior proporção de escravos africanos do que de escravos brasileiros, pois era justamente nelas que as unidades produtivas conseguiam repor facilmente os escravos rapidamente desgastados. Da mesma forma, dadas as características do tráfico transatlântico, nas regiões superdotadas as desproporções de gêneros e a presença de adultos em relação ao número de crianças seriam maiores. É necessário observar que a tipologia acima descrita considera fundamental a manutenção do tráfico, por um lado, e desconsidera a capacidade de resistência escrava às modificações, para pior, no tratamento de que eram objeto os cativos.

Dito noutros termos, se a sociedade escravista se comportasse levando em consideração apenas razões econômicas, teríamos motivos para encontrar uma forte

correlação entre atividade econômica e tráfico e, por extensão, entre atividade econômica e as características demográficas do tráfico transatlântico.

Se Minas, como supôs Martins, fosse uma região com um forte mercado interno onde fossem negociadas as mercadorias produzidas pelos escravos africanos que importava em grande quantidade, deveria haver uma grande proporção deste tipo de cativo em relação aos crioulos, uma grande disparidade numérica entre representantes dos sexos masculino e feminino e, por fim, uma forte desproporção entre o número de adultos e o número de crianças, o que não é corroborado pela tabela 4.5.

Por outro lado, se Minas Gerais fosse forte exportadora de escravos, como suposto pela historiografia tradicional e se Sabará fosse representante de uma região economicamente decadente, uma vez que fez parte dos primeiros núcleos mineratórios de vulto no século XVIII, a tabela acima deveria ter outras características: deveria ter uma proporção maior de mulheres em relação aos homens, uma vez que o tráfico interprovincial teria reproduzido os padrões de discriminação de gêneros semelhante ao africano, por um lado, e não deveria ter participado do tráfico transatlântico no século XIX, por outro, o que a tabela 4.5 contradiz.

De nosso ponto de vista, Sabará se encontrava dentre as regiões de Minas Gerais que denominaríamos membro-efetivo da cadeia: havia participação no tráfico, mas ela não era tão intensa quanto deveria ser nas regiões cafeeiras; havia desproporção entre homens e mulheres, mesmo entre os nascidos no Brasil, e a relação entre crianças e adultos não é típica daquelas presentes nos tumbeiros, que tendia a zero. Dos inventários que pesquisamos, todas as crianças com menos de 13 anos haviam nascido no Brasil.

No que tange a Porto Alegre, os dados sobre a população escrava da comarca, por meio dos inventários que pesquisamos, podem ser resumidos pela tabela abaixo:

Tabela 4. 6– Proporção de Representantes dos Gêneros Masculino e Feminino em Porto Alegre e em Sabará entre 1800 e 1887

Períodos	Sabará (Homens/Mulheres)	Porto Alegre (Homens/Mulheres)
1800-10	1,38	1,21
1811-20	1,75	1,66
1821-30	1,41	1,91
1831-40	1,78	2,11
1841-50	1,52	1,24
1851-72	1,34	1,46
1873-87	1,17	1,01

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos inventários pesquisados no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre

De fato, diferentemente de Sabará, onde os inventários indicavam de maneira precisa a origem dos escravos, se nascidos no Brasil ou não, os de Porto Alegre deixaram grande número de cativos sem identificação de origem, o que não nos permite inferir a relevância do tráfico para a constituição da população cativa local. A relação numérica entre homens e mulheres, de toda maneira, nos fornece alguns indícios, pois, característica do tráfico era a desproporção numérica entre os gêneros.

Por meio da tabela acima, verificamos que esta desproporção existia, sendo comparável à de Sabará. Ora, segundo Roberto Borges Martins (1994 – página 10), o Rio Grande do Sul teria lugar de relevo no tráfico transatlântico de escravos, sendo uma das províncias que mais importou africanos na primeira metade do século XIX. Se esta afirmação está correta, Porto Alegre não toma parte ativamente de tal movimento, pois a desproporção numérica entre os gêneros tende a crescer entre o início do Dezenove e a quarta década do século, tal como em Sabará, mas já na década seguinte tende a cair. Poderíamos imaginar que tal comportamento se deveu à Guerra dos Farrapos. Há que se considerar, no entanto, que também o interior de Minas vive movimento semelhante, sem ter passado por conflito bélico semelhante.

No que tange à participação no tráfico interprovincial, aparentemente Porto Alegre foi mais ativa do que Sabará como exportadora: a relação numérica entre gêneros se aproxima de 1 no final do século, indicando, talvez, que os escravos gaúchos do sexo masculino estivessem sendo vendidos para o Sudeste, ao mesmo tempo em que a participação da população africana na constituição da população escrava tende a ser eliminada pelo falecimento dos que chegaram nas últimas viagens dos tumbeiros, em 1850.

Era Porto Alegre tão dinâmica quanto Sabará? Procuraremos responder a esta e outras questões no próximo capítulo, onde analisaremos a constituição das unidades produtivas sabarenses e porto-alegrenses, além de contextualizá-las nos mercados do Centro-Sul do Império. Por enquanto, queremos que fique o seguinte: os mecanismos de mercado envolvendo os escravos possuíam uma determinada racionalidade a qual pode ser apreendida por meio dos preços dos cativos, os quais dependiam dos atributos individuais das pessoas comercializadas e do momento econômico vivido, e pelos movimentos demográficos esperados a partir da produtividade média alcançada pelas unidades produtivas de cada região.

Capítulo 5 - Produção de Mercadorias Usando Escravos em Duas Comarcas Brasileiras no Século XIX: os casos de Sabará e de Porto Alegre

Analisar o que se produzia em cada uma das duas comarcas de que nos ocupamos nesta tese é o que se impõe neste capítulo. Para tanto, mais uma vez, fizemos uso dos inventários, os quais, como dissemos, são úteis na determinação dos patrimônios dos inventariados, mas não na identificação dos fluxos de renda que geravam. De igual forma, dada a existência de um certo ciclo produtivo dependente das estações do ano, típico das economias pré-industriais, há que se considerar esta outra limitação da documentação empregada: a depender do momento em que eram avaliados os bens, determinadas mercadorias estariam ausentes em razão da venda recente de que teriam sido objeto. Este raciocínio se aplica melhor às culturas de ciclo anual, como são as alimentares do Brasil: arroz, feijão, milho e mandioca, por exemplo. Os canaviais, embora de produção anual, como os cafezais, podem ficar plantados por vários anos e, por isto, seriam mais facilmente identificados.

Para as economias das duas comarcas, além dos inventários, contamos também com informações historiográficas, ainda que de maneira desigual: no caso de Sabará, consultamos o que dizem Douglas Cole Libby, em Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil e Clotilde Andrade Paiva, em População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. Quanto a Porto Alegre, tivemos acesso apenas ao que afirmou Fernando Henrique Cardoso em Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.

Sabará era um município que, para os padrões brasileiros atuais, seria considerado grande e próspero: englobava algo que ia além da Grande Belo Horizonte, isto é, Betim, Contagem, Raposos, Pedro Leopoldo, Doutor Lunde, Confins, Nova Lima, etc. Em seu

interior abrigava o maior empreendimento de capital estrangeiro de que se tem notícia no Brasil, no século XIX: a Saint John D´El Rey Minning Company. Esta mina era responsável por 1% das exportações brasileiras ao longo do século XIX e empregava escravos para os trabalhos de mineração[95]. Até a proibição pelo Parlamento inglês de os súditos da Inglaterra possuírem cativos, em qualquer lugar do planeta, fez uso de escravos próprios. Posteriormente, passou a alugá-los, pois os proprietários da mina eram acionistas que negociavam títulos de propriedade da companhia na Bolsa de Valores de Londres.

Aparentemente, a mina ocupava seus escravos intensivamente. Ainda assim, porém, fazia uso do "sistema do Brasil": aos domingos obrigava os escravos a produzirem parte dos alimentos que seriam consumidos ao longo da semana. Quanto dependia a mina da produção local de alimentos, não sabemos. Presumimos, no entanto, que aqui, mais do que em outras regiões, aplicava-se a hipótese de Robert Slenes, expressa no artigo Os Múltiplos de Porcos e de Diamantes: as atividades auríferas desenvolvidas no século XIX geravam demandas parcialmente atendidas pelos sabarenses, dinamizando a economia local.

Para além das contribuições da Mina de Morro Velho para a economia local, há que se considerar a existência de uma certa interligação regional tipificada, a partir de dados da década de 30 do século XIX, por Clotilde Andrade Paiva. Em tese de doutorado, esta autora verificou que havia uma certa especialização regional no interior de Minas Gerais no século XIX, estando o município de Sabará incluído na Zona Mineradora Central Oeste, onde se produzia, além do ouro, alimentos e fibras vegetais.

Tanto para Paiva quanto para Slenes, a economia mineira no século XIX se desenvolve voltada para o Rio de Janeiro. É com o porto do Rio que as relações mercantis de Minas serão estabelecidas e haverá mesmo uma certa especialização regional em São

[95] A respeito do empreendimento inglês, o livro de Douglas Libby é referência obrigatória.

João D´El Rey em torno do comércio com a capital do Império, servindo tal cidade como entreposto entre o interior de Minas e o litoral.

No caso de Porto Alegre, as informações de que dispomos são menos abundantes. Sabemos que a capital do Rio Grande do Sul se instalou às margens do Guaíba por razões estratégicas: distante da barra da Lagoa dos Patos, podia rapidamente socorrê-la caso fosse ocupada pelo inimigo. Além disto, é local de junção de vários rios e, portanto, dominá-lo significava dominar a penetração do interior por meio de cursos d´água.

A posição estratégica de domínio dos cursos d´água possibilitou, por seu turno, o domínio dos fluxos mercantis que as populações ribeirinhas mantinham com o resto do mundo, uma vez que o transporte aquático era muito mais barato do que o terrestre. Desta maneira, Porto Alegre se coloca, no século XIX, como núcleo mercantil do interior do Rio Grande do Sul, especialmente da região serrana e do Vale do rio dos Sinos, ocupados crescentemente pelos colonos não-ibéricos que caracterizam o Rio Grande do Sul até hoje.

A colonização alemã e austro-húngara que se inicia em 1824 permite o surgimento e consolidação de um enclave social radicalmente distinto do que existira no Brasil até então e se manterá como tal na sociedade brasileira do século XX. Não nos referimos à manutenção da cultura, da língua e das tradições dos imigrantes, mas ao regime de propriedade da terra. A colonização não-ibérica do Rio Grande do Sul se fez por meio de minifúndios em que se proibia o emprego de trabalhadores escravos. A intenção, quando iniciada, era a criação de um núcleo de pequenos proprietários fiéis ao imperador em uma região de fidelidades incertas. A situação de "terra de ninguém", isto é, de fronteira imprecisa entre os impérios português e espanhol nas Américas, em um primeiro momento, e entre o Império e as repúblicas platinas, posteriormente, abria a possibilidade de adesão dos latifundiários locais ao lado que oferecesse melhores condições.

Nos minifúndios da Serra Gaúcha e no Vale do rio dos Sinos, desenvolveu-se uma agricultura e um certo artesanato voltados para o abastecimento do mercado interno do Rio Grande do Sul, em um primeiro momento, e do restante do Brasil, posteriormente, cabendo a Porto Alegre a intermediação entre as mencionadas regiões e o resto do mundo, o que talvez explique a proeminência da rua da Praia, onde se localizavam as lojas e armazéns que recebiam mercadorias dos barcos ancorados no Guaíba, chamado de mar em alguns inventários, em troca das que forneciam.

Os valores dos terrenos da rua da Praia são elevadíssimos antes mesmo do início da colonização de não-ibéricos, não havendo em Sabará algo equivalente. Por exemplo, no inventário de Leandro José da Costa, cujas avaliações foram feitas em quatro de abril de 1800, constava uma morada de casas de sobrado de 28 palmos de frente, na rua da Praia, valendo 1:200$000, o que representava o valor de 12 escravos de primeira linha aos preços da época. Uma outra, ainda mais valiosa, do mesmo proprietário, construída de pedra, na esquina da Casa da Ópera, custava 2:800$000. No inventário de Francisco Batista Anjo e Francisca Cândida de Oliveira, elaborado em um único processo e com avaliação de bens realizada em 23 de setembro de 1823, havia uma casa na Rua da Praia, mal construída e contando com duas janelas e uma porta, no valor de 800$000, o que equivalia a cinco ou seis escravos de primeira linha.

Não estamos, com isto, dizendo que Porto Alegre nada produzia e se dedicava somente à comercialização dos bens gerados pelos imigrantes, assim como não afirmamos que em Sabará não havia comércio. Como veremos adiante, os inventários que pesquisamos revelam estruturas produtivas razoavelmente definidas e voltadas para a produção de bens agropecuários, tanto em uma quanto na outra comarca. Revelam, também, elementos necessários à comercialização de gêneros, como os pesos usados para pesar as mercadorias

e as balanças que os usavam. No caso de Sabará, especificamente, verifica-se constantemente a presença de ranchos, os quais eram empregados por tropas de burros, que também estão presentes. Ausentes da comarca mineira estão os barcos, apesar do rio das Velhas ser, no século XIX, mas não atualmente, passível de navegação. Em Porto Alegre, por outro lado, os barcos têm diferentes dimensões e estilos, assim como preços elevados, mas não nos permitem supor que o transporte das mercadorias até o Rio de Janeiro fosse feito por porto-alegrenses[96].

5. 1: Estruturas Produtivas por Meio de Inventários em Porto Alegre e em Sabará no Século XIX

Analisar a produção de mercadorias supõe, além da identificação do que se produzia, indicar como se produzia e, especialmente, quantos trabalhadores escravos se faziam presentes na produção. Neste particular, os dados que encontramos revelam a produção de alimentos, em ambas as comarcas, por meio de um reduzido número de escravos, isto é, não se encontra, nem em Sabará, nem em Porto Alegre, a estrutura de plantation que caracterizou a cafeicultura paulista e fluminense e a sucrocultura nordestina. Pelo contrário, conforme as tabelas 5.1 e 5.2, predominaram os pequenos proprietários ao longo de todo o século XIX. No que respeita aos grandes proprietários porto-alegrenses e sabarenses, isto é, aqueles que tinham mais de 10 cativos no século XIX, verifica-se que eram pouquíssimos.

Para o entendimento das economias locais, é necessário considerar o tamanho das propriedades escravas. Consideramos tal passo relevante tendo em vista que nem a

[96] "*Temem,* (os sul-rio-grandenses) *sobretudo, embarcar, e todas as embarcações que fazem o comércio desta Capitania são tripuladas por estrangeiros*." Auguste de Saint-Hilaire – *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1987 – página 89. A palavra estrangeiros pode não ter a conotação que a ela hoje se atribui no Brasil: não brasileiros. Talvez o botânico francês tenha querido dizer: não sul-rio-grandenses.

economia sabarense nem a porto-alegrense, por meio dos inventários que analisamos, eram caracterizadas por plantations, que supõem grandes propriedades rurais associadas a grandes propriedades escravas.

Tabela 5. 1: Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, segundo a estrutura da propriedade de escravos.

Períodos	Total de inventários	Sem escravos	%	1 a 5 escravos	%	6 a 10 escravos	%	11 ou mais	%
1800-10	27	6	22,22	11	40,74	6	22,22	4	14,81
1811-20	33	7	21,21	20	60,61	4	12,12	2	6,06
1821-30	30	4	13,33	17	56,67	6	20,00	3	10,00
1831-40	34	6	17,65	20	58,82	3	8,82	5	14,71
1841-50	45	15	33,33	14	31,11	10	22,22	6	13,33
1851-60	52	9	17,31	30	57,69	7	13,46	6	11,54
1861-70	40	8	20,00	15	37,50	9	22,50	8	20,00
1871-80	46	25	54,35	14	30,43	7	15,22	3	6,52
1881-84	31	26	83,87	6	19,35	3	9,68	0	0,00
Total	338	106		147		55		37	
Média	37,56	11,78	31,47	16,33	43,66	6,11	16,25	4,11	10,77

Fonte: Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, guardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Pela tabela acima, confirma-se a característica atribuída pela historiografia à sociedade gaúcha: os grandes proprietários de escravos são relativamente poucos. Considerando todo o período por nós analisado, os que tinham mais de 10 escravos eram aproximadamente 10% dos inventariados, havendo uma progressiva redução da relevância dos mesmos a partir da década de 60. Predominam, claramente, os pequenos proprietários. Aqueles que tinham de 1 a 5 escravos constituíram, aproximadamente, 43% dos processos que analisamos. Os "sem escravos" são tão relevantes quanto os proprietários de 6 a 10 cativos, ao menos até a década de 60, quando cada grupo passa a ter comportamento divergente: o primeiro passa a predominar enquanto o segundo tende a desaparecer.

No caso de Sabará, temos o seguinte comportamento:

Tabela 5. 2: Inventários de Sabará, entre 1800 e 1887, segundo as dimensões da propriedade de escravos

Período	Total de inventários	Sem escravos	%	1 a 5 escravos	%	6 a 10 escravos	%	11 ou mais escravos	%
1800-10	41	8	19,51	19	46,34	9	21,95	5	12,20
1811-20	42	8	19,05	15	35,71	8	19,05	11	26,19
1821-30	69	8	11,59	35	50,72	12	17,39	14	20,29
1831-40	66	10	15,15	33	50,00	16	24,24	7	10,61
1841-50	100	21	21,00	50	50,00	16	16,00	13	13,00
1851-60	73	24	32,88	32	43,84	8	10,96	9	12,33
1861-70	79	22	27,85	36	45,57	5	6,33	16	20,25
1871-80	107	33	30,84	52	48,60	9	8,41	13	12,15
1881-	60	33	55,00	16	26,67	5	8,33	6	10,00
Totais	637	167		288		88		94	
Médias	70,78	18,56	25,87	32,00	44,16	9,78	14,74	10,44	15,22

Fonte: Inventários de Sabará guardados no Museu do Ouro, em Sabará

Tal como no caso porto-alegrense, o de Sabará a ele se assemelha: há predomínio de pequenos proprietários entre os inventariados (1 a 5 escravos), o qual tende a ceder espaço para os "sem escravos", ainda que defasadamente em relação à capital do Rio Grande do Sul. De fato, como se pode notar pelas tabelas 5.1 e 5.2, enquanto a ausência de propriedade escrava é predominante na década de 70, em uma comarca, na outra só será na década de 80.

Com relação aos proprietários de mais de 10 escravos, eles são mais freqüentes em Sabará do que em Porto Alegre, especialmente nas décadas de 10 e de 20. Ao longo do tempo, no entanto, um mesmo movimento é comum às duas comarcas: os inventariados sem escravos passam a constituir número crescente enquanto desaparecem os maiores proprietários.

Há que se qualificar o que são os maiores proprietários de escravos de Porto Alegre e de Sabará. Nem de longe se aproximam dos senhores de engenho[97]: a média para os que

[97] Segundo Stuart Schwartz, a média do número de escravos por senhor de engenho no Recôncavo Baiano, em 1816-1817 era de 65,5. Para os lavradores de cana, por outro lado, era de 10,5. (Schwartz, 1983 – página 265).

têm mais de dez cativos, aqui considerados os maiores escravistas, é tal como apresentada na tabela abaixo:

tabela 5. 3: Propriedade Média dos Maiores Escravistas (mais de 10 dez escravos por inventário) de Sabará e de Porto Alegre no Século XIX

Períodos	Sabará	Porto Alegre
1800-10	14,2	20,75
1811-20	22,63636	16
1821-30	23,71429	32,66667
1831-40	67,42857	25,6
1841-50	27,23077	18,83333
1851-60	25,22222	17,66667
1861-70	17,08785	17,625
1871-80	17,24217	72
1881-	23	0

Fontes: Elaborada pelo autor a partir de inventários de Porto Alegre e de Sabará guardados no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre

Pela tabela acima, verificamos que raramente a média de escravos por inventariados proprietários de grandes propriedades escravas (mais de 10 escravos) é superior a 30 cativos. Os casos de Porto Alegre, na década de 70, e de Sabará, na década de 30, são exceção.

Há diferenças entre os "grandes escravistas" de Sabará e de Porto Alegre? Sim, mas não no que respeita às dimensões das propriedades escravas. A média de escravos por grande proprietário, ao longo do século XIX, foi de 26,41, em Sabará, e de 24,57, em Porto Alegre. Por meio de uma análise de variância, verificamos que as médias não são significativamente diferentes uma da outra[98].

[98] Análise de Variância para número médio de escravos por grande proprietário de cativos em Porto Alegre e em Sabará no século XIX.

RESUMO

Grupo	*Contagem*	*Soma*	*Média*	*Variância*
Sabará	9	237,7622	26,41803	254,7223
Porto Alegre	9	221,1417	24,5713	392,0928

A mesma conclusão é válida para o número de escravos por inventário, conforme pode ser verificado pela tabela abaixo:

tabela 5. 4: Número Médio de Escravos por Inventário em Porto Alegre e Sabará Segundo Diferentes Períodos do Século XIX

Períodos	Porto Alegre	Sabará
1800-10	6,111111	4,756098
1811-20	3,545455	8,261905
1821-30	7,166667	7,681159
1831-40	6,147059	10,24242
1841-50	4,711111	6,23
1851-60	4,596154	4,986301
1861-70	6,2	4,992476
1871-80	6,163265	3,889236
1881-	0,857143	3,45

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Os dados referentes a uma e à outra comarca indicam que a dimensão média das propriedades escravas não as distinguia uma da outra[99], o que sugere a semelhança de

---

ANOVA

Fonte da variação	*SQ*	*Gl*	*MQ*	*F*	*valor-P*	*F crítico*
Entre grupos	15,34685	1	15,34685	0,047454	0,830309	4,493998
Dentro dos grupos	5174,52	16	323,4075			
Total	5189,867	17				

[99] Análise de Variância para número médio de escravos por inventário em Porto Alegre e Sabará ao longo do século XIX.

RESUMO

Grupo	*Contagem*	*Soma*	*Média*	*Variância*
Porto Alegre	9	45,49796	5,055329	3,691988
Sabará	9	54,4896	6,0544	5,064343

ANOVA

Fonte da variação	*SQ*	*gl*	*MQ*	*F*	*valor-P*	*F crítico*
Entre grupos	4,491639	1	4,491639	1,025918	0,326192	4,493998
Dentro dos grupos	70,05065	16	4,378166			
Total	74,54229	17				

elementos sociais apesar da distância entre a capital do Rio Grande do Sul e o interior de Minas Gerais.

Corroborando a hipótese de semelhança social entre Sabará e Porto Alegre, apresentamos abaixo os índices de Gini por década encontrados para uma e para a outra comarca ao longo do século XIX:

Tabela 5. 5: Índices de Gini para Posse de Escravos e Riqueza em Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1800 e o Fim da Escravidão em cada Comarca

Períodos	Posse de escravos em Sabará	Riqueza em escravos em Sabará	Posse de escravos em Porto Alegre	Riqueza em escravos em Porto Alegre
1800-10	0,4803	0,494452	0,59334	0,618369
1811-20	0,640113	0,625041	0,548563	0,536785
1821-30	0,59125	0,64902	0,543417	0,612936
1831-40	0,763949	0,760554	0,640445	0,615557
1841-50	0,640066	0,667044	0,662683	0,66742
1851-60	0,715829	0,755838	0,588364	0,624923
1861-70	0,678562	0,71971	0,615678	0,60588
1871-80	0,700776	0,721935	0,868901	0,896389
1881-	0,795527	0,784792	0,84381	0,870297

A tabela 5.5 indica não apenas uma certa semelhança na distribuição da posse de escravos entre as duas comarcas, mas também o seguinte: ao longo do século, os escravos tenderam a ficar concentrados sob propriedades de poucos proprietários, sendo notável que, em termos da riqueza por eles representada, a concentração tendeu a ficar ainda maior[100]. Nota-se, por fim, que a riqueza e a posse de escravos tendeu a ficar mais concentrada em Porto Alegre do que em Sabará, indicando um processo de diferenciação social em que, no

[100] A diferença entre os índices de propriedade e de riqueza é coerente com o caráter mercantil da escravidão e sua ligação com os movimentos da economia brasileira: os escravos mais caros eram os mais produtivos, os quais, por serem mais eficientes, tinham que estar reunidos sob o domínio de um mesmo proprietário. Os mais baratos, por seu turno, podiam servir em atividades menos rentáveis, como em serviços domésticos, por exemplo. O índice de Gini para propriedade considera apenas a concentração numérica de escravos sob propriedade dos escravistas; o índice para riqueza considera a riqueza representada pelos cativos por meio de seus preços. A diferença entre um e outro se explica, pois, desta forma.

caso da capital do Rio Grande do Sul, se abriu a possibilidade de substituição da mão-de-obra escrava por outra, não se dando o mesmo em Sabará com a mesma facilidade.

Podemos cogitar que tal diferenciação se deva aos fluxos migratórios que atingiram uma e outra província: enquanto o Rio Grande do Sul, desde 1824, começa a receber imigrantes[101], o mesmo não ocorre com Minas Gerais. As terras que os imigrantes adquiriam, no Sul, eram, porém, potencial impedimento à utilização dos mesmos como assalariados. Em termos abstratos, podemos dizer que aos escravistas propensos à substituição dos escravos pelos imigrantes, interessava que estes se tornassem disponíveis no mercado de trabalho, o que pressupunha a expropriação de qualquer meio de produção que possuíssem.

O "tempo de expropriação" foi diferenciado em função das circunstâncias próprias de cada província[102]: o mercado de trabalho paulista, por exemplo, se forma a partir da entrada maciça de imigrantes nos últimos anos da escravidão[103]. No Rio Grande do Sul, por seu turno, a mais lenta e mais constante imigração de europeus não-ibéricos, ao longo do tempo, resultou em um processo menos abrupto.

Segundo João Manoel Cardoso de Mello, a adesão de antigos opositores paulistas ao Abolicionismo foi facilitada pela entrada, entre 1886 e 1888, de considerável contingente de imigrantes que não tinham possibilidade de acessar a propriedade da terra imediatamente, tornando compatíveis os salários de mercado com o que estavam dispostos

---

[101] Cf. Targa (2002, página 2).

[102] *"A transição do trabalho escravo para o trabalho livre na grande lavoura do Império se processou em condições crescentemente dessemelhantes de oferta de mão-de-obra no norte e no sul. Enquanto a grande lavoura açucareira pôde incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e províncias setentrionais, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado internacional a demanda remuneradora de que gozava o café."* Cf. Evaldo Cabral de Mello – *O Norte Agrário e o Império*, Rio de Janeiro, 1999 – página 29.

[103] Cf. João Manoel Cardoso de Mello - *O Capitalismo Tardio*, Campinas, 1998 - página 91.

a pagar os cafeicultores, dentre outros empregadores. No Sul, por outro lado, foi possível aos escravistas se desfazer, gradualmente, da propriedade em vias de extinção, resultando isto em um processo menos abrupto, a exemplo do Nordeste, que, a juízo de Celso Furtado, já dispunha de contingentes populacionais de consideráveis dimensões e que não logravam se fixar nas terras do sertão[104]. Em Minas Gerais, por fim, dada a ausência de imigrantes na undécima hora, o apego à escravidão foi mais profundo, não havendo um substituto fácil para os "13 de maio"[105].

5. 2 – Produção de Mercadorias por Meio de Escravos – diferenças entre Porto Alegre e Sabará

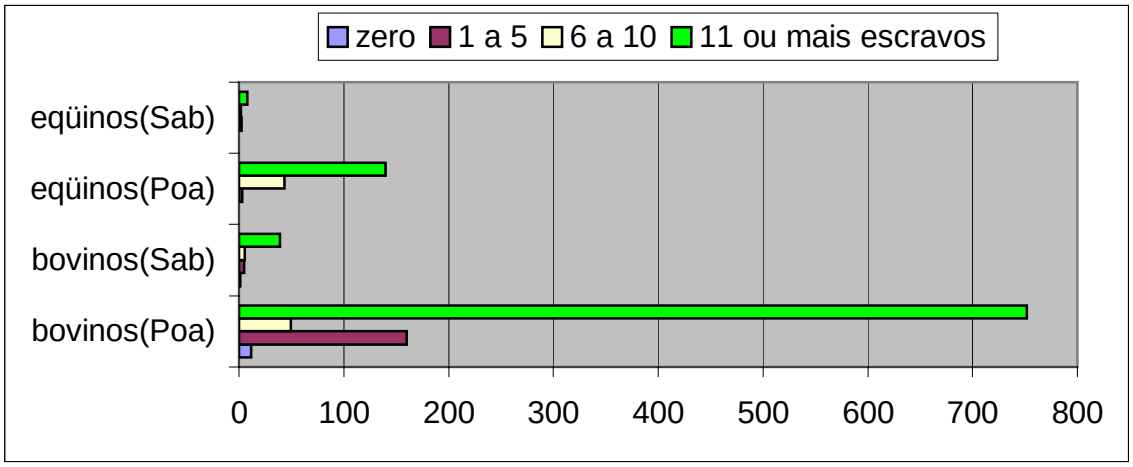
Apesar da semelhança da propriedade escrava, havia diferenças consideráveis quanto ao que produziam os escravos sabarenses e porto-alegrenses. Como apontado no capítulo 3 desta tese, os preços dos bois e dos cavalos em Sabará eram significativamente mais elevados do que os de Porto Alegre, tendo o Rio Grande do Sul contribuído, ao longo dos séculos XVIII e XIX, com a exportação de animais para o Centro-Sul do Brasil.

Esta diferença de preços se devia às características mais favoráveis para a produção pecuária no Sul do que no restante do Brasil, o que se manteve ao longo do tempo. Comparando, assim, a produção animal sabarense à porto-alegrense, verifica-se que havia, para um mesmo número de escravos, mais animais de uma mesma espécie em uma comarca do que na outra, especialmente quanto aos rebanhos eqüino, bovino e ovino. Já Sabará, por seu turno, se distinguia pela produção de suínos, o que pode ser ilustrado pelos gráficos 5.1 a 5.4.

---

[104] Cf. Celso Furtado – *Formação Econômica do Brasil*, Brasília, 1962 – capítulo XXIII.
[105] Cf. Roberto Borges Martins – "Minas Gerai, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora" *Estudos Econômicos* 13(1), 1983.

Gráfico 5. 1– Número Médio de Cabeças de Gado dos Rebanhos Eqüino e Bovino em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850, em função de diferentes dimensões das propriedades escravas.



No gráfico acima demonstra-se que, entre Sabará e Porto Alegre, havia diferenças sensíveis quanto à produção de bovinos e eqüinos já na primeira metade do século XIX, havendo uma contribuição significativa dos escravos dos maiores proprietários para a obtenção de tais resultados, isto é, os maiores proprietários de bois e cavalos em Porto Alegre são, também, os maiores proprietários de escravos.

Gráfico 5. 2– Número Médio de Cabeças de Gado dos Rebanhos Ovino, Suíno, Caprino e Asinino em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850, em função das diferentes dimensões das propriedades escravas.

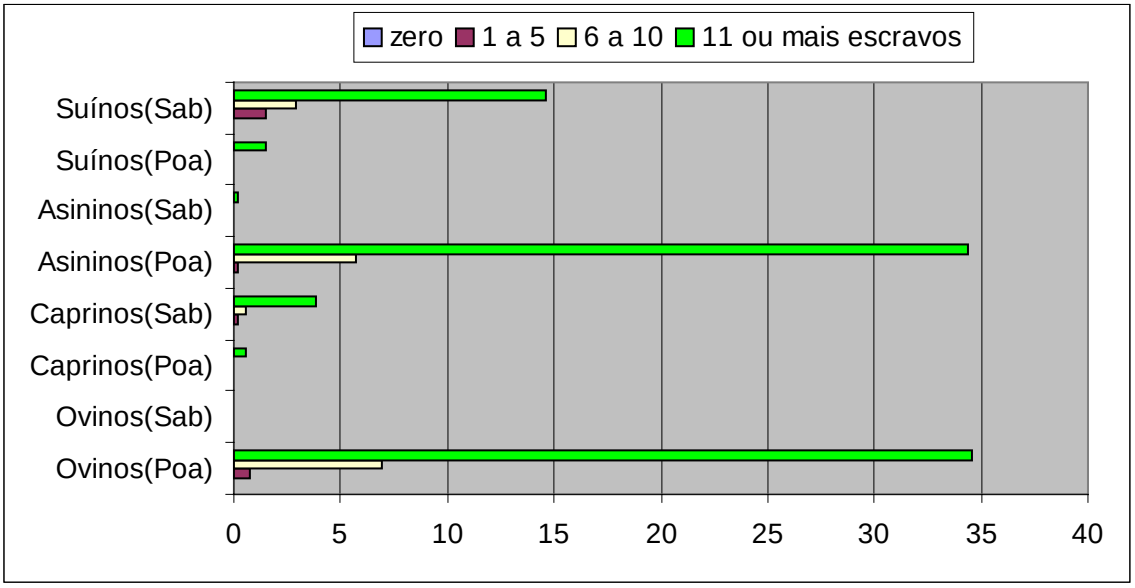


Gráfico 5. 3 – Número Médio de Cabeças de Gado Bovino e Eqüino em Porto Alegre, entre 1851 e 1884, e em Sabará, entre 1851 e 1887, em Função das Diferentes Dimensões das Propriedades Escravas.

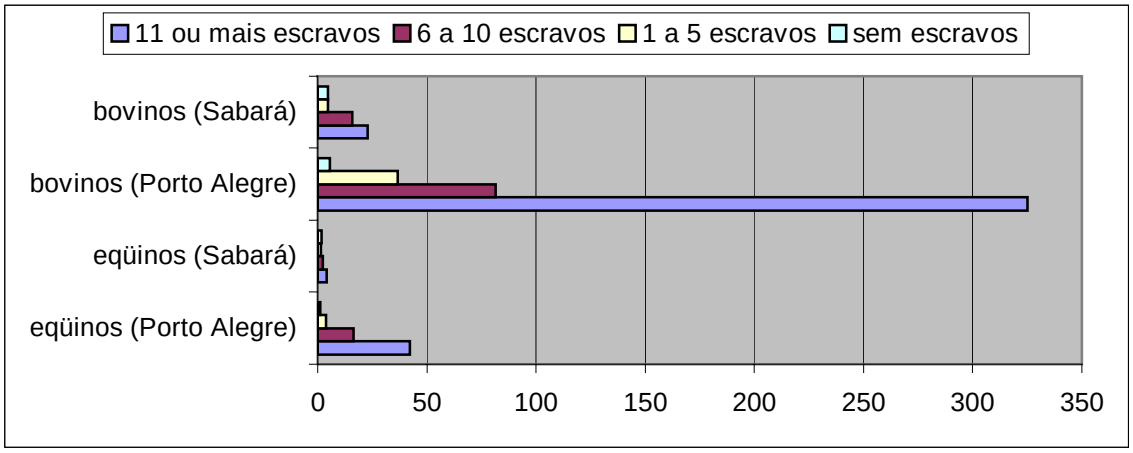
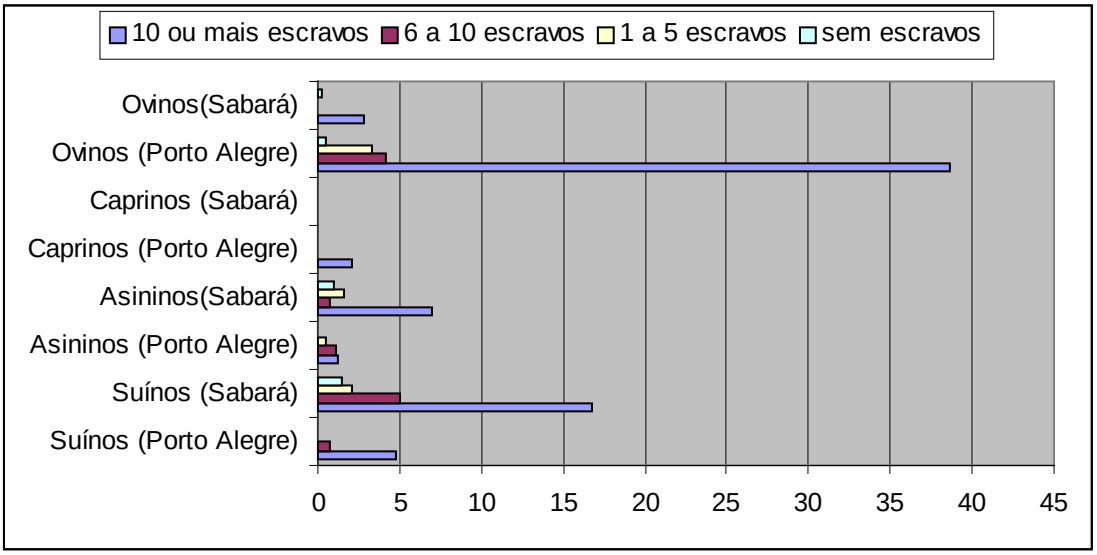


Gráfico 5. 4 – Número Médio de Cabeças de Gado Suíno, Ovino, Asinino e Caprino em Porto Alegre, entre 1851 e 1884, e em Sabará, entre 1851 e 1887, em Função das Diferentes Dimensões das Propriedades Escravas.



Os gráficos acima, para serem corretamente interpretados, têm que ser acompanhados por análises estatísticas que levem em consideração não apenas as médias das variáveis em questão, mas também as variâncias, isto é, as oscilações em torno das médias que cada grupo de dados forneceu. É necessário fazê-lo porque não havia uma

perfeita correlação entre número de escravos e número de animais de criação. A correlação é forte, mas alguns rebanhos não reproduzem o comportamento esperado. Além disto, ainda que possamos considerar, tal como nos gráficos acima, apenas o número médio de cabeças de gado de diferentes criações, é necessário considerar também os valores.

Para melhor compreender a significância das diferenças de médias, em função do número de escravos presente em cada inventário, dos rebanhos acima listados, elaboramos as tabelas 5.5 e 5.6, abaixo:

tabela 5. 6: Diferenças Significativas entre as Médias de Cabeças de Gado, em Porto Alegre e Sabará ao longo do Século XIX, correlacionadas às dimensões da propriedade escrava

	Sabará (1800-50)	Porto Alegre (1800-50)	Sabará (1851-87)	Porto Alegre (1851-84)
Bovinos	Sim	Sim	Sim	Sim
Eqüinos	Sim	Sim	Sim	Sim
Ovinos	Não	Sim	Sim	Sim
Caprinos	Sim	Não	Não	Não
Asininos	Sim	Sim	Sim	Sim
Suínos	Sim	Sim	Sim	Não

tabela 5. 7: Diferenças Significativas entre os Valores Médios dos Rebanhos, em Função das Dimensões das Propriedades Escravas, em Sabará e Porto Alegre no Século XIX.

	Sabará (1800-50)	Porto Alegre (1800-50)	Sabará (1851-87)	Porto Alegre (1851-84)
Bovinos	Sim	Sim	Sim	Sim
Eqüinos	Sim	Sim	Sim	Sim
Ovinos	Não	Sim	Não	Sim
Caprinos	Sim	Não	Não	Não
Asininos	Sim	Sim	Sim	Sim
Suínos	Sim	Sim	Sim	Não

Por meio das tabelas acima verificamos que, para alguns tipos de rebanhos, a maior ou menor dimensão da propriedade escrava era não significativa. Por exemplo, verifica-se

que, para Porto Alegre, entre 1851 e 1884, as médias de cabeças de porcos em função das quantidades de escravos, assim como os valores médios dos rebanho suínos, não eram significativamente diferentes entre os grupos. O mesmo ocorre com o rebanho ovino em Sabará entre 1800 e 1850: as dimensões do referido rebanho e o valor do mesmo não variavam significativamente em função das diferentes dimensões da propriedade escrava[106].

Nas tabelas acima verifica-se que o número de "sins" é bastante superior ao número de "nãos", indicando a relevância da propriedade escrava para as dimensões dos diferentes rebanhos tanto em Porto Alegre quanto em Sabará ao longo do século XIX.

Por meio das tabelas acima, consideramos apenas a significância das diferenças de valores e médias dos rebanhos em função das dimensões das propriedades escravas em cada comarca, sem comparar Sabará com Porto Alegre. Procuraremos explicitar, agora, as diferenças entre Porto Alegre e Sabará quanto a tais variáveis, isto é, quanto às diferenças, dentro de um mesmo tipo de propriedade escrava, no que tange à produção animal.

tabela 5. 8– "Especialização Regional" na Produção Animal de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1850 em Função de Diferentes Faixas de Propriedades Escravas[107].

Propriedades escravas/tipos de rebanhos	Eqüino	Suíno	Asinino	Caprino	Ovino	Bovino
11 escravos ou +	Porto Alegre	Sabará			Porto Alegre	Porto Alegre
6 a 10 escravos		Sabará				Porto Alegre
1 a 5 escravos		Sabará				
Sem escravos	Sabará					

[106] Cálculos mais precisos acerca da significância das médias e valores podem ser vistos no apêndice deste capítulo, nas tabelas 3.7.A a 3.29.A e 3.50.A a 3.73.A.
[107] As análises estatísticas que empreendemos para montar a tabela 3.1 constam do apêndice deste capítulo e são as tabelas e análises de variância 3.30.A a 3.49.A.

tabela 5. 9– "Especialização Regional" de Porto Alegre e de Sabará entre 1851 e 1884 quanto ao Número de Cabeças de Diferentes Tipos de Gado em Função de Diferentes Faixas de Propriedades Escravas[108].

Propriedades escravas/tipos de rebanhos	Eqüino	Suíno	Asinino	Caprino	Ovino	Bovino
Mais de 10 escravos	Porto Alegre	Sabará	Sabará		Porto Alegre	Porto Alegre
6 a 10 escravos	Porto Alegre	Sabará				Porto Alegre
1 a 5 escravos	Porto Alegre	Sabará			Porto Alegre	Porto Alegre
Sem escravos		Sabará	Sabará			Porto Alegre

Nas tabelas acima procuramos verificar a existência de uma certa "especialização regional" entre a produção animal de Porto Alegre e a de Sabará no século XIX. Não se trata, evidentemente, de um estudo que estabeleça a especialização de cada uma em relação ao resto do Brasil, de maneira direta, mas de uma em relação à outra para enfatizar as diferentes serventias que podiam ter diferentes grupos de escravos submetidos a um mesmo proprietário em duas comarcas brasileiras razoavelmente distantes uma da outra. A distância geográfica estabelece ambientes próprios e, no século XIX, os recursos naturais, mais do que hoje, contavam significativamente para as atividades econômicas que se desenvolviam no Brasil. Por isto, verificar a especialização regional de Porto Alegre em relação a Sabará serve ao propósito de evidenciar as diferentes mercadorias que os cativos brasileiros poderiam produzir.

Verifica-se, na primeira metade do século XIX, que as propriedades escravas porto-alegrenses e sabarenses, no que tange à produção animal, diferenciavam-se quanto aos rebanhos bovino, suíno, eqüino e ovino, sempre nas maiores propriedades. As células em branco, nas tabelas 5.9 e 5.8, apontam para a inexistência de diferenças significativas entre o número médio de cabeças, por exemplo, de gado caprino de Porto Alegre e de Sabará para todos os tipos de proprietários de escravos entre 1800 e 1850. Para os sem escravos, os

[108] A "especialização regional" acima verificada foi obtida a partir das tabelas e análises de variância de número 3.74.A a 3.97.A do apêndice deste capítulo.

sabarenses possuíam um número de cavalos superior aos porto-alegrenses, resultado que contraria o senso comum e as observações da época. Por outro lado, os proprietários de 11 escravos ou mais, em Porto Alegre, tinham maior número de cabeças de gado eqüino e bovino do que os proprietários de 11 escravos ou mais em Sabará.

Comparando uma tabela com a outra, verifica-se que a especialização regional tendeu a se aprofundar, dobrada a metade do século XIX: em cada comarca, de maneira mais clara, as diferentes dimensões das propriedades escravas tendem a se correlacionar mais profundamente com o número médio de cabeças de tipos específicos de gado. Desta forma, a especialização porto-alegrense é, indiscutivelmente, a produção bovina e eqüina: os proprietários de escravos de Porto Alegre, e mesmo os "sem escravos", apresentam maiores propriedades de gado bovino comparativamente aos de Sabará. Estes, por seu turno, apresentam um número maior de cabeças de porcos.

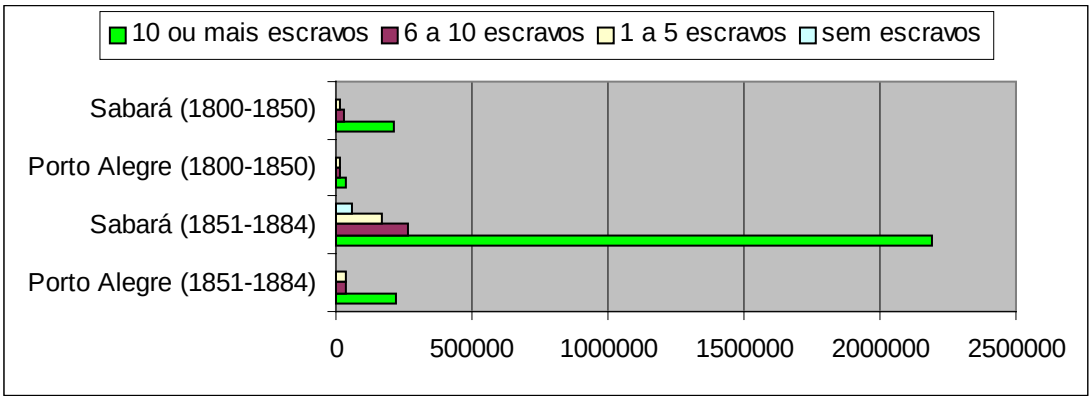
A maior "especialização regional" é, a nosso juízo, decorrente dos efeitos da formação do mercado nacional brasileiro, em que as regiões se integram promovendo-se um uso mais intensivo dos fatores de que dispõem. Contribui, também, o encarecimento dos preços dos escravos, o que foi apontado no capítulo 4: ao maior preço dos cativos se impõe um uso mais criterioso dos mesmos, resultando disto não apenas o tráfico interprovincial, que os aloca em função da maior produtividade deles esperada, mas também nas atividades mais rentáveis, as quais são as favorecidas pelas condições naturais locais.

O que afirmamos para a produção animal é válido para a produção agrícola: há especialização regional e o uso dos escravos se torna mais criterioso ao longo do tempo. Nas tabelas acima levamos em consideração não somente os valores obtidos pelos diferentes tipos de gado, mas também as quantidades, medidas por cabeça de gado. No caso

da produção agrícola, em razão de uma mudança de metodologia de coleta de dados empreendida em meio à pesquisa, tivemos que analisar somente os valores das produções sem especificar o que se produzia.

Com isto, obtivemos o gráfico abaixo:

Gráfico 5. 5– Valores Médios, em réis, da Produção Agrícola Sabarense e Porto Alegrense em Função das Dimensões das Propriedades Escravas, entre 1800 e 1850 e entre 1851 e 1887.



O gráfico acima considerou a produção agrícola de acordo com o tamanho das propriedades escravistas, isto é, dividimos os inventariados em quatro classes de escravistas e verificamos, por meio de determinados testes estatísticos, que havia diferença significativa para os valores das produções agrícolas em função das dimensões de tais propriedades. De fato, como podemos observar nas tabelas e análises de variância 3.203.A a 3.206.A do apêndice deste capítulo, o que dissemos é verdadeiro para Sabará em ambos os períodos, assim como para Porto Alegre após 1850. Antes desta data, porém, os valores médios da produção agrícola porto-alegrense, em função das dimensões das propriedades escravas, não eram estatisticamente diferentes uns dos outros.

Este dado poderia levar alguns a suporem que, dada a alegada pouca relevância da produção agrícola escravista sul-rio-grandense, é coerente que os valores médios não

fossem estatisticamente diferentes uns dos outros em função das dimensões das propriedades escravas. Acontece, porém, que se tornam significativos após 1850, quando a população escrava do Rio Grande do Sul, pelo que expusemos no capítulo 2, começa a declinar em função tanto do processo abolicionista quanto da exportação de cativos para outras províncias. Pode-se interpretar esta diferença de comportamento como reflexo do encarecimento dos escravos: antes, dados os relativamente baixos preços destes, era possível que os escravistas não os usassem intensivamente na produção de mercadorias, do que resultava a ausência de diferenças de valores entre propriedades escravistas de tamanhos distintos. Quando, porém, encarecem-se, os cativos passaram a ser usados de maneira mais criteriosa.

tabela 5. 10: Significância das Diferenças de Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense em relação à Porto-Alegrense ao longo do Século XIX[109] em função das Dimensões da Propriedade Escrava.

Classes de Proprietários de Escravos / Períodos	1800-1850	1851 ao término da escravidão
11 escravos ou mais	Sabará	Sabará
5 a 10 escravos		Sabará
1 a 4 escravos		Sabará
“sem escravos”		Sabará

Verificamos, pela tabela acima, que havia “especialização produtiva” de Sabará em comparação com Porto Alegre no que dizia respeito à agricultura. Comparando as diferentes classes de proprietários de escravos de uma com a outra comarca, verificamos que os valores da produção agrícola sabarense eram superiores aos porto-alegrenses, o que corrobora as afirmações de Clotilde Andrade Paiva quanto à economia de Minas Gerais no

[109] Para determinar a significância estatística da especialização das classes de escravistas sabarenses em relação aos porto-alegrenses, procedemos a testes estatísticos cujos resultados encontram-se nas tabelas 3.147.A a 3.154.A do apêndice deste capítulo.

século XIX: era produtora de alimentos e, inclusive, de alimentos agrícolas exportáveis para o Rio de Janeiro[110].

No que respeita à diferenciação dos valores agrícolas gerados pelas diferentes dimensões de propriedades escravas em Sabará e Porto Alegre, por meio dos inventários, temos o seguinte tabela:

Tabela 5. 11: Significância das Diferenças de Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense e Porto-Alegrense em Função das Dimensões das Propriedades Escravas Declaradas nos Inventários, entre 1800 e 1850 e entre 1851 e o Término da Escravidão em Cada Comarca[111]

	1800 - 50	1851 - Abolição
Porto Alegre	Não	Sim
Sabará	Sim	Sim

Verificamos, por meio da tabela acima, o mesmo observado para a produção animal: as diferenças de médias de valores em função das dimensões das propriedades escravas, isto é, "sem escravos", de 1 a 5 escravos, de 6 a 10 e de mais de 11 cativos, são estatisticamente significativas entre 1851 e a Abolição em cada comarca. Para Sabará, o número de escravos importava na produção agrícola desde o início do século XIX, mas não em Porto Alegre.

Com o exposto neste capítulo, estamos afirmando que os escravos porto-alegrenses e sabarenses, apesar de não pertenceram a plantations, tinham importância para a produção econômica, sendo que os gaúchos eram usados mais intensivamente para a produção animal enquanto os mineiros o eram para a produção agrícola. Ao longo do século, estas afirmações tornaram-se mais reais em função, supomos, do fortalecimento do mercado

[110] Cf. Clotilde Andrade Paiva, *op. cit.*, São Paulo, 1996.
[111] As análises estatísticas necessárias à construção desta tabela encontram-se resumidas nas tabelas 3.203.A a 3.206.A do apêndice deste capítulo

nacional brasileiro que impunha às diferentes regiões uma determinada especialização produtiva.

Há que se considerar, de um ponto de vista mais geral, as contribuições historiográficas das décadas de 80 e 90 para compreender melhor o caráter da escravidão no Brasil do século XIX. Estudos como os apresentados por Stuart Schwartz (1983), por Francisco Vidal Luna (1981), por Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna (1983) e por José Flávio Motta (1999), dentre outros, indicam a diversidade do uso dos escravos no país, assim como a vinculação das propriedades médias às atividades econômicas desenvolvidas. Deste modo, embora Sabará não fosse região de plantation, contando no século XIX com reduzido número de escravos por proprietário, as atividades ali desenvolvidas eram as que permitiam o mercado e o ambiente, o mesmo valendo para Porto Alegre, ambas as regiões adequando-se ao tempo e ao espaço em que se inseriam.

Apêndice Estatístico do Capítulo 5.

Tabela 3.1.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1887

Ano	Sabará	Porto Alegre	Ano	Sabará	Porto Alegre
1800	6000	2257,391	1844	22683,53	10592,59
1801	6000	2378,696	1845	24148,61	11203,7
1802	7000	2500	1846	26926,39	12314,81
1803	7000	2250	1847	29796,97	14388,89
1804	6666,667	1800	1848	30200,24	13666,67
1805	6000	1800	1849	24366,9	16000
1806	6000	1600	1850	13799,86	11764,71
1807			1851	13024,29	11882,35
1808			1852	15000,24	12042,78
1809		2240	1853	17087,34	14364,6
1810		2240	1854	17977,78	19520,15
1811	6273,171	2020	1855	20655,56	21891,7
1812	5636,585	1800	1856	27877,78	25728,31
1813	5636,585	1900	1857	33099,13	23372,75
1814	5000	2000	1858	32363,97	22613,33
1815	6663,636	2520	1859	30698,31	17866,67
1816	6663,636	3040	1860	29413,29	16400
1817	5855,628	3040	1861	28099,64	15915,03
1818	5047,619	4666,667	1862	25197,88	14371,17
1819	5475,81	5270,833	1863	23391,61	13037,84
1820	5904	5013,889	1864	23171,68	11971,29
1821	6452	5125	1865	25901,72	12848,48
1822	5900	4833,333	1866	24746,87	13745,04
1823	6192,593	5000	1867	26617,34	15489,14
1824	6635,017	5857,143	1868	22609,45	17489,14
1825	8561,513	6285,714	1869	25838,27	19259,26
1826	9712,204	6785,714	1870	26496,85	20000
1827	10066,53	6000	1871	28797,8	21307,69
1828	9873,365	6338,235	1872	27970,33	21307,69
1829	9822,722	6676,471	1873	27752,1	19038,46
1830	12259,31	6296,569	1874	26399,03	14362,75
1831	11515,72	5916,667	1875	28668,45	15696,08
1832	12617,95	7958,333	1876	31165,94	17918,3
1833	20460,37	10000	1877	32051,34	22491,45
1834	22287,3	9000	1878	33850,7	23410,99
1835	24462,12	8000	1879	34904,8	24533,16
1836	17823,15	8000	1880	32386,83	25772,17
1837	22073,15	8000	1881	32472,44	24632,44
1838	20770,11	8000	1882	30247,09	27088,29
1839	22066,67		1883	26948,41	26076,39
1840	18400		1884	26199,4	26875
1841	19652,53	8000	1885	20994,38	23375
1842	17776,33	11000	1886	34025,25	22500
1843	23331,89	10000	1887	35246,03	22500

Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tabela 3.2.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Cavalos em Porto Alegre e em Sabará entre 1800 e 1887.

Anos	Porto Alegre	Sabará	Anos	Porto Alegre	Sabará	Anos	Porto Alegre	Sabará
1800	2273,077		1831	6400	17530,3	1862	8927,083	32650
1801	2636,538		1832	6400	18946,97	1863	7927,083	46787,88
1802	3000		1833		27280,3	1864	9166,667	38976,19
1803	2500	12600	1834	8000	32250	1865	10666,67	35798,81
1804	1800	15500	1835	6812,5	37133,33	1866	12456,14	21932,69
1805	1800	12555,56	1836	7875	31066,67	1867	9456,14	22753,21
1806	1600	12533,33	1837	7812,5	26400	1868	11456,14	27978,84
1807		6666,667	1838	10000	21377,78	1869	9000	30734,27
1808		12000	1839		19069,44	1870	11000	38285,13
1809	3894,085	12000	1840		22902,78	1871	12000	34185,5
1810	3894,085	12000	1841	5000	22680,56	1872	17000	34059,69
1811	3447,042	30000	1842	5000	26322,22	1873	14666,67	34600,58
1812	3000	26000	1843	5000	25155,56	1874	13583,33	36867,41
1813	2780	22666,67	1844	10000	26623,81	1875	14916,67	36171,73
1814	2560	19000	1845	12000	23457,14	1876	17375	33481,66
1815	2631,111	14250	1846	12515,15	30457,14	1877	18264,71	33090,81
1816	3111,111	12500	1847	11181,82	33909,52	1878	15264,71	31548,6
1817	3386,667	10325	1848	9772,727	40714,29	1879	15264,71	29787,95
1818	2226,667	9075	1849	7000		1880	13888,89	28939,64
1819	1705,333	9383,333	1850	7666,667	14934,38	1881	13777,78	30050,51
1820	1803,556	16900	1851	7666,667	18019,64	1882	13388,89	29358,91
1821	2337,382	16900	1852	8666,667	18182,41	1883	13000	29237,5
1822	2684,938	17633,33	1853	10000	17380,81	1884	13000	36040
1823	2462,716	10400	1854	10000	19865,08	1885	16571,43	34980,95
1824	3432,645	10233,33	1855	10000	20166,67	1886	16571,43	33467,1
1825	3148,968	10766,67	1856	11928,57	35666,67	1887		27876,87
1826	4964,602	12633,33	1857	9952,381	27833,33			
1827	4000	14633,33	1858	9285,714	36292,93			
1828	3733,333	16366,67	1859	6333,333	30914,35			
1829	3733,333	17666,67	1860	8000	31553,7			
1830	4933,333	18833,33	1861	8760,417	28243,06			

Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tabela 3.3.A - Preços Médios, Quantidades e Variâncias de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Grupo	Contagem de Dados	Soma de Preços	Média de Preços	Variância de Preços
Sabará	47	613458,3692	13052,31	63337308
Porto Alegre	47	293342,0277	6241,32	14730348

Análise de Variância 3.3.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,09E+09	1	1,09E+09	27,92844	8,4145E-07	3,944535
Dentro dos grupos	3,59E+09	92	39033828			
Total	4,68E+09	93				

Tabela 3.4.A - Preços Médios, Quantidades e Variâncias de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Grupo	Contagem de Dados	Soma de Preços	Média de Preços	Variância de Preços
Sabará	37	999349,3367	27009,44	30240429
Porto Alegre	37	718694,9143	19424,19	22507955

Análise de Variância 3.4.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,06E+09	1	1,06E+09	40,3583	1,6841E-08	3,973895
Dentro dos grupos	1,9E+09	72	26374192			
Total	2,96E+09	73				

Tabela 3.5.A - Preços Médios, Quantidades e Variâncias de Preços de cavalos em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Grupo	Contagem de Dados	Soma de Preços	Média de Preços	Variância de Preços
Sabará	46	223916,8846	4867,758	8972021
Porto Alegre	47	910234,4111	19366,69	66575706

Análise de Variância 3.5.A – Médias Móveis Trienais de Preços de cavalos em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	4,89E+09	1	4,89E+09	128,3009	4,5E-19	3,945701
Dentro dos grupos	3,47E+09	91	38090367			
Total	8,35E+09	92				

Tabela 3.6.A - Preços Médios, Quantidades e Variâncias de Preços de Cavalos em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Grupo	Contagem de Dados	Soma de Preços	Média de Preços	Variância de Preços
Sabará	36	429183,8681	11921,77	9990971
Porto Alegre	37	1133761,063	30642,19	42992118

Análise de Variância 3.6.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Cavalos em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	6,39E+09	1	6,39E+09	239,283	1,96E-24	3,975813
Dentro dos grupos	1,9E+09	71	26723947			
Total	8,29E+09	72				

3.7.A – Número médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	2792	139,6	98107,73
6 a 10 escravos	29	1256	43,31034	25347,51
1 a 5 escravos	82	264	3,219512	69,77838
Sem escravos	38	7	0,184211	0,478663

H-corrigido[112]: 27,61. As diferenças não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

3.8.A – Número médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	31	1,55	17,41842
6 a 10 escravos	29	0	0	0
1 a 5 escravos	82	3	0,036585	0,109756
Sem escravos	38	0	0	0

H-corrigido: 19,34. As diferenças entre as médias são não-casuais.

3.9.A – Número médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

[112] Dadas as diferenças entre as variâncias em diversos dos testes que realizamos abaixo, é aconselhável que, às análises de variância cuja menor variância seja 10 vezes inferior à maior, se agreguem testes não-paramétricos. Optamos pela realização de testes de Kruskal-Wallis (KW). Como, na análise da variação do número médio de cabeças de gado, bem como do valor médio dos rebanhos, em função das faixas de proprietários de escravos que escolhemos analisar (sem escravos, 1 a 5 cativos, 6 a 10 e com mais de 10 escravizados), há sempre o mesmo número de amostras (4), podemos aqui adiantar o valor crítico da distribuição χ^2 com três graus de liberdade e nível de significância a 0,05: 7,81. Para níveis de significância de 0,025, 0,01 e 0,005, temos, respectivamente, os valores 9,35, 11,34 e 12,84. As estatísticas que obtivemos são representados por H-corrigido. A correção se faz necessária neste tipo de teste em razão do elevado número de repetições nas amostras.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	687	34,35	13109,08
6 a 10 escravos	29	165	5,689655	776,2217
1 a 5 escravos	82	13	0,158537	1,320235
Sem escravos	38	0	0	0

H-corrigido: 18,33. O teste KW confirma a análise de variância acima.

3.10.A – Número médio de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	11	0,55	6,05
6 a 10 escravos	29	0	0	0
1 a 5 escravos	82	0	0	0
Sem escravos	38	0	0	0

O teste de Kruskal-Wallis confirma a análise de variância acima. A estatística H – corrigida foi 3,74. As diferenças de médias não são significativas.

3.11.A – Número médio de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	691	34,55	7766,576
6 a 10 escravos	29	200	6,896552	1379,31
1 a 5 escravos	82	59	0,719512	21,46357
Sem escravos	38	0	0	0

Em razão das diferenças entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste de Kruskal-Wallis. A estatística resultante foi: 24,58. Consideramos, portanto, que as diferenças entre as propriedades de gado ovino em função da propriedade escrava não é casual.

3.12.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	15035	751,75	2858249
6 a 10 escravos	29	1428	49,24138	9044,904
1 a 5 escravos	82	13132	160,1463	1756231
Sem escravos	38	450	11,84211	4207,65

Entendemos que o resultado da análise de variância acima se encontra prejudicada pelas diferenças entre as variâncias amostrais. Por esta razão, optamos pela realização de

um teste KW que resultou na estatística H corrigido = 34,95. Entendemos que as diferenças entre as médias não é casual.

3.13.A – Valor médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	4277920	213896	1,45E+11
6 a 10 escravos	29	3481600	120055,2	2,9E+11
1 a 5 escravos	82	415840	5071,22	1,09E+08
Sem escravos	38	36000	947,3684	11240398

A análise de variância acima é confirmada pelo teste KW levado adiante em razão das grandes diferenças de variância. A estatística H – corrigido resultante foi: 27,33.

3.14.A – Valor médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	106560	5328	2,85E+08
6 a 10 escravos	29	0	0	0
1 a 5 escravos	82	1920	23,41463	44956,1
Sem escravos	38	0	0	0

A análise de variância acima é confirmada pelo teste KW, cuja estatística H – corrigida é 23,30.

3.15.A – Valor médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	1144200	57210	2,31E+10
6 a 10 escravos	29	668560	23053,79	1,24E+10
1 a 5 escravos	82	25720	313,6585	6384335
Sem escravos	38	0	0	0

As diferenças de valores são significativas, sendo a análise de variância acima confirmada pelo teste KW cuja estatística H – corrigida é: 18,53.

3.16.A – Valor médio de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	14000	700	9800000
6 a 10 escravos	29	0	0	0
1 a 5 escravos	82	0	0	0
Sem escravos	38	0	0	0

A análise de variância acima é confirmada pelo teste KW, que obteve uma estatística H – corrigida de 3,75. Consideramos, portanto, que as diferenças de valores acima são casuais e não intrínsecas às estruturas produtivas.

3.17.A – Valor médio de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	441320	22066	3,48E+09
6 a 10 escravos	29	96000	3310,345	3,18E+08
1 a 5 escravos	82	33280	405,8537	7552439
Sem escravos	38	0	0	0

O teste de KW confirma a análise de variância acima, pois a estatística H – corrigida obtida foi 24,62. Nestes termos, as diferenças de valores, entre as médias, são significativas.

3.18.A – Valor Médio de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	20	38737540	1936877	2,23E+13
6 a 10 escravos	29	7574260	261181,4	5,71E+11
1 a 5 escravos	82	3481000	42451,22	7,99E+09
Sem escravos	38	1722808	45337,05	6,73E+10

As diferenças de valores são significativas. O teste KW confirma a análise de variância acima. A estatística H – corrigida foi 36,44.

3.19.A – Número médio de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	375	7,653061	157,773
6 a 10 escravos	61	104	1,704918	9,378142
1 a 5 escravos	144	327	2,270833	45,33173
Sem escravos	50	45	0,9	8,418367

As diferenças entre as médias são confirmadas pelo teste de KW, cuja estatística H-corrigida resultante foi: 17,28.

3.20.A – Número médio de Cabeças de Gado Suíno em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	694	14,16327	947,9311

6 a 10 escravos	61	179	2,934426	36,39563
1 a 5 escravos	144	210	1,458333	17,63462
Sem escravos	50	0	0	0

Consideramos que a análise de variância acima indicada é confirmada pelo teste KW, cuja estatística resultante H – corrigida foi 24,61.

3.21.A – Número médio de Cabeças de Gado Asinino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	43	0,877551	10,69303
6 a 10 escravos	61	57	0,934426	11,82896
1 a 5 escravos	144	23	0,159722	0,97431
Sem escravos	51	0	0	0

A estatística H-corrigida, de um teste KW, foi 6,89, a qual refuta a análise de variância acima. Por este motivo, as diferenças entre as propriedades de gado asinino em Sabará, entre 1800 e 1850 não são estatisticamente significativas.

3.22.A – Número médio de Cabeças de Gado Caprino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	190	3,877551	186,4847
6 a 10 escravos	61	36	0,590164	10,57923
1 a 5 escravos	144	27	0,1875	2,517045
Sem escravos	51	5	0,098039	0,490196

A estatística H – corrigida, de um teste KW, foi 17,28, a qual confirma a análise de variância acima.

3.23.A – Número médio de Cabeças de Gado Ovino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	0	0	0
6 a 10 escravos	61	0	0	0
1 a 5 escravos	144	5	0,034722	0,173611
Sem escravos	51	0	0	0

A análise de variância acima é confirmada por um teste KW, cuja estatística H – corrigida resultante foi 0,56.

3.24.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	1924	39,26531	4022,532
6 a 10 escravos	61	318	5,213115	56,20383
1 a 5 escravos	144	716	4,972222	112,6146
Sem escravos	51	75	1,470588	12,73412

A estatística H – corrigida de um teste KW foi 67,78, o que confirma o obtido pela análise de variância acima.

3.25.A – Valor médio de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	7749400	158151	8,02E+10
6 a 10 escravos	61	2425800	39767,21	1,04E+10
1 a 5 escravos	144	4534300	31488,19	5,41E+09
Sem escravos	50	897400	17948	4,75E+09

A aplicação de um teste KW, para o caso acima, confirma as conclusões da análise de variância: as diferenças entre os valores dos rebanhos eqüinos de Sabará, entre 1800 e 1850, em função das dimensões das propriedades de escravos, são estatisticamente significativas. A estatística H – corrigida foi 61,04.

3.26.A – Valor médio de Cabeças de Gado Suíno em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	1043100	21287,76	3,62E+09
6 a 10 escravos	61	295050	4836,885	1,72E+08
1 a 5 escravos	144	303640	2108,611	68894818
Sem escravos	50	0	0	0

Tal como no caso dos rebanhos eqüinos, as diferenças dos valores dos rebanhos suínos de Sabará, entre 1800 e 1850, são estatisticamente significativas. Por meio de um teste KW obtivemos a estatística H – corrigida 22,32.

3.27.A – Valor médio de Cabeças de Gado Asinino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	1481400	30232,65	1,41E+10
6 a 10 escravos	61	2514800	41226,23	3,34E+10
1 a 5 escravos	144	407400	2829,167	1,85E+08
Sem escravos	50	0	0	0

O teste KW levado a efeito em virtude das diferenças de variância resultou em uma estatística H – corrigida igual a 19,99 que confirma a análise de variância acima.

3.28.A – Valor médio de Cabeças de Gado Caprino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	125390	2558,98	69338409
6 a 10 escravos	61	16000	262,2951	2148721
1 a 5 escravos	144	32260	224,0278	4240731
Sem escravos	50	5000	100	500000

A análise de variância acima é confirmada por um teste KW, cuja estatística H – corrigida foi 16,94.

3.29.A – Valor de Cabeças de Gado Bovino em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	49	15909700	324687,8	1,91E+11
6 a 10 escravos	61	3895700	63863,93	1,14E+10
1 a 5 escravos	144	7559100	52493,75	1,43E+10
Sem escravos	50	740400	14808	1,28E+09

A estatística H – corrigida foi 62,46.

Tabela 3.30.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	2792	139,6	98107,73
Sabará	49	375	7,653061	157,773

Em razão da grande diferença entre as variâncias das amostras, optamos por realizar um teste de duas amostras para médias, cuja estatística t é: 0,07504. Consideramos que as diferenças são significativas.

Tabela 3.31.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	1256	43,31034	25347,51
Sabará	61	104	1,704918	9,378142

Por força da grande diferença entre as variâncias das amostras em questão, optamos pela realização de um teste de duas amostras para médias, cuja estatística t é: 0,17. As diferenças entre as médias resultam da variação amostral e não das estruturas produtivas em questão.

Tabela 3.32.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	264	3,219512	69,77838
Sabará	144	327	2,270833	45,33173

Análise de Variância 3.32.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	47,02257	1	47,02257	0,868026	0,352505	3,883315
Dentro dos grupos	12134,49	224	54,17181			
Total	12181,51	225				

Tabela 3.33.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	38	7	0,184211	0,478663
Sabará	50	45	0,9	8,418367

Em razão da grande diferenças entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste t para médias de duas amostras. O resultado é a probabilidade da estatística t igual a 0,094. Entendemos, portanto, que as diferenças entre as médias são resultado do acaso e não das estruturas produtivas em questão.

Tabela 3.34.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	31	1,55	17,41842
Sabará	49	694	14,16327	947,9311

Em virtude das diferenças entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste t para médias de duas amostras. A probabilidade da estatística t em questão é 0,007 para um nível de significância de 0,05. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.35.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	0	0	0

Sabará	61	179	2,934426	36,39563

Pela diferença entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste t para averiguar as diferenças entre as médias. A probabilidade associada à diferença entre as médias é 0,0003. Consideramos que a diferença entre as médias não é casual.

Tabela 3.36.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	0	0	0
Sabará	61	179	2,934426	36,39563

Em razão das diferenças entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada ao mencionado teste é 0,0000858. Consideramos que a variação não é casual, sendo resultante das diferenças entre as estruturas produtivas de Porto Alegre e de Sabará.

Tabela 3.37.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	38	0	0	0
Sabará	50	0	0	0

Tabela 3.34.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	687	34,35	13109,08
Sabará	49	43	0,877551	10,69303

Em função das grandes diferenças entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada à estatística t é 0,20. Por este motivo, supomos que as diferenças entre as médias sejam casuais e não decorrentes das estruturas produtivas em questão.

Tabela 3.35.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	165	5,689655	776,2217
Sabará	61	57	0,934426	11,82896

O teste t, bi-caudal com nível de significância de 0,05, resultou na probabilidade p 0,36. Concluímos que as diferenças entre as médias são casuais, não refletindo diferenças nas estruturas produtivas em questão.

Tabela 3.36.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	13	0,158537	1,320235
Sabará	144	23	0,159722	0,97431

Análise de Variância 3.36.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	7,34E-05	1	7,34E-05	6,68E-05	0,993486	3,883315
Dentro dos grupos	246,2654	224	1,099399			
Total	246,2655	225				

Tabela 3.37.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	38	0	0	0
Sabará	51	0	0	0

Tabela 3.38.A Número médio de cabeças de gado Caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados com mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	11	0,55	6,05
Sabará	49	190	3,877551	186,4847

Pela grande diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade p é 0,11. Em razão disto, consideramos que as diferenças entre as médias são casuais e não decorrem das diferenças entre as unidades produtivas.

Tabela 3.39.A – Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	0	0	0
Sabará	61	36	0,590164	10,57923

As diferenças entre as variâncias amostrais são por demais profundas para que se faça uma análise de variância para a verificação das diferenças entre as médias. Em razão disto, optamos por um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada à estatística obtida foi 0,16.

Tabela 3.40.A – Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	0	0	0
Sabará	144	27	0,1875	2,517045

As diferenças entre as médias são avultadas. Por isto não é conveniente empregar análise de variância para averiguar as diferenças entre as médias. Optamos, então, pela obtenção de uma estatística p associada a um teste t bi-caudal com nível de significância de 0,05. O resultado foi 0,15. Rejeitamos, por isto, a hipótese de diferença entre as médias.

Tabela 3.41.A - Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	0	0	0
Sabará	144	27	0,1875	2,517045

As diferenças entre as variâncias amostrais são muito grandes. É desaconselhável, no caso, a realização de um teste de análise de variância. Optamos, então, por um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada à estatística t obtida foi 0,322. Consideramos, então, que as diferenças entre as médias não são significativas.

Tabela 3.42.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	691	34,55	7766,576
Sabará	49	0	0	0

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,09.

Tabela 3.43.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	200	6,896552	1379,31
Sabará	61	0	0	0

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. Obtivemos a probabilidade p 0,32.

Tabela 3.44.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	59	0,719512	21,46357
Sabará	144	5	0,034722	0,173611

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. Obtivemos a probabilidade p 0,18.

Tabela 3.45.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	38	0	0	0
Sabará	51	0	0	0

Tabela 3.46.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	20	15035	751,75	2858249
Sabará	49	1924	39,26531	4022,532

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,07. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.47.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	29	1428	49,24138	9044,904
Sabará	61	318	5,213115	56,20383

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,02. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.48.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	82	13132	160,1463	1756231
Sabará	144	716	4,972222	112,6146

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,29. Consideramos que as diferenças entre as médias são casuais, não resultando de diferenças significativas entre as estruturas produtivas.

Tabela 3.49.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	38	450	11,84211	4207,65
Sabará	51	75	1,470588	12,73412

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,33. Consideramos que as diferenças entre as médias são casuais.

3.50.A – Número médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	719	42,29412	3537,846
6 a 10 escravos	26	429	16,5	673,62
1 a 5 escravos	65	249	3,830769	51,14279
Sem escravos	68	73	1,073529	15,05421

H-corrigido: 31,57. As diferenças não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

3.51.A – Número médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	82	4,823529	395,5294
6 a 10 escravos	26	18	0,692308	6,701538
1 a 5 escravos	65	0	0	0
Sem escravos	68	0	0	0

H-corrigido: 7,21. As diferenças entre as médias são devidas às amostras obtidas e não refletem estruturas produtivas diferenciadas em função do número de escravos.

3.52.A – Número médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	21	1,235294	16,94118
6 a 10 escravos	26	30	1,153846	3,495385
1 a 5 escravos	65	31	0,476923	8,284615
Sem escravos	68	7	0,102941	0,213126

3.52.A – Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	31,05608	3	10,35203	1,97195	0,120013	2,657139
Dentro dos grupos	902,9382	172	5,249641			
Total	933,9943	175				

H-corrigido: 63,31. O teste KW não confirma a análise de variância acima: as diferenças nas médias não são casuais.

3.53.A – Número médio de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	36	2,117647	76,23529
6 a 10 escravos	26	0	0	0
1 a 5 escravos	65	0	0	0
Sem escravos	68	0	0	0

O teste de Kruskal-Wallis confirma a análise de variância acima. A estatística H – corrigida foi 4,70. As diferenças de médias não são significativas.

3.54.A – Número médio de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	656	38,58824	6006,382
6 a 10 escravos	26	108	4,153846	220,4554
1 a 5 escravos	65	218	3,353846	213,0135
Sem escravos	68	30	0,441176	13,23529

Em razão das diferenças entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste de Kruskal-Wallis. A estatística resultante foi: 11,38. Consideramos, portanto, que as diferenças entre as propriedades de gado ovino em função da propriedade escrava não é casual.

3.55.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	5527	325,1176	242005,7
6 a 10 escravos	26	2118	81,46154	17166,74
1 a 5 escravos	65	2381	36,63077	20605,08
Sem escravos	68	372	5,470588	248,2827

Entendemos que o resultado da análise de variância acima se encontra prejudicada pelas diferenças entre as variâncias amostrais. Por esta razão, optamos pela realização de um teste KW que resultou na estatística H corrigido = 151,87. Entendemos que as diferenças entre as médias não é casual.

3.56.A – Valor médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	4288200	252247,1	1,68E+11
6 a 10 escravos	26	2198000	84538,46	1,91E+10
1 a 5 escravos	65	1923000	29584,62	3E+09
Sem escravos	68	590000	8676,471	1,04E+09

A análise de variância acima é confirmada pelo teste KW levado adiante em razão das grandes diferenças de variância. A estatística H – corrigida resultante foi: 28,46.

3.57.A – Valor médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	246000	14470,59	3,56E+09
6 a 10 escravos	26	60000	2307,692	69341538
1 a 5 escravos	65	0	0	0
Sem escravos	68	0	0	0

A análise de variância acima não é confirmada pelo teste KW, cuja estatística H – corrigida é 7,21. As diferenças entre as médias são, portanto, mais aparentes do que reais.

3.58.A – Valor médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	362000	21294,12	4,4E+09
6 a 10 escravos	26	487000	18730,77	1,45E+09
1 a 5 escravos	65	593000	9123,077	3,2E+09
Sem escravos	68	260000	3823,529	3,14E+08

As diferenças de valores são significativas, sendo a análise de variância acima rejeitada pelo teste KW cuja estatística H – corrigida é: 14,49.

3.59.A – Valor médio de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	72000	4235,294	3,05E+08
6 a 10 escravos	26	0	0	0
1 a 5 escravos	65	0	0	0
Sem escravos	68	0	0	0

A análise de variância acima é confirmada pelo teste KW, que obteve uma estatística H – corrigida de 9,35. Consideramos, portanto, que as diferenças de valores acima não são casuais.

3.60.A – Valor médio de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	864000	50823,53	1,43E+10
6 a 10 escravos	26	139000	5346,154	4,01E+08
1 a 5 escravos	65	216400	3329,231	2,02E+08
Sem escravos	68	60000	882,3529	52941176

O teste de KW confirma a análise de variância acima, pois a estatística H – corrigida obtida foi 12,29. Nestes termos, as diferenças de valores, entre as médias, são significativas.

3.61.A – Valor de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	17	52401000	3082412	2,67E+13
6 a 10 escravos	26	23804000	915538,5	2,04E+12
1 a 5 escravos	65	18956200	291633,8	3,99E+11
Sem escravos	68	4861000	71485,29	3,44E+10

As diferenças de valores são significativas. O teste KW confirma a análise de variância acima. A estatística H – corrigida foi 34,85.

3.62.A – Número médio de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	41	163	3,97561	40,37439
6 a 10 escravos	27	67	2,481481	16,56695

1 a 5 escravos	146	211	1,445205	10,67629
Sem escravos	117	202	1,726496	42,94179

3.62.A – Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	218,8835	3	72,96117	2,782301	0,041031	2,632227
Dentro dos grupos	8575,026	327	26,22332			
Total	8793,909	330				

3.63.A – Número médio de Cabeças de Gado Suíno em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	41	686	16,73171	530,6012
6 a 10 escravos	27	135	5	120,4615
1 a 5 escravos	146	298	2,041096	51,3914
Sem escravos	117	175	1,495726	30,30386

A estatística resultante H – corrigida foi 63,25.

3.64.A – Número médio de Cabeças de Gado Asinino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	291	6,928571	112,1167
6 a 10 escravos	27	21	0,777778	1,25641
1 a 5 escravos	146	237	1,623288	41,22952
Sem escravos	117	116	0,991453	13,92234

A estatística H-corrigida, de um teste KW, foi 68,43. Por este motivo, as diferenças entre as propriedades de gado asinino em Sabará, entre 1800 e 1850 não são casuais.

3.65.A – Número médio de Cabeças de Gado Caprino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	0	0	0
6 a 10 escravos	27	0	0	0
1 a 5 escravos	146	2	0,013699	0,027397
Sem escravos	117	4	0,034188	0,136752

3.65.A – Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Caprino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico

Entre grupos	0,055716	3	0,018572	0,307099	0,820259	2,632142
Dentro dos grupos	19,83585	328	0,060475			
Total	19,89157	331				

3.66.A – Número médio de Cabeças de Gado Ovino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	119	2,833333	165,2154
6 a 10 escravos	27	0	0	0
1 a 5 escravos	146	20	0,136986	2,739726
Sem escravos	117	27	0,230769	2,782493

A estatística H – corrigida resultante foi 18,38.

3.67.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	958	22,80952	683,6702
6 a 10 escravos	27	425	15,74074	1243,276
1 a 5 escravos	146	669	4,582192	121,9553
Sem escravos	117	564	4,820513	118,6485

3.67.A – Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Bovino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	13712,77	3	4570,925	16,33142	6,47E-10	2,632142
Dentro dos grupos	91802,41	328	279,8854			
Total	105515,2	331				

3.68.A – Valor médio de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	41	4714000	114975,6	5,28E+10
6 a 10 escravos	27	2024000	74962,96	1,16E+10
1 a 5 escravos	146	5625000	38527,4	5,91E+09
Sem escravos	117	4940000	42222,22	2,21E+10

3.68.A – Análise de Variância para Valor de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico

Entre grupos	2,15E+11	3	7,15E+10	4,009041	0,007992	2,632227
Dentro dos grupos	5,83E+12	327	1,78E+10			
Total	6,05E+12	330				

3.69.A – Valor médio de Cabeças de Gado Suíno em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	41	4497500	109695,1	2,11E+10
6 a 10 escravos	27	1106500	40981,48	7,78E+09
1 a 5 escravos	146	2049000	14034,25	5,12E+09
Sem escravos	117	2176500	18602,56	1,18E+10

3.69.A – Análise de Variância para Valor de Cabeças de Gado Suíno em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	3,16E+11	3	1,05E+11	10,89451	7,72E-07	2,632227
Dentro dos grupos	3,16E+12	327	9,67E+09			
Total	3,48E+12	330				

3.70.A – Valor médio de Cabeças de Gado Asinino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	21691000	516452,4	7,63E+11
6 a 10 escravos	27	1605000	59444,44	1,08E+10
1 a 5 escravos	146	16136500	110524	2,57E+11
Sem escravos	117	9082000	77623,93	1,07E+11

O teste KW levado a efeito em virtude das diferenças de variância resultou em uma estatística H – corrigida igual a 39,83 que confirma a análise de variância acima.

3.71.A – Valor médio de Cabeças de Gado Caprino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	0	0	0
6 a 10 escravos	27	0	0	0
1 a 5 escravos	146	4000	27,39726	109589
Sem escravos	117	4000	34,18803	136752,1

A estatística H – corrigida foi 1,11, o que não refuta a hipótese de igualdade entre as médias.

3.72.A – Valor de Cabeças de Gado Bovino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	25967000	618261,9	5,75E+11
6 a 10 escravos	27	12502000	463037	9,42E+11
1 a 5 escravos	146	18775000	128595,9	9,72E+10
Sem escravos	117	14192000	121299,1	8,32E+10

A estatística H – corrigida foi 47,16.

3.73.A – Valor de Cabeças de Gado Ovino em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários	Contagem	Soma	Média	Variância
Mais de 10 escravos	42	240400	5723,81	7,59E+08
6 a 10 escravos	27	0	0	0
1 a 5 escravos	146	40000	273,9726	10958904
Sem escravos	117	60500	517,094	18310050

A estatística H – corrigida é 10,33.

Tabela 3.74.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	719	42,29412	3537,846
Sabará	41	163	3,97561	40,37439

Em razão da grande diferença entre as variâncias das amostras, optamos por realizar um teste de duas amostras para médias, cuja estatística t é: 0,018. Consideramos que as diferenças são significativas.

Tabela 3.75.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	429	16,5	673,62
Sabará	27	67	2,481481	16,56695

Por força da grande diferença entre as variâncias das amostras em questão, optamos pela realização de um teste de duas amostras para médias, cuja estatística t é: 0,011. As diferenças entre as médias não resultam da variação amostral, mas das estruturas produtivas em questão.

Tabela 3.76.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	249	3,830769	51,14279
Sabará	146	211	1,445205	10,67629

Análise de Variância 3.76.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	255,9563	1	255,9563	11,09576	0,001023	3,886328
Dentro dos grupos	4821,2	209	23,06794			
Total	5077,156	210				

Tabela 3.77.A. Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	68	73	1,073529	15,05421
Sabará	117	202	1,726496	42,94179

Análise de Variância 3.77.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	18,336	1	18,336	0,560193	0,455143	3,892779
Dentro dos grupos	5989,88	183	32,73159			
Total	6008,216	184				

Tabela 3.78.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	82	4,823529	395,5294
Sabará	41	686	16,73171	530,6012

Análise de Variância 3.78.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados proprietários de mais de 10 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1704,101	1	1704,101	3,463555	0,067988	4,012975
Dentro dos grupos	27552,52	56	492,0093			

Total	29256,62	57

Tabela 3.79.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	18	0,692308	6,701538
Sabará	27	135	5	120,4615

Pela diferença entre as variâncias amostrais, optamos pela realização de um teste t para averiguar as diferenças entre as médias. A probabilidade associada à diferença entre as médias é 0,056. Consideramos que a diferença entre as médias não é casual.

Tabela 3.80.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	0	0	0
Sabará	146	298	2,041096	51,3914

Em razão das diferenças entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada ao mencionado teste é 0,0007. Consideramos que a variação não é casual, sendo resultante das diferenças entre as estruturas produtivas de Porto Alegre e de Sabará.

Tabela 3.81.A. Número Médio de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	68	0	0	0
Sabará	117	175	1,495726	30,30386

Dada a grande diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, em vez de uma análise de variância. Obtivemos a probabilidade p = 0,003 a qual não corrobora a hipótese de igualdade entre as médias. Com isto, podemos dizer que os inventariados sem escravos, em Porto Alegre e Sabará, diferenciavam-se quanto à propriedade deste tipo de rebanho.

Tabela 3.82.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	21	1,235294	16,94118
Sabará	42	291	6,928571	112,1167

Análise de Variância 3.82.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados proprietários de mais de 10 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1	392,2572	4,593133	0,036382	4,009877	1
Dentro dos grupos	57	85,40078				57
Total	58					58

Tabela 3.83.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	30	1,153846	3,495385
Sabará	27	21	0,777778	1,25641

Análise de Variância 3.83.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados proprietários de 6 a 10 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,873246	1	1,873246	0,79579	0,376545	4,030397
Dentro dos grupos	120,0513	51	2,353947			
Total	121,9245	52				

Tabela 3.84.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	31	0,476923	8,284615
Sabará	146	237	1,623288	41,22952

Análise de Variância 3.84.A. – Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	59,10569	1	59,10569	1,897994	0,169776	3,886328
Dentro dos grupos	6508,496	209	31,14113			
Total	6567,602	210				

Tabela 3.85.A. Número Médio de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância

Porto Alegre	68	7	0,102941	0,213126
Sabará	117	116	0,991453	13,92234

A probabilidade obtida de um teste t bi-caudal para aceitação da hipótese de igualdade entre as médias foi 0,012. Com isto, supomos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.86.A Número médio de cabeças de gado Caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados com mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	36	2,117647	76,23529
Sabará	42	0	0	0

Pela grande diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade p é 0,33. Em razão disto, consideramos que as diferenças entre as médias são casuais e não decorrem das diferenças entre as unidades produtivas.

Tabela 3.87.A – Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	0	0	0
Sabará	27	0	0	0

Tabela 3.88.A – Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	0	0	0
Sabará	146	2	0,013699	0,027397

As diferenças entre as médias são avultadas. Por isto não é conveniente empregar análise de variância para averiguar as diferenças entre as médias. Optamos, então, pela obtenção de uma estatística p associada a um teste t bi-caudal com nível de significância de 0,05. O resultado foi 0,31. Rejeitamos, por isto, a hipótese de diferença entre as médias.

Tabela 3.89.A - Número médio de cabeças de gado caprino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	68	0	0	0
Sabará	117	4	0,034188	0,136752

As diferenças entre as variâncias amostrais são muito grandes. É desaconselhável, no caso, a realização de um teste de análise de variância. Optamos, então, por um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. A probabilidade associada à estatística t obtida foi 0,31. Consideramos, então, que as diferenças entre as médias não são significativas.

Tabela 3.90.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	656	38,58824	6006,382
Sabará	42	119	2,833333	165,2154

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,07.

Tabela 3.91.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	108	4,153846	220,4554
Sabará	27	0	0	0

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,05. Obtivemos a probabilidade p 0,16 que considera não significativas as diferenças entre as médias apuradas.

Tabela 3.92.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	218	3,353846	213,0135
Sabará	146	20	0,136986	2,739726

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,08 que aponta para diferenças reais entre as médias.

Tabela 3.93.A – Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	68	30	0,441176	13,23529
Sabará	117	27	0,230769	2,782493

Análise de Variância 3.93.A - Número médio de cabeças de gado ovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,903901	1	1,903901	0,288056	0,592121	3,892779
Dentro dos grupos	1209,534	183	6,609475			
Total	1211,438	184				

Tabela 3.94.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de mais de 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	17	5527	325,1176	242005,7
Sabará	42	958	22,80952	683,6702

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,02. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.95.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 6 a 10 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	26	2118	81,46154	17166,74
Sabará	27	425	15,74074	1243,276

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,018. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.96.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para proprietários de 1 a 5 escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância
Porto Alegre	65	2381	36,63077	20605,08
Sabará	146	669	4,582192	121,9553

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste t, bi-caudal, com nível de significância de 0,10. Obtivemos a probabilidade p 0,077. Consideramos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 3.97.A – Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Local	Número de Inventariados	Soma de animais	Média	Variância

Porto Alegre	68	372	5,470588	248,2827
Sabará	117	564	4,820513	118,6485

Análise de Variância 3.97.A - Número médio de cabeças de gado bovino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, para inventariados sem escravos.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	18,174	1	18,174	0,109409	0,741196	3,892779
Dentro dos grupos	30398,17	183	166,1102			
Total	30416,35	184				

Tabela 3.98.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	49	7749400	158151	8,02E+10
Porto Alegre	20	4277920	213896	1,45E+11

Análise de Variância 3.98.A – Valores Médios dos Rebanhos Eqüinos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	4,41E+10	1	4,41E+10	0,448514	0,505343	3,984042
Dentro dos grupos	6,59E+12	67	9,84E+10			
Total	6,64E+12	68				

Tabela 3.99.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	61	2425800	39767,21	1,04E+10
Porto Alegre	29	3481600	120055,2	2,9E+11

Optamos, no presente caso, pela formulação de um teste de duas amostras, bi-caudal, para médias. Obtivemos a probabilidade p = 0,43, o que não rejeita a hipótese de igualdade entre as médias.

Tabela 3.100.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	144	4534300	31488,19	5,41E+09
Porto Alegre	82	415840	5071,22	1,09E+08

Pela diferença entre as variâncias, fizemos um teste de duas amostras para médias, e não uma análise de variância, para averiguar se a diferença entre as médias dos valores do gado eqüino para proprietários de 1 a 5 escravos é estatisticamente significativa. Obtivemos a estatística $p = 3{,}94x10^{-5}$. Concluímos que as diferenças de valores não são casuais.

Tabela 3.101.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	50	897400	17948	4,75E+09
Porto Alegre	38	36000	947,3684	11240398

Pela diferença entre as variâncias, fizemos um teste de duas amostras para médias, e não uma análise de variância, para averiguar se a diferença entre as médias dos valores do gado eqüino para proprietários de 1 a 5 escravos é estatisticamente significativa. Obtivemos a estatística p = 0,08. Concluímos que as diferenças de valores não são casuais.

Tabela 3.102.A – Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	49	1043100	21287,76	3,62E+09
Porto Alegre	20	106560	5328	2,85E+08

Por força das diferenças entre as variâncias das amostras, não é recomendável a realização de uma análise de variância. Por este motivo, optamos por um teste de duas amostras para médias com variâncias diferentes. A probabilidade de aceitação da igualdade entre as médias foi de 0,14, o que consideramos elevado, razão pela qual não consideramos que as diferenças apuradas sejam reais neste caso.

Tabela 3.103.A – Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	61	295050	4836,885	1,72E+08
Porto Alegre	29	0	0	0

Optamos, no presente caso, pela formulação de um teste de duas amostras, bi-caudal, para médias. Obtivemos a probabilidade p = 0,005, o que rejeita a hipótese de igualdade entre as médias.

Tabela 3.104.A – Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	144	303640	2108,611	68894818

Porto Alegre	82	1920	23,41463	44956,1

Pela diferença entre as variâncias, fizemos um teste de duas amostras para médias, e não uma análise de variância, para averiguar se a diferença entre as médias dos valores do gado eqüino para proprietários de 1 a 5 escravos é estatisticamente significativa. Obtivemos a estatística p = 0,003 Concluímos que as diferenças de valores não são casuais.

Tabela 3.105.A – Valores Médios dos rebanhos suínos dos inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	50	0	0	0
Porto Alegre	38	0	0	0

Tabela 3.106.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos asininos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	30232,65	60221,05
Variância	1,41E+10	2,42E+10
Número de proprietários	49	19
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	27	
Estatística t	-0,75864	
P(T<=t) uni-caudal	0,227321	
t crítico uni-caudal	1,703288	
P(T<=t) bi-caudal	0,454641	
T crítico bi-caudal	2,051829	

Tabela 3.107.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Asininos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	41913,33	23053,79
Variância	3,39E+10	1,24E+10
Número de proprietários	60	29
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	82	
Estatística t	0,598383	
P(T<=t) uni-caudal	0,275617	
T crítico uni-caudal	1,663648	
P(T<=t) bi-caudal	0,551234	
T crítico bi-caudal	1,98932	

Tabela 3.108.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Asininos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	2829,167	313,6585
Variância	1,85E+08	6384335
Número de proprietários	144	82
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	160	
Estatística t	2,157112	
P(T<=t) uni-caudal	0,016245	
T crítico uni-caudal	1,654432	
P(T<=t) bi-caudal	0,03249	
t crítico bi-caudal	1,974904	

Tabela 3.109.A – Média e Variância dos Valores dos Gados Asininos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	0	0
Variância	0	0
Número de proprietários	50	38

Tabela 3.110.A - Valores Médios dos rebanhos caprinos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	49	125390	2558,98	69338409
Porto Alegre	20	14000	700	9800000

Análise de Variância 3.110.A – Análise de Variância das Médias dos Rebanhos Caprinos dos Proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	49082450	1	49082450	0,935717	0,336861	3,984042
Dentro dos grupos	3,51E+09	67	52454383			
Total	3,56E+09	68				

Tabela 3.111.A – Valores Médios dos rebanhos caprinos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	61	16000	262,2951	2148721
Porto Alegre	29	0	0	0

Optamos, no presente caso, pela formulação de um teste de duas amostras, bi-caudal, para médias. Obtivemos a probabilidade p = 0,17, o que não rejeita a hipótese de igualdade entre as médias.

Tabela 3.112.A – Valores Médios dos Rebanhos Caprinos dos Proprietários de 1 a 5 Escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	144	32260	224,0278	4240731
Porto Alegre	82	0	0	0

Dada a diferença entre as variâncias, optamos pela realização de um teste de duas amostras para médias, e não uma análise de variância, para verificar se as diferenças entre as médias amostrais são estatisticamente significativas. A probabilidade obtida foi 0,19.

Tabela 3.113.A – Valores Médios dos Rebanhos Caprinos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	50	5000	100	500000
Porto Alegre	38	0	0	0

Pela diferença entre as variâncias, fizemos um teste de duas amostras para médias, e não uma análise de variância, para averiguar se a diferença entre as médias dos valores do gado caprino para inventariados sem escravos é estatisticamente significativa. Obtivemos a estatística p = 0,32 Concluímos que as diferenças de valores são casuais.

Tabela 3.114.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de mais 10 de escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	0	22066
Variância	0	3,48E+09
Número de proprietários	49	20
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	19	
Estatística t	-1,67171	
P(T<=t) uni-caudal	0,055485	
T crítico uni-caudal	1,729131	
P(T<=t) bi-caudal	0,11097	
t crítico bi-caudal	2,093025	

Tabela 3.115.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	0	3310,345
Variância	0	3,18E+08
Número de proprietários	61	29
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	28	

Estatística t	-1
P(T<=t) uni-caudal	0,162937
T crítico uni-caudal	1,70113
P(T<=t) bi-caudal	0,325875
t crítico bi-caudal	2,048409

Tabela 3.116.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	0	405,8537
Variância	0	7552439
Número de proprietários	144	82
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	81	
Estatística t	-1,33731	
P(T<=t) uni-caudal	0,092432	
T crítico uni-caudal	1,663884	
P(T<=t) bi-caudal	0,184864	
t crítico bi-caudal	1,989688	

Tabela 3.117.A – Média e Variância dos Valores dos Rebanhos Ovinos dos Inventariados sem Escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	50	0	0	0
Porto Alegre	38	0	0	0

Tabela 3.118.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Bovinos dos Proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	324687,8	1936877
Variância	1,91E+11	2,23E+13
Número de proprietários	49	20
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	19	
Estatística t	-1,52546	
P(T<=t) uni-caudal	0,071809	
T crítico uni-caudal	1,729131	
P(T<=t) bi-caudal	0,143617	
t crítico bi-caudal	2,093025	

Tabela 3.119.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Bovinos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	63863,93	261181,4

Variância	1,14E+10	5,71E+11
Número de proprietários	61	29
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	29	
Estatística t	-1,39993	
P(T<=t) uni-caudal	0,086071	
T crítico uni-caudal	1,699127	
P(T<=t) bi-caudal	0,172143	
t crítico bi-caudal	2,045231	

Tabela 3.120.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Bovinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	52493,75	42451,22
Variância	1,43E+10	7,99E+09
Número de proprietários	144	82
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	208	
Estatística t	0,716063	
P(T<=t) uni-caudal	0,237378	
T crítico uni-caudal	1,652213	
P(T<=t) bi-caudal	0,474755	
t crítico bi-caudal	1,971434	

Tabela 3.121.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Bovinos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Sabará	Porto Alegre
Média	14808	45337,05
Variância	1,28E+09	6,73E+10
Número de proprietários	50	38
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	38	
Estatística t	-0,72023	
P(T<=t) uni-caudal	0,237896	
T crítico uni-caudal	1,685953	
P(T<=t) bi-caudal	0,475791	
t crítico bi-caudal	2,024394	

Tabela 3.122.A – Valores Médios dos Rebanhos Eqüinos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	17	4288200	252247,1	1,68E+11
Sabará	41	4714000	114975,6	5,28E+10

Análise de Variância 3.122.A – Valores Médios dos Rebanhos Eqüinos dos Proprietários de mais de 10 Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	2,26E+11	1	2,26E+11	2,643358	0,109599	4,012975
Dentro dos grupos	4,8E+12	56	8,57E+10			
Total	5,02E+12	57				

Tabela 3.123.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	26	2198000	84538,46	1,91E+10
Sabará	27	2024000	74962,96	1,16E+10

Análise de Variância 3.123.A – Valores Médios dos Rebanhos Eqüinos dos Proprietários de 6 a 10 Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,21E+09	1	1,21E+09	0,079418	0,779228	4,030397
Dentro dos grupos	7,8E+11	51	1,53E+10			
Total	7,81E+11	52				

Tabela 3.124.A – Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	65	1923000	29584,62	3E+09
Sabará	146	5625000	38527,4	5,91E+09

Análise de Variância 3.124.A – Valores Médios dos Rebanhos Eqüinos dos Proprietários de 1 a 5 Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	Gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	3,6E+09	1	3,6E+09	0,71694	0,398118	3,886328
Dentro dos grupos	1,05E+12	209	5,02E+09			
Total	1,05E+12	210				

Tabela 3.125.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos eqüinos dos inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	8676,471	42222,22
Variância	1,04E+09	2,21E+10

Número de proprietários	68	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	134	
Estatística t	-2,34919	
P(T<=t) uni-caudal	0,010138	
t crítico uni-caudal	1,656304	
P(T<=t) bi-caudal	0,020275	
t crítico bi-caudal	1,977824	

Tabela 3.126.A – Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	17	246000	14470,59	3,56E+09
Sabará	41	4497500	109695,1	2,11E+10

Análise de Variância 3.126.A – Valores Médios dos Rebanhos Suínos dos Proprietários de mais de10 Escravos em Sabará e Porto Alegre entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,09E+11	1	1,09E+11	6,774974	0,01181	4,012975
Dentro dos grupos	9,01E+11	56	1,61E+10			
Total	1,01E+12	57				

Tabela 3.127.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	2307,692	40981,48
Variância	69341538	7,78E+09
Número de proprietários	26	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	26	
Estatística t	-2,26828	
P(T<=t) uni-caudal	0,015925	
t crítico uni-caudal	1,705616	
P(T<=t) bi-caudal	0,031851	
t crítico bi-caudal	2,055531	

Tabela 3.128.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	0	14034,25
Variância	0	5,12E+09
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		

Graus de liberdade	145
Estatística t	-2,37038
P(T<=t) uni-caudal	0,009543
t crítico uni-caudal	1,65543
P(T<=t) bi-caudal	0,019085
t crítico bi-caudal	1,976459

Tabela 3.129.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos suínos dos proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	0	14034,25
Variância	0	5,12E+09
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	145	
Estatística t	-2,37038	
P(T<=t) uni-caudal	0,009543	
t crítico uni-caudal	1,65543	
P(T<=t) bi-caudal	0,019085	
t crítico bi-caudal	1,976459	

Tabela 3.130.A – Teste t bi-caudal dos Valores Médios dos rebanhos suínos dos inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	0	18602,56
Variância	0	1,18E+10
Número de proprietários	68	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	116	
Estatística t	-1,84886	
P(T<=t) uni-caudal	0,033512	
t crítico uni-caudal	1,658095	
P(T<=t) bi-caudal	0,067025	
t crítico bi-caudal	1,980625	

Tabela 3.131.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Asininos dos Proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Sabará	Porto Alegre
Média	21294,12	516452,4
Variância	4,4E+09	7,63E+11
Número de proprietários	17	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	42	
Estatística t	-3,64854	

P(T<=t) uni-caudal	0,000361
T crítico uni-caudal	1,681951
P(T<=t) bi-caudal	0,000723
t crítico bi-caudal	2,018082

Tabela 3.132.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Asininos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851e 1887.

	Sabará	Porto Alegre
Média	18730,77	59444,44
Variância	1,45E+09	1,08E+10
Número de proprietários	26	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	33	
Estatística t	-1,90384	
P(T<=t) uni-caudal	0,032841	
T crítico uni-caudal	1,69236	
P(T<=t) bi-caudal	0,065682	
t crítico bi-caudal	2,034517	

Tabela 3.133.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Asininos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Sabará	Porto Alegre
Média	9123,077	110524
Variância	3,2E+09	2,57E+11
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	153	
Estatística t	-2,38407	
P(T<=t) uni-caudal	0,009174	
T crítico uni-caudal	1,654873	
P(T<=t) bi-caudal	0,018348	
t crítico bi-caudal	1,975591	

Tabela 3.134.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Gados Asininos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Sabará	Porto Alegre
Média	3823,529	77623,93
Variância	3,14E+08	1,07E+11
Número de proprietários	68	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	117	
Estatística t	-2,43278	
P(T<=t) uni-caudal	0,008249	
T crítico uni-caudal	1,657982	
P(T<=t) bi-caudal	0,016497	

t crítico bi-caudal	1,980447

Tabela 3.135.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Caprinos dos Proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	4235,294	0
Variância	3,05E+08	0
Número de proprietários	17	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	16	
Estatística t	1	
P(T<=t) uni-caudal	0,166097	
T crítico uni-caudal	1,745884	
P(T<=t) bi-caudal	0,332195	
t crítico bi-caudal	2,119905	

Tabela 3.136.A – Médias e Variâncias dos Valores Médios dos Rebanhos Caprinos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	49	125390	2558,98	69338409
Porto Alegre	20	14000	700	9800000

Tabela 3.137.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Caprinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	0	27,39726
Variância	0	109589
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	145	
Estatística t	-1	
P(T<=t) uni-caudal	0,159488	
T crítico uni-caudal	1,65543	
P(T<=t) bi-caudal	0,318976	
t crítico bi-caudal	1,976459	

Tabela 3.138.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Gados Caprinos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	0	34,18803
Variância	0	136752,1
Número de proprietários	68	117

Hipótese: igualdade entre as médias	
Graus de liberdade	116
Estatística t	-1
P(T<=t) uni-caudal	0,159696
T crítico uni-caudal	1,658095
P(T<=t) bi-caudal	0,319392
t crítico bi-caudal	1,980625

Tabela 3.139.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Gados Ovinos dos Inventariados com mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	50823,53	5723,81
Variância	1,43E+10	7,59E+08
Número de proprietários	17	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	17	
Estatística t	1,538141	
P(T<=t) uni-caudal	0,071209	
T crítico uni-caudal	1,739606	
P(T<=t) bi-caudal	0,142419	
T crítico bi-caudal	2,109819	

Tabela 3.140.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	5346,154	0
Variância	4,01E+08	0
Número de proprietários	26	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	25	
Estatística t	1,361518	
P(T<=t) uni-caudal	0,092748	
T crítico uni-caudal	1,70814	
P(T<=t) bi-caudal	0,185495	
T crítico bi-caudal	2,059537	

Tabela 3.141 – Médias e Variâncias dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851e 1887.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Sabará	65	216400	3329,231	2,02E+08
Porto Alegre	146	40000	273,9726	10958904

Análise de Variância 3.141.A – Média dos Valores dos Rebanhos Ovinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	4,2E+08	1	4,2E+08	6,042445	0,01478	3,886328
Dentro dos grupos	1,45E+10	209	69481127			
Total	1,49E+10	210				

Tabela 3.142.A – Teste bi-caudal dos Valores Médios dos Rebanhos Ovinos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	882,3529	517,094
Variância	52941176	18310050
Número de proprietários	68	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	94	
Estatística t	0,377733	
P(T<=t) uni-caudal	0,35324	
T crítico uni-caudal	1,661226	
P(T<=t) bi-caudal	0,70648	
T crítico bi-caudal	1,985522	

Tabela 3.143.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Gados Bovinos dos Inventariados com mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	3082412	618261,9
Variância	2,67E+13	5,75E+11
Número de proprietários	17	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	16	
Estatística t	1,957021	
P(T<=t) uni-caudal	0,034013	
T crítico uni-caudal	1,745884	
P(T<=t) bi-caudal	0,068027	
T crítico bi-caudal	2,119905	

Tabela 3.144.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Rebanhos Bovinos dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	915538,5	463037
Variância	2,04E+12	9,42E+11
Número de proprietários	26	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	44	
Estatística t	1,345019	

P(T<=t) uni-caudal	0,092755
T crítico uni-caudal	1,68023
P(T<=t) bi-caudal	0,185511
t crítico bi-caudal	2,015367

Tabela 3.145.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Rebanhos Bovinos dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	291633,8	128595,9
Variância	3,99E+11	9,72E+10
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	78	
Estatística t	1,976943	
P(T<=t) uni-caudal	0,025791	
T crítico uni-caudal	1,664625	
P(T<=t) bi-caudal	0,051582	
t crítico bi-caudal	1,990848	

Tabela 3.146.A – Teste bi-caudal das Médias dos Valores dos Rebanhos Bovinos dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1851 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	71485,29	121299,1
Variância	3,44E+10	8,32E+10
Número de proprietários	68	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	181	
Estatística t	-1,42832	
P(T<=t) uni-caudal	0,077461	
T crítico uni-caudal	1,653316	
P(T<=t) bi-caudal	0,154922	
t crítico bi-caudal	1,973158	

Tabela 3.147.A – Teste bi-caudal das Médias da Produção Agrícola dos Proprietários com mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1850 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	221976,5	2190426
Variância	1,4E+11	3,79E+13
Número de proprietários	17	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	42	
Estatística t	-2,06257	
P(T<=t) uni-caudal	0,022687	
T crítico uni-caudal	1,681951	
P(T<=t) bi-caudal	0,045373	

t crítico bi-caudal	2,018082

Tabela 3.148.A – Teste bi-caudal das Médias da Produção Agrícola dos Proprietários com 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1850 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	37000	266997,7
Variância	7,89E+09	4,62E+11
Número de proprietários	26	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	26	
Estatística t	-1,71115	
P(T<=t) uni-caudal	0,04948	
T crítico uni-caudal	1,705616	
P(T<=t) bi-caudal	0,09896	
t crítico bi-caudal	2,055531	

Tabela 3.149.A – Teste bi-caudal das Médias da Produção Agrícola dos Proprietários com 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1850 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	33658,46	167592,5
Variância	1,57E+10	5,1E+11
Número de proprietários	65	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	164	
Estatística t	-2,19245	
P(T<=t) uni-caudal	0,014878	
T crítico uni-caudal	1,654198	
P(T<=t) bi-caudal	0,029756	
t crítico bi-caudal	1,974536	

Tabela 3.150.A – Teste bi-caudal das Médias da Produção Agrícola dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1850 e 1887.

	Porto Alegre	Sabará
Média	5279,412	60630,55
Variância	1,43E+09	4,23E+10
Número de proprietários	68	121
Hipótese: igualdade entre as médias	0	
Graus de liberdade	134	
Estatística t	-2,87495	
P(T<=t) uni-caudal	0,002351	
T crítico uni-caudal	1,656304	
P(T<=t) bi-caudal	0,004702	
t crítico bi-caudal	1,977824	

Tabela 3.151.A – Teste bi-caudal das Médias da Produção Agrícola dos Inventariados com mais de 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

	Porto Alegre	Sabará
Média	35150	211690,4
Variância	4,44E+09	1,62E+11
Número de proprietários	20	49
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	54	
Estatística t	-2,97421	
P(T<=t) uni-caudal	0,002192	
T crítico uni-caudal	1,673566	
P(T<=t) bi-caudal	0,004384	
t crítico bi-caudal	2,004881	

Tabela 3.152.A – Médias e Variâncias dos Valores da Produção Agrícola dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	29	341720	11783,45	9,89E+08
Sabará	61	1885930	30916,89	4,84E+09

Análise de Variância 3.152.A – Média dos Valores da Produção Agrícola dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	7,2E+09	1	7,2E+09	1,990326	0,161832	3,949324
Dentro dos grupos	3,18E+11	88	3,62E+09			
Total	3,25E+11	89				

Tabela 3.153.A – Médias e Variâncias dos Valores da Produção Agrícola dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	82	1221080	14891,22	8,35E+09
Sabará	144	2625920	18235,56	4,36E+09

Análise de Variância 3.153.A – Média dos Valores da Produção Agrícola dos Proprietários de 1 a 5 escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	5,84E+08	1	5,84E+08	0,100649	0,751348	3,883315
Dentro dos grupos	1,3E+12	224	5,81E+09			
Total	1,3E+12	225				

Tabela 3.154.A – Médias e Variâncias dos Valores da Produção Agrícola dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Local	Número de proprietários	Soma dos valores	Média de valores	Variância dos valores
Porto Alegre	38	68000	1789,474	95738265
Sabará	50	38340	766,8	13760092

Análise de Variância 3.154.A – Média dos Valores da Produção Agrícola dos Inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	22581100	1	22581100	0,460559	0,499185	3,951882
Dentro dos grupos	4,22E+09	86	49029771			
Total	4,24E+09	87				

Tabela 3.155.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Proprietários de mais de 10 escravos em Porto Alegre entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	139,6	42,29412
Variância	98107,73	3537,846
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	21	
Estatística t	1,360756	
P(T<=t) uni-caudal	0,094009	
T crítico uni-caudal	1,720744	
P(T<=t) bi-caudal	0,188017	
t crítico bi-caudal	2,079614	

Tabela 3.156.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Porto Alegre entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	43,31034	16,5
Variância	25347,51	673,62
Número de proprietários	29	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	30	
Estatística t	0,893698	
P(T<=t) uni-caudal	0,189299	
T crítico uni-caudal	1,69726	
P(T<=t) bi-caudal	0,378597	
t crítico bi-caudal	2,04227	

Tabela 3.157.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	3,219512	3,830769
Variância	69,77838	51,14279
Número de proprietários	82	65
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	144	
Estatística t	-0,47764	
P(T<=t) uni-caudal	0,316817	
T crítico uni-caudal	1,655503	
P(T<=t) bi-caudal	0,633633	
t crítico bi-caudal	1,976578	

Tabela 3.158.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Inventariados sem Escravos em Porto Alegre entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,184211	1,073529
Variância	0,478663	15,05421
Número de proprietários	38	68
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	74	
Estatística t	-1,83851	
P(T<=t) uni-caudal	0,035	
T crítico uni-caudal	1,665708	
P(T<=t) bi-caudal	0,07	
t crítico bi-caudal	1,992544	

Tabela 3.159.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	1,55	4,823529
Variância	17,41842	395,5294
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	17	
Estatística t	-0,6663	
P(T<=t) uni-caudal	0,25708	
T crítico uni-caudal	1,739606	
P(T<=t) bi-caudal	0,514159	
t crítico bi-caudal	2,109819	

Tabela 3.160.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0,692308

Variância	0	6,701538
Número de proprietários	29	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	25	
Estatística t	-1,36364	
P(T<=t) uni-caudal	0,092418	
T crítico uni-caudal	1,70814	
P(T<=t) bi-caudal	0,184836	
t crítico bi-caudal	2,059537	

Tabela 3.161.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos em 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,036585	0
Variância	0,109756	0
Número de proprietários	82	65
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	81	
Estatística t	1	
P(T<=t) uni-caudal	0,160144	
T crítico uni-caudal	1,663884	
P(T<=t) bi-caudal	0,320289	
t crítico bi-caudal	1,989688	

Tabela 3.161.A – Média e Variância das Quantidades de Cabeças de Gado Suíno em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0
Variância	0	0

Tabela 3.162.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	34,35	1,235294
Variância	13109,08	16,94118
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	19	
Estatística t	1,292468	
P(T<=t) uni-caudal	0,105847	
T crítico uni-caudal	1,729131	
P(T<=t) bi-caudal	0,211693	
t crítico bi-caudal	2,093025	

Tabela 3.163.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	5,689655	1,153846
Variância	776,2217	3,495385
Número de proprietários	29	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	28	
Estatística t	0,874526	
P(T<=t) uni-caudal	0,194636	
T crítico uni-caudal	1,70113	
P(T<=t) bi-caudal	0,389271	
t crítico bi-caudal	2,048409	

Tabela 3.164.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,158537	0,476923
Variância	1,320235	8,284615
Número de proprietários	82	65
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	80	
Estatística t	-0,84032	
P(T<=t) uni-caudal	0,201617	
T crítico uni-caudal	1,664125	
P(T<=t) bi-caudal	0,403234	
t crítico bi-caudal	1,990065	

Tabela 3.165.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0,102941
Variância	0	0,213126
Número de proprietários	38	68
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	67	
Estatística t	-1,83876	
P(T<=t) uni-caudal	0,035191	
T crítico uni-caudal	1,667916	
P(T<=t) bi-caudal	0,070382	
t crítico bi-caudal	1,996009	

Tabela 3.166.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,55	2,117647
Variância	6,05	76,23529
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	18	
Estatística t	-0,71651	
P(T<=t) uni-caudal	0,241436	
T crítico uni-caudal	1,734063	
P(T<=t) bi-caudal	0,482873	
t crítico bi-caudal	2,100924	

Tabela 3.167.A – Média e Variância das Quantidades de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0
Variância	0	0

Tabela 3.168.A – Média e Variância das Quantidades de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0
Variância	0	0

Tabela 3.169.A – Média e Variância das Quantidades de Cabeças de Gado Caprino em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0
Variância	0	0

Tabela 3.170.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	34,55	38,58824
Variância	7766,576	6006,382
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	35	
Estatística t	-0,14828	
P(T<=t) uni-caudal	0,441485	
T crítico uni-caudal	1,689573	
P(T<=t) bi-caudal	0,88297	
t crítico bi-caudal	2,03011	

Tabela 3.171.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	34,55	38,58824
Variância	7766,576	6006,382
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	35	
Estatística t	-0,14828	
P(T<=t) uni-caudal	0,441485	
T crítico uni-caudal	1,689573	
P(T<=t) bi-caudal	0,88297	
t crítico bi-caudal	2,03011	

Tabela 3.172.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	6,896552	4,153846
Variância	1379,31	220,4554
Número de proprietários	29	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	38	
Estatística t	0,366374	
P(T<=t) uni-caudal	0,358059	
T crítico uni-caudal	1,685953	
P(T<=t) bi-caudal	0,716118	
t crítico bi-caudal	2,024394	

Tabela 3.173.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,719512	3,353846
Variância	21,46357	213,0135
Número de proprietários	82	65
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	74	
Estatística t	-1,40035	
P(T<=t) uni-caudal	0,082793	
T crítico uni-caudal	1,665708	
P(T<=t) bi-caudal	0,165586	
t crítico bi-caudal	1,992544	

Tabela 3.174.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0,441176
Variância	0	13,23529
Número de proprietários	38	68
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	67	
Estatística t	-1	
P(T<=t) uni-caudal	0,160454	
T crítico uni-caudal	1,667916	
P(T<=t) bi-caudal	0,320909	
t crítico bi-caudal	1,996009	

Tabela 3.176.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	751,75	325,1176
Variância	2858249	242005,7
Número de proprietários	20	17
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	23	
Estatística t	1,076216	
P(T<=t) uni-caudal	0,146495	
T crítico uni-caudal	1,71387	
P(T<=t) bi-caudal	0,292991	
t crítico bi-caudal	2,068655	

Tabela 3.177.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	49,24138	81,46154
Variância	9044,904	17166,74
Número de proprietários	29	26
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	45	
Estatística t	-1,03338	
P(T<=t) uni-caudal	0,153474	
T crítico uni-caudal	1,679427	
P(T<=t) bi-caudal	0,306947	
t crítico bi-caudal	2,014103	

Tabela 3.178.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	160,1463	36,63077
Variância	1756231	20605,08

Número de proprietários	82	65
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	83	
Estatística t	0,837814	
P(T<=t) uni-caudal	0,202271	
T crítico uni-caudal	1,66342	
P(T<=t) bi-caudal	0,404542	
t crítico bi-caudal	1,98896	

Tabela 3.179.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	11,84211	5,470588
Variância	4207,65	248,2827
Número de proprietários	38	68
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	39	
Estatística t	0,595758	
P(T<=t) uni-caudal	0,277389	
T crítico uni-caudal	1,684875	
P(T<=t) bi-caudal	0,554779	
t crítico bi-caudal	2,022689	

Tabela 3.180.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Proprietários de mais de 10 escravos em Sabará entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	7,653061	3,97561
Variância	157,773	40,37439
Número de proprietários	49	41
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	74	
Estatística t	1,793431	
P(T<=t) uni-caudal	0,038495	
T crítico uni-caudal	1,665708	
P(T<=t) bi-caudal	0,07699	
t crítico bi-caudal	1,992544	

Tabela 3.181.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Proprietários de 6 a 10 escravos em Sabará entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	1,704918	2,481481
Variância	9,378142	16,56695
Número de proprietários	61	27
Hipótese: igualdade entre as médias	0	
Graus de liberdade	40	

Estatística t	-0,88651
P(T<=t) uni-caudal	0,19032
T crítico uni-caudal	1,683852
P(T<=t) bi-caudal	0,38064
t crítico bi-caudal	2,021075

Tabela 3.182.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	2,270833	1,445205
Variância	45,33173	10,67629
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	206	
Estatística t	1,325587	
P(T<=t) uni-caudal	0,093222	
T crítico uni-caudal	1,652284	
P(T<=t) bi-caudal	0,186445	
t crítico bi-caudal	1,971548	

Tabela 3.183.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Eqüino dos Inventariados sem Escravos em Sabará entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,9	1,726496
Variância	8,418367	42,94179
Número de proprietários	50	117
Hipótese: igualdade entre as médias	0	
Graus de liberdade	165	
Estatística t	-1,12955	
P(T<=t) uni-caudal	0,130153	
T crítico uni-caudal	1,654141	
P(T<=t) bi-caudal	0,260306	
t crítico bi-caudal	1,974445	

Tabela 3.184.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Sabará dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	14,16327	16,73171
Variância	947,9311	530,6012
Número de proprietários	49	41
Hipótese: igualdade entre as médias	0	
Graus de liberdade	87	
Estatística t	-0,45202	
P(T<=t) uni-caudal	0,32619	
T crítico uni-caudal	1,662556	

P(T<=t) bi-caudal	0,652381
t crítico bi-caudal	1,98761

Tabela 3.185.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Sabará dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	2,934426	5
Variância	36,39563	120,4615
Número de proprietários	61	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	33	
Estatística t	-0,91842	
P(T<=t) uni-caudal	0,182531	
T crítico uni-caudal	1,69236	
P(T<=t) bi-caudal	0,365061	
t crítico bi-caudal	2,034517	

Tabela 3.186.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos em 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	1,458333	2,041096
Variância	17,63462	51,3914
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	235	
Estatística t	-0,84604	
P(T<=t) uni-caudal	0,199195	
T crítico uni-caudal	1,651365	
P(T<=t) bi-caudal	0,398389	
t crítico bi-caudal	1,970111	

Tabela 3.187.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Suíno em Sabará dos Inventariados sem escravos em 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	1,495726
Variância	0	30,30386
Número de proprietários	50	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	116	
Estatística t	-2,93898	
P(T<=t) uni-caudal	0,001987	
T crítico uni-caudal	1,658095	
P(T<=t) bi-caudal	0,003974	
t crítico bi-caudal	1,980625	

Tabela 3.188.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Sabará dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,877551	6,928571
Variância	10,69303	112,1167
Número de proprietários	49	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	48	
Estatística t	-3,56086	
P(T<=t) uni-caudal	0,000423	
T crítico uni-caudal	1,677224	
P(T<=t) bi-caudal	0,000846	
t crítico bi-caudal	2,010634	

Tabela 3.189.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Sabará dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,934426	0,777778
Variância	11,82896	1,25641
Número de proprietários	61	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	81	
Estatística t	0,319457	
P(T<=t) uni-caudal	0,375101	
T crítico uni-caudal	1,663884	
P(T<=t) bi-caudal	0,750202	
t crítico bi-caudal	1,989688	

Tabela 3.190.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,159722	1,623288
Variância	0,97431	41,22952
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	152	
Estatística t	-2,72172	
P(T<=t) uni-caudal	0,003626	
T crítico uni-caudal	1,654939	
P(T<=t) bi-caudal	0,007253	
t crítico bi-caudal	1,975695	

Tabela 3.191.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Asinino em Sabará dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0,991453
Variância	0	13,92234
Número de proprietários	51	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	116	
Estatística t	-2,87415	
P(T<=t) uni-caudal	0,00241	
T crítico uni-caudal	1,658095	
P(T<=t) bi-caudal	0,00482	
t crítico bi-caudal	1,980625	

Tabela 3.192.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Caprino em Sabará dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	3,877551	0
Variância	186,4847	0
Número de proprietários	49	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	48	
Estatística t	1,987623	
P(T<=t) uni-caudal	0,026287	
T crítico uni-caudal	1,677224	
P(T<=t) bi-caudal	0,052575	
t crítico bi-caudal	2,010634	

Tabela 3.193.A – Teste bi-caudal para Médias das Quantidades Cabeças de Gado Caprino em Sabará dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,590164	0
Variância	10,57923	0
Número de proprietários	61	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	60	
Estatística t	1,417132	
P(T<=t) uni-caudal	0,080808	
T crítico uni-caudal	1,670649	
P(T<=t) bi-caudal	0,161616	
t crítico bi-caudal	2,000297	

Tabela 3.194.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Caprino em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887

Média	0,1875	0,013699
Variância	2,517045	0,027397
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	146	
Estatística t	1,307586	
P(T<=t) uni-caudal	0,096535	
T crítico uni-caudal	1,655358	
P(T<=t) bi-caudal	0,193069	
t crítico bi-caudal	1,976346	

Tabela 3.195.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Caprino em Sabará dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,098039	0,034188
Variância	0,490196	0,136752
Número de proprietários	51	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	63	
Estatística t	0,614963	
P(T<=t) uni-caudal	0,270397	
T crítico uni-caudal	1,669403	
P(T<=t) bi-caudal	0,540794	
t crítico bi-caudal	1,998342	

Tabela 3.196.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Sabará dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	2,833333
Variância	0	165,2154
Número de proprietários	49	42
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	41	
Estatística t	-1,42856	
P(T<=t) uni-caudal	0,080353	
T crítico uni-caudal	1,682879	
P(T<=t) bi-caudal	0,160707	
t crítico bi-caudal	2,019542	

Tabela 3.197.A – Média e Variância das Quantidades de Cabeças de Gado Ovino em Sabará dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0

Variância	0	0

Tabela 3.198.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0,034722	0,136986
Variância	0,173611	2,739726
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	164	
Estatística t	-0,72364	
P(T<=t) uni-caudal	0,235158	
T crítico uni-caudal	1,654198	
P(T<=t) bi-caudal	0,470316	
t crítico bi-caudal	1,974536	

Tabela 3.199.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Ovino em Sabará dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	0	0,230769
Variância	0	2,782493
Número de proprietários	51	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	116	
Estatística t	-1,49642	
P(T<=t) uni-caudal	0,06863	
T crítico uni-caudal	1,658095	
P(T<=t) bi-caudal	0,13726	
t crítico bi-caudal	1,980625	

Tabela 3.200.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Sabará dos Proprietários de mais de 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	39,26531	22,80952
Variância	4022,532	683,6702
Número de proprietários	49	42
Hipótese: igualdade entre as médias	0	
Graus de liberdade	66	
Estatística t	1,659153	
P(T<=t) uni-caudal	0,050915	
T crítico uni-caudal	1,66827	
P(T<=t) bi-caudal	0,10183	
t crítico bi-caudal	1,996564	

Tabela 3.201.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Sabará dos Proprietários de 6 a 10 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	5,213115	15,74074
Variância	56,20383	1243,276
Número de proprietários	61	27
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	27	
Estatística t	-1,53612	
P(T<=t) uni-caudal	0,068072	
T crítico uni-caudal	1,703288	
P(T<=t) bi-caudal	0,136145	
t crítico bi-caudal	2,051829	

Tabela 3.202.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Sabará dos Proprietários de 1 a 5 escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	4,972222	4,582192
Variância	112,6146	121,9553
Número de proprietários	144	146
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	288	
Estatística t	0,306687	
P(T<=t) uni-caudal	0,379652	
T crítico uni-caudal	1,650162	
P(T<=t) bi-caudal	0,759303	
t crítico bi-caudal	1,968237	

Tabela 3.203.A – Teste bi-caudal das Quantidades Médias de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre dos Inventariados sem escravos entre 1800 e 1850 e 1851 e 1887.

	1800-1850	1851-1887
Média	1,470588	4,820513
Variância	12,73412	118,6485
Número de proprietários	51	117
Hipótese: igualdade entre as médias		
Graus de liberdade	158	
Estatística t	-2,97989	
P(T<=t) uni-caudal	0,00167	
T crítico uni-caudal	1,654555	
P(T<=t) bi-caudal	0,00334	
t crítico bi-caudal	1,975091	

Tabela 3.203.A – Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense entre 1850 e 1887, segundo diferentes classes de escravistas.

Classes de Escravistas	Quantidades de Escravistas	Soma dos Valores	Valores Médios	Variância
11 ou mais escravos	42	91997893	2190426	3,79E+13
5 a 10 escravos	26	6941940	266997,7	4,62E+11
1 a 4 escravos	146	24468511	167592,5	5,1E+11
Sem escravos	121	7336296	60630,55	4,23E+10

Em virtude das diferenças entre as variâncias, fizemos um teste de Kruskal – Wallis corrigido, cuja estatística resultante foi 61,29.

Tabela 3.204.A – Valores Médios da Produção Agrícola Porto-Alegrense entre 1850 e 1887, Segundo Diferentes Classes de Escravistas.

Classes de Escravistas	Quantidades de Escravistas	Soma dos Valores	Valores Médios	Variância
11 ou mais escravos	17	3773600	221976,5	1,4E+11
5 a 10 escravos	26	962000	37000	7,89E+09
1 a 4 escravos	65	2187800	33658,46	1,57E+10
Sem escravos	68	359000	5279,412	1,43E+09

O teste KW para os dados acima resumidos resultou em uma estatística H-corrigida de 22,76.

Tabela 3.205.A – Valores Médios da Produção Agrícola Sabarense entre 1800 e 1850, Segundo Diferentes Classes de Escravistas.

Classes de Escravistas	Quantidades de Escravistas	Soma dos Valores	Valores Médios	Variância
11 ou mais escravos	49	10372830	211690,4	1,62E+11
5 a 10 escravos	61	1885930	30916,89	4,84E+09
1 a 4 escravos	144	2625920	18235,56	4,36E+09
Sem escravos	50	38340	766,8	13760092

O teste KW para os dados acima reunidos resultou em uma estatística H-corrigida de 28,23.

Tabela 3.206.A – Valores Médios da Produção Agrícola Porto-Alegrense entre 1800 e 1850, Segundo Diferentes Classes de Escravistas.

Classes de Escravistas	Quantidades de Escravistas	Soma dos Valores	Valores Médios	Variância
11 ou mais escravos	20	703000	35150	4,44E+09
5 a 10 escravos	29	341720	11783,45	9,89E+08
1 a 4 escravos	82	1221080	14891,22	8,35E+09
Sem escravos	38	68000	1789,474	95738265

Análise de Variância 3.206.A – Valores Médios da Produção Agrícola Porto-Alegrense entre 1800 e 1850, Segundo Diferentes Classes de Escravistas.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	1,48E+10	3	4,94E+09	1,028314	0,381609	2,659384
Dentro dos grupos	7,92E+11	165	4,8E+09			
Total	8,07E+11	168				

Conclusões – Mercados Regionais e Ligações Mercantis: o sentido da colonização no século XIX

No primeiro capítulo desta tese esforçamo-nos por apresentar o entendimento que autores como Caio Prado Júnior, João Manoel Cardoso de Mello, Fernando Novais e Celso Furtado tinham acerca da História Econômica do Brasil ao longo do tempo. Apontamos para as diferenças entre as visões destes autores assim como para as coincidências. Procuramos, também, evidenciar as contribuições de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino, as quais tendo o mérito de chamar a atenção para o domínio das trocas internas ao Brasil por parte de um certo capital mercantil sediado no Rio de Janeiro, continham certos exageros no tocante à suposição de uma determinada independência de ritmos entre a economia brasileira e a européia, bem como no não discernimento dos elementos teóricos implícitos nas análises dos diferentes autores da chamada "historiografia tradicional".

No segundo capítulo, abordamos o problema da racionalidade e da irracionalidade escravista nos termos propostos pelos expoentes da *New Economic History*, que voltaram suas baterias contra a concepção de que o escravo e a escravidão eram, do ponto de vista econômico, inviáveis ao longo do tempo, argumento compartilhado tanto por liberais quanto por marxistas.

No terceiro e no quarto capítulos, procuramos contextualizar as economias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul na economia brasileira do século XIX, apontando para o desenvolvimento de certas relações mercantis que davam substância ao mercado nacional naquele período, no qual tinha destaque o mercado de escravos.

No quinto capítulo, por fim, ocupamo-nos com as relações entre escravos e produção de mercadorias nas comarcas que estudamos, demonstrando que os cativos eram relevantes nas duas, apesar de nenhuma delas ser caracterizada como região de plantation.

Neste momento, cabe reunir os elementos e explicitar aquele que os sintetiza. Para tanto, partimos da seguinte indagação: quais relações havia entre os preços dos escravos, a concentração da propriedade escrava ao longo do século XIX, a maior especialização produtiva regional e a evolução dos preços das mercadorias produzidas internamente ao Brasil. Para responder, servir-nos-emos das análises de Sebastião Ferreira Soares, funcionário público do Tesouro Imperial que, em 1860, publicou, em jornais de circulação na Corte, algumas das conclusões que tirou a partir do comportamento dos preços dos gêneros alimentícios do Império após a extinção do tráfico negreiro.

A razão para o estudo, afirmava seu autor, era verificar as causas da "carestia" dos gêneros alimentícios que então se percebia no Rio de Janeiro e em outras províncias do Império, o que hoje chamaríamos inflação. O foco de Soares deu-se sobre os preços dos gêneros alimentícios consumidos interna e externamente ao Brasil. A hipótese contra a qual se levantava era a seguinte: afirmava-se que a carestia teria sido causada pela extinção do tráfico transatlântico. A falta de novos escravos para repor os que morriam, caíam doentes ou eram alforriados, levava a uma redução da produção agrícola o que, mantida constante a demanda pela mesma, acabava por causar a elevação de seus preços.

Para verificar, então, a hipótese de que o aumento de preços era decorrente de uma redução das quantidades de mercadorias produzidas pelos escravos, deu-se ao trabalho de verificar:

1. se os preços, de fato, mostravam-se crescentes e;
2. se as quantidades exportadas e consumidas tendiam a cair.

Para o primeiro quesito, verificou, sim, a existência de uma tendência de alta dos preços; para o segundo quesito, demonstrou que, após o término do tráfico, as produções de alimentos para consumo interno e externo não decresceram. De fato, o autor ocupou-se

mais dos produtos que compunham nossa pauta de exportações do que daqueles consumidos internamente, ainda que todos aqueles que se exportavam fossem, também, internamente consumidos.

A explicação que Sebastião Ferreira Soares apresenta para a alta nos preços é aquela que adotamos nesta tese: a um aumento da rentabilidade dos produtos de exportação, houve a atração de fatores produtivos, escravos e terras, para as mesmas. Uma vez que os produtos exportáveis eram também consumidos internamente, houve a alta dos preços dos mesmos. Por outro lado, em razão do uso de terras e escravos para os produtos exportáveis, os custos de produção daqueles bens que não se exportavam elevaram-se, uma vez que tinham que competir com eles para empregar os fatores de produção existentes.

Adicionamos aos argumentos de Soares o seguinte: em razão do emprego mais intensivo dos escravos na cafeicultura e dados os efeitos multiplicadores que esta atividade exerceu sobre o restante da economia, criando demandas antes inexistentes, aprofundou-se a divisão interna de trabalho entre as regiões que compunham a economia brasileira, afetando mesmo aquelas razoavelmente distantes, como as de Sabará e de Porto Alegre.

Com isto, associamos a expansão da cafeicultura às características das economias de Porto Alegre e de Sabará no século XIX e reafirmamos o que foi posto em dúvida: o sentido da colonização, ou seja, a produção de mercadorias para consumo no estrangeiro continuou afetando a economia brasileira por um longo período após a Independência, o que se refletiu nos preços das mercadorias cuja comercialização se fazia no âmbito do mercado nacional, como eram os bois e os cavalos, ocasionando a carestia abordada por Soares.

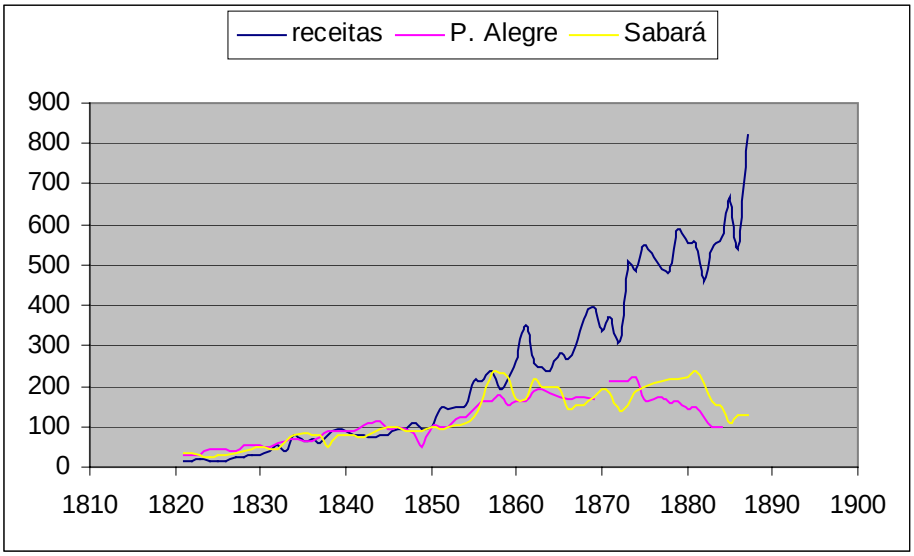
Para evidenciá-lo, apresentamos as correlações entre os preços dos escravos e as receitas de exportação de café para o período a respeito do qual temos dados estatísticos: de 1821 à Abolição:

Matriz 1: Correlações entre os Preços dos Escravos de Sabará, os de Porto Alegre e as Receitas das Exportações de Café entre 1821 e a Abolição

	Receitas de Exportações de café	Preços de Escravo em Porto Alegre	Preços de Escravos em Sabará
Receitas de Exportações de café	1		
Preços de Escravo em Porto Alegre	0,829109	1	
Preços de Escravos em Sabará	0,848634	0,889932	1

Correlações bastante elevadas que, no entanto, podem ser enganadoras: a partir da década de 60 há um descolamento das séries acima consideradas, sendo que as receitas de exportação de café tendem a explodir, ainda que o comportamento das outras duas séries não possa ser considerado contido, como ilustrado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 6. 1: Índices para Preços de Escravos em Porto Alegre e Sabará e para as Receitas de Exportação entre 1821 e a Abolição (1850 = 100)



Como os preços dos escravos dependiam da produtividade que alcançavam, além dos elementos pessoais que caracterizavam cada cativo, a elevação dos preços dos escravizados iniciada no final do século XVIII, como apontado no gráfico 3.3, representou a recuperação econômica do Brasil a partir de um certo reaquecimento das produções para exportação, como indicado por Arruda (1972 – capítulo V) e Arruda (2000)

Neste processo de recuperação econômica e mesmo de ultrapassagem dos níveis de atividade econômica verificados no século XVIII, com o auge da mineração, houve uma certa acumulação de capitais nacionais a qual, dentre outras fontes, contou com o tráfico negreiro e com as relações mercantis internas ao Brasil, tal como apontadas por João Luiz Fragoso e Manolo Florentino. Um capital cujos proprietários, no Rio de Janeiro, procuraram, no tempo, reafirmar as hierarquias sociais existentes e, por isto, não se abriram para o novo, procurando a distinção social trazida pela propriedade de terras e escravos e não os lucros decorrentes da mercancia e de outras atividades produtivas, ao contrário do que se verificou em São Paulo, segundo Zélia Maria Cardoso de Mello (1981), onde a riqueza passou de cativa a liberta, isto é, transferiu-se da propriedade de escravos para a propriedade de terras e de títulos de propriedade de diferentes tipos de empresas.

Esta tese procurou, por meio de elementos teóricos de uma historiografia de mais longa data, entender o funcionamento da economia de duas comarcas brasileiras no século XIX. Sabará e Porto Alegre desenvolveram-se como áreas de produção escravista voltadas para o mercado interno brasileiro e como não exportadoras de “produto rei”. A comarca de Minas produzia mercadorias predominantemente agrícolas, enquanto a sul-rio-grandense, empregando escravos como a outra, produzia diferentes tipos de gado. Ao longo do período, foi possível perceber um certo enriquecimento material que deu continuidade ao

processo de crescimento econômico que se iniciara ainda no século XVIII como resposta à decadência da economia de mineração.

Procuramos demonstrar que os mecanismos econômicos existentes então possuíam uma certa lógica que, se apreendida, poderia revelar alguns dos elementos que davam sentido aos fenômenos que enfocamos nesta tese. Nestes termos, procuramos evidenciar que os preços atribuídos aos escravos não o eram aleatoriamente. Pelo contrário, levavam em consideração não apenas as qualidades pessoais dos cativos como, também, as expectativas de rendimentos econômicos, os quais dependiam de eventos que fugiam ao domínio direto dos escravistas brasileiros, como as alterações nos preços internacionais do café, e por outros que, embora dissessem respeito à soberania nacional, sofriam forte pressão imperialista, como no caso da extinção do tráfico.

O funcionamento do mercado de escravos do Brasil foi elemento fundamental para a compreensão do todo, o qual não era por ele resumido. Ainda assim, tal mercado determinava a alocação dos escravos em atividades mais ou menos rentáveis permitindo, ou não, uma certa especialização regional. Sofrendo influência de decisões políticas, tal mercado se viu finalmente afetado pela eliminação da fonte africana a partir de 1850, ocasionando uma súbita restrição da oferta que afetou positivamente os preços dos cativos, o que deu continuidade a um movimento ascensional de preços iniciado ainda no século XVIII, depois da queda verificada com a decadência da economia de mineração. Foi ainda afetado pela Lei do Ventre Livre, que pretendia eliminar a escravidão com a morte ou com a alforria do último escravo brasileiro. Por fim, sofreu a interferência do movimento

abolicionista que, sustentando a ligação entre escravidão e barbárie[113], logrou criar um certo consenso em torno da causa que defendia, sendo a mesma vitoriosa tardiamente, em 1888.

Em meio às mudanças institucionais que se processavam entre nós, havia o estabelecimento de relações econômicas internacionais que substituíam as relações coloniais. A América Portuguesa deixou de ser colônia para ser periferia, em um movimento que afetou todo o mundo a partir da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Tais relações periféricas indicavam, então, o sentido da dominância do mercado internacional sobre os fenômenos econômicos internos ao Brasil. O século XIX brasileiro é marcado, no campo da economia, por um duplo movimento: o do fortalecimento das relações centro – periferia e a alteração das relações sociais de produção internas ao país. É esta tensão que marca o desenvolvimento do todo, sendo seu mercado interno sensível a ela no período, afetando regiões não-exportadoras de que Sabará e Porto Alegre são exemplos.

A ascensão do café como produto rei dependeu não somente da boa adaptação do cafeeiro ao meio brasileiro, mas também do surgimento de massas de consumidores no estrangeiro que davam sentido aos movimentos dos mercados internos do Brasil. A permanência do sentido da colonização entre nós, tal como exposto por Caio Prado Júnior, é, ainda, o que melhor explica os fenômenos econômicos abordados nesta tese.

A mudança das relações sociais de produção, no final do século XIX, viabilizou, no século XX, as bases para o fundamento do modo especificamente capitalista de produção no Brasil, cujo desenvolvimento foge dos limites temporais desta tese. Tal mudança não se

---

113 *"Não me era necessário provar a ilegalidade de um regime que é contrário aos princípios fundamentais do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o homem perante a lei internacional. Nenhum Estado deve ter a liberdade de pôr-se assim fora da comunhão civilizada do mundo, e não tarda, com efeito, o dia em que a escravidão seja considerada legalmente como já o é moralmente, um atentado contra a humanidade toda."* Cf. Nabuco (2000, página 79).

fez por meio do que normalmente se consideram mecanismos de mercado[114]. Pelo contrário, foi necessário algo externo aos mecanismos de preços para que a escravidão fosse abolida tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

Os mercados, na verdade, são apenas instituições sociais que servem para definir a alocação de mercadorias. Quem define o que pode e o que não pode ser comprado e vendido são as sociedades[115]. Uma vez isto estabelecido, os mecanismos de mercado funcionam de forma previsível, como pudemos ver para os mercados de escravos de Porto Alegre e de Sabará, assim como para os das demais mercadorias analisadas.

Cabe compreender, por fim, que às mudanças econômicas não correspondem mudanças culturais imediatas no mesmo sentido e com a mesma força. As raízes do Brasil estão fincadas em uma sociedade essencialmente desigual, assim como as de outras sociedades do Novo e do Velho Mundo, onde a condição de nascimento determinava a posição de cada um. Outras sociedades com passado semelhante ao brasileiro, como a do Sul dos Estados Unidos e a cubana, apenas para citar exemplos hoje opostos, desenvolveram-se, no século XX, de maneira diversa da nossa, logrando atingir padrões de igualdade que, de certo modo, invejamos.

---

[114] Na década de 90 do século XX se produziu um certo exagero no que respeita às virtudes do mercado como organizadoras da vida. Estudando a escravidão nos Estados Unidos, Fogel apresenta argumentos referentes à necessidade de intervir politicamente para suprimir a instituição servil: *"However large the roll of economic considerations in the origins and spread of American slavery, once established, the slave system of production had powerful ramifications in others spheres. As it evolved, slavery became the principal factor controlling relations between whites and blacks in the United States, with consequences that still shape the course of American life. Moreover, the struggle over slavery affected all aspects of politics, not only in America, but around the world. Producing slogans, ideologies, policies, and alignments that are still active in that deeply influence the politics of our own age. Political forces, not economic ones, were the overriding factor in the destruction* of *slavery. If the foes of slavery had waited for economic forces to do their work for them, America might still be a slave society, and democracy, as we know it, might have been a subject only for history books."* Cf. Fogel (1989, página 11).

[115] *"Os mercados operam em espaços politicamente delimitados pelo Estado"*. Cf. Furtado In Bidermann (1996, página 65).

O século XX brasileiro, para além da modernização das estruturas produtivas, foi marcado também pela incorporação, de maneira muito particular[116], de valores modernos tendentes à promoção de uma certa igualdade social. Recorrentemente evitamos aprofundá-los em nossas práticas cotidianas[117]. É necessário saber diferenciar o passado em seus diversos momentos: somos uma das mais desiguais sociedades capitalistas do mundo e não é em um passado muito distante que devemos buscar o porquê.

---

116 *"(...)Os conflitos políticos, que até 1930 ganhavam aparência oficial de conflitos entre estados, deslocaram-se para outro eixo, tornando-se conflitos de classe e, como tais, tratados nacionalmente, seja na tentativa de absorvê-los (pela legislação trabalhista e pela representação classista de 1934), de abafá-los (como no Estado Novo) ou de mascará-los, administrando-os (como no populismo)."* Fonseca (1989, página 25).

117 *"O embate não dizia respeito à defesa do que já ficara sepultado no passado, a economia exportadora e a sociedade agrária, não colocava em tela de juízo a necessidade, ou não, da industrialização. O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.*

Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista no Brasil." Cf. Mello e Novais (1998, página 618).

Bibliografia

- Livros, artigos e teses

ABREU, M. de P.: *A Ordem do Progresso* – cem anos de política econômica republicana, 1889-1989, Rio de Janeiro, Campus, 1990.

ALENCASTRO, L. F. de: *Le Commerce des Vivants***:** traite d´esclaves et "Pax Lusitana" dans L´Atlantique Sud. Tese(doutoramento) – Universidade de Paris X, Paris, 1986.

ALENCASTRO, L. F. de: *O Trato dos Viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, A. J.: *Cultura e Opulência do Brasil* – texto da edição de 1711, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

ARIÈS, P.: *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1978.

ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)* – contribuição ao estudo Quantitativo da economia colonial, Tese (doutoramento) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ARRUDA, José J. de A. O Sentido da Colônia – revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial (1780-1830), In: TENGARRINHA, J. (org.): *História de Portugal* 2ª Edição, Bauru : EDUSC; São Paulo: Unesp, 2000.

BAUDRILLARD, J.: *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1991.

BERGAD, L. W.: *Slave and the demography and economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

BIDERMAN, C , COZAC, L. F. L. e REGO, J. M. *Conversas com Economistas Brasileiros,* São Paulo, Editora 34, 1996.

BRAUDEL, F.: *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII – Tomo I: Las Estructuras de Lo Cotidiano: Lo Possible y Lo Impossible*, Madrid, Alianza Editorial, 1984.

BRAUDEL, F.: *Civilización Material, economía y capitalismo – siglos XV – XVIII. Lo juego del intercambio*, Madrid, Alianza Editorial, 1984.

BRAUDEL, Fernand: *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo* Volume III, São Paulo: Martins Fontes, 1996

CARDOSO, F. H.: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, F. H. e FALETO, E.: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica* – 4ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CASTRO, A. B.: As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho – dinâmica do escravismo colonial – In: Pinheiro, P. S. (coord.): *Trabalho Escravo, Economia, e Sociedade – conferência sobre História e Ciências Sociais, Unicamp*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CONRAD, R.: *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, E. V.: *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Difel, 1966.

COSTA, H. M.: *As Barreiras de São Paulo – estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

COSTA, H. M.: *O Triângulo das Barreiras – as barreiras do Vale do Paraíba Paulista – 1835-1860*. Tese (doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COSTA, Iraci del Nero e Nelson Hideiki NOZOE : Elementos da Estrutura de Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX, *Estudos Econômicos*, v.19, n.2, páginas 319-345,mai/ago.1989.

Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas Houve no ano de 1720 – estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Sousa. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

DOMAR, E.D.: The Causes of Slavery or Serfdom : a Hypothesis, *Journal of Economic History*, V.30, 1970.

ENGERMAN, S.L , M.R. Fraginals e H.S. Klein : " The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantation : Some Comparative Perspectives ", *The American Historical Review*, 88(5), 1201-1218,dec 1983.

ELTIS, D.:*Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade***.** New York: Oxford University Press, 1987.

FOGEL, R. W.: *Without Consent or Contract – the rise and fall of American Slavery*, Nova York, W.W. Norton & Company, 1989.

FOGEL, R. W e ENGERMAN, S. L.: *Time on the Cross – the economics of American Negro Slavery*, Nova York, W. W. Norton & Company, 1974.

FONSECA, P. C. D.: *Vargas: o capitalismo em construção*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

FRAGOSO,J. e FLORENTINO,M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790-c.1840* Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, J. L.: *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, G. H. B.: *Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana*, Dissertação (mestrado) – Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FREYRE, G.: *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977.

FREYRE, G.: *Ordem e Progresso – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

FREYRE, G.: *Sobrados e Mocambos* – processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República, Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

FURTADO, Celso: *Formação econômica do Brasil*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1962.

GODINHO, V. M.: *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Presença, 1991.

GORENDER, Jacob *O Escravismo Colonial* São Paulo: Ática, 1988.

HECKSCHER, E.: *La Época Mercantilista* – Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal, Ciudad de Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983.

HILFERDING, R.: O Capital Financeiro, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

HOLANDA, S. B.: *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense: Publifolha, 2000.

IBGE *Estatísticas Históricas do Brasil – séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985* Rio de Janeiro, IBGE, 1987

LEVY, M.B.: *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.

LENHARO, Alcir *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842,* Símbolo, 1979.

LIBBY, D.C.: *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil - O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

LIBBY, D.C. e Paiva, C.A.: Caminhos Alternativos : Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX, *Estudos Econômicos,* São Paulo, v.25, n.2, P. 203-233, Maio-Ago. 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite: *História do Abastecimento; uma problemática em questão*, Brasília, Binagri, 1979.

LUNA, F. V e CANO, W.: *A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (século XIX) – uma hipótese.* In: Economia Escravista em Minas Gerais, Campinas, Cadernos IFCH – UNICAMP, (10): 1-14, outubro de 1983.

LUNA, F. V.: *Minas Gerais: Escravos e Senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804),* São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

MACHADO, A.: *Vida e Morte do Bandeirante*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MAGALHÃES, B. R.: *La Societé Ouropretaine Selon les Inventaires "post-mortem" (1740-1770),* Paris, Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales – Université de Paris VI, 1985 (mimeo).

MALINOWSKI, B.: *Los Argonautas del Pacífico Occidental – um studio sobre comercio, y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea Melanésica* Barcelona, Península, 1973.

MANKIW, N. G.: *Macroeconomics,* Nova York, Worth, 1997 – Terceira Edição.

MARIUTTI E. B. , NOGUERÓL, L.P.F. e DANIELI NETO, M.: Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino, *Estudos Econômicos***,** São Paulo, vol. 31, n. 2, 2001.

MARQUESE, R. de B.: *Administração e Escravidão – idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, São Paulo, Hucitec – FAPESP, 1998.

MARTINS, R.B e Martins Filho, A.: "Slavery in a non-export Economy: Nineteenth – Century Minas Gerais Revisited" in HAHR, 63(3), 1983, 557-568.

MARTINS, R.B.: Minas Gerais, Século XIX : Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia não-exportadora. ,*Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.1, p-181-209, jan/abr.1983.

MARTINS, Roberto Borges: *Growing in Silence: The Slavery Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*, Nashville, (Tese de Doutoramento) Vanderbilt University, 1980.

MARTINS, R. B.: *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez* – texto para discussão número 70 , Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1994.

MARX, K.: *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, K.: *El Capital*. Ciudad de Mexico: Siglo Veinteuno, 1986.

MATTOS, H. M.: *Das Cores do Silêncio – os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

METCALF, A.C.: Family and Frontier in Colonial Brazil - Santana de Parnaíba 1580 – 1822, Los Angeles, University of California Press, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de: *O Norte Agrário e o Império – 1871-1889* 2ª Ed. Revista, Rio de Janeiro, Topbooks, 1999 – segunda edição revista.

MELLO, Evaldo Cabral de: *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 – segunda edição revista e aumentada.

MELLO, João Manuel C. de: *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de e Novais, Fernando A.: "Sociabilidade Moderna e Capitalismo Tardio", in História da Vida Privada no Brasil, São Paulo, Vol IV, 1998.

MELLO, Pedro Carvalho de: Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88, *Revista Brasileira de Economia*, 32(1): 19-67, 1978.

MELLO, Z. M. C. de: Os Escravos nos Inventários Paulistanos na Segunda Metade do Século XIX, *Ensaios Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 1983.

MELLO, Z. M. C. de: *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da Riqueza – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*, Tese (doutoramento), Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MOTA, C. G e NOVAIS, F. A.: *A Independência Política do Brasil – 2ª Edição,* São Paulo, Hucitec, 1996.

MOTTA, J. F.: *Corpos Escravos, Vontades Livres – posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829),* São Paulo, FAPESP: Annablume, 1999.

MONTEIRO, J. M.: *Os Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

NABUCO, J.: *O Abolicionismo*, São Paulo, Nova Fronteira: Publifolha, 2000.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* 6a ed., coleção Estudos Históricos, São Paulo: Hucitec, 1995 (ed. original:1979).

PAIVA, C. A.: *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX* , Tese (Doutoramento) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, J.A.: *O Prometeu do Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais*, Tese (Doutoramento) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PICCOLO, H. I. L. (org): *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

POLANYI, K.: "A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil", Revista Trimestral de História e Idéias, Porto, Número 1, 1978.

PRADO Jr, Caio *Formação do Brasil contemporâneo* 22a. ed.; São Paulo: Brasiliense - Publifolha, 2000 (ed. original: 1942).

RAPOPORT, M.: *Historia Econômica, Política y Social de la Argentina (1880-2000),* Buenos Aires, Macchi, 2000.

RICARDO, D.: *Princípios de Economia Política e de Tributação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

SAINT – HILAIRE, A. de: *Viagem ao Rio Grande do Sul* – texto da edição de 1887, Porto Alegre, ERUS, 1987.

SAINT – HILAIRE, A. de: *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz* – texto da edição de 1847, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

SCHWARTZ, S. B.: “Padrões de Propriedades de Escravos nas Américas: Nova Evidência para o Brasil” *Estudos Econômicos* 13(1): 259-287, 1983.

SCHWARTZ, S. B.: *Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, S.B.: *Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil*, Latin American Research Review, vol. 31 (1), 1996.

SERENI, E.: *Capitalismo y Mercado Nacional*, Barcelona, Crítica, 1980.

SLENES, R.W.: Os Múltiplos de Porcos e Diamantes : A economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX, *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n.3, p 449-495,set/dez.1988.

SMITH, A.: *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações***.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

SOARES, S. F.: *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* – Primeira Edição de 1860, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

TARGA, L. R. P.: “A Originalidade do Rio Grande do Sul no Século XIX”, Anais do Primeiro Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2002.

TAVARES, M. C.: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - ensaios sobre Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ZEMELLA, M. P.: *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

- Fontes Manuscritas em Porto Alegre

nome	código do arquivo
Adolfo Englert	proc 379, maço 23, CSOO
Agostinho Francisco da Silva	proc 213, maço 13, CSOO
Aldina Bernarda da Silva	proc 1745, maço 84
Alexandre José da Silva	proc 2180, maço 107
Alexandrina Eufrásia da Conceição	proc 1482, maço 73
Alferes Alexandre Maurício Weddig	proc 1370, maço 68
Alferes Manoel Caetano de São José Lisboa	proc 250, maço 14
Amaro Francisco Chagas	proc 1408, maço 70
Amaro José Lisboa	proc 2063, maço 97
Américo Claudino de Oliveira	proc 682, maço 42, CSOO
Ana Antônia Duarte	proc 1789, maço 84
Ana das Dores Moreira Ramos	proc 2163, maço 105
Ana Faustina Figueira Leite	proc 2181, maço 107
Ana Francisca de Carvalho Barbosa	proc 1969, maço 92
Ana Joaquina de Jesus	proc 156, maço 10, CSOO
Ana Joaquina de Oliveira	proc 361, maço 13, SCC
Ana Maria da Trindade	proc 1280, maço 62
Ana Maria de Jesus	proc 682, maço 28
Ana Maria de Menezes e Emília Joaquina da Silva	proc 2229, maço 110
Ana Maria do Espírito Santo	proc 1256, maço 60
Ana Passy Aveline	proc 401, maço 14, SCC
Angelina Cavalcante Gomes	proc 2241, maço 111'
Ângelo Henrique da Rosa	proc 129, maço 9, CSOO
Ângelo Inácio de Barcelos	proc 1369, maço 68
Antônia Maria de Jesus	proc 1182, maço 55
Antônio Basrbosa do Espírito Santo	proc 394, maço 19
Antônio Cardoso	proc 415, maço 20
Antônio Cartegoso	proc 468, maço 29
Antônio Coelho de Oliveira Duarte	proc 68, maço 3, PCC
Antônio da Cunha de Almeida	proc 44, maço 2, PCC
Antônio de Ávila	proc 111, maço 6, PCC
Antônio de Oliveira Ramos	proc 370, maço 19
Antônio Dias dos Santos e esposa	proc 293, maço 11, SCC
Antônio Duarte Rodrigues	proc 1180, maço 55
Antônio Ferreira Leitão	proc 70, maço 3, SCC
Antônio Francisco de Freitas Guimarães	proc 854, maço 35
Antônio Joaquim da Silva	proc 545, maço 24
Antônio Joaquim de Sousa	proc 324, maço 12, SCC
Antônio José Alves	proc 2230, maço 110
Antônio José Alves Braga	proc 235, maço 14, CSOO
Antônio José Antunes Braga	proc 124, maço 7, PCC
Antônio José Bittancourt	proc 292, maço 11, SCC

Antônio José da Silva	proc 487, maço 30, CSOO
Antônio José da Terra	proc 973, maço 41
Antônio José de Fraga	proc 257, maço 15, CSOO
Antônio José de Oliveira	proc 159, maço 11, CSOO
Antônio José Fiuza Lima e Vitória Fiuza	proc 256, maço 14
Antônio José Pereira Machado	proc 785, maço 32
Antônio José Pinheiro Lima	proc 1015, maço 43
Antônio Manoel Correia	proc 527, maço 32, CSOO
Antônio Martins dos Santos	proc 20, maço 2, CSOO
Antônio Pinto de Almeida	proc 60, maço 5, CSOO
Antônio Vieira Soares	proc 1481, maço 73
Apolinária Pereira de Moraes	proc 1252, maço 60
Babeth Alscher	proc 668, maço 41, CSOO
Beatriz Antônia de Jesus	proc 860, maço 35
Belarmina Teles de Oliveira	proc 237, maço 13, PCC
Belisária Ferreira de Figueiredo	proc 113, maço 4, SCC
Benta Maria de Oliveira	proc 211, maço 12, PCC
Bento Francisco do Rosário	proc 1283, maço 62
Bento Joaquim da Silva	proc 110, maço 7, CTOO
Bento Manoel Veloso	proc 474, maço 29, CSOO
Bento Soares de Lima	proc 692, maço 43, CSOO
Bernardina do Espírito Santo Duarte	proc 611, maço 26
Bernardina Mathilde da Silva	proc 2257, maço 112
Bernardino Antônio da Costa	proc 669, maço 41, CSOO
Bernardo José da Silva	proc 1335, maço 66
Bernardo José de Freitas	proc 259, maço 10, SCC
Bertolina Batista da Silveira	proc 600, maço 37, CSOO
Camilo José de Borba e Brígida Antônia de Oliveira	proc 1916, maço 89
Camilo José Lopes	proc 1184, maço 55
Cândida Eufrásia de Castilhos	proc 64, maço 5, CSOO
Cândida Maria do Espírito Santo	proc 220, maço 8, SCC
Cândido José Ferreira Alvim	proc 532, maço 33, CSOO
Cândido Pinheiro de Barcelos	proc 237, maço 14, CSOO
Capitão de Dragões Manoel Lopes de Carvalho	proc 438, maço 21
Capitão Joaquim Bernardino de Magalhães Garcez	proc 366, maço 13, SCC
Capitão Marcelino José da Silva Gonzaga	proc 180, maço 12, CSOO
Capitão Vicente Ferreira Leitão e Ana Francisca Leitão	proc 1599, maço 78
Carlos Diehl e Maria Delfina Diehl	proc 130, maço 9, CSOO
Carlos Gasmann	proc 452, maço 27, CSOO
Carlos Reigerd	proc 95, maço 7, CTOO
Clara Antônia da Silva	proc 37, maço 3, CSOO
Claudiana Maria da Conceição	proc 327, maço 16, PCC
Clemente Francisco dos Santos Pinto	proc 670, maço 41, CSOO
Constança Perpétua Fernandes Moraes	proc 434, maço 15, SCC
Coronel Constantino José Teixeira	proc 1310, maço 64
Coronel Joaquim Félix da Fonseca	proc 1239, maço 59
Coronel Joaquim Inácio de Sá e Dona Joana Joaquina de Sousa	proc 899, maço 37

Custódio Ferreira de Oliveira	proc 58, maço 3, SCC
Custódio Gonçalves Ferrugem e esposa	proc 5613, maço 166, PCC
Damásia Joaquina do Nascimento	proc 326, maço 12, SCC
Delfina Maria da Conceição	proc 451, maço 15, SCC
Desidério de Sousa Feijó	proc 50, maço 5, CSOO
Desidério José Ferreira	proc 1769, maço 84
Domingos Alves Alvim e esposa	proc 176, maço 10, PCC
Domingos Francisco da Conceição	proc 1048, maço 46
Domingos Garcia Velho	proc 686, maço 28
Domingos José Afonso Alves	proc 140, maço 5, SCC
Dona Antônia Maria Torres Quintanilha	proc 1108, maço 51
Dona Antônia Teresa de Jesus e marido	proc 562, maço 35, CSOO
Dona Bernardina Pereira Guimarães	proc 570, maço 36, CSOO
Dona Dorotéia Maria da Anunciação	proc 294, maço 17
Dona Emília Antonieta Palmeiro	proc 597, maço 37, CSOO
Dona Engrácia Bernardina da Silva e Zeferino Henrique da Silva	proc 637, maço 39, CSOO
Dona Engrácia Maria de Jesus	proc 612, maço 38, CSOO
Dona Fausta Isabel da Fontoura Duclas	proc 534, maço 33, CSOO
Dona Felisberta de Sousa Feijó	proc 434, maço 26, CSOO
Dona Filisbina Maria de Camargo	proc 239, maço 14, CSOO
Dona Francisca da Silveira e Sousa	proc 897, maço 37
Dona Isabel Leonor Ferreira Jardim	proc 282, maço 16, CSOO
Dona Joana Antônia Pires Gonçalves	proc 440, maço 26, CSOO
Dona Joana Pimentel e Dona Aguida Pimentel	proc 2119, maço 102
Dona Joaquina da Silveira Leite	proc 101, maço 7, CTOO
Dona Joaquina Leocádia da Fonteoura, viscondessa de Pelotas	proc 1222, maço 58
Dona Justina Cândida de Fraga	proc 112, maço 8, CTOO
Dona Luísa Breier	proc 648, maço 40, CSOO
Dona Manoela Batista da Silveira	proc 504, maço 31, CSOO
Dona Manoela Francisca dos Santos	proc 520, maço 32, CSOO
Dona Rosina Christ	proc 607, maço 38, CSOO
Elisa Henrique da Silva	proc 452, maço 20, CPP
Esbela da Silva Boeiras	proc 1876, maço 88
Eufrásia Maria Joaquina	proc 1486, maço 73
Eugênia Rosa Lopes	proc 756, maço 31
Eugênio Du Pasquier	proc 2138, maço 103
Ezequiel de Campos Porto	proc 338, maço 20
Fausta Carlota da Silva	proc 2217, maço 109
Faustina Mariana da Pureza	proc 342, maço 13, SCC
Felícia Maria de Oliveira	proc 247, maço 14, PCC
Felisberto dos Santos Meneses	proc 423, maço 15, SCC
Felisbina Joaquina da Silva	proc 2245, maço 112
Felizarda Rosa de Lima	proc 330, maço 17
Florência Clara Barbosa	proc 98, maço 7, CTOO
Florinda Maria da Conceição	proc 2139, maço 103
Florinda Ribeiro de Caldas	proc 319, maço 12, SCC
Fortunata Perpétua de Oliveira e Anastácia Maria de Oliveira	proc 1261, maço 61

Francisca Gomes Pinheiro	proc 2234, maço 110
Francisca Joaquina da Conceição e Luísa Joaquina da Conceição	proc 651, maço 27
Francisca Maria de Lima	proc 1849, maço 87
Francisca Modesta do Vale	proc 306, maço 11, SCC
Francisca Pinto de Sousa	proc 333, maço 17, PCC
Francisco Antônio da Silveira	proc 16, maço 1, CTOO
Francisco Antônio de Vargas	proc 218, maço 13, CSOO
Francisco Batista Anjo e esposa	proc 917, maço 38
Francisco Coelho Borges	proc 459, maço 16, SCC
Francisco de Salles Rodrigues	proc 1121, maço 52
Francisco de Sousa e Silva	proc 431, maço 20
Francisco de Sousa Rocha	proc 916, maço 38
Francisco de Sousa Severino	proc 896, maço 37
Francisco dos Santos Rocha	proc 1097, maço 50
Francisco Ferreira da Silva Limoeiro	proc 2065, maço 98
Francisco Joaquim Homem	proc 109, maço 6, PCC
Francisco José Correia	proc 1904, maço 89
Francisco José de Abreu	proc 690, maço 28
Francisco José de Amorim e esposa, Maria Eusébia Navajas de Amorim	proc 1642, maço 80
Francisco José de Azevedo	proc 373, maço 19
Francisco José de Vargas	proc 1053, maço 47
Francisco José do Nascimento e Joana Angélica Fagundes	proc 644, maço 39, CSOO
Francisco Leonardo Cardoso e esposa	proc 173, maço 9, PCC
Francisco Pinto Queiroz Sarmento	proc 616, maço 26
Francisco Plínio das Chagas	proc 411, maço 14, SCC
Francisco Rodrigues da Silva e esposa	proc 1156, maço 54
Francisco Vaz Teixeira	proc 692, maço 28
Gaspar Inácio de Oliveira e Esposa	proc 1821, maço 86
Gertrudes Fortunata de Azambuja	proc 182, maço 10, PCC
Gertrudes Joaquina do Nascimento	proc 953, maço 40
Gracinda Maria Alves	proc 466, maço 20, PCC
Guarda-mór Agostinho José Lourenço	proc 1045, maço 46
Guarda-Mór André Pereira Maciel	proc 253, maço 14
Guilherme Arenz	proc 435, maço 26, CSOO
Guilherme Pereira de Carvalho	proc 396, maço 19
Guilherme Vielitz	proc 436, maço 26, CSOO
Guilhermina Dutra da Fonseca	proc 2068, maço 98
Helena de Azambuja Cidade	proc 108, maço 7, CSOO
Henrique Manoel da Silva	proc 296, maço 18, CSOO
Henrique Rabelo de Figueiredo	proc 367, maço 18
Inácia Bernarda Lauriana de Escovar	proc 655, maço 27
Inácia Francisca de Oliveira	proc 1735, maço 84
Inácia Maria da Conceição	proc 94, maço 7, CSOO
Inácia Maria da Encarnação	proc 1190, maço 56
Inácia Maria da Silva	proc 1887, maço 88
Inácia Maria de Oliveira	proc 1447, maço 71

Inácia Rosa da Conceição	proc 1055, maço 47
Inácio Batista de Lemos	proc 2267, maço 113
Inácio Cabral e Joaquim da Silva	proc 286, maço 15
Inácio de Magalhães	proc 552, maço 24
Inácio Pacheco	proc 656, maço 27
Isabel Maria de Freitas	proc 1287, maço 63
Isidoro Antônio da Silva	proc 1573, maço 76
Israel Francisco Nunes	proc 2221, maço 110
Jacinto Pinto Bandeira	proc 925, maço 39
Jerônimo Ribeiro da Cunha	proc 202, maço 11, PCC
Joana Antônia	proc 75, maço 4, PCC
Joana Dorotéia da Purificação	proc 1199, maço 56
Joana Francisca	proc 143, maço 5, SCC
João Adão Klein	proc 502, maço 16, SCC
João Alves Leite de Oliveira Salgado	proc 549, maço 34, CSOO
João Antônio Lourenço	proc 28, maço 2, CSOO
João Bernardo da Silva	proc 248, maço 14
João da Silva Guimarães	proc 1289, maço 63
João de Deus Rodrigues	proc 479, maço 21, PCC
João Fernandes Soares	proc 1867, maço 87
João Frederico Eichler	proc 439, maço 26, CSOO
João Gonçalves Picanço	proc 729, maço 29
João José de Carvalho e Inácia Maria Bernarda de Freitas	proc 1240, maço 59
João Luís Teixeira Júnior	proc 2145, maço 104
João Macena da Silva e esposa	proc 350, maço 21, CSOO
João Machado de Borba	proc 657, maço 27
João Machado Moreira	proc 1805, maço 86
João Rodrigues Palhares	proc 257, maço 14
João Simpliciano Ribeiro	proc 477, maço 30, CSOO
Joaquim da Costa Moreira	proc 5608, maço 166, PCC
Joaquim da Silva	proc 286, maço 15
Joaquim Fernandes Mugango	proc 512, maço 17, SCC
Joaquim Francisco	proc 900, maço 37
Joaquim Lopes da Rosa	proc 1852, maço 87
Joaquim Manoel da Silva	proc 139, maço 7
Joaquim Martins	proc 1263, maço 61
Joaquina Inácia de Jesus	proc 793, maço 32
José Antônio Coelho	proc 1418, maço 70
José Antônio da Lima Júnior	proc 72, maço 4, CTOO
José Antônio da Silveira	proc 57, maço 4, CTOO
José Antônio dos Santos	proc 1065, maço 47
José Antônio Fagundes	proc 137, maço 5, SCC
José Antônio Ribeiro	proc 276, maço 11, SCC
José Barbosa Fernandes	proc 551, maço 24
José Custódio Teixeira de Magalhães, esposa e um filho	proc 247, maço 14, PCC
José da Silva Flores	proc 48, maço 4, CSOO
José da Silva Outeiro	proc 100, maço 7, CTOO

José de Sousa Machado	proc 170, maço 6, SCC
José dos Santos da Cunha	proc 71, maço 3, SCC
José dos Santos Paiva	proc 88, maço 5, PCC
José Dutra da Silveira	proc 872, maço 36
José Fernandes Petim	proc 77, maço 4, PCC
José Inácio de Oliveira e Ana Fausta de Oliveira	proc 1778, maço 85
José Inácio dos Santos	proc 1094, maço 50
José Jacinto de Oliveira	proc 1384, maço 69
José Joaquim de Castro	proc 3919, maço 143
José Joaquim Machado	proc 1870, maço 87
José Luís Soares	proc 346, maço 21, CSOO
José Manoel Corrêia	proc 792, maço 32
José Manoel Teixeira	proc 1505, maço 74
José Marques Carvalho	proc 200, maço 12, CSOO
José Nicácio Antunes	proc 120, maço 4, SCC
José Pedro	proc 560, maço 25
José Pereira da Silva	proc 1890, maço 88
José Pinto de Carvalho	proc 1242, maço 59
José Rodrigues de Oliveira	proc 363, maço 13, SCC
José Vitorino da Silva	proc 460, maço 28, CSOO
Josefa Mariana da Silva e Manoel Dias	proc 1359, maço 68
Justina Maria de Jesus	proc 1543, maço 76
Lauriana Antônia	proc 183, maço 7, SCC
Laurindo de Sousa e Boaventura de Sousa	proc 285, maço 17, CSOO
Leandro José da Costa	proc 246, maço 14
Leocádia Flora de Oliveira	proc 1941, maço 90
Leonardo José Pereira	proc 665, maço 27
Lourenço Machado	proc 1293, maço 63
Luciano da Silva Custódio	proc 1101, maço 50
Ludovina Bernarda Lauriana Escobar	proc 1102, maço 51
Luísa Maria dos Santos	proc 1170, maço 55
Luiz da Silveira	proc 258, maço 14
Luiz José de Melo e Cunha	proc 275, maço 15
Luzia Rita da Esperança	proc 773, maço 31
Major Galdino da Silva Vilas Boas	proc 383, maço 23, CSOO
Major João Carneiro da Fontoura	proc 227, maço 9, SCC
Major Lourenço Júnior de Castro	proc 5619, maço 166, PCC
Manoel Barbosa	proc 531, maço 24
Manoel Carneiro da Silva Fontoura	proc 809, maço 33
Manoel da Rosa e Silva	proc 567, maço 28
Manoel da Silva Reis	proc 703, maço 28
Manoel de Almeida Siqueira	proc 33, maço 3, CSOO
Manoel de Freitas Leitão	proc 1228, maço 58
Manoel Fernandes Chaves	proc 1397, maço 69
Manoel Francisco de Sousa	proc 2176, maço 106
Manoel Francisco Soares	proc 42, maço 2, PCC
Manoel Gonçalves dos Santos	proc 1720, maço 83

Manoel Inácio Soares	proc 843, maço 34
Manoel João de Oliveira Botas	proc 1673, maço 81
Manoel Joaquim de Lacerda	proc 595, maço 26
Manoel José Alves	proc 1594, maço 77
Manoel José Teixeira	proc 1672, maço 81
Manoel Moreira de Figueiredo e esposa	proc 94, maço 5, PCC
Manoel Pereira da Luz	proc 58, maço 2, PCC
Manoel Pereira Maciel	proc 208, maço 12, PCC
Manoel Pereira Maciel	proc 1924, maço 65, CSOO
Marcelino Inácio de Bitencourt	proc 1671, maço 81
Marechal Manoel Carneiro da Silva Fontoura	proc 809, maço 33
Margarida Josefa de Araújo	proc 1323, maço 65
Maria Alves Chaves	proc 384, maço 23, CSOO
Maria Angélica da Fontoura Corte Real de Lima	proc 1587, maço 77
Maria Angélica da Silva	proc 700, maço 43, CSOO
Maria Angélica de Jesus	proc 244, maço 14, PCC
Maria Cândida de Jesus Ferreira	proc 1758, maço 84
Maria da Penha de França Franciony	proc 1249, maço 60
Maria da Silva Rocha	proc 1717, maço 83
Maria de Jesus	proc 1466, maço 72
Maria do Carmo Monteverde	proc 340, maço 17, PCC
Maria Dorotéia de Figueiredo	proc 1655, maço 81
Maria Francisca de Menezes	proc 1739, maço 84
Maria Francisca do Nascimento	proc 5615, maço 166, PCC
Maria Inácia de Jesus e Inácio Ferreira Noronha	proc 1133, maço 52
Maria Joaquina do Nascimento	proc 105, maço 7, CSOO
Maria José da Silva Marques	proc 82, maço 5, CTOO
Maria Leite Garcia	proc 1823, maço 86
Maria Rosa da Conceição	proc 1588, maço 77
Maria Rosa da Conceição d´Ávila	proc 2188, maço 107
Maria Silveira	proc 69, maço 3, PCC
Martiniana Maria da Assunção	proc 64, maço 3, PCC
Mateus de Andrade	proc 284, maço 15
Mateus Marcelino	proc 2269, maço 113
Miguel dos Anjos Maciel	proc 486, maço 22
Miguel Joblim	proc 372, maço 22, CSOO
Nicácio José Corrêia	proc 1740, maço 84
Nicolau Hasslocher	proc 331, maço 20, CSOO
Padre João Crisóstomo da Silva	proc 1347, maço 67
Pedro José dos Santos Dutra	proc 393, maço 18, PCC
Perpétua Francisca Pereira de Sousa	proc 185, maço 10, PCC
Plácido Alves da Cunha	proc 1400, maço 69
Porcínia Maria Ferreira	proc 391, maço 23, CSOO
Ricarda Manoela da Maia	proc 207, maço 13, CSOO
Rita Cândida de Araújo Bastos	proc 189, maço 11, PCC
Rita Eufrásia dos Reis	proc 32, maço 2, CTOO
Rita Mendes	proc 255, maço 15, CSOO

Rosa Inácia de Jesus	proc 325, maço 17
Rosa Pereira de Jesus	proc 2101, maço 101
Sebastião de Resende Pereira	proc 676, maço 27
Sebastião Francisco da Silva	proc 1176, maço 55
Sebastião José dos Santos	proc 160, maço 9, PCC
Senador Florêncio Carlos de Abreu e Silva	proc 68, maço 4, CTOO
Serafim José da Silva	proc 1925, maço 89
Serafina Gonçalves	proc 79, maço 4, PCC
Severina Inácia Teixeira da Costa	proc 396, maço 18, SCC
Silvano Pedroso	proc 1883, maço 88
Sociedade em que participou 118201204	
Tenente Antônio Ribeiro de Moraes	proc 267, maço 14
Tenente Coronel Alexandre de Sousa Pereira da Fontoura	proc 510, maço 23
Tenente Coronel Elesbão Lopes Duro	proc 1934, maço 90
Tenente Coronel Felisbino Antônio Alves	proc 2144, maço 104
Tenente Coronel José Antônio da Rosa	proc 2250, maço 112
Tenente Coronel José Manoel de Leão	proc 79, maço 5, CTOO
Tenente Coronel Manoel José de Alencastro	proc 374, maço 22, CSOO
Tenente Inácio Manoel Vieira	proc 383, maço 19
Tenente José Inácio de Sousa Feijó	proc 365, maço 22, CSOO
Teresa Inácia de Jesus	proc 188, maço 12, CSOO
Teresa Maria da Conceição	proc 274, maço 16, CSOO

Inventários de Sabará

Nome do inventário	registro no arquivo
Dona Potenciana Maria de Jesus	cpon(21), invent 613 a 626
(ilegível) Silva	cpon (22) inventários 627 a 737
Adriano Joaquim de Meneses	cpon, maço 38, inv.
Adriano José da Costa	cpon, maço 35, inv.
Alexandre Fernandes Silva	cpon, maço 30, inv.
Alferes Domingos Gonçalves da Cruz ilegível	cpon(18), inventários 563 a 577
Alferes Francisco Antônio Rabelo	cpon(04), invent 147 a 189.
Alferes José de Almeida Medeiros	cpon(02), inventários 21 a 31
Alferes José Joaquim de Freixo Lobo	cpon(14) inventários 512 a 525
Alferes José Moreira da Silva	cpon(15) inventários 526 a 534
Alferes José Moreira da Silva	cpon(16), invent.535 a 545
Alferes Manoel da Costa Ferreira	cpon(11), invent. 459 a 472
Alferes Manoel João da Costa	cpon(15) inventários 526 a 534
Alferes Manoel Martins Pereira	cpon(01), invent 1 a 16
Alferes Manoel Pinto de Paiva	cpon(20), inventários 587 a 600
Ana da Silva Lessa	cpon(20), inventários 587 a 600
Ana de Oliveira Viana	cpon(04), invent 115 a 146.
Ana Filisbina Costa	cpon(21) inventários 613 a 626
Ana Moreira Barbosa	cpon(04), invent 147 a 189.

Anastácio José de Freitas	cpon, maço 30, inv.
Angélica Moreira Barbosa	cpon, maço 4B, inv.
Anna Cândida Pinto	cpon, maço 39, inv.
Anna Carlota de Rezende	cpon, maço 30, inv.
Anna Carolina da Rocha	cpon, maço 31, inv.
Anna Carolina Moreira	cpon, maço 35, inv.
Anna Claudina do Carmo	cpon, (5) 224, inv.
Anna Francisca de Sousa	cpon, maço 38, inv.
Anna Gertrudes Dinis	cpon, maço 41, inv.
Anna Joaquina	cpon, maço 39 ,inv.
Anna Joaquina da Paixão	cpon, maço 28, inv.
Anna Joaquina Dinis Costa	cpon, maço 35, inv.
Anna Maria da Silva	cpon, maço 4B, inv.
Anna Maria da Silva	cpon, maço 31A, inv.
Anna Marques da Rocha*	cpon, maço 4B, inv.
Anna Moreira Barbosa	cpon, maço 41, inv.
Anna Moreira Rodrigues	cpon, maço 34, inv.
Anna Pereira da Silva	cpon, maço 4B, inv.
Anna Silvéria do Carmo	cpon, maço 28, inv.
Antônia Maria das Neves	cpon, maço 28, inv.
Antônio Alves Moreira	cpon, maço 5(A) 251, inv.
Antônio Caetano da Silveira Lobo	cpon, maço 4B, inv.
Antônio Cândido da Silva guimarães	cpon(5A1)281(5A),inv
Antônio da Rocha Dinis	cpon, maço 5(A) 256, inv.
Antônio da Silva (sem descrição dos bens)	cpon, maço 24, inv.
Antônio de Araújo Leão	cpon, maço 26, inv.
Antônio Feliciano de Almeida	cpon(04), invent. 190 a 216
Antônio Ferreira da Silva	cpon, maço 4B, inv.
Antônio Ferreira da Silva e irmão	cpon, maço 40, inv.
Antônio Ferreira de Fraga	cpon, maço 35, inv.
Antônio Ferreira Serra	cpon, maço 32, inv.
Antônio Joaquim Rodrigues	cpon, (5A) 244, inv.
Antônio José da Costa	cpon, maço 35, inv.
Antônio José da Silva	cpon, maço 31A, inv.
Antônio José de freitas	cpon, maço 34, inv.
Antônio José Dinis	cpon, maço 40,inv.
Antônio José Soares	cpon, maço 32, inv.
Antônio Luis Ferreira	cpon, maço 29, inv

Antônio Manoel da Costa	cpon, maço 32, inv.
Antônio Moreira Barbosa	cpon(04), invent 147 a 189.
Antônio Nogueira Pires	cpon, maço 30, inv.
Antônio Pinto da Silva	cpon, maço 38, inv.
Antônio Pio Zelota	cpon, maço 4B, inv.
Antônio Procópio	cpon, maço 4B, inv.
Apolinário Alves do Valle	cpon, maço 36, inv.
Atanásio da Costa Torres	cpon(19), invent. (578 a 586)
Augusto Daniel da Rocha	cpon, maço 32, inv.
aval.esc. Rec. em dote no inv.18381210	cpon(19), invent. (578 a 586)
avaliação dos bens do Cap. Teotônio Roque Fernande	cpon(20), inventários 587 a 600
Balbina Soares de Meneses	cpon(18), inventários 563 a 577
Bárbara Antônia de Meneses	cpon(06), invent 390 a 402
Bárbara Maria Claudina	cpon, maço 26, inv.
Bárbara Severina Dinis	cpon, maço 38, inv.
Basílio Luis Ferreira	cpon, maço 24, inv.
bens do inventariado 18341117 que ficaram na corte	cpon(17), inventários 546 a 562
Bento Fernandes Guimarães	cpon(13) inventários 594 a 511
Bento José Cândido	cpon(13) inventários 594 a 511
Bernarda de Almeida	cpon(11), invent. 459 a 472
Bernardino José de Sena	cpon(10), inventários 453 a 458
Bernardino José de Aquino (padre que teve uma filha com o nome de Maria Pulquéria).	cpon, (5A) 257, inv.
Bernardino Moreira de Vasconcelos	cpon(22), invent 627 a 737
Bernardo Alves da Silva Moreira	cpon, maço 33, inv.
Bernardo Alves de Mello	cpon, maço 36, inv.
Bernardo Antônio Rodrigues	cpon(10), inventários 453 a 458
Bernardo Francisco Ribeiro	cpon(02), inventários 32 a 42
Brígida Flávia Cândida Moreira da Silva	cpon, maço 30, inv.
Brígida Maria da Conceição	cpon(16), invent.535 a 545
Camillo Ferreira de Sá	cpon, maço 32, inv.
Camillo José Carneiro	cpon, maço 39, inv.
Camilo Alves de Freitas	cpon, maço 26, inv.
Cândido Augusto da Rocha Cebolas	cpon, maço 37, inv.
Cândido José dos Santos Brochado	cpon, maço 38, inv.
Cândido Rodrigues Neves	cpon(04), invent 190 a 216
Capitão Antônio José da Silva	cpon(03), invent. 43 a 80
Capitão Antônio Pereira Lamego	cpon(03), invent. 43 a 80
Capitão Antônio Pereira Lopes	cpon(04), invent 147 a 189.
Capitão Bernardo Alves da Silva Vasconcelos	cpon (22) inventários 627 a 637

Capitão Domingos Gonçalves da Cruz	cpon(10), inventários 450 a 452
Capitão Felipe Nunes de Faria	cpon(22), invent 613 a 626
Capitão Gonçalo Ruiz da Cruz	cpon(11), invent. 459 a 472
Capitão João Pires de Miranda	cpon(08), invent. 417 a 433
Capitão Joaquim Luís Ferreira e esposa	cpon(19), invent. (578 a 586)
Capitão Jorge Francisco Leão	cpon(17), inventários 546 a 562
Capitão José Afonso Sage	cpon(12), invent. 473 a 493
Capitão Manoel de Sousa Rabelo	cpon(06), invent. 390 a 402
Capitão Manoel Gonçalves Pinto	cpon(17), inventários 546 a 562
Capitão Mór José Pinto da Costa (ilegível)	cpon(02), inventários 32 a 42
Capitão Rafael Carneiro Leão	cpon(02), inventários 21 a 31
Capitão Teotônio Roque Fernandes	cpon(20), inventários 587 a 600
Carolina Cândida dos Santos Estelita	cpon, maço 29, inv.
Carolina Eulália França	cpon, maço 35, inv.
Carolina Paula de Sousa	cpon, maço 40, inv.
Cassemiro Alves Moreira	cpon, (5A)246, inv.
Cassimiro de Oliveira Porto	cpon(17), inventários 546 a 562
Catarina Ferreira Leite	cpon(02), inventários 32 a 42
Chrispim José da Silva	cpon, maço 33, inv.
Cirurgião Mor Manoel Antunes de Queiroz Viana	cpon(16), invent.535 a 545
Cirurgião-Mór Pedro Lataliza(?) França	cpon(10), inventários 453 a 458
Claudiano Justino de Farias	cpon, (5A) 252, inv.
Claudina Maria Angélica	cpon(08), invent. 417 a 433
Claudina Querubina dos Santos	cpon, maço 29, inv.
Clemência Maria de vasconcelos	cpon(01), invent 17 a 20.
Clemência Maria Ferreira	cpon(12), invent. 473 a 493
Clemente Francisco Soares	cpon(12), invent. 473 a 493
Clemente Maurício de Cerqueira	cpon(18), inventários 563 a 577
Cristóvão João Correia e esposa	cpon(12), invent. 473 a 493
Custódia Correia	cpon(02), inventários 32 a 42
Custódia Maria do Sacramento	cpon, maço 33, inv.
Custódio Pereira da Silva	cpon(17), inventários 546 a 562
Cyrillo da Matta Xavier	cpon, maço 40, inv.
Cyrillo Ferreira Pacheco	cpon, (5) 226, inv.
Daniel Borges da Silva	cpon, maço 38, inv.
Daniel Martins da Costa	cpon(19), invent. (578 a 586)
Daniel Walter	cpon, maço 29, inv.
Delfina Alexandrina do Espírito Santo	cpon, maço 4B, inv.
Delfina Alexndrina	cpon, maço 26, inv.
Delfina Francisca	cpon, maço 26, inv.
Delfina Maria Cândida	cpon, maço 38, inv.
Delfina Paula de São Pedro	cpon, maço 26, inv.

Delfino Fernandes Machado	cpon, maço 26,inv.
Delminda Marcianna de Oliveira	cpon, maço 30, inv.
Delminda Moreira da Silva	cpon(21) inventários 601 a 612
Demente Alferes Francisco Rodrigues Ribeiro	cpon(09), inventários 434 a 449
Desembargador Manoel Fernades Correia Pinto	cpon(13) inventários 594 a 511
Dina Marianna Sabina D'Anunciação	cpon, maço 39, inv.
Dinis Antônio Barbosa	cpon, maço 25, inv.
Domingas Clara da Trindade	cpon, maço 28, inv.
Domingas Gonçalves de Sousa	cpon(09), inventários 434 a 449
Domingos Francisco Barbosa	cpon(08), invent. 417 a 433
Domingos Gomes Ferreira	cpon(01), invent 1 a 16
Domingos Gomes Guimarães	cpon(03), invent. 43 a 80
Domingos José Dinis Costa	cpon, maço 38, inv.
Domingos Martins Fagund	
Domingos Martins Fagundes	cpon(16), invent.535 a 545
Domingos Pires Chaves	cpon(08), invent. 417 a 433
Domingos Soares Dinis	cpon, maço 35, inv.
Domingos Vieira Vale	cpon(01), invent 17 a 20.
Dona Ana da Silva Costa	cpon(04), invent 115 a 146.
Dona Angélica Moreira da Silva	cpon(14) inventários 512 a 525
Dona Antônia Luísa Coimbra	cpon(21) inventários 601 a 612
Dona Antônia Maria de Sant'Ana	cpon(01), invent 1 a 16
Dona Bernarda de Oliveira	cpon(07), invent. 403 a 416
Dona Brígida Moreira da Silva	cpon(13) inventários 594 a 511
Dona Custódia (comido pelas traças)	cpon(20), inventários 587 a 600
Dona Escolástica Rodrigues de Prado	cpon(21) inventários 601 a 612
Dona Eva Maria Pires	cpon(22), invent 627 a 737
Dona Felipa Maria da Conceição	cpon(12), invent. 473 a 493
Dona Inês Marques Guimarães	cpon(04), invent 147 a 189.
Dona Isabel Maria de Jesus	cpon(11), invent. 459 a 472
Dona Jacinta Barbosa Duarte	cpon(04), invent 147 a 189.
Dona Jacinta Maria de Oliveira	cpon(02), inventários 21 a 31
Dona Joana do Couto	cpon(04), invent 147 a 189.
Dona Joana Maria Leovina	cpon(22), invent 627 a 737
Dona Joaquina Pereira da Fonseca	cpon(17), inventários 546 a 562
Dona Josefa Dias de Resende	cpon(17), inventários 546 a 562
Dona Luísa Maria de Freitas	cpon(20), inventários 587 a 600
Dona Maria Antônia da Conceição	cpon(11), invent. 459 a 472
Dona Maria Cândida de Oliveira Leite	cpon(01), invent 1 a 16
Dona Maria de Lagos Armelim L(?)	cpon(08), invent. 417 a 433
Dona Maria Gonçalves de Jesus	cpon(21) inventários 601 a 612
Dona Mariana Joaquina da Ressurreição	cpon(11), invent. 459 a 472
Dona Quitéria Maria de Barros	cpon(02), inventários 32 a 42
Dona Quitéria Pereira de Encarnação	cpon(12), invent. 473 a 493

Dona Rosa Angélica de S. Boaventura	cpon(17), inventários 546 a 562
Dona Rosa Maria de Araújo	cpon(13) inventários 594 a 511
Dona Úrsula Maria de São Camilo	cpon(15) inventários 526 a 534
Dona Vitória Maria de Jesus	cpon(14) inventários 512 a 525
Donância Maria de Jesus	cpon(17), inventários 546 a 562
Dorotéa Soares de Menezes	cpon(10), inventários 453 a 458
Eduardo Abadie (cidadão francês professor de línguas)	cpon, maço 33, inv
Eduardo da Costa Pacheco	cpon (5) 225, inv.
Egídio José da Silva	cpon, maço 4B, inv.
Elias Herculano da Silva	cpon(18), inventários 563 a 577
Elias Pereira Veiga	cpon(5)236,inv.
Emília Mamedes Teixeira	cpon, maço 33, inv.
Emília Maria de Jesus	cpon, maço 31,inv.
Emily Kisman	cpon, maço 40, inv.
Estêvão de Sousa Alves	cpon(12), invent. 473 a 493
Faustina de Sousa	cpon(15) inventários 526 a 534
Faustino Gonçalves Geraldes	cpon(22), invent 627 a 737
Feliciana Roza Barbosa da Silva(sem declaração de bens)	cpon, maço 4B, inv.
Felicidade Perpétua de Jesus Leite(casada c/ comerciante)	cpon, maço 23, inv.
Felisberta Isidora da Silva	cpon(20), inventários 587 a 600
Felisberta Luísa do Sacramento	cpon(01), invent 1 a 16
Felisberta Rodrigues Chaves	cpon(4A.1)202
Felisberto Marinho de Siqueira	cpon(16), invent.535 a 545
Felizarda Florinda da Candelária	cpon(13) inventários 594 a 511
Felizarda Gonçalves de Souza (não possui avaliações)	cpon, maço 4B, inv.
Felizardo Teixeira da Fonseca	cpon(04), invent 115 a 146.
Fernando Eduardo Taite	cpon, maço 40, inv.
Filisbina Alves de Carvalho	cpon(22) inventários 638 a 648
Florência da Silva	cpon(01), invent 1 a 16
Floriana Leite de São José	cpon(16), invent.535 a 545
Floriano Pinto da Rocha	cpon(5)233,inv.
Francelina Carolina da Costa	cpon, maço 31A, inv.
Francisca Alves do Nascimento	cpon(4A.1)206
Francisca Correia da Costa	cpon(13) inventários 594 a 511
Francisca de Paula Barbosa	cpon(17), inventários 546 a 562
Francisca de Paula campeble	cpon, maço 24, inv.
Francisca Felizarda de Jesus	cpon, maço 23,inv.
Francisca Gomes	cpon(22), invent 613 a 626

Francisca Isidora da Sílva	cpon, maço 25, inv.
Francisca Luísa da Conceição e esposo	cpon(10), inventários 450 a 452
Francisca Maria Rodrigues	cpon(07), invent. 403 a 416
Francisca Pinto Rodrigues	cpon(01), invent 1 a 16
Francisca Rodrigues da Fonseca	cpon(20), inventários 587 a 600
Francisca Rodrigues de Oliveira	cpon, (5) 228, inv.
Francisca Senhorinha da Purificação	cpon, maço 39, inv.
Francisco Alves da Silva	cpon, maço 31A, inv.
Francisco Alves de Macedo	cpon, maço 41,inv.
Francisco Antônio de Almeida	cpon(21), invent 613 a 626
Francisco D'Assis da Cunha Jardim	cpon, maço 40, inv.
Francisco da Costa Silva	cpon(15) inventários 526 a 534
Francisco da Costa Torres (demente)	cpon(17), inventários 546 a 562
Francisco da Cunha Matos	cpon(09), inventários 434 a 449
Francisco da Cunha Soares	cpon(08), invent. 417 a 433
Francisco Daniel da Rocha	cpon, (5A2)297(5A),inv
Francisco de Paula Alves	cpon(22) inventários 638 a 648
Francisco de Paula Araújo Manso	cpon(17), inventários 546 a 562
Francisco de Paula Rodrigues	cpon, maço 32, inv.
Francisco de Paula Silva	cpon, maço 29, inv.
Francisco de Paula Silva	cpon, maço 35, inv.
Francisco de Paula Varela	cpon(21) inventários 601 a 612
Francisco de Sousa Menezes	cpon, maço 4B, inv.
Francisco Dias da Silva	cpon, maço 40, inv.
Francisco Félix da Silva e esposa	cpon,maço23,inv.
Francisco Fernandes de Carvalho	cpon, maço 25, inv.
Francisco Fernandes Pereira	cpon(19), invent. (578 a 586)
Francisco Ferreira Barbosa	cpon maço 39, inv.
Francisco Gomes	cpon(22), invent 627 a 737
Francisco Gomes Pereira	cpon,maço23,inv.
Francisco José da Costa	cpon, maço 34, inv.
Francisco José de Souza Neto	cpon, maço 33, inv.
Francisco José Dinis Militão	cpon, maço 26, inv.
Francisco José Diniz	cpon, maço 4B, inv.
Francisco Manoel de Araújo	cpon, maço 26, inv.
Francisco Mendes de Magalhães	cpon, maço 29, inv.
Francisco Moniz Machado	cpon(01), invent 17 a 20.
Francisco Moreira Mariano	cpon(16), invent.535 a 545
Francisco Nogueira da Costa	cpon, maço 4B, inv.
Francisco Nogueira Duarte	cpon(22), invent 627 a 737
Francisco Pereira Couto	cpon, maço 41, inv.

Francisco Pereira de Carvalho	cpon(01), invent 1 a 16
Francisco Pinto Fernandes	cpon(20), inventários 587 a 600
Francisco Pinto Ribeiro	cpon(18), inventários 563 a 577
Francisco Xavier Barbosa	cpon, (5A)245, inv.
Francisco Xavier Rosemburg	cpon, maço 40, inv.
Frederico Guilherme Behrens	cpon, maço 39, inv.
Gabriela Augusta Ermelinda da Silva	cpon, maço 37, inv.
Galdina Catharina da Silva	cpon, maço 34, inv.
Gaspar de Barros Henriques	cpon(09), inventários 434 a 449
Genoveva Maria da Conceição	cpon, maço 28, inv.
Genoveva Maria de Alvarenga	cpon (22) inventários 638 a 648
Genoveva Pereira da Silva	cpon, maço 27, inv.
George Bagwan (cidadão britânico)	cpon, maço 30, inv.
Germana dos Reis Maria	cpon(11), invent. 459 a 472
Gonçalo de Andrade Lemos	cpon(01), invent 1 a 16
Gregório Luís da Silva	cpon(11), invent. 459 a 472
Guarda-Mór Geraldo de Freitas Caldas	cpon(04), invent 147 a 189.
Guilhermina Cândida Ferreira da Silva	cpon, maço 35, inv.
Helena do Espírito Santo	cpon, maço 38, inv.
Helena Maria Pereira	cpon(18), inventários 563 a 577
Henry Locking (cidadão britânico)	cpon, maço 40, inv.
Herculano dos Santos	cpon, maço 30, inv.
Hilário Mendes da Cunha Jardim	cpon(21) inventários 601 a 612
Ignácia Pereira da Cruz	cpon(5)234,inv.
Ignácio da Costa Martins	cpon(5A1)276(5A),inv
(ilegível)	cpon(06), invent 390 a 402
Inácia Dias	cpon(08), invent. 417 a 433
Inácia Joaquina de Santa Rosa	cpon(10), inventários 453 a 458
Inácia Maria da Costa	cpon(04), invent 147 a 189.
Irena Custódia Dinis	cpon, maço 5A, inv.
Isabel Maria de Sousa	cpon(06), invent 390 a 402
Isidora (ilegível)	cpon(08), invent. 417 a 433
Jacinta Joaquina Fernandes	cpon(11), invent. 459 a 472
Jacinta Maria de Jesus	cpon(01), invent 1 a 16
Jerônimo Augusto da Silva Guimarães	cpon(5A1)274(5A),inv
Jerônimo Gomes de Faria	cpon(01), invent 1 a 16
Jerônimo Martins da Silva	cpon, maço 25, inv.
Jerônimo Martins da Silva	cpon, maço 28, inv.
Jerônimo Nicolau de Carvalho	cpon(13) inventários 594 a 511
Jesoína Alexandrina Gehricke	cpon, maço 37, inv.
Jesoína Pires	cpon, maço 37, inv.
Joana Antônia do Espírito Santo	cpon(08), invent. 417 a 433

Joana Felícia da Silva	cpon(12), invent. 473 a 493
Joana Francisca de Sousa	cpon(04), invent 147 a 189.
Joana Leite de Carvalho	cpon(04), invent 147 a 189.
Joana Maria da Coceição	cpon(15) inventários 526 a 534
Joana Rodrigues Pereira	cpon(10), inventários 453 a 458
Joana Rosa de Oliveira	cpon(14) inventários 512 a 525
Joanna Caetana de Faria	cpon, maço 28, inv.
Joanna Cassemiro	cpon, maço 26, inv.
Joanna Evangélica da Cruz e esposo	cpon, maço 4B, inv.
Joanna Gonçalves Cotta	cpon, maço 41, inv.
Joanna Ignez da Costa	cpon,maço23,inv.
Joanna Jacintha Marciana	cpon, maço 35, inv.
João Alvares Pereira	cpon(02), inventários 21 a 31
João Alves da Silva Rezende	cpon, maço 4B, inv.
João Alves Ribeiro de Vasconcelos	cpon, maço 4B, inv.
João Baptista da Silva e Esposa	cpon,maço23,inv.
João da Costa Lima	cpon(18), inventários 563 a 577
João Damasceno de Oliveira	cpon, maço 28, inv.
João Damasceno e Silva	cpon, maço 37, inv.
João Damasceno Machado e esposa	cpon(5)231, inv.
João Damasceno Rodrigues	cpon(21) inventários 613 a 626
João de Faria Gurgel	cpon, maço 41, inv.
João dos Santos Leal	cpon(02), inventários 32 a 42
João Faustino de Sousa	cpon, maço 37, inv.
João Fernandes Vieira	cpon(04), invent 115 a 146.
João Ferreira da Silva	cpon, (5A)248, inv.
João Francisco de Sousa	cpon(04), invent 147 a 189.
João Francisco dos Santos	cpon,maço23, inv.
João José da Silveira	cpon, maço 35, inv.
João Manoel Ribeiro	cpon(04), invent 115 a 146.
João Marinho da Silva	cpon(16), invent.535 a 545
João Marinho da Silva e Esposa	cpon, maço 4B, inv.
João Marques Nunes	cpon(03), invent. 43 a 80
João Moreira de Vasconcelos	cpon(04), invent 147 a 189.
João Nepomusceno Silva	cpon, maço 27, inv.
João Nogueira Mendes	cpon, maço 5(A) 255, inv.
João Pereira Airains	cpon(02), invent. 32 a 42
João Pereira Franco	cpon, maço 37, inv.
João Rodrigues e Helena Francisca do Carmo	cpon(15) inventários 526 a 534
João Tavares Batista	cpon(08), invent. 417 a 433
Joaquim Alves de Melo	cpon, maço 29, inv.
Joaquim Alves do Valle	cpon, maço 41, inv.

Joaquim Antônio Rodrigues	cpon, maço 38, inv.
Joaquim Borges do Rego Dinis	cpon(12), invent. 473 a 493
Joaquim Brochado de Macedo	cpon, maço 33, inv.
Joaquim Carneiro Leão	cpon, maço 29, inv
Joaquim Daniel da Rocha	cpon, maço 26, inv.
Joaquim Domingues Maria	cpon, maço 34, inv.
Joaquim dos Santos Viana	cpon, maço 4B, inv.
Joaquim Ferreira Barros	cpon(17), inventários 546 a 562
Joaquim Ferreira Passos	cpon (5A1) 277 (5A), inv.
Joaquim José Pereira de Farias	cpon, (5) 239, inv.
Joaquim José Soares	cpon, maço 37, inv.
Joaquim Martins Eiras	cpon, maço 34, inv.
Joaquim Martins Sobrinho	cpon, maço 31A, inv.
Joaquim Pereira da Silva	cpon(12), invent. 473 a 493
Joaquim Pinto de Paiva	cpon(22) inventários 638 a 648
Joaquim Ribeiro da Costa	cpon(21) inventários 601 a 612
Joaquim Rodrigues Gularte	cpon, maço 33, inv.
Joaquim Rodrigues Silva	cpon, maço 29, inv.
Joaquim Theodósio de Miranda (reverendo usurário)	cpon, maço 24, inv.
Joaquina Angélica de Jesus	cpon(02), inventários 21 a 31
Joaquina Bernarda	cpon, maço 26, inv.
Joaquina Machado Ribeiro	cpon(04), invent 147 a 189.
Joaquina Maria de Jesus	cpon(21), invent 613 a 626
Joaquina Mariana dos Santos	cpon(20), inventários 587 a 600
José Agostinho Passos	cpon, maço 40, inv.
José Alves da Fonseca	cpon, maço 39, inv.
José Alves de Sousa	cpon, maço 38,inv.
José Antônio da Costa Soares	cpon, maço 29, inv.
José Antônio de Campos	cpon, maço 27, inv.
José Belarmino da Costa	cpon, (5) 229, inv.
José Belchior de Sousa Sanches e Estanislao de Sousa Sanches	cpon, maço 29, inv.
José Bernardes Sousa Guimarães	cpon, maço31A, inv.
José Cândido Carvalhães	cpon, maço 37, inv.
José Carlos de Andrade	cpon(12), invent. 473 a 493
José Carlos de Oliveira Benjamim	cpon,maço 23, inv.
José da Costa Teixeira	cpon(12), invent. 473 a 493
José da Costa Torres	cpon(19), invent. (578 a 586)
José da Silva	cpon(12), invent. 473 a 493
José da Silva Cardoso	cpon,(4A.1)194

José da Silva Couto	cpon, maço 29, inv.
José de Faria Lima	cpon(17), inventários 546 a 562
José dos Santos	cpon(20), inventários 587 a 600
José Fernandes de Araújo	cpon(13) inventários 594 a 511
José Ferreira da Silva	cpon, maço 36, inv.
José Francisco Ferreira	cpon(5)241,inv.
José Gonçalves Marques	cpon, maço 26, inv.
José Jacinto Correia	cpon, maço 4B, inv.
José João Fernandes de Sousa	cpon, maço 4B, inv.
José Joaquim Ribeiro Júnior	cpon, maço 40, inv.
José Lino Soares	cpon(22) inventários 638 a 648
José Manoel da Silva	cpon(17), inventários 546 a 562
José Manoel de Oliveira	cpon, maço 4B, inv.
José Manoel Franco	cpon, maço 37, inv.
José Marcondes do Amaral	cpon, maço 5A 260, inv.
José Maria da Costa (alferes e ourives)	cpon,maço23,inv.
José Maria da Cunha Jardim	cpon, maço 31A, inv.
José Maria de Andrade (padre com seid filhos)	cpon, maço 36, inv.
José Mariano Dias	cpon, maço 38, inv.
José Marques da Costa	cpon(22), invent 613 a 626
José Moreira de Vasconcelos e Vitoriana Rosa de Je	cpon(15) inventários 526 a 534
José Mudo (possui bens mas não apresenta os valores)	cpon, maço 4B,inv.
José Pereira Lopes	cpon(16), invent.535 a 545
José Pinheiro da Silva Dinis	cpon, maço 30, inv.
José Pinto de Cerqueira	cpon (5A1) 282 5(A), inv.
José Rodrigues da Cruz	cpon(04), invent 147 a 189.
José Rodrigues do Nascimento	cpon, maço 4B, inv.
José Veríssimo Lopes	cpon, (5) 227, inv.
José Vieira Rijo	cpon(19), invent. (578 a 586)
Júlia Barbosa da Silva	Santa Quitéria
Júlio Fernandes Bejos	cpon, maço 41, inv.
Juvêncio Ferreira de Fraga e esposa	cpon, maço 27, inv.
Laura Clementina de Abreu Ribeiro	cpon ,maço 39, inv.
Lauriano Pereira de Abreu	cpon(08), invent. 417 a 433
Leocádia Maria	cpon(19), invent. (578 a 586)
Leopoldina J. Alves Taveira	cpon(5A1)273(5A),inv.
Licínio Rodrigues Fróes	cpon, maço 31A, inv.
Licínio Rodrigues Fróes***	cpon, maço 31A, inv.

Lina Cândida de São José	cpon(22), invent 613 a 626
Lizardo Martins de Moura	cpon(19), inventários 578 a 586
Lizardo Martins de Moura	cpon(19), invent. (578 a 586)
Lucas D'Almeida Lima	cpon, maço 32, inv.
Lucinda Francisca da Silva	cpon,maço23,inv.
Ludovino José de Avellar	cpon, maço 32, inv.
Luís da Costa Silva e mulher	cpon (22) inventários 638 a 648
Luís da Silva Cardoso e Joana Maria da Trindade	cpon(22), invent 613 a 626
Luis Felisbino Costa	cpon(5)242
Luís Joaquim Coelho	cpon, maço 40, inv.
Luís José da Costa	cpon, maço 27,inv.
Luis José Leite	cpon, maço 24,inv.
Luís Machado da Câmara e Michaela Justa de Andrade	cpon(13) inventários 594 a 511
Luís Moreira Barbosa	cpon(18), inventários 563 a 577
Luísa Brasileira de Abreu	cpon(5A1)278(5A), inv.
Luísa Maria de Freitas	cpon, maço 28, inv.
Luísa Roiz de Prado	cpon(17), inventários 546 a 562
Mafalda Jacintha Marianna	cpon, maço 24, inv.
Manoel Alves da Silva	cpon, maço 30, inv.
Manoel Alves da Silva Moreira	cpon, maço 26, inv.
Manoel Alves de Almeida	cpon(06), invent 390 a 402
Manoel Alves de Macedo Brochado	cpon, maço 35, inv.
Manoel Alves Dinis	cpon(14) inventários 512 a 525
Manoel Antônio de Carvalho	cpon(13) inventários 594 a 511
Manoel Caetano de Carvalho	cpon, maço 33, inv.
Manoel Coelho de Barros	cpon(19), invent. (578 a 586)
Manoel Correia Burgos (padre)	cpon, (5A)272, inv.
Manoel Correia da Silva	cpon, maço 29, inv.
Manoel Custódio Luiz Perdigão	cpon,maço23,inv.
Manoel da Paixão Silva	cpon(12), invent. 473 a 493
Manoel da Rocha Compasso	cpon, maço 34, inv.
Manoel da Silva Cardoso	cpon(5)232, inv.
Manoel da Silva Pereira	cpon(12), invent. 473 a 493
Manoel de Abreu Camilo	cpon(06), invent 390 a 402
Manoel de Almeida Lima	cpon,maço23,inv.
Manoel Dias da Silva Meneses	cpon, maço 39, inv.
Manoel Domingues Martins	cpon,(4A.1)204
Manoel Ferreira Couto	cpon(09), inventários 434 a 449
Manoel Ferreira da Silva	cpon(12), invent. 473 a 493
Manoel Ferreira Dinis	cpon, maço 38, inv.

Manoel Francisco Alves	cpon, maço 27, inv.
Manoel Gonçalves da Silva Couto	cpon, maço 40, inv.
Manoel Gonçalves Gomes	cpon, (5) 230, inv.
Manoel João Ferreira	cpon, maço 38, inv.
Manoel Joaquim da Silva	cpon(14) inventários 512 a 525
Manoel Joaquim Ferreira	cpon, maço 36, inv.
Manoel José Campos	cpon, maço 24, inv.
Manoel José da Costa	cpon(11), invent. 459 a 472
Manoel José da Costa Lima	cpon, maço 5(A)258, inv.
Manoel José de Cerqueira	cpon(13) inventários 594 a 511
Manoel José de Freitas	cpon, maço 32, inv.
Manoel José Gomes	cpon(01), invent 1 a 16
Manoel Lopes da Sousa	cpon(16), invent.535 a 545
Manoel Lopes Sousa	cpon, maço 5(A)254, inv.
Manoel Lourenço Gomes	cpon, maço 4B, inv.
Manoel Marra da Silva	cpon(20), inventários 587 a 600
Manoel Moreira Barbosa	cpon(18), inventários 563 a 577
Manoel Nogueira da Rocha	cpon,maço23,inv.
Manoel Nogueira Pinto	cpon, maço 29, inv.
Manoel Pereira da Silva	cpon(19), invent. (578 a 586)
Manoel Pereira do Lago	cpon(04), invent 147 a 189.
Manoel Pinto do Nascimento	cpon, maço 24, inv.
Manoel Resende Pinho	cpon(04), invent 115 a 146.
Manoel Roberto da Silva Diniz	cpon, maço 4B, inv.
Manoel Rodrigues Braga	cpon(14) inventários 512 a 525
Manoel Romão Pereira	cpon, maço 26, inv.
Manoel Saturnino de Carvalho	cpon, maço 36, inv.
Manoel Siuve	cpon(04), invent 147 a 189.
Manoel Tomás de Faria	cpon(12), invent. 473 a 493
Manoel Valetim Alvez do Vale	cpon(13) inventários 594 a 511
Manoel Victor teixeira	cpon(4A.1)192.
Marcelina Carneiro Vilar	cpon(02), inventários 32 a 42
Marcianna Pinto	cpon, maço 28, inv.
Marcianno Pereira Rocha	cpon, maço 39, inv.
Marcos Gomes Ferreira	cpon(02), inventários 21 a 31
Maria Alexandrina de Lima	cpon, maço 28, inv.
Maria Alves dos Santos	cpon(14) inventários 512 a 525
Maria Alves Torres	cpon(12), invent. 473 a 493
Maria Anastácia Venância	cpon, maço 4B, inv.
Maria Antônia de Sousa	cpon(09), inventários 434 a 449
Maria Brandão	cpon(18), inventários 563 a 577
Maria Caetana da Silva	cpon, maço 28, inv.

Maria Campeble	cpon(4A.1)193.
Maria Cândida da Silva	cpon, maço 38, inv.
Maria Cândida de Jesus	cpon(14) inventários 512 a 525
Maria Cândida de Jesus	cpon, maço 38, inv.
Maria Cardoso	cpon(03), invent. 43 a 80
Maria Carolina de Magalhães Godinho	cpon, maço 40, inv.
Maria Carolina Rodrigues	cpon, (5A) 270,inv.
Maria Clara da Silva	cpon, maço 25, inv.
Maria Clara de Jesus	cpon, maço 28, inv.
Maria Claudina do Nascimento	cpon(5)238,inv.
Maria da Assunção da Luz	cpon(09), inventários 434 a 449
Maria da Conceição Nogueira de Freitas	cpon, maço 30, inv.
Maria da Costa	cpon(18), inventários 563 a 577
Maria da Costa	cpon, maço27,inv
Maria da Costa de Figueiredo	cpon(08), invent. 417 a 433
Maria das Neves	cpon(02), inventários 21 a 31
Maria dos Anjos Costa	cpon, maço 41, inv.
Maria dos Anjos de Abreu Lobo	cpon, maço 39, inv.
Maria Emília de Oliveira	cpon, maço 22, inv.
Maria Escolástica Avelino	cpon, maço 39, inv.
Maria Eugênia da Costa	cpon(04), invent 147 a 189.
Maria Faustina	cpon, maço33, inv.
Maria Felisarda da Costa	cpon(22), invent 627 a 737
Maria Felisbina da Silva	cpon, maço 23, inv.
Maria Felizarda da Costa	cpon(08), invent. 417 a 433
Maria Francisca da Carvalho	cpon(04), invent 147 a 189.
Maria Francisca de Souza	cpon, maço 4B, inv.
Maria Gonçalves Rodrigues	cpon(09), inventários 434 a 449
Maria Guilhermina do Carmo	cpon, maço 28, inv.
Maria Jacintha de Jesus	cpon, maço 4B, inv.
Maria Joaquina da Conceição	cpon(02), inventários 21 a 31
Maria Joaquina da Costa	cpon(16), invent.535 a 545
Maria Joaquina da Silva	cpon(09), inventários 434 a 449
Maria Joaquina de Jesus	cpon,maço 23,inv.
Maria Joaquina Diniz	cpon, maço 4B, inv.
Maria Joaquina do Carmo	cpon(11), invent. 459 a 472
Maria Luisa	cpon(12), invent. 473 a 493
Maria Luísa do Espírito Santo	cpon(5) 235, inv.
Maria Luisa Rabelo	cpon, maço 4B, inv.
Maria Nogueira Duarte	cpon(21) inventários 601 a 612
Maria Rita de Jesus	cpon, maço 4B, inv.

Maria Rosa de Faria	cpon, maço 32, inv.
Maria Rosa dos Santos	cpon(08), invent. 417 a 433
Maria Severa do Pilar	cpon(22) inventários 638 a 648
Maria Severina Pereira da Fonseca	cpon, maço 27, inv.
Maria Teodora de Morais	cpon(21) inventários 601 a 612
Maria Teresa dos Santos e Felipe Alves dos Santos	cpon(15) inventários 526 a 534
Maria Theresa de Jesus	cpon, maço 30, inv.
Maria Thereza de Sam Thiago	cpon, maço 4B, inv.
Maria Urçula	cpon, maço 37, inv.
Maria Vitória da Silva	cpon(08), invent. 417 a 433
Maria Vitória da Silva	cpon(13) inventários 594 a 511
Mariana de Sousa	cpon(06), invent. 390 a 402
Mariana Joaquina	cpon(17), inventários 546 a 562
Mariana Rodrigues da Costa	cpon(4A.1)207.
Marianna Eduarda Avelina	cpon, maço 28, inv.
Marianna Ignácia Pereira da Costa	cpon, maço 4B, inv.
Marianna Pereira de Freitas	cpon, (5A) 250, inv.
Marianna Theodora de Freitas	cpon(5)237, inv.
Mathildes Maria Angélica	cpon(4A.1)205.
Máximo Fernandes Silva	cpon, maço 33, inv.
Micaela dos Anjos	cpon(02), inventários 21 a 31
Miguel de Sousa Arruda	cpon(14) inventários 512 a 525
Miguel José da Silva Fernandes*	cpon, maço 23, inv.
Miguel Nunes	cpon(13) inventários 594 a 511
Moisés Taveres de Oliveira	cpon, maço 35, inv.
Mônica Martins da Silva	cpon(13) inventários 594 a 511
não identificável	cpon(02), inventários 21 a 31
Narcisa de Sousa	cpon, maço 31, inv.
Nicolao Soares de MEnezes	cpon, maço 23, inv.
outra avaliação do Capitão Teotônio Roque Fernande	cpon(20), inventários 587 a 600
Padre Francisco Rodrigues Pereira	cpon(21), invent 613 a 626
Padre Manoel Fernandes Silva	cpon(11), invent. 459 a 472
Paulino Lopes Vieira (Bens ficaram para o município de Santa Luzia)	
Paulo Carneiro Rodrigues e esposa (sem avaliações)	cpon, maço 4B, inv.
Paulo César Teixeira da Mota	cpon, maço 39, inv.
Paulo José de Mesquita	cpon(02), inventários 32 a 42
Pedro de Almeida Lima	cpom, maço 24, inv.
Pedro de Cerqueira	cpon(06), invent. 390 a 402

Pedro Ferreira Coelho	cpon(21) inventários 613 a 626
Pedro Ferreira Coelho	cpon(22), invent 613 a 626
Pedro José da Costinha	cpon(09), inventários 434 a 449
Pedro José Ferreira	cpon (22) inventários 638 a 648
Pedro Moreira de Sousa	cpon(01), invent 1 a 16
Pedro Pacheco de Souza	cpon(18), inventários 563 a 577
Pio de Souza Neto	cpon, maço 28, inv.
Policena Alexandrina de Alkmim	cpon, maço 29, inv.
Porcina (demente)	cpon(18), inventários 563 a 577
Prudenciana Martins de Oliveira	cpon, maço 40,inv.
Pulquéria Pereira de Freitas	cpon, maço 4B, inv.
Querina Vicência de Sousa	cpon, maço 38, inv.
Quitéria Alves de Resende	cpon(09), inventários 434 a 449
Reverendo Vigário José Maria Vieira de Morais	cpon(21) inventários 601 a 612
Rita Delfina da Silva	cpon,maço 4B, inv.
Rita dos Santos Pereira	cpon, (5) 240, inv.
Rita Maria da Conceição	cpon(22), invent 613 a 626
Rita Maria Joaquina	cpon(11), invent. 459 a 472
Rita Moreira	cpon, maço 26, inv.
Rita Pereira Guimarães	cpon(09), inventários 434 a 449
Ritta Cecília dos Santos	cpon, maço 35, inv.
Ritta Emília Guimarães	cpon, maço 36, inv.
Ritta Pereira da Costa	cpon, maço 38, inv.
Ritta Rodrigues Chaves	cpon, maço 33, inv.
Romana Francisca	cpon, maço 34, inv.
Romildo José de Macedo Brochado	cpon, maço 34, inv.
Rosa Maria da Conceição	cpon(13) inventários 594 a 511
Rosa Ribeiro de Carvalho	cpon(22), invent 627 a 737
Rosaura Maria Gomes	cpon(01), invent 17 a 20.
Salvador Ferreira de Paiva	cpon(01), invent 1 a 16
Sargento Mór Damazo José de Castro	cpon(09), inventários 434 a 449
Sargento Mór José Maria Pinto Coelho da Cunha	cpon(22) inventários 638 a 648
Sargento Mór José Simplício Guimarães	cpon(22) inventários 638 a 648
Sargento mór Manoel Nogueira Duarte	cpon(18), inventários 563 a 577
Sargento-Mór Manoel Pereira Guimarães	cpon(04), invent 115 a 146.
Sebastiana Lopes de Sousa	cpon(08), invent. 417 a 433
Sebastião da Rocha Brandão	cpon, maço 24, inv.
Sebastião Ferreira Mendes	cpon(22), inventários 638 a 649
Sebastião Ferreira Mendes (juntada a 18491124)	inventário 18491124
Sebastião Ferreira Mendes (juntada a 18491124)	inventário 18491124

Senhorinha da Costa Corrêia	cpon, maço 38, inv.
Serafim Roiz da Silva	cpon(17), inventários 546 a 562
Silvéria Clara de Santa Rosa	cpon(20), inventários 587 a 600
Silvéria Evangelista de Oliveira	cpon, maço 33, inv.
Silvéria Sousa de Menese	cpon(21) inventários 601 a 612
Silvério Julião	cpon, maço 41, inv.
Simplícia Carolina de Jesus	cpon, maço 33, inv.
Simplício das Neves Ribeiro	cpon(06), invent 390 a 402
Tenente Coronel Domingos José da Costa	cpon(20), inventários 587 a 600
Tenente Coronel Francisco Lopes de Abreu	cpon(03), invent. 43 a 80
Tenente Joaquim da Costa Pereira	cpon(02), inventários 32 a 42
Tenente José Pinto Soares	cpon(09), inventários 434 a 449
Tenente Manoel Gomes da Assunção	cpon(12), invent. 473 a 493
Teodósio M de Sousa	cpon(08), invent. 417 a 433
Teresa Maria de Jesus	cpon(22), invent 613 a 626
Teresa Pereira da Silva	cpon, maço 26, inv.
Theobaldo Eulálio de Carvalho	cpon, maço 25, inv.
Theresa Maria de Jesus	cpon, (5A) 249, inv.
Thomé de Sousa Machado	cpon, maço 38, inv.
Tomásia Fernandes Rosada	cpon(22) inventários 638 a 648
Tristão Rodrigues da Silva	cpon, maço 36, inv.
Umbelina Maria Coutinho	cpon, (5A) 247, inv.
Úrsula Maria (sem descrição de bens)	
Valeriano da Silva Mello	cpon, maço 23, inv.
Veríssimo José de Aquino	cpon, maço 28, inv.
Vicente Alves dos Santos	cpon(09), inventários 434 a 449
Vicente de Lima	cpon(02), inventários 32 a 42
Vicente Dias de Avelar	cpon(12), invent. 473 a 493
Vicente Ferreira da Silva	cpon(11), invent. 459 a 472
Vicente Soares da Silva	cpon(01), invent 1 a 16
Vitória Pereira do Nascimento	cpon(12), invent. 473 a 493
William Gay (cidadão britânico)	cpon, maço 30, inv.
Zacarias Nunes de Carvalho	cpon(09), inventários 434 a 449
Zacharias José Dinis	cpon, maço 40, inv.